

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

**OPERÁRIOS, PADRES E SOLDADOS NO VALE DO AÇO:  
UM ESTUDO DAS DISPUTAS DE MEMÓRIA SOBRE  
CONFLITOS DE OUTUBRO DE 1963**

**TADEU PAMPLONA PAGNOSSA**

**2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**OPERÁRIOS, PADRES E SOLDADOS NO VALE DO AÇO:  
UM ESTUDO DAS DISPUTAS DE MEMÓRIA SOBRE  
CONFLITOS DE OUTUBRO DE 1963**

**TADEU PAMPLONA PAGNOSSA**

*Sob a Orientação da Professora*

**Dr.<sup>a</sup> Caetana Maria Damasceno**

Dissertação submetida, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, ao Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Estado e Relações de Poder.

Seropédica, RJ

Junho de 2013

303.6098151

P139o

T

Pagnossa, Tadeu Pamplona, 1985-

Operários, padres e soldados no Vale do Aço: um estudo das disputas de memória sobre conflitos de outubro de 1963 / Tadeu Pamplona Pagnossa. – 2013.

142 f.: il.

Orientador: Caetana Maria Damasceno.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História.

Bibliografia: f. 136-142.

1. Conflito social – Ipatinga (MG) - História - Teses. 2. Trabalhadores braçais – Ipatinga (MG) - História – Teses. 3. Memória – Aspectos sociais – Teses. 4. Movimento trabalhista – Ipatinga (MG) – Teses. 5. USIMINAS – História – Teses. I. Damasceno, Caetana Maria, 1944-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TADEU PAMPLONA PAGNOSSA**

Dissertação submetida, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, ao curso de Pós-Graduação em História, área de Concentração em Estado e Relações de Poder.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Caetana Maria Damasceno – UFRRJ  
(Orientadora e Presidente)

---

Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales – UFRRJ

---

Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta – IBICT/MCTI

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus por sempre ter me iluminado e protegido.

Aos meus pais pela educação, o incentivo aos estudos e principalmente pelo carinho. Também ao meu irmão Jorge, que sempre foi um grande amigo. Todos os caminhos ficam mais fáceis com vocês, sempre presentes na minha vida.

Ao professor doutor Fabrício Roberto Costa Oliveira, que mesmo antes de mim acreditou no meu progresso acadêmico. Em todas as etapas deste trabalho contribuiu muito como mestre e ainda mais como amigo. Também à dedicação, paciência e carinho da professora Caetana Maria Damasceno, figura essencial no amadurecimento da pesquisa e do mestrando.

Aos professores Ricardo Medeiros Pimenta e Jean Rodrigues Sales, pela participação e aporte intelectual nas bancas de qualificação e defesa.

Aos amigos, Everton, Marco, Patrik, Rodrigo, Ana Paula, Natália, os amigos do quarto 513 e muitos outros que, servindo de inspiração, auxiliando nas correções ou então somente pelo apoio, contribuíram para o meu ingresso e sucesso no mestrado.

Igualmente à Cinthia e Camila, muito mais que companheiras de orientação, estavam presentes nos momentos de tensão, de estudo e de risos.

Ao senhor José Roberto Oliveira, D. Conceição, D. Edilene, senhor Juan, Renata, Roberta e outros mais, por terem me recebido tão bem em Ipatinga enquanto estive pesquisando na cidade.

Por fim, um agradecimento especial também à minha esposa Myria, que além das pacientes revisões textuais e discussões historiográficas, soube superar os momentos de tensão e as ausências. Com grande carinho e companheirismo você foi essencial para suavizar os desafios desta empreitada.

## RESUMO:

PAGNOSSA, Tadeu Pamplona. **Operários, padres e soldados no Vale do Aço**: um estudo das disputas de memória sobre conflitos de outubro de 1963. Seropédica, RJ. 139 p. Dissertação (Mestrado em História, Estado e Relações de Poder). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

Este trabalho visa, dentre outros objetivos, analisar as disputas de memória compreendidas dentre os anos 1963-1990 sobre o conflito que envolveu policiais e habitantes do povoado de Ipatinga e se realizou em um dos portões da Usiminas, na manhã do dia 7 de outubro de 1963. Os laudos oficiais sobre o episódio relatam que, em consequência dos momentos de tensão, disparos foram efetuados em direção à multidão que se aglomerava em frente à usina siderúrgica, resultando na hospitalização de dezenas de pessoas e na morte de outras oito. Nesse contexto, nosso objetivo é analisar como as memórias e narrativas desses acontecimentos foram influenciados pelos contextos históricos das décadas seguintes, principalmente durante o período da Ditadura Militar (1964-1985) e do posterior processo de redemocratização da política nacional.

Dentro do recorte histórico que elegemos, observamos que fatores econômicos, políticos e sociais contribuíram para que, durante os anos 1960 e 1970, os “eventos trágicos de 1963” passassem por processos de silenciamento, os quais também se alinhavam aos planos das autoridades locais de controlar “de perto” o movimento operário na siderúrgica e disseminar um ideal de progresso e harmonia social na região. Porém, na década seguinte, com o fortalecimento de novos grupos políticos e sociais na cidade de Ipatinga, as narrativas sobre os “protestos e mortes de 1963” passam a ser recuperadas e rememoradas sob a ótica e as motivações desse diferente momento histórico.

**Palavras-chave:** Memória operária; Vale do Aço Mineiro; Usiminas.

## ABSTRACT:

PAGNOSSA, Tadeu Pamplona. **Operaries, prayers and soldiers in Valley of Steel: a study of the disputes of memory about the conflicts of October, 1963**. Seropédica, RJ. 139 p. Dissertation (Master's degree in History, State and Relationships of Power) Institute of Humanities and Social Sciences, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

This work aims to, between other objectives, analyze the disputes of memory among the years 1963-1990, of the conflict that involved police and inhabitants of the village of Ipatinga and occurred in one of the gates of Usiminas in the morning of October 7, 1963. The official reports about the episode say that, as a result of the moments of tension, shots were made toward the crowd that had stayed in front of the steel plant, resulting in hospitalization of dozens of people and in the death of eight others. Our goal is to analyze how the memories and narratives of these historical events have been influenced by the historical contexts of the following decades, especially during the Brazilian military dictatorship (1964-1985) and later process of Redemocratização.

In this historical period, we observed that economic, political and social factors contributed to that during the 60's and 70's, the "tragic events of 1963" passed by silencing processes, which also lined to plans of local authorities to control closely the labor movement in steel plant and disseminating an ideal of progress and social harmony in the region. However, in the next decade, with the strengthening of new political and social groups in the city of Ipatinga, the narratives of the "protests and deaths of 1963", get recovered and recollected by the perspectives and motivations of this different historical moment.

**Key-words:** Operary memory, Vale do Aço Mineiro; Usiminas.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

<b>Mapa 1</b> - Cidades que integram o Vale do Aço.....	XXI
<b>Tabela 1</b> - Crescimento da população total das cidades do Vale do Aço (1950-1991).....	XXIII
<b>Mapa 2</b> - Localização dos primeiros “Bairros da Usina” da Usiminas .....	XXXII
<b>Figura 1</b> – Soldado em cima do caminhão e armado com uma metralhadora na manhã ...	XLI
<b>Tabela 2</b> - Relação dos policiais e armas que fizeram parte da ação nos portões da Usiminas na manhã do dia 7 de outubro de 1963 .....	XLII
<b>Tabela 3</b> - Relação oficial das vítimas fatais dos disparos de 1963.....	XLIII
<b>Figura 2</b> - Corpo de uma vítima dos tiroteios de 1963 sobre a mesa de Gil Guatmosim, chefe de relações industriais da Usiminas .....	XLV
<b>Figura 3</b> – Operários destruindo e incendiando o caminhão que teria sido utilizado pelos policiais no dia 7 de outubro de 1963 .....	XLVII
<b>Figura 4</b> - Ficha de identificação de Tertuliano Ferreira dos Santos nos arquivos do DOPS-MG.....	LXXXVIII
<b>Figura 5</b> – Lista de pessoas de Ipatinga indiciadas na Lei de Segurança Nacional em 1965 .....	LXXXIX
<b>Figura 6</b> – Revista “O Massacre de Ipatinga” .....	CXI
<b>Figura 7</b> – Revista “O Massacre de Ipatinga” .....	CXI
<b>Figura 8</b> -- Revista “O Massacre de Ipatinga” .....	CXII
<b>Figura 9</b> – Revista “O Massacre de Ipatinga” .....	CXXIX

## LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
ARP	Assessoria de Relações Públicas
BNH	Banco Nacional da Habitação
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ESG	Escola Superior de Guerra
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FIEMG	Federação das Indústrias de Minas Gerais
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IPM	Inquérito Policial Militar
METASITA	Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Timóteo e Coronel Fabriciano
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINDIPA	Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
Questões norteadoras	11
Organização da Dissertação	17
<b>CAPÍTULO I 1958-1963 – CONSTRUINDO O “MASSACRE” E “IPATINGA”</b>	<b>18</b>
1.1 - A região de Ipatinga e a implantação da Usiminas	19
1.2 – Uma região de conflitos cotidianos	27
1.3 – Os episódios de outubro de 1963	37
1.3.1 – Outubro de 1963 – Ipatinga	38
<b>CAPÍTULO II O SILÊNCIO SOBRE OS “ATRITOS DE 1963”</b>	<b>53</b>
2.1 – A construção da “Família Usiminas”	54
2.1.1 - “Os operários e as famílias Usiminas”	58
2.1.2 - “Uma boa casa e um bom trabalho. Isso já bastava para resolver os meus problemas”	65
2.2 – Do “vermelho assassino” aos “assassinos vermelhos”	73
<b>CAPÍTULO III REMEMORAÇÕES DO “MASSACRE DE IPATINGA”</b>	<b>142</b>
3.1 – O SINDIPA e o movimento sindical em Ipatinga (1965-1991)	92
3.1.1 - O Regime Militar no Vale do Aço	94
3.1.2 - SINDIPA: sindicalistas “pelegos” ou hábeis negociadores?	99
3.1.3 - Lembranças sobre o “Massacre de Ipatinga”	108
3.1.4 – 1985 - As disputas pelo SINDIPA e o “Novo Massacre de Ipatinga”.	114
3.2 - “Já viu alguém da Assembléia de Deus ser comunista?”	121
3.2.1 - As “vítimas” do “Massacre de Ipatinga”	123
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>136</b>

## Introdução

Esta dissertação caracteriza-se pelo estudo dos processos sociais e políticos de rememoração e silenciamento dos eventos históricos ocorridos em Ipatinga, no dia 7 de outubro de 1963. Consideramos esses acontecimentos emblemáticos, pois, ainda hoje, questões como o número preciso de mortos e as responsabilidades sobre o início desse conflito são alvos de divergências entre múltiplos grupos sociais. Assim, problematizamos, com esta pesquisa, o fato de, a partir dessas ocorrências, haver uma intensa luta pela reprodução das memórias desse episódio de acordo com as disputas políticas observáveis nos contextos históricos entre 1963 e 1991.

O objeto de pesquisa deste estudo começou a ser pensado a partir de algumas questões provenientes do trabalho monográfico realizado durante o curso de graduação em História na Universidade Federal de Ouro Preto (2004-2008). Nessa investigação, tivemos contato com fontes que apontavam para o processo de desmembramento da Diocese de Itabira (1965)<sup>1</sup> e seu alinhamento ideológico às propostas de renovação da atuação da Igreja Católica, discutidos durante o Concílio Vaticano II (1962-1965).

Chamou-nos a atenção a concentração, em uma determinada região, de uma grande parcela de religiosos que, devido às polarizações de suas ideias e ações, despertaram a vigilância das Forças Armadas, em pleno início da Ditadura Militar (1964-1985), culminando com a aplicação do discurso anticomunista para justificar as investigações sobre supostas “atividades subversivas” entre alguns católicos daquela região eclesiástica.

Para a doutora em Ciências Sociais, Regina Novaes<sup>2</sup>, “(...) não há como compreender as instituições religiosas hoje existentes sem localizá-las nas disputas históricas que conformaram o campo político”.<sup>3</sup> Dessa maneira, nosso primeiro esforço em relação a esse objeto de pesquisa foi o estudo de algumas particularidades do Vale do Aço, região que acabou concentrando grande parte dos “religiosos progressistas” da Diocese de Itabira nos anos 1965-1975.

Esse conjunto de povoados experimentou um processo de grande aumento populacional, principalmente nas décadas de 1960-1970, a partir da construção de empresas dedicadas à fundição de aço para exportação. Nesse contexto, destaca-se o povoado de Ipatinga, bem como o processo de construção (1958) e o início do funcionamento (1962) da empresa Usina Siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas). O projeto “grandioso”, ligado à siderúrgica, acabou atraindo milhares de pessoas, vindas principalmente da região Sudeste do Brasil, mas também de outras regiões brasileiras bem como de outros países<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Na última reunião do Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI promulgou em junho de 1965 a *Bula Haud Inani*, (*Não foi em vão*), que criava a Diocese de Itabira<sup>1</sup> a partir do desmembramento de 22 municípios da Arquidioceses de Mariana e 6 da Arquidiocese de Diamantina<sup>1</sup>. Assumiu o comando da Igreja Católica nesta região, o bispo Dom Marcos Antônio Noronha, um ativo participante do Concílio Vaticano II, das discussões da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e partidário das renovações na atuação social da Igreja. Desde o início de sua atuação a frente da Diocese de Ipatinga, o bispo Dom Marcos Antônio Noronha procurou ressaltar o seu modelo de atuação alinhado aos ideais da “Igreja Progressista”, que favorecia uma postura diocesana voltada para “uma nova consciência de Igreja, aberta às alegrias e sofrimentos dos homens” Segundo o bispo, “era preciso sair do conforto dos templos e ir aos bairros construindo uma Igreja do povo”.

<sup>2</sup> NOVAES, Regina. Crenças religiosas e convicções políticas: crenças e passagens. In: **Política e Cultura, século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2002.

<sup>3</sup> Ibid. p. 63.

<sup>4</sup> Vários trabalhos que estudam a região do Vale do Aço mineiro observam esse processo. Entre eles, pode-se citar: TULER, Marilene. **O Massacre de Ipatinga: mitos e verdades**. Belo Horizonte: O lutador, 2007; SOUZA, Paulo Roberto de. **Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60**. Dissertação de mestrado. Uberlândia-MG: Departamento de História da UFU, 2007. FREITAS, Marcelo. **Não foi por acaso: a História dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga**. Belo Horizonte: Comunicação de Fato, 2008.

Ao chegar ao povoado, essas pessoas teriam encontrado múltiplos desafios, principalmente em relação às deficiências infraestruturais de uma região ainda em fase de construção. Assim, os primeiros anos da década de 1960, em Ipatinga, foram marcados pelo aumento das tensões sociais, motivadas pela carência de alimentação, moradia e lazer para atender uma população que aumentava aceleradamente.

Segundo diversos trabalhos com os quais tivemos contato <sup>5</sup>, as tentativas de impor rapidamente um ritmo fabril, as sensíveis distinções entre os trabalhadores e, principalmente, os abusos trabalhistas e as constantes tensões entre operários, policiais e vigilantes contratados pela Usiminas acabariam dando início aos episódios ocorridos entre os dias 6 e 7 de outubro de 1963, que, oficialmente, culminariam na morte de seis operários ligados à empresa, um alfaiate e uma criança de três meses.

A partir das leituras sobre esses episódios, construímos a hipótese de que as narrativas de um conflito marcante na história dos habitantes de Ipatinga teria então, sido um elemento recente e muito importante nos discursos dos religiosos “progressistas” do Vale do Aço, principalmente quanto às reflexões sobre as tensões sociais que motivaram aqueles acontecimentos.

Naquele momento, nossa intenção era aproximar a ocorrência dos conflitos de 1963 às ideias e atuações posteriormente propagadas pelos representantes da “Igreja Progressista” naquela região. Nessa tentativa, procuramos analisar como alguns eventos históricos, posteriores ao conflito de 1963 – Golpe Militar, mudança no modelo de atuação da Usiminas e fundação da Diocese de Itabira –, possibilitaram que as memórias sobre aqueles conflitos se tornassem alvo de disputas (silenciamentos e reapropriações) entre alguns grupos sociais.

Porém, as dificuldades de encontrar, nos arquivos eclesiásticos, informações que atrelassem as narrativas sobre “os disparos ocorridos no portão da Usiminas” à atuação desses religiosos “progressistas” no Vale do Aço apontaram para outras possibilidades de construção do objeto de pesquisa.

Em lugar de documentos sobre os “padres progressistas”, encontramos alguns trabalhos sobre os disparos ocorridos em Ipatinga, em outubro de 1963, abordados por alguns historiadores, jornalistas, antropólogos, estudiosos em administração e uma arquiteta. De acordo com seus lugares sociais e contextos históricos de produção, esses trabalhos apresentavam diferentes perspectivas sobre o conflito, sendo que a grande maioria deles ressaltava que as narrativas do acontecimento ainda causavam desconforto para uma parcela significativa dos habitantes da cidade.

Durante as visitas à Ipatinga nos anos 2011 e 2012, de fato, presenciamos a cisão sobre as memórias desse evento histórico, apontada por alguns autores que analisaram o conflito. Enquanto alguns indivíduos tratam-no como um dos acontecimentos mais importantes da história da cidade e ressaltam a importância de lembrar os fatos, outros o desconheciam ou preferiam não tocar nesse assunto.

A partir das fontes documentais às quais tivemos acesso, decidimos adotar, como enfoque central, a análise das disputas pela memória dos conflitos ocorridos em Ipatinga em 1963, observando como as transformações sociais, políticas e históricas contribuíram para que as narrativas sobre o conflito fossem alvo de silenciamentos ou rememorações por parte de diferentes atores sociais.

---

<sup>5</sup> Entre eles: CENTRO DOS ESTUDOS DO TRABALHO. “*Cadernos do CET nº 17 – O Massacre de Ipatinga*”. Petrópolis: Vozes, 1982; PEREIRA, Carlindo Marques. **O Massacre de Ipatinga**. 2 ed.. São Bernardo do Campo: Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987; MELO, Amir José de. **Padres Subversivos – As representações da Igreja Progressista do Vale do Aço na mira do aparelho repressor (1968-1972)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2006; SOUZA, P. (Op. Cit.); TULER, M. 2007. (Op. Cit.); FREITAS, M. 2008. (Op. Cit.).

No intuito de problematizar as questões referentes ao estudo dessas “operações de memória” e esclarecer ao leitor sobre a construção do objeto de pesquisa deste trabalho, apresentamos a seguir algumas de suas questões norteadoras

### *Questões norteadoras*

Como já destacamos, mesmo depois de quase cinquenta anos da ocorrência do conflito no portão da Usiminas, as memórias dos eventos de 1963 ainda despertam grande desconforto para uma parcela significativa dos habitantes de Ipatinga. Distante de considerar que a recusa de abordar esse tema seja resultado de apenas um motivo, aceitamos que cada indivíduo enfrenta uma série de bloqueios antes de se expressar sobre o assunto: luto, traumas, repressões, desconhecimento, tentativas de superar momentos difíceis ou cálculos sociais, sendo comuns os casos em que várias dessas forças mesclam-se, pesando para que indivíduo ou grupo, muitas vezes, opte por se resguardar quanto a esse assunto.

No trabalho em que analisa diversas operações de silenciamento e enquadramento de memória, Michael Pollack <sup>6</sup> problematiza a questão do silêncio de seus entrevistados:

(...) as dificuldades e bloqueios que eventualmente, surgiram ao longo de uma entrevista só raramente resultavam de brancos da memória ou de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado. Na ausência de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio - diferente do esquecimento - pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio-ambiente <sup>7</sup>.

Como veremos nas questões que trabalharemos nos capítulos a seguir, a Usiminas teve grande papel político, econômico e social na formação da sociedade do chamado Vale do Aço Mineiro e, principalmente, do pequeno povoado de Ipatinga. Como o conflito de 1963 representou uma grande mácula à imagem administrativa da empresa, seus diretores, em conjunto com as autoridades locais, passaram rapidamente a impor processos de silenciamento a essas memórias. Notamos, então, que os impressos e documentos sobre “os eventos de 1963”, produzidos nos anos 1960 e 1970, foram relativamente pouco estudados dentre essas décadas. Nessa medida, a maior parte das fontes analisadas neste trabalho refere-se a relatos e interpretações obtidas a partir dos anos 1980, momento em que, como observaremos, o conflito passa a ser rediscutido sob novas perspectivas.

Consideramos clara a necessidade de problematizar essas visões a partir da análise dos processos de reconstrução de memória atreladas às representações do passado selecionadas por diferentes indivíduos e segmentos sociais. Concordamos com as historiadoras Marieta Moraes Ferreira e Janaína Amado <sup>8</sup> em que, além das motivações pessoais ou grupais pesarem sobre uma narrativa de um acontecimento recordado, as interpretações do passado devem sempre ser analisadas levando-se em conta o contexto familiar, social, nacional e histórico em que esse indivíduo ou grupo estão inseridos <sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Rio de Janeiro, Revista Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

<sup>7</sup> Ibid. p.11

<sup>8</sup> AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

<sup>9</sup> Ibid., p.22

A crítica literária argentina Beatriz Sarlo <sup>10</sup>, em sua reflexão sobre as experiências da Ditadura Militar Argentina, chama a atenção para o problema ao qual pode incorrer o pesquisador quando passa a analisar um evento traumático, principalmente quando se trata de um caso a respeito do qual não se obtém muitas fontes além dos relatos pessoais de experiência.

Segundo a autora, com o crescimento da utilização da memória como fonte de produção histórica, também tem crescido o número de trabalhos que acabariam conferindo uma legitimidade demasiada às experiências vividas pelas testemunhas dos acontecimentos. Essa tendência de considerar o testemunho vivido como “mais próximo” do real se acentuaria ainda mais em ocasiões em que os depoentes teriam experimentado eventos que envolveriam mortes ou a ação de um opressor.

Para Sarlo <sup>11</sup>, há uma tendência dos pesquisadores em aproximar-se “das vítimas”, “dos marginalizados”, das “versões historicamente subjugadas” para promover um “acerto de as contas” com o passado. O resultado mais provável dessa operação é que, em seu trabalho, o pesquisador acabe conferindo à versão das vítimas uma legitimidade moral maior do que a apresentada pelos “algozes”.

Em nossa pesquisa, abordamos um evento traumático sobre o qual a maior parte das fontes e reflexões são apresentadas pelo grupo que pode “considerar-se vítima do ‘Massacre de Ipatinga’” <sup>12</sup> depois de passados vinte anos do evento. O momento histórico de retorno ao Regime Democrático e seus desdobramentos nos anos 1985-2010 (período em que estão inseridos vários trabalhos sobre os quais nos debruçamos) acabam, então, por constituir-se em um “terreno perigoso” para estudar os eventos históricos de 1963 em Ipatinga, pois ressurgem as narrativas carregadas de lutos, ressentimentos, rivalidades, sentimentos que teriam sido sufocados nos anos 1960-1970.

O historiador italiano Alessandro Portelli <sup>13</sup>, ao tratar de um evento traumático ocorrido na cidadezinha italiana de Civitella Val Di Chiana, também deparou-se com a dificuldade de analisar o evento através da “versão dos Massacrados”:

As narrativas de Civitella nos deixam estarecidos. No entanto, a tarefa do especialista, após recebido o impacto, é se analisar, respirar fundo e voltar a pensar. Com o devido respeito às pessoas envolvidas, à autenticidade de sua tristeza e à gravidade de seus motivos, nossa tarefa é interpretar criticamente todos os documentos e narrativas, inclusive às delas <sup>14</sup>.

Conscientes de que as informações chegam a nós carregadas de reflexões interiores e exteriores aos indivíduos, nossa intenção foi afastarmo-nos da proposta de legitimar alguma “versão” sobre “os acontecimentos de 1963”, mas sim de analisar a pluralidade dessas narrativas relacionando-as com determinados contextos históricos.

Além de nos defrontarmos com a precariedade de fontes temporalmente próximas ao acontecimento foco de nossa análise, outro problema que enfrentamos em nossa pesquisa foi a

---

<sup>10</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução de: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> Acreditamos que podem fazer parte desse grupo: ex-líderes sindicais perseguidos por agentes da Ditadura Militar e diretores da Usiminas, intelectuais dissidentes da empresa e dos militares, indivíduos ligados a pessoas feridas ou mortas nos conflitos, ou então sujeitos interessados no fortalecimento político e social como “guardiões da história da cidade”.

<sup>13</sup> PORTELLI, Alessandro. *O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum*. In. AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

<sup>14</sup> Ibid., p.106.

dificuldade de encontrar novas fontes e depoimentos sobre os disparos do dia 7 de outubro, ocorridos no portão da Usiminas.

Observaremos, no trabalho, que, a partir da segunda metade da década de 1960, a empresa siderúrgica conseguiu fortalecer uma imagem de “onipresença” em vários ambientes da cidade. Assim, mesmo com o sensível crescimento do Vale do Aço e de Ipatinga, principalmente em suas atividades comerciais, ainda hoje é difícil ignorar o receio que alguns habitantes guardam em relação aos acontecimentos de outubro de 1963, pois o assunto é considerado desagradável aos dirigentes da Usiminas.

No documentário *Silêncio 63*<sup>15</sup>, o diretor Fábio Nascimento conseguiu reunir vários depoimentos, dentre eles o de “Seu Juca” (um dos operários atingidos pelos disparos policiais) e o de Rossi do Nascimento (filho de uma das “vítimas oficiais do Massacre de Ipatinga”). De acordo com o relato do próprio diretor do filme, sua vida familiar e experiências pessoais fizeram com que ele começasse a se interessar pelas narrativas desse acontecimento histórico, porém “o silêncio” com o qual ele se deparou durante sua pesquisa faz com que ele encerre o documentário com o seguinte relato:

Assim como José Isabel do Nascimento [pai de Rossi do Nascimento] e Seu Juca, meu avô também era operário e foi trabalhar no dia do Massacre. Ele também continua aqui [em Ipatinga]. Durante os 47 anos que separam a história do Massacre de Ipatinga e esse filme, minha mãe, meu pai e meus tios também trabalharam nessa usina. Quando eu tive a ideia de fazer esse filme, eu fui falar com o meu avô. Eu queria saber o que ele tinha para me contar... Ele parou de me contar a história quando eu disse que eu queria contar também<sup>16</sup>.

De maneira semelhante ao relato de Fábio Nascimento, pudemos também observar a persistência dessa “barreira do silenciamento sobre os eventos de 1963”. Para nós, esta foi uma das grandes dificuldades para localizar elementos nativos diferentes àqueles trabalhados pela bibliografia a qual tivemos acesso.

Enquanto a maior parte dos trabalhos editoriais e depoimentos que abordam as narrativas sobre os tiroteios do dia 7 de outubro de 1963 procuraram aproximar a empresa e as autoridades locais das responsabilidades pelos acontecimentos, por outro lado, foi possível observar, em nossas visitas à cidade, que muitos habitantes de Ipatinga ainda preferem “não falar sobre isso” para não “acusar a Usiminas”.

Na intenção de encontrar testemunhas que prestassem maiores informações e impressões sobre os acontecimentos que analisamos, encontramos, em nossa pesquisa, um problema semelhante, então, às dificuldades com as quais o autor italiano Carlo Ginzburg<sup>17</sup> deparou-se em sua tentativa de analisar aspectos culturais das classes subalternas em períodos temporalmente distanciados do pesquisador. Segundo o autor:

Em comparação com os antropólogos e estudiosos das tradições populares, os historiadores partem com uma grande desvantagem. Ainda hoje a cultura das classes subalternas é (e muito mais, se pensarmos nos séculos passados) predominantemente *oral*, e os historiadores não podem pôr a conversar com os camponeses do século XVI (além disso, não sabem se os compreenderiam) Precisam então servir-se, sobretudo de fontes escritas (e eventualmente arqueológicas) que são duplamente indiretas: por serem escritas e, em geral de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados a cultura dominante. Isso significa que pensamentos,

<sup>15</sup> *Silêncio 63*– Produzido por Ateliê 22 Arte e Cultura and Cavideo. Direção: Fábio Nascimento. Duração: 24:01 minutos (Colorido) 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=kb9EsIqhbXo>>. Acesso em: 10/04/2013

<sup>16</sup> Depoimento de Fábio Nascimento ao documentário. *Silêncio 63*, Op. Cit.

<sup>17</sup> GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, Emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

crenças, esperanças dos camponeses chegam até nós através de filtros intermediários que os deformam<sup>18</sup>.

Em Ipatinga, deparamo-nos com questão relativamente semelhante à enfrentada pelo autor italiano: dentre os indivíduos e trabalhos que nos informaram sobre os eventos de 1963, uma parcela significativa deles procura dar grande enfoque ao “descaso e violência” dos administradores da Usiminas como motivadores dos conflitos naquele povoado. Devemos reconhecer “a deformação desses trabalhos”, mesmo que nosso objetivo não seja desconstruir o posicionamento destes. Assim, nossa intenção foi, também, aproximarmo-nos de outras perspectivas sobre esses eventos, porém igualmente encontramos “a barreira do silêncio sobre o 7 de outubro de 1963”.

Como estratégia de pesquisa, cercamo-nos de documentos e narrativas sobre o Vale do Aço e os eventos de 1963, trabalhados por diversos autores em suas variadas áreas de pesquisa, tendo, porém, clareza que, de acordo com as motivações e contextos históricos em que esses autores estão imersos, os trabalhos sofreram uma “deformação subjetiva”. Como ressalta Ginzburg<sup>19</sup>, “(...) o fato de uma fonte não ser “objetiva” (mas nem mesmo um inventário é “objetivo”) não significa que ela seja inutilizável”<sup>20</sup>.

Por sua vez, Jean Jacques Becker<sup>21</sup>, ao trabalhar com depoimentos orais obtidos por meio de entrevistas, chama a atenção para as implicações do *handicap do a posteriori*. Para o autor, tanto depoimentos orais como trabalhos escritos que recuperam e analisam acontecimentos passados devem ser analisados como “arquivos provocados” pelo pesquisador.

Não podemos nem mesmo dizer que a forma oral conduz a uma espontaneidade maior do que a escrita, pois assim como as entrevistas dos políticos são redigidas com o maior cuidado, antes ou depois, geralmente as pessoas interrogadas numa pesquisa oral pelo menos refletiram no que iam dizer, ou mesmo consultaram previamente a documentação que dispunham (...). Aliás, podemos dizer que os arquivos provocados pertencem a mesma categoria das recordações ou memórias, ainda que sejam autoprovocadas, considerando que alguns escrevem suas memórias sem que isso lhes fosse pedido.

Ora, qualquer que seja a forma do arquivo provocado, ele tem sempre o mesmo inconveniente: foi sempre constituído depois do acontecimento e, portanto, é responsável por tudo que foi dito e escrito *a posteriori*; ele pode resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas deliberadamente para ‘coincidir’ com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores<sup>22</sup>.

Contudo, ao contrário de rejeitar um documento que não seja contemporâneo, devido às “deformações que ele sofre com a passagem do tempo”, o autor reconhece que essas fontes podem ser de grande valia ao historiador que se preocupe em problematizá-las.

Assumindo as premissas discutidas por Ginzburg<sup>23</sup> e por Becker<sup>24</sup>, elencamos alguns dos trabalhos que contribuíram decisivamente para esta pesquisa, seja pelas fontes escritas e depoimentos apresentados pelos autores, seja analisando a própria inserção histórica desses trabalhos nas disputas pelas visões e memórias sobre o conflito, o qual é alvo de nosso estudo.

---

<sup>18</sup> Ibid. p.17-18.

<sup>19</sup> GINZBURG, C. Op. Cit.

<sup>20</sup> GINZBURG, C. Op. Cit. p.21.

<sup>21</sup> BECKER, Jean-Jacques. *Le handicap de l'a posteriori*, 1987. In. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes., *Usos & Abusos da História Oral*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

<sup>22</sup> Ibid., p.28.

<sup>23</sup> GINZBURG, C. Op. Cit.

<sup>24</sup> BECKER, J. J. Op. Cit.

Em 1984, o jornalista Carlindo Marques Pereira publicou o livro *O Massacre de Ipatinga* (1987)<sup>25</sup>, trabalho que acabou exercendo grande influência nas pesquisas que surgiram posteriormente. O autor utilizava-se de diversas matérias jornalísticas e depoimentos reunidos durante os anos 1980, período em que trabalhou como correspondente para diversos jornais que circularam no Vale do Aço.

Como fruto de sua análise, Carlindo Pereira defende que a conjunção das violências e perseguições realizadas pelos policiais e responsáveis pela organização do trabalho, na Ipatinga da primeira metade da década de 1960, fizeram com que, dentre as tensões cotidianas observáveis no povoado desse local, explodisse, em um dos portões principais da empresa, um conflito de maior escala no dia 7 outubro de 1963.

Sua aproximação ideológica à vertente do movimento operário que crescia no ABC Paulista durante os anos 1980 torna-se mais expressiva quando o autor tece suas críticas quanto à atuação das empreiteiras, da Usiminas e da representação sindical de Ipatinga nos anos 1960-1970. Um dos pontos contestados pelo autor é o número oficial de vítimas dos disparos policiais de 1963.

Depois de passados mais de vinte anos da publicação do trabalho de Carlindo Pereira, o também jornalista e mestre em Ciências Sociais Marcelo Freitas Assis Rocha, em seu livro: *Não foi por acaso – a história dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga*<sup>26</sup>, também parte do questionamento sobre o número oficial de vítimas nesse episódio para tecer suas análises sobre o processo de formação do povoado de Ipatinga e dos condicionantes para o conflito de 1963.

Como classifica o autor, seu trabalho teria nascido da união de pesquisas de duas naturezas: “(...) uma de caráter jornalístico, realizada em duas ocasiões – 1988 e 2003<sup>27</sup>. A outra, de caráter acadêmico, aconteceu nos anos 2004 e 2005”<sup>28</sup>, proposta que fica clara na utilização de reportagens jornalísticas, documentos escritos e depoimentos orais colhidos já no século XXI. Além de reconhecer que esse trabalho pôde valer-se de diversas outras publicações sobre os eventos de 1963, também torna-se relevante ao objeto de nosso estudo reconhecer que ele está historicamente inserido a poucos anos das bem sucedidas ações para indenizar os familiares das vítimas oficiais do conflito, um quadro histórico que favoreceu a rediscussão de vários pontos “ainda nebulosos” na história da região do Vale do Aço.

Devido ao extenso trabalho investigativo realizado pela historiadora Marilene Tuler, nossa pesquisa também se apropria em grande parte das discussões apresentadas em seu livro, intitulado “*O Massacre de Ipatinga: mitos e verdades*”<sup>29</sup>. Seu trabalho torna-se referencial para toda nossa dissertação, pois pauta-se na análise dos inquéritos policiais militares, instaurados para apurar as causas dos conflitos no portão da Usiminas; bem como em vários depoimentos orais e periódicos que retratam o conflito. Além disso, a historiadora dedica capítulos à análise do papel das lideranças sindicais do Vale do Aço e sobre “mitos” a respeito da existência de organizações comunistas no Vale do Aço. Consideramos que esses debates tornam-se essenciais para as nossas análises sobre os diversos elementos envolvidos nos processos de silenciamento e rememoração dos acontecimentos de 1963, em Ipatinga.

---

<sup>25</sup> A primeira edição do livro foi lançada em 1984, pela Sociedade Editora Gráfica de Ação Comunitária de Belo Horizonte (SEGRAC). Nesta dissertação, utilizamo-nos da segunda edição desse mesmo livro, lançada em 1987, pelo Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

<sup>26</sup> FREITAS, Marcelo. **Não foi por acaso: A História dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga**. Belo Horizonte: Comunicação de Fato, 2008.

<sup>27</sup> Em 1988, o jornalista teria investigado o conflito de 1963 a serviço do jornal mineiro *Hoje em Dia*. Em 2003, o repórter teria retornado ao assunto a serviço do jornal *Estado de Minas*.

<sup>28</sup> FREITAS, M. 2008. Op.cit.p.17

<sup>29</sup> TULER, Marilene, **Massacre de Ipatinga: mitos e verdades**. Belo Horizonte: O lutador, 2007

Finalmente, para nos aproximarmos às particularidades dessa região, contamos com o trabalho de Paulo Roberto Souza “*Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60*”<sup>30</sup>, apresentado como dissertação de mestrado em História na Universidade Federal de Uberlândia. O autor analisa os primeiros anos do período de fixação da Usiminas na região de Ipatinga, dando destaque à diversidade de tensões geradas pela chegada de um grande número de pessoas recrutadas pela empresa, as quais vinham em busca de melhoria nas suas condições de vida, encontrando poucos recursos e infraestrutura insuficiente para estabelecerem-se no local.

Como o autor vivenciou pessoalmente esse período desde a sua infância (sua família também migrou para a região para trabalhar na Usiminas) e também na maturidade, quando chegou a trabalhar na empresa na década de 1970, seu posicionamento (ora como historiador, ora como testemunha), faz com que seu trabalho seja muito importante para nossas análises. Além do grande detalhamento das suas descrições (principalmente sobre o processo de contratação da Usiminas através do SENAI, sobre a organização dos bairros operários e o cotidiano de trabalho dos primeiros anos da empresa), é possível refletir sobre suas próprias experiências pessoais e os sentidos destas, considerando as reflexões de E.P. Thompson<sup>31</sup>, Alessandro Portelli<sup>32</sup> e Carlo Ginzburg<sup>33</sup>.

Além de valerem-nos dos documentos apresentados por alguns pesquisadores, utilizamos algumas fontes históricas, às quais tivemos acesso e ainda não haviam sido exploradas em outros estudos. Além do documentário *Silêncio 63*<sup>34</sup>, de Fábio Nascimento, analisamos alguns pontos do exemplar *Massacre de Ipatinga*<sup>35</sup>, publicado pelo Centro de Estudos do Trabalho (CET), em 1982. Em preto e branco, o livreto apresenta, em formato de “história em quadrinhos”, a narrativa dos conflitos do dia 7 de outubro de 1963a partir de uma marcante perspectiva operária.

Uma última questão que gostaríamos de explorar, ainda neste tópico, foi a necessidade de estendermos o recorte temporal de nossa pesquisa para além de nossa proposta inicial. Com a mudança do nosso objeto de pesquisa, ultrapassamos a década de 1970 (momento em que analisaríamos a atuação dos “padres progressistas do Vale do Aço”) e debruçamo-nos até o início da década de 1990, momento em que há uma consolidação democrática nacional que favoreceu novos processos de rememoração dos eventos ocorridos no povoado de Ipatinga, em outubro de 1963.

---

<sup>30</sup> SOUZA, Paulo Roberto de. **Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60**. Dissertação de mestrado. Uberlândia-MG: Departamento de História da UFU, 2007.

<sup>31</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.

<sup>32</sup> PORTELLI, A. 2006. Op. Cit.

<sup>33</sup> GUINZBURG, C. Op. Cit.

<sup>34</sup> *Silêncio 63*. Op. Cit.

<sup>35</sup> Tivemos acesso ao impresso do Centro Estudos do Trabalho (1982) em uma etapa de conclusão de nosso trabalho de dissertação de mestrado. Como uma análise mais complexa desse tipo de material nos impeliaria a enfrentar uma bibliografia sobre algumas particularidades desse tipo de fonte histórica (análise iconográfica e iconológica, por exemplo), decidimos, então, retomar a análise desse documento histórico em um momento posterior.

## **Organização da Dissertação**

O primeiro capítulo apoia-se em diversos trabalhos sobre a região de Ipatinga <sup>36</sup> para analisar as etapas de construção da Usiminas no Vale do Aço (1958-1962), bem como para estudar o processo de explosão populacional nessa região. O descompasso entre a chegada de um grande número de indivíduos e a inadaptação de uma infraestrutura adequada para recebê-los teria ocasionado uma série de problemas (habitação, transporte, alimentação, violência), que, aliados a outros motivos de tensão social, caminhariam para a ocorrência do conflito de 7 de outubro de 1963. Procuramos, então, apresentar o conflito a partir de um conjunto de elementos narrativos que se repetem na maior parte dos depoimentos e trabalhos acadêmicos sobre o tema.

No segundo capítulo, procuramos investigar a relação entre diversos fatores que contribuíram para que “os disparos ocorridos em Ipatinga” passassem por um período de silenciamento, principalmente entre os anos 1965-1980.

A análise dos depoimentos contidos no Inquérito que apurava os fatos e responsabilidades sobre o conflito de 1963 (Minas Gerais, 1963-1965) permite-nos identificar que o clima de polarização político-ideológica desse período acabou possibilitando que as narrativas sobre os protestos ocorridos no portão da Usiminas fossem reinterpretadas e aproximadas do discurso de “defesa contra ações comunistas no Brasil”. Assim, as investigações e perseguições realizadas por representantes da Usiminas e do Regime Militar (1964-1985) impeliram uma boa parcela dos habitantes de Ipatinga a deixar de abordar essas lembranças com medo de serem acusados publicamente como “elementos subversivos”. Trabalharemos, também, neste capítulo, a importância da transformação do modelo de atuação da Usiminas junto ao operariado durante esse período. Por meio de “estratégias de recompensar e valorizar” seus operários <sup>37</sup> e da construção de uma “Cultura Usiminas” <sup>38</sup>, a empresa siderúrgica e as autoridades locais teriam conseguido atender parte das demandas operárias e “silenciar” parte das tensões ligadas aos eventos de 1963.

No terceiro capítulo, analisamos como, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, há um declínio do “silêncio” sobre os “acontecimentos trágicos de Ipatinga”. Defendemos, então, que diversos fatores – entre eles, o fim do Período Militar (1985) e o surgimento de novas lideranças políticas e sindicais nessa região – contribuíram para que as memórias sobre os protestos e mortes de 1963 fossem recuperadas e reinterpretadas de acordo com esse diferente contexto histórico.

Como fio condutor para essa discussão, recuperamos a trajetória de atuação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga (criado em 1965) por considerar que foi a partir da disputa pelos modelos de atuação sindical, debatidos durante a eleição para presidência dessa representação operária em 1985, que as disputas pela memória dos acontecimentos de 1963 naquele período ficaram mais explícitas.

---

<sup>36</sup> PEREIRA. C. Op. Cit.; PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. **Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens**. Ipatinga, PMI, 1991. SOUZA, P. Op. Cit.; TULER, M. 2007 Op. Cit.; FREITAS. M. 2008. Op. Cit.

<sup>37</sup> FARIAS Rita de Cássia Pereira. **Entre a igualdade e a distinção: a trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho**. Tese de doutorado em antropologia social. Campinas – Unicamp, 2010.

<sup>38</sup> FURTADO, Raquel Alves. **A construção e a (tentativa) de desconstrução da “cultura USIMINAS”: narrativas ao longo de 50 anos** Tese de doutorado pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG, 2011

## **Capítulo I**

### **1958-1963 – Construindo o “Massacre” e “Ipatinga”**

A construção do Complexo Industrial da Usiminas e a transformação de um diminuto Arraial em uma cidade das mais importantes de Minas Gerais constituíram-se em uma história de muito sofrimento, mas sempre calcada na conquista da sobrevivência e na construção da cidadania. Diversos sujeitos estão envolvidos neste processo. Dos operários vindos de diversas partes do país em busca de nova oportunidade de emprego às prostitutas, que como estes operários, também estavam em busca da sobrevivência. (...). Dos excluídos que mendigavam na região aos religiosos criadores das igrejas na cidade, cujo objetivo era a salvação das almas das pessoas que transitavam neste espaço<sup>39</sup>.

### ***1.1 - A região de Ipatinga e a implantação da Usiminas***

Devido ao seu relevo acidentado e a sua localização distanciada das principais áreas de exploração aurífera de Minas Gerais do século XVIII, a região onde hoje fica a cidade de Ipatinga permaneceu, por muitos anos, praticamente inexplorada.

Já no século XX, com a decadência da exploração do ouro na Zona da Mata Norte e Campos das Vertentes (Congonhas, Ouro Branco, Barbacena, Mariana, Ouro Preto e Viçosa), o projeto de construção de uma linha ferroviária que ligaria o Porto de Vitória a Minas atraiu uma parcela de pessoas para a região de Ipatinga, as quais, com o tempo, se fixaram ali e passaram a se dedicar à exploração do carvão vegetal, usado para abastecer as ferrovias. Porém, até a primeira metade do século XX, a população dessa região não passaria de aproximadamente 300 pessoas.

A partir da década de 1930, com a constituição da Federação da Indústria de Minas Gerais (FIEMG), iniciou-se um projeto para a instalação de uma grande empresa siderúrgica que diminuiria os altos custos das importações e articularia as diversas regiões do estado de Minas Gerais.

De fato, na década de 1940, o Presidente Getúlio Vargas orientou os investimentos do Estado para a construção de indústrias de base, com a intenção de reduzir as importações nacionais; porém, o projeto dos mineiros não foi contemplado nesse momento, optando Vargas por implantar, em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda - RJ e, em 1953, a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), em São Paulo. Assim, somente em 1956, sob o Governo de Juscelino Kubitschek e com o apoio do seu "Plano de Metas", foi possível retomar o projeto de construir uma grande siderúrgica em Minas Gerais.

---

<sup>39</sup> SOUZA, Paulo Roberto de. **Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60**. Dissertação de mestrado. Uberlândia-MG: Departamento de História da UFU, 2007.p.19.



Em 25 de abril de 1956, foi criada a Sociedade Autônoma Usiminas, que passou a atuar firmando acordos comerciais entre Brasil e Japão, abrindo, assim, espaço para que a tecnologia de ponta e os capitais estrangeiros fossem somados aos investimentos estatais, o que acabou alavancando “o sucesso da empresa”.

Segundo a historiadora Marilene Tuler <sup>40</sup>, entre os 97 acionistas fundadores da Usiminas, “*O capital ficou assim distribuído: 40% com o Governo Federal, 20% com o Governo de Minas Gerais e 40% com o grupo japonês*” <sup>41</sup>.

Para a antropóloga Rita Farias <sup>42</sup>, o investimento japonês na Usiminas também representava, para os estrangeiros, uma oportunidade de recuperação econômica depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945):

A siderúrgica mineira foi o primeiro grande investimento dos japoneses após sua derrota na Segunda Guerra Mundial. Como o Japão estava se recuperando da destruição provocada pelas bombas atômicas, a oportunidade de levar sua tecnologia para outros países favorecia sua reestruturação econômica. Para estudar a viabilidade de implantação da siderurgia em Ipatinga, então distrito de Coronel Fabriciano, em abril de 1956 um grupo de japoneses veio ao Brasil e, em agosto do mesmo ano, uma missão brasileira foi ao Japão. No ano seguinte, a assinatura do protocolo “Lanari-Horikoshi” firmava a participação dos japoneses na Usiminas. A diretoria foi composta por brasileiros e japoneses <sup>43</sup>.

Em 16 de agosto de 1958, foi realizada, no povoado de Ipatinga, a cerimônia de cravação da estaca inicial da Usiminas, cerimônia que contou com a participação de diversas autoridades, entre elas: do presidente do Brasil (Juscelino Kubistchek), do Arcebispo de Mariana (Dom Helvécio), do governador de Minas Gerais (José Bias Fortes), do presidente da Usiminas (Amaro Lanari Júnior) e de vários outros diretores da empresa, alguns deles japoneses. A partir de então, diversas empreiteiras iniciaram o processo de contratação em massa de trabalhadores braçais, vindos de várias regiões, para realizar as obras de construção da empresa.

A construção e o funcionamento dos projetos estatais desenvolvimentistas, propostos principalmente pelos governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961) motivaram um grande número de brasileiros a migrarem de suas pequenas cidades do interior de seus estados para se “aventurar” nas regiões onde se estabeleciam esses grandes projetos. Nesse aspecto, acreditamos que é possível fazer um paralelo entre os motivos que ocasionaram as explosões populacionais na construção e início do funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (1941-1946); na construção de Brasília (1956-1960); e também na construção e início da atividade produtiva da Usiminas (1958-1965), no Vale do Aço mineiro.

Esse primeiro afluxo populacional, causado pelo processo de construção da Usiminas, foi talvez aquele que ocorreu de maneira mais abrupta e improvisada, já que, durante os anos de construção da siderúrgica, o número de habitantes da região cresceu muito rapidamente (Tabela 1) <sup>44</sup>. O povoado de Ipatinga, que, na década de 1950, abrigava pouco mais de 300 pessoas, passou a reunir quase 10 mil pessoas nas contagens da década posterior. Esse

---

<sup>40</sup> TULER, Marilene, **Massacre de Ipatinga: mitos e verdades**. Belo Horizonte: O lutador, 2007.p. 25.

<sup>41</sup> Ibid. p.25.

<sup>42</sup> FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **Entre a igualdade e a distinção: a trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho**. Tese de doutorado em antropologia social. Campinas – Unicamp, 2010.

<sup>43</sup> Ibid, 2010, p. 56.

<sup>44</sup> Esses dados referem-se ao censo populacional realizado no início de cada década pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O censo previsto para 1990 foi adiado por “falta de recursos”, sendo realizado no ano posterior.

crescimento populacional aconteceu em ritmo muito mais acelerado do que a adaptação de uma infraestrutura adequada para receber esse contingente habitacional nessas regiões.

Tabela 1 –Crescimento da população total das cidades do Vale do Aço (1950-1991)

	1940	1950	1960	1970	1980	1991
<b>Coronel Fabriciano</b>	3.791	10.373	16.949	41.120	75.709	87.439
<b>Ipatinga</b>	-	-	9.114	47.882	150.322	180.069
<b>Itabira</b>	28.803	25.274	37.387	56.352	71.115	85.606
<b>João Monlevade</b>	-	12.865	30.602	39.988	48.208	59.340
<b>Timóteo</b>	1.748	11.813	22.938	32.760	50.607	58.298

Fonte: FIBGE. Censos populacionais de 1940,1950,1960,1970,1980,1991. *apud* SOUZA. P. Op. Cit. p.45

O descompasso entre a contratação de muitos trabalhadores e a pouca infraestrutura para recebê-los pode ser explicado pelo planejamento concebido por alguns diretores para os primeiros anos de construção da siderúrgica. Entre os anos 1958-1962, a atenção dos diretores da Usiminas estava centrada nos custos da construção da empresa; dessa forma, foram improvisados enormes barracões para abrigar os trabalhadores responsáveis pela edificação da empresa. O Chefe das obras das construções da siderúrgica, Luiz Verano, afirma em depoimento para a publicação comemorativa dos 25 anos da Usiminas <sup>45</sup> que a preocupação principal dos diretores da empresa nesse período era os altos juros envolvidos no processo de construção, porém reconhece que as medidas emergenciais utilizadas para abrigar os trabalhadores acabaram iniciando uma série de conflitos na região:

A coisa mais importante na construção de uma usina é o tempo. Não adianta. Juros durante a construção custam uma fábula! O que se perde de produção. Nós tínhamos uma preocupação muito grande de acelerar as obras ao máximo, tomando até atitudes drásticas. Mas a gente faz, e pronto (...)

Gerou-se muito conflito. Inclusive houve um erro – que eu diria ser meu –, mas não havia outra maneira de fazer. Fizemos alojamentos enormes, onde moravam cem pessoas de cada vez. Como é que eu iria alojar 10 mil pessoas não sendo através de um Regime Militar <sup>46</sup>.

Segundo Rita Farias <sup>47</sup>, “Quando as empreiteiras chegaram para construir a usina, houve muitas dificuldades na realização das obras e na acomodação do pessoal, pois as condições eram precárias, não havia água, rede de esgoto, rede elétrica, nem lojas de materiais de construção disponíveis” <sup>48</sup>. Assim, nos anos de construção da Usiminas, um

<sup>45</sup> Em 1987, a Fundação João Pinheiro (Minas Gerais) foi contratada pela Usiminas para colher diversos depoimentos de personagens que teriam se destacado durante os 25 primeiros anos de implantação da empresa siderúrgica no Vale do Aço. Dessa maneira, em 1989, foram publicados dez volumes (cada um contendo uma entrevista) contando a história do desenvolvimento da Usiminas e do Vale do Aço, na visão de empresários, diretores e ex-presidentes da empresa.

<sup>46</sup> Depoimento de Luiz Verano *apud* FUNDAÇÃO, JOÃO PINHEIRO. **Usiminas 25 anos**: depoimento: Luiz Verano: a implantação. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1989. v.3, p. 16

<sup>47</sup> FARIAS, R. Op. Cit. p. 58

<sup>48</sup> *Ibid.* p. 58

grande contingente de trabalhadores tiveram que se sujeitar às condições violentas e abusivas impostas pelas empreiteiras contratantes para ter acesso a gêneros alimentícios, “barracões” e meios de transporte, mesmo que muito precários. Na visão da historiadora Marilene Tuler<sup>49</sup>, “(...) muitas empreiteiras pagavam os seus funcionários com “vales” que só podiam ser descontados nos armazéns pertencentes à própria empreiteira; nenhuma estabilidade de emprego, o que provocou o apelido de “peão”, aquele que gira pelo país atrás de um emprego (...)”<sup>50</sup>.

Em 26 de outubro de 1962, o período de construção da Usiminas já havia praticamente terminado; logo, era necessário contratar trabalhadores diferenciados daqueles que atuaram na construção da empresa. Esse primeiro grupo poderia ser absorvido em atividades auxiliares à produção siderúrgica, mas, a partir desse momento, a empresa passou a centrar-se na contratação de trabalhadores com maior conhecimento técnico, que ficariam responsáveis por operar as máquinas e controlar as etapas práticas do processo siderúrgico. Segundo o relato de Amaro Lanari Junior, presidente da Usiminas, entre 1958 e 1976, a seleção desse pessoal especializado foi realizada da seguinte forma:

(...) uma propaganda no Brasil inteiro procurando elementos que já tivessem curso secundário, mesmo incompleto e que estivessem nas suas cidades do interior esperando um emprego qualquer de colarinho, vendedor, balconista ou funcionário de banco. Havia milhões de brasileiros com formação suficiente para em seis meses você fazer dele um técnico, e que não tinham profissão. Foi isso que fizemos. Veio gente do Brasil inteiro: de Santa Catarina, de São Paulo, do Norte, do Espírito Santo e de Minas, é claro<sup>51</sup>.

Em seu trabalho, o historiador Eduardo Ângelo Silva<sup>52</sup> aponta que, por meio de suas propagandas, a Usiminas conseguiu atrair alguns operários experientes da empresa Belgo-Mineira (Itabira) e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN, em Volta Redonda): “*Estas haviam construído um coletivo de siderúrgicos experientes, em especial, de engenheiros, alguns dos quais foram tirados pelas novas empresas ou emprestados para serviços assistenciais*”<sup>53</sup>. A experiência desses trabalhadores siderúrgicos teria, então, sido importante para ensinar e coordenar os trabalhos no Vale do Aço no início do funcionamento da Usiminas.

Porém, como aponta o historiador Paulo Roberto Souza<sup>54</sup>, o maior número de operários especializados absorvidos pela siderúrgica mineira era de jovens recém-formados, vindos de outras regiões. Nesse sentido, foi muito importante a aproximação entre a Usiminas e as escolas técnicas, principalmente do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Os diretores da empresa acreditavam que, além de reduzir os custos com o treinamento desses trabalhadores, comparados aos trabalhadores mais experientes e chefes de

---

<sup>49</sup> TULER, M. 2007. Op. Cit.

<sup>50</sup> Ibid. p.35

<sup>51</sup> Depoimento de Amaro Lanari Junior *apud* FUNDAÇÃO, JOÃO PINHEIRO. **Usiminas 25 anos: depoimento de Amaro Lanari Júnior: a realização**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1989. v.8.

<sup>52</sup> Em sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o historiador Eduardo Ângelo Silva analisa as maneiras pelas quais a Companhia Siderúrgica Nacional procurou gerir sua força de trabalho entre os anos 1940 (década da fundação da empresa) e 1980. Dentre esse recorte temporal, o autor elege os anos pós-Golpe Militar como marco mais importante nessa observação. Segundo ele, “*As mudanças na política social da CSN, assim como as alterações do modelo econômico vigente, se tornariam alvo de uma disputa entre diferentes interpretações formuladas por diferentes agentes envolvidos no processo*”. SILVA, Eduardo Ângelo da. “**Arigós” e “peões” na “Cidade do Aço”: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda- RJ, 1970-1980)**”. Dissertação de mestrado em História apresentada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica: UFRRJ, 2010. p.4.

<sup>53</sup> Ibid., p.17.

<sup>54</sup> SOUZA.P. Op. Cit.

família, os estudantes recém saídos das escolas técnicas estariam mais dispostos a se adaptarem em uma região ainda em crescimento.

Moacir Lacerda, Paulo Almeida e Edson dos Santos Faria, ex-funcionários da Usiminas, entrevistados por Paulo Souza <sup>55</sup> deixam claro que a Usiminas realizou várias seleções de recrutamento em diversas cidades de Minas Gerais, buscando operários para compor o seu quadro efetivo dentro da empresa. Ademais, o relato de Edson dos Santos demonstra a importância do SENAI ao facilitar o contato entre seus ex-alunos e os contratadores da Usiminas

**Edson Faria:** Como eu sou ex-aluno do SENAI... Uberaba... então na época... na década de sessenta, a Usiminas... ela... a direção dela foi até inteligente, ela pegou convênio com o SENAI/MG... e onde no estado tinha escola... ela pegou ex-aluno pra... ela convocou os ex-alunos, pra fazer a seleção em Belo Horizonte... e... ser funcionário dela. Então a gente foi (inaudível)

**Paulo Souza:** É o chamado processo de recrutamento. É... É... Ela veio aqui em Uberaba para recrutar o pessoal ou vocês foram em Belo Horizonte?

**EF:** Eles mandaram correspondência para todos os SENAI... e o diretor então fez a convocação... via meio de comunicação... e... alguns mais difíceis que não apresentavam... correspondência aos pais ou responsáveis... que tinha registros. Na época... eu estava em Judiai trabalhando... na fábrica de torno... PROMEC, aí meu pai falou assim... eu passei na casa da minha avó em São Paulo e ele falou assim... não vai dar pra mim passar lá no Edson mas... podia passar alguém lá e falar pra ele ir para Uberaba que uma grande firma tá se instalando no estado de Minas e...

**PR:** está recrutando...

**EF:** está recrutando... e o futuro deles é essa firma.

**PR:** E você foi pra Ipatinga quando?

**EF:** junho de 1962.

**PR:** Mas nessa época você não era casado... era solteiro?

**EF:** Não, eu tinha dezessete anos de idade <sup>56</sup>.

Em dado momento do relato, podemos observar a importância do acordo entre Usiminas e SENAI na absorção de mão-de-obra especializada proveniente de diversos locais de Minas Gerais para o funcionamento da empresa do Vale do Aço. O historiador Roberto Souza também chama a atenção no relato a pouca idade que tinha o entrevistado no momento em que foi contratado pela empresa que estava iniciando seus trabalhos em Ipatinga. Segundo Souza <sup>57</sup>, o relato do ex-operário Edson Faria evidencia a urgência em recrutar mão-de-obra especializada para trabalhar na produção siderúrgica, tanto que os diretores da Usiminas teriam se utilizado de alguns artifícios para “camuflar” esses operários dentro da empresa até que completassem a maioria e pudessem ter suas carteiras de trabalho devidamente registradas.

Contratar operários jovens vindos de variadas regiões do país foi uma estratégia importante para a Usiminas preencher grande parte das vagas dentro da empresa, principalmente naquelas posições que demandavam certos conhecimentos técnicos. Além disso, concebemos que esse grupo de jovens trabalhadores, majoritariamente solteiros e ainda com poucas posses, poderia ser encarado como um contingente de trabalhadores “desenraizados” em suas cidades natais e, por isso, mais adaptáveis à “aventura” dos primeiros anos de funcionamento da Usiminas. No segundo capítulo deste trabalho, observaremos que, com o passar dos anos, esse mesmo grupo de jovens operários ou a “turma do Santa Mônica” (o apelido referia-se aos bairros com maior concentração desses

---

<sup>55</sup> SOUZA.P. Op. Cit.

<sup>56</sup> Depoimento de Edson Faria *apud* SOUZA. P. Op. Cit. p. 33.

<sup>57</sup> *Ibid.* p.37

indivíduos) passou a ser associado às constantes alterações com a polícia, ao trânsito de “ideias mais avançadas” e ao surgimento de “elementos mais politizados” no povoado.

Outro elemento que Souza<sup>58</sup> destaca nesse trecho do relato de Edson Faria é a expressão das expectativas que foram criadas em torno das ofertas de emprego realizadas pela Usiminas. Um grande número de pessoas passou a acreditar que, ao viajarem para o Vale do Aço, encontrariam uma região em pleno desenvolvimento, repleta de oportunidades de enriquecimento econômico e melhoria das condições de vida. Na análise de Farias<sup>59</sup>, para aquelas pessoas que se deslocaram para o povoado de Ipatinga à procura de trabalho, tornou-se comum a referência a essa localidade como a “Canaã do Aço” ou a “Terra Prometida”<sup>60</sup>. Atraídos diante das perspectivas de um “grande projeto em construção”, esses migrantes praticamente repetiam “a esperança” que teria motivado um grande número de nordestinos no projeto da construção de Brasília e dos “arigós”<sup>61</sup> para edificar e trabalhar na Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda<sup>62</sup>.

Segundo as experiências pessoais do próprio historiador Paulo Roberto Souza – que mudou-se para Ipatinga ainda na infância, depois que seu pai foi contratado pela Usiminas, frente ao atrativo de conseguir um emprego – muitas pessoas deixavam pequenas cidades no Brasil, trazendo junto com eles grande parte de suas famílias. Boa parcela delas – como no caso do próprio historiador – acreditava nas oportunidades que se abriam na região, esperando, assim, encontrar casas, hospitais e escolas melhores para as suas famílias. Segundo o historiador: “(...) no imaginário destas pessoas, Ipatinga transformou-se em um lugar pródigo de riquezas em função das novas oportunidades, daí a identificação do local como um ‘eldorado’”<sup>63</sup>.

Conforme exposto por alguns dos autores trabalhados<sup>64</sup>, podemos constatar que o grande aumento populacional no arraial de Ipatinga, entre as décadas de 1960-1980, ultrapassou o ritmo da criação de oportunidades e da construção de uma infraestrutura adequada para receber essas pessoas. Em decorrência disso, os problemas como ausência de casas, bem como o aumento da criminalidade e da violência, que já ocorriam durante o período de construção da empresa, passaram a aumentar cada vez mais nos anos que se seguiram. Na visão de Paulo Souza, “[o] sonho de encontrar uma cidade bem estruturada, com recursos necessários para abrigar decentemente essas famílias, sucumbiu no primeiro contato que estes migrantes tiveram com a realidade”<sup>65</sup>. Muitos apostaram nas possibilidades de uma cidade em desenvolvimento, mobilizando grandes esforços e as poucas economias familiares disponíveis nesse projeto. Dessa forma, não seria mais possível retornar à cidade natal: “(...) voltar de imediato para a cidade de origem não era viável, pois, além de denotar

---

<sup>58</sup> SOUZA, P. Op. Cit.

<sup>59</sup> FARIAS, R. Op. Cit.

<sup>60</sup> Ibid., p.58.

<sup>61</sup> Arigó foi um apelido dado aos trabalhadores (maioria vinda do nordeste) que, desempenhando trabalhos braçais, contribuíram para a construção da CSN na década de 1940. Segundo a historiadora Jassie Jane Vieira Souza (1989), “Arigó é o nome que se dá ao pássaro de arribação. Significa aquele que vem e não volta. É o nome que os primeiros trabalhadores da CSN assumem pra si. Só a partir de 1970, com a perda da estabilidade e a introdução do FGTS e com a reforma administrativa da empresa, onde todo o seu aspecto assistencial será desmobilizado, é que os trabalhadores mais jovens passarão a se chamar “peões”, aqueles que rodam, e estão no mesmo lugar”. SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Arigó o pássaro que veio de longe: In: CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. **Arigó: o pássaro que vem de longe**. Coleção: Trabalhadores em Luta, n.1. Rio de Janeiro, CEDI, 1989. pp.14-15 *apud* Silva, 2010:84. De maneira relativamente parecida, os operários vindos da região nordeste que trabalharam na construção de Brasília (década de 1950) passaram a ser apelidados de “candangos”.

<sup>62</sup> FARIAS, R. Op. Cit. p.57-62; SILVA, A. Op. Cit. p. 87.

<sup>63</sup> SOUZA, P. Op. Cit. p. 11.

<sup>64</sup> TULER, M. 2007.Op. Cit.; SOUZA, P. Op. Cit.; FARIAS.R.Op. Cit.

<sup>65</sup> SOUZA, P. Op. Cit. p.38

*fracasso, as famílias haviam depositado toda a esperança nesse projeto de vida. A solução seria enfrentar a realidade, na esperança de um futuro melhor”*<sup>66</sup>. Impingidas a permanecer no Vale do Aço, essas famílias começaram a enfrentar uma série de dificuldades e, a partir das suas possibilidades de atuação, passam a se organizar para superá-las. Em concordância com Paulo Souza<sup>67</sup> e Marilene Tuler<sup>68</sup>, acreditamos que as frustrações e dificuldades dos primeiros anos da Usiminas no Vale do Aço acabaram funcionando como elemento aglutinador para o surgimento da classe operária em Ipatinga.

Na concepção do historiador inglês Edward Palmer Thompson<sup>69</sup>, o surgimento de uma classe operária passa a ser observável “(...) *quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus*”<sup>70</sup>.

Em seu outro trabalho: *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*<sup>71</sup>, o autor discorre sobre a ocorrência desse processo na Inglaterra do século XVIII, quando um novo ritmo produtivo passa a ir de encontro aos costumes e direitos costumeiros enraizados entre um grupo camponês. A partir dessa pressão, vários indivíduos reconheceriam características e experiências comuns como aglutinadoras de um grupo social ou trabalhador em oposição a outro grupo patronal.

Mesmo que o perfil dos habitantes de Ipatinga distancie-se de “um grupo com costumes historicamente enraizados”, acreditamos que um processo semelhante ao descrito pelo autor inglês ocorre logo nos primeiros anos da construção e funcionamento da Usiminas no Vale do Aço. Dentre o grande número de pessoas que foram para a região buscando oportunidades e sucesso econômico, apenas um pequeno contingente de indivíduos conseguiu atingir seus objetivos, enquanto a maior parcela dessas pessoas passou a experimentar as frustrações e dificuldades decorrentes do crescimento acelerado e desordenado da região. Assim, as relações entre indivíduos, espaço, desafios e conflitos cotidianos observáveis no povoado de Ipatinga, durante os primeiros anos do estabelecimento e funcionamento da Usiminas no Vale do Aço (1958-1963), podem ter facilitado para que diversos segmentos sociais do povoado de Ipatinga se aproximassem em momentos de embates contra a Usiminas e seus representantes.

Certamente, as características do povoado e dos operários de Ipatinga nos anos 1958-1963 apresentam grandes diferenciações do grupo de trabalhadores ingleses do século XVIII, analisados por Thompson<sup>72</sup>. O autor inglês observa que os grupos camponeses conseguiam mobilizar um sentimento de unidade e responder de maneira disciplinada, principalmente nos momentos em que costumes há muito tempo enraizados eram ameaçados. Segundo o autor:

O motim da fome na Inglaterra do século XVIII era uma forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros. (...) É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam pão etc. (...) O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era motivo habitual para a ação direta.

---

<sup>66</sup> FARIAS, R. Op. Cit .p.61

<sup>67</sup> SOUZA, P. Op. Cit.

<sup>68</sup> TULER, M. 2007. Op. Cit.

<sup>69</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa I – A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

<sup>70</sup> Ibid., p.10.

<sup>71</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.

<sup>72</sup> THOMPSON, E. P. 1998. Op. Cit.

(...)

Assim, essa economia moral não se intrometia apenas nos momentos de perturbação social, mas incidia de forma muito geral sobre o governo e o pensamento do século XVIII <sup>73</sup>.

Durante o período que nos propomos analisar até aqui, a sociedade ipatinguense ainda encontrava-se “desenraizada, heterogênea” e no início do seu processo de formação, ou seja, a formação da classe operária nessa região não poderia ser emulada através de antigos costumes enraizados entre os indivíduos. Porém, como o próprio autor inglês defende, o surgimento da classe deve ser observado como “(...) *um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados tanto na matéria-prima da experiência como na consciência*” <sup>74</sup>. Dessa maneira, reforçamos a importância de recuperarmos como essas experiências cotidianas, as dificuldades, partilhadas tanto dentro como além dos limites físicos da siderúrgica, e as oposições entre Usiminas e populares favoreceram a mobilização de uma “identidade comum”, arrogada por muitos indivíduos em um momento do “grande conflito”, como aquele que envolveu operários, policiais e Usiminas no povoado de Ipatinga. Acreditamos que, a partir dessa “identidade comum”, passa-se a ser gestada uma “memória operária” ligada às lembranças (ou silenciamentos) sobre os protestos e mortes ocorridos em Ipatinga, no dia 7 de outubro de 1963.

## 1.2 – Uma região de conflitos cotidianos

Nos primeiros anos de construção da empresa siderúrgica, o problema habitacional na região de Ipatinga já era inquietante; porém, foi seriamente agravado por volta de 1962, com a chegada de mais pessoas, agora para trabalharem diretamente na empresa. Assim, uma grande parte desses sujeitos acabou tendo que encontrar abrigo em habitações precárias nas margens de rios ou em encostas dos morros da região. Reconhecido como “um dos pioneiros de Ipatinga”, o comerciante e responsável pela atividade dos primeiros geradores elétricos da cidade, Raimundo Anício, conta em depoimento ao projeto *Usiminas 25 anos* <sup>75</sup>, que, durante a década de 1960, uma significativa parcela das famílias que chegavam ao povoado de Ipatinga não tinha onde trabalhar ou morar.

O trem descarregava na estação, que era aqui pertinho, 50, 100, 200, 300 famílias. Alguns vinham com a família e outros não. Então, não havia nada que chegasse. No princípio, as empreiteiras aceitavam o pessoal, mas chegou num ponto que não tinha onde colocar mais, porque era muita gente. O pessoal vinha e trazia o problema social para Ipatinga. Eles vinham e não tinham dinheiro para voltar. Numa barracinha coberta de qualquer coisa, a gente encontrava o pai, a mãe, dois ou três filhos. Ficavam lá naquela miséria <sup>76</sup>.

Devido às perspectivas de crescimento econômico da Usiminas, alguns grupos políticos passaram, no início da década de 1960, a lutar pela emancipação de Ipatinga; contudo, na concepção de alguns indivíduos, a Prefeitura de Coronel Fabriciano relutou em concedê-la, principalmente pela alta arrecadação de impostos advinda da indústria e da população que crescera vertiginosamente em pouco tempo. Dessa forma, os problemas jurisdicionais entre Coronel Fabriciano e Ipatinga acabavam dificultando a criação de leis ou

<sup>73</sup> THOMPSON. E. P. 1998. Op. Cit.

<sup>74</sup> Ibid., p. 9.

<sup>75</sup> FUNDAÇÃO, JOÃO PINHEIRO. *Usiminas 25 anos*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1989. v.1-10.

<sup>76</sup> Depoimento de Raimundo Anício. *Apud* FUNDAÇÃO, JOÃO PINHEIRO. *Usiminas 25 anos: depoimento de Raimundo Anício*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1989. v.9.

o estabelecimento de uma administração efetiva que se impusesse localmente, fato que acabou contribuindo para o aumento da prostituição e criminalidade no centro da cidade.

Como a direção da Usiminas havia favorecido a contratação de uma grande parcela de jovens operários solteiros (muitos deles vindos de outras regiões do país), é comum considerar-se que, no início da década de 1960, haveria “uma alta demanda” por mulheres solteiras no Vale do Aço. Assim, muitas jovens foram atraídas à região para iniciar uma família ou seduzidas (ou impelidas) à violenta e lucrativa atividade da prostituição em Ipatinga.

A importância creditada ao meretrício no contexto de formação da cidade tem suas razões: nesse espaço, construíam-se sonhos, compartilhavam-se esperanças e dissabores, além de confrontarem-se experiências de toda natureza, muitas delas recíprocas. Enfim, desenvolvia-se toda sorte de relações sociais, inclusive aquelas permeadas por alterações que fariam identificar as atividades praticadas no local como um caso de polícia<sup>77</sup>.

De acordo com essa perspectiva, o historiador Cláudio Castro<sup>78</sup> acredita que a disputa pelas mulheres, em um dos poucos espaços onde era comercializada a bebida e que a polícia raramente fiscalizava, fazia da região central de Ipatinga também o espaço da expressão da violência local. Nas experiências de seu Geraldo, que residiu e trabalhou por quase toda a vida nas proximidades da zona boêmia do povoado, o “Juá”<sup>79</sup>, as manifestações violentas eram praticamente cotidianas.

O Juá era muito agitado, agitado demais. Isso aqui, Deus me livre! Rapaz, não, isso aqui era feio, era feio, nossa mãe! Morria gente direto ai, nossa mãe! Matado, o cara... parece que outros envenenavam. Ah, morria mesmo. Matava a faca, tiro, paulada, de tudo enquanto é jeito. A gente era menino naquele tempo, rapazinho adolescente, 14 anos e a gente via aquele troço de perto e falava: ‘Cruz credo, como é que pode?’ Mas a gente acostumou naquilo, vendo aquilo. Porque de começo eu via aquilo assim... ‘Ih, morreu um cara ali. Ah, morreu outro lá’ – ‘Ih, morreu?’. Ia lá ver o cara tava coberto; a coisa era feia<sup>80</sup>.

Podemos, então, observar que grande parte da população que se dirigiu ao povoado de Ipatinga, nos primeiros anos de funcionamento da Usiminas, veio para trabalhar nessa empresa ou em atividades que surgiram através do crescimento populacional (postos de saúde, escolas, comércio de produtos ou serviços). Porém, a chegada de pessoas de vários lugares, sem muito controle, facilitava o ingresso na região de criminosos foragidos de outras localidades. Assim, muitos moradores passaram a lembrar esse período como “*uma torre de Babel, muita confusão e gente do Brasil inteiro*”<sup>81</sup>. Segundo Souza, “(...) *muitos moradores locais consideravam Ipatinga como uma curva de rio, na qual era depositado todo rejeito que a água consegue carregar*”<sup>82</sup>. Podemos identificar essa concepção no depoimento que o ex-operário da Usiminas, Nelson Ribeiro, concedeu ao historiador Roberto Souza:

<sup>77</sup> SOUZA, P. Op. Cit. p.47.

<sup>78</sup> CASTRO, Cláudio Márcio Letro de. **Trajetórias de deslocamentos: experiências e narrativas de moradores da "Rua do Buraco" no espaço urbano de Ipatinga**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais pelo Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG, 2006.

<sup>79</sup> Segundo a professora Maria Weber de Oliveira, o nome Juá veio de uma planta que existia anteriormente na região central do povoado de Ipatinga. Depoimento de Maria Weber “Bizuca” de Oliveira. PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. **Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens**. Ipatinga, PMI, 1991, p.41.

<sup>80</sup> Depoimento de Geraldo Fernandes Barbosa *apud* CASTRO. C. Op. Cit., p.164

<sup>81</sup> FARIAS. R. Op. Cit., p. 63

<sup>82</sup> SOUZA.P. Op. Cit., p.54

Eu não sei porque... na época... segundo... segundo dizem né, quando... quando eu entrei pra lá... disseram que até boiadeiro, o boiadeiro passava lá tocando boiada lá... o pessoal que tava recrutando na Usiminas... porque precisava de mão de obra... chegavam lá e oferecia um salário de boiadeiro, o boiadeiro largava a boiada lá e ia trabalhar. Ninguém sabia quem era quem... saía gente lá que tinha dez assassinatos em Mantena... tinha cinco assassinatos no Espírito Santo. Então... entrou muita gente [na Usiminas] que não tinha qualificação. Naquela época eles não pediam, como se diz... um atestado de residência... um atestado policial... não pediam nada<sup>83</sup>.

Esse panorama conflituoso dificultava o sucesso das metas produtivas e econômicas projetadas pelos diretores da empresa. A partir de então, a Usiminas iniciou estratégias que visavam aproximar fisicamente o operário da siderúrgica, envolvendo-os em um ritmo e disciplina de trabalho condizente com a atividade siderúrgica de grande porte.

Consideramos que é possível traçar um paralelo entre o panorama das transformações produtivas almejadas pelos empregadores ingleses, analisados no trabalho de E.P. Thompson<sup>84</sup>, e as tentativas dos diretores da siderúrgica ipatinguense de implantarem um novo “ritmo siderúrgico”, principalmente a partir de 1962.

Segundo E.P Thompson<sup>85</sup>, a adaptação para a disciplina<sup>86</sup> de trabalho do capitalismo industrial envolve uma transformação na própria concepção a respeito da noção de tempo que tinham as pessoas: “*O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta*”<sup>87</sup>. Para que essa “nova rotina de trabalho” fosse aceita, os empregadores (no nosso caso, a Usiminas) teriam que se valer de diversos mecanismos para aproximar os operários ao novo ritmo produtivo: “(...) pela divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes – formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina de tempo”<sup>88</sup>.

Como já apontamos anteriormente, os primeiros anos do estabelecimento da Usiminas no povoado de Ipatinga foram marcados pela atenção dos diretores da empresa em diminuir os gastos envolvidos no processo de construção da siderúrgica. Com o insuficiente apoio econômico da Usiminas, os indivíduos que se mudaram para o Vale do Aço nesse período passaram a construir suas moradias e espaços de lazer de maneira desordenada e independente dos administradores da siderúrgica.

Porém, encerrada essa primeira etapa de construção, e com o início de parte das operações da empresa em 1962, acentuou-se a necessidade de superar esse “período de adaptação à região”, impondo um novo ritmo e disciplina de trabalho que satisfizesse as metas produtivas projetadas para essa siderúrgica de grande porte.

Além de afastar alguns trabalhadores que demonstravam certa incompatibilidade com as novas orientações da empresa (operários que se envolviam em brigas, prostituição, consumo excessivo de álcool), gradualmente a empresa passou a apoiar discursos que polarizavam a comunidade em dois grupos distintos: os indivíduos saudáveis, ligados ao

---

<sup>83</sup> Depoimento de Nelson Ribeiro *apud* SOUZA. P. Op. Cit., p.31

<sup>84</sup> THOMPSON. E. P. 1998. Op. Cit.

<sup>85</sup> *Ibid.*

<sup>86</sup> Importante inserir, a partir dessa discussão, o papel do Regimento da Cavalaria na “imposição deste novo ritmo de trabalho e ordem social”. As alterações com os operários e as ações violentas praticadas por esse grupamento policial nos primeiros anos da década de 1960 ficam marcadas nas memórias de uma grande parcela dos primeiros moradores de Ipatinga. Para eles, a ocorrência desses conflitos quase que cotidianos foi um fator essencial para que fosse organizada uma reunião entre os trabalhadores no dia 6 de outubro e um protesto no portão de entrada da Usiminas, na manhã do dia 7 de outubro de 1963.

<sup>87</sup> THOMPSON. E. P. 1998. Op. Cit., p.272

<sup>88</sup> *Ibid.*, p.297

trabalho, à família e à aceitação das “boas regras sociais” ou indivíduos vadios, criminosos, perturbadores, portadores de doenças e frequentadores de botequins e prostíbulos.

Segundo a antropóloga Rita de Cássia Farias <sup>89</sup>, nessa etapa, lançam-se as raízes da proposta da Usiminas de diferenciar e valorizar o seu grupo de trabalhadores (e familiares) a partir da construção de um grupo de obrigações e recompensas ligadas à empresa siderúrgica. Nesse processo, foi essencial a transformação do povoado em um “espaço siderúrgico” onde o “bom operário dedicava-se à empresa e ficava distante de indivíduos e locais subversivos”.

Dessa maneira, enquanto apoiava financeiramente a construção de um aparato infra-estrutural ligado à empresa (habitações, espaços de consumo e lazer), as atenções dos setores de planejamento da Usiminas voltaram-se para o combate à influência dos barracos, bares e prostíbulos que se destacavam principalmente na região central do povoado.

Como defende a antropóloga, ao propagar uma imagem negativa sobre esses espaços, a Usiminas buscava “(...) *‘eliminar os rastros de selvageria’, conter os ‘impulsos’ do trabalhador, implantar sua ‘cultura’, assegurar a ordem e impor seu domínio sobre eles (...)*” <sup>90</sup>.

A maioria dos autores <sup>91</sup> consultados neste trabalho destaca a importância do projeto de construção dos “bairros da usina” (como depois passaram a serem chamados bairros planejados e diretamente ligados à Usiminas) na reorganização do povoado e na implantação desse novo “ritmo de trabalho” ligado à Usiminas.

A arquiteta mineira Roxane Sidney Mendonça <sup>92</sup> relata que, desde 1958, acompanhando o projeto de construção da empresa, a Usiminas haveria contratado os arquitetos Rafael Hardy Filho e Marcelo Bhering para projetar a construção dos bairros operários próximos à área da siderúrgica. Porém, apenas com o início das operações da empresa e com os recursos econômicos de 1962 é que os planos arquitetônicos de Hardy e Bhering ganharam impulso no povoado de Ipatinga <sup>93</sup>.

Devido às características geográficas da região e às particularidades do projeto siderúrgico da Usiminas, Rafael Hardy Filho defendia, logo em seu primeiro projeto, que a organização urbanística do povoado de Ipatinga deveria seguir os moldes das divisões hierárquicas existentes dentro da empresa. Segundo ele, “(...) *as próprias condições de trabalho numa Usina do porte da Usiminas, seja por tradição, seja por conveniências administrativas, obrigam a uma discriminação das unidades habitacionais por classe de funcionários, engenheiros e operários*” <sup>94</sup>. De acordo com essa perspectiva, cada uma dessas regiões teria os seus espaços de lazer, saúde, comércio, religião, transportes e serviços públicos planejados de acordo com as necessidades características de cada grupo de trabalhadores.

Os primeiros “bairros da usina”, em sua maioria, foram implantados entre a margem esquerda do rio Piracicaba e a usina siderúrgica (Mapa 2).

---

<sup>89</sup> FARIAS, R. Op. Cit.

<sup>90</sup> Ibid., p.77

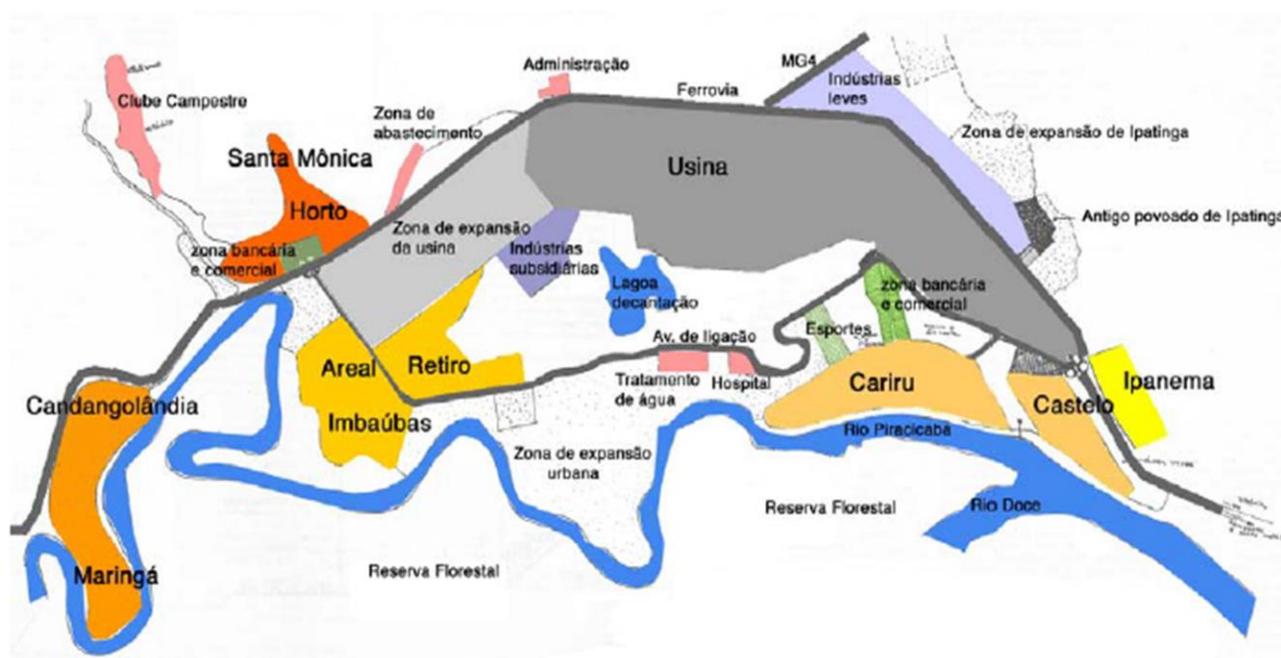
<sup>91</sup> TULER, Marilene, **Massacre de Ipatinga: mitos e verdades**. Belo Horizonte: O lutador, 2007; SOUZA, Paulo Roberto de. **Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60**. Dissertação de mestrado. Uberlândia-MG: Departamento de História da UFU, 2007. FREITAS, Marcelo. **Não foi por acaso: A História dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga**. Belo Horizonte: Comunicação de Fato, 2008; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **Entre a igualdade e a distinção: a trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho**. Tese de doutorado em antropologia social. Campinas – Unicamp, 2010.

<sup>92</sup> MENDONÇA, Roxane Sidney Resende. **O urbanismo modernista em Minas Gerais: o caso de Ipatinga**. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

<sup>93</sup> Ibid. p.64

<sup>94</sup> USIMINAS. **Vila Operária da Usiminas em Ipatinga**. Belo Horizonte: USIMINAS, 1958, p. 2 *apud* MENDONÇA. R. Op. Cit., p.64.

Mapa 2 – Localização dos primeiros “bairros da usina” da Usiminas



Fonte: MENDONÇA, R. Op. Cit. p.69

O bairro do Castelo, localizado em uma colina e mais afastado dos demais, foi projetado para receber os quadros superiores e chefias da Usiminas. As casas eram amplas, confortáveis, com dependências arejadas, ausência quase total de muros <sup>95</sup>.

Os bairros do Horto e Santa Mônica, por terem sido os primeiros a se estabelecerem, foram os únicos não implantados entre a área da Usiminas e o Rio Piracicaba e receberam funcionários de todas as posições hierárquicas durante o período em que os outros bairros estavam em construção. Posteriormente, passaram a abrigar funcionários de escolaridade média, especialistas e técnicos operadores, destacando-se pelo centro comercial e os restaurantes, chamados de “bandejeões”. Vale ressaltar que foi construída com apoio da Usiminas e no bairro do Horto, a Igreja Nossa Senhora da Esperança, a primeira igreja católica de “Ipatinga” <sup>96</sup>.

Os Bairros Vila Ipanema, Bom Retiro, Areal e Imbaúbas também foram projetados para receberem os setores intermediários da empresa (especialistas e técnicos operadores). Os dois últimos tiveram o seu maior crescimento por volta de 1967, quando praticamente se uniram ao Bairro do Bom Retiro, formando uma grande unidade de vizinhança <sup>97</sup>.

Por sua vez, o Bairro Cariru foi construído nas proximidades do Bairro Castelo e da zona bancária da cidade, o qual se destacou por receber uma grande parcela dos engenheiros estrangeiros, principalmente os japoneses <sup>98</sup>. Com o passar dos anos, as habitações desse bairro passaram a ser ampliadas para proporcionar maior conforto a essa parcela de engenheiros da empresa <sup>99</sup>.

<sup>95</sup> MENDONÇA, R. Op. Cit. p.72; TULER, M., 2007. Op. Cit., p.166

<sup>96</sup> Ibid., p.167

<sup>97</sup> Ibid., p.73; Idem., p.168.

<sup>98</sup> Como apresentaremos posteriormente, entre os operários da Usiminas, os trabalhadores japoneses eram vistos como um grupo “muito fechado” e que preferia frequentar restaurantes, escolas e clubes esportivos restritos ao grupo. Provavelmente por isso, o Bairro Cariru era associado por alguns como o “Bairro dos Japoneses”.

<sup>99</sup> MENDONÇA, R. Op. Cit., p.72; TULER, M. 2007. Op. Cit., p.167.

Finalmente, os Bairros Maringá e Candangolândia foram criados principalmente a partir dos acampamentos improvisados, estabelecidos durante o período de construção da Usiminas. Estes passaram a abrigar principalmente os funcionários braçais e operários de pouco conhecimento técnico no ramo siderúrgico. *“No plano inicial, estes bairros foram destinados para abrigar moradias provisórias, feitas de madeira e, posteriormente, eles receberam uma reformulação de natureza técnica recebendo infra-estrutura para se tornarem bairros permanentes”*<sup>100</sup>. O apelido pejorativo de “candango” dado ao grupo trabalhadores nordestinos empregados na construção de Brasília (1956-1960) teria, então, inspirado o nome do bairro operário que concentrava o maior número de indivíduos vindos dessa região brasileira.

Para Marilene Tuler<sup>101</sup>, a partir do momento em que a Usiminas começa a preencher os seus quadros e também a construir estruturas destinadas aos seus operários, tornou-se cada vez mais identificável a existência de duas categorias de trabalhadores ligados à empresa siderúrgica:

(...) a primeira, os funcionários da Usiminas, que possuíam status diferenciado, uma certa estabilidade no emprego, condições de morar nos alojamentos construídos pela usina, de se alimentar nos restaurantes criados pela empresa (...). A outra categoria era dos funcionários das empreiteiras, situação bem pior, se comparada à dos trabalhadores da Usiminas. Salários mais baixos; não-existência de alojamentos, o que fazia com que os operários residissem em condições precárias, muito distantes do local de trabalho<sup>102</sup>.

As mudanças da região a partir da chegada da Usiminas, o crescimento da violência e a “divisão” social identificável entre os bairros operários e em relação às outras moradias do povoado também fazem parte das recordações da professora Maria Weber de Oliveira<sup>103</sup> sobre o povoado de Ipatinga no início dos anos 1960.

Com a instalação da Usiminas, algumas coisas se modificaram. Vieram os primeiros peões. Não no sentido pejorativo, mas nos dizeres dos poetas “peões filhos da rude mata”. São volantes fazendo progresso em espiral. O nome é exatamente esse. Eles vieram para trabalhar na Usiminas e começaram a surgir os bairros como o Amaro Lanari para os trabalhadores de mão-de-obra pesada e o Bairro Cariru, para o pessoal mais qualificado. Quando a usina implantou a especialização e o sistema de engenharia foi criado, o Morro do Castelo surgiu. E ficaram exatamente, entre linhas divisórias. De um lado, ficaram as pessoas que vieram iludidas pela propaganda da Usiminas, de que aqui se pagava bem. Quem estava bem alocado ficou morando nos bairros da Usiminas. E do outro lado, formaram-se favelas, triste realidade de uma sociedade tão complexa e estratificada<sup>104</sup>.

Quase encerrada a etapa de construção da siderúrgica, a oferta de emprego dos anos iniciais já havia diminuído significativamente e muitos dos indivíduos que não haviam conseguido ser “fichados” na Usiminas passaram a depender do assessoramento de empreiteiras para conseguir algum trabalho na região de Ipatinga. Parte dos construtores que

---

<sup>100</sup> MENDONÇA, R. Op. Cit., p.74.

<sup>101</sup> TULER, M., 2007.Op. Cit.

<sup>102</sup> Ibid., p.37.

<sup>103</sup> A professora Maria Weber Oliveira foi entrevistada pelo projeto **Homens em Série – A história de Ipatinga contada pelos seus próprios personagens** (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. Op. Cit.) pelo fato de ser ela uma das primeiras professoras a se fixar no povoado a partir da explosão populacional iniciada na década de 1960. Segundo ela, também as escolas do povoado obedeciam à hierarquização social observável na siderúrgica e nos “bairros da usina”. Dessa maneira, seria discrepante a realidade enfrentada pelos alunos do Colégio São Francisco (administrado por membros da Usiminas) e as demais escolas de Ipatinga (idem).

<sup>104</sup> Depoimento de Maria Weber de Oliveira *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. Op. Cit., p. 41.

havia trabalhado na siderúrgica passaram a sujeitar-se a capinar ruas, coletar lixo ou carregar peso para manterem-se empregados no Vale do Aço. Segundo alguns dos exemplares do jornal “*O Binômio*”, de 18 a 24/11/1963, reproduzidos no trabalho do jornalista Carlindo Pereira <sup>105</sup>, essas empreiteiras teriam se aproveitado do grande número de indivíduos que necessitavam de um emprego e, assim, imposto a eles “condições de trabalho extremamente abusivas”.

Sob o título: “Mercadores alugam o trabalho de escravos”, “*O Binômio*” denunciava que os trabalhadores contratados pelas empreiteiras seriam vigiados por “capatazes”; assinariam “vales” que descontavam dos salários valores maiores do que aqueles assinados; teriam que comprar nos armazéns particulares das empreiteiras – “*os mais caros da cidade, mas eles nada podem fazer: a firma só paga em papel*” <sup>106</sup>. Para evitar processos trabalhistas, os contratos eram firmados por, no máximo, dez meses, fazendo com que, ao final desse período, se formassem duas filas nas portas das empreiteiras: uma para a demissão e outra para a contratação de novos trabalhadores. Por fim, os trabalhadores que encerravam o vínculo com essas empresas eram obrigados a sair dos barracos alugados pelas empreiteiras (por um alto aluguel) ou, como denunciava o jornal, “(...) *a polícia bota pra fora a pescoção*” <sup>107</sup>.

A partir dos trabalhos de Pereira <sup>108</sup>, Tuler <sup>109</sup> e Farias <sup>110</sup>, podemos observar que as construções projetadas pela empresa deixaram ainda mais claras as divisões entre trabalhadores “não-fichados” e aqueles que haviam conseguido ser registrados com carteira de trabalho pela siderúrgica. Além disso, essas estruturas acabavam por ressaltar as próprias subdivisões existentes dentro o grupo de empregados da empresa.

Quanto ao lazer, até 1963, havia apenas um Clube Social da Usiminas, o Usipa, reservado aos diretores da empresa, e que não permitia o acesso dos demais trabalhadores.

Em relação ao transporte, a grande maioria da mão de obra não especializada estava assentada em regiões ou bairros mais distantes da empresa e, por isso, tinha que fazer pequenas viagens para chegar até o seu local de trabalho. O comandante do destacamento militar em Ipatinga descreve, em 1963, como eram precárias condições de transporte oferecidas para a maioria dos operários:

(...) Lá os homens eram carregados como porcos para trabalhar, em caminhões, parecendo uma sardinha em lata. Era até comum eles dizerem que de vez em quando o motorista do caminhão dava uma freada que era para chacoalhar aqueles homens que estavam ali atrás para melhor eles tomarem posição na carroceria do caminhão <sup>111</sup>.

Em depoimento ao exemplar “*Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens.*” <sup>112</sup>, o ex-operário Almir de Paula relembra que, nos restaurantes da empresa, também se mostravam claras as diferenciações entre os locais frequentados pelos operários da Usiminas:

(...) tinha um restaurante só para os japoneses no Bairro Cariru, onde funciona hoje a cooperativa. Existia o restaurante central no Horto, chamado “Bandeirão”, um restaurante chamado “Número Três”, na rua do Eucalipto e o “Número Quatro”.

<sup>105</sup> “*O Binômio*”. 18 a 24 de novembro de 1963 *apud* PEREIRA, C. Op. Cit., p. 59-66.

<sup>106</sup> *Idem*, p. 61

<sup>107</sup> *Idem*.

<sup>108</sup> PEREIRA, C. Op. Cit.

<sup>109</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit.

<sup>110</sup> FARIAS, R. Op. Cit.

<sup>111</sup> Depoimento do Capitão Robson Zamprogno, *apud* TULER, M., 2007. Op. Cit., p.43.

<sup>112</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. Op. Cit.

Esses dois últimos eram para o pessoal mais graduado. Existia também o restaurante no bairro dos engenheiros. (...) A alimentação era algo que preocupava porque não era boa. Grande quantidade de alimento, às vezes vinha mal temperada, mal cozida, qualidade ruim (...)

[O bandejão] era para os operários. Engenheiros e japoneses não se alimentavam lá. Iam para os números Três e Quatro. Lá a comida era mais dosada, tinha garçom (...)

113

É nítido que o Bairro Cariru destacou-se entre os habitantes do povoado de Ipatinga como “o bairro que reunia os trabalhadores descendentes de japoneses”, na maioria contratados para desempenhar funções que envolviam conhecimentos técnicos do maquinário siderúrgico. O livro escrito pelo jornalista Carlindo Pereira <sup>114</sup> reúne diversos depoimentos e análise de impressos que apontam para uma disparidade de condições que a empresa ofereceria aos “brasileiros” e “japoneses” como mais um motivo do aumento das tensões entre os trabalhadores do Vale do Aço. Com o passar do tempo, passou-se a acreditar que os operários “japoneses” ganhariam mais que os “brasileiros”, mesmo que ambos desempenhassem a mesma função. Segundo o jornalista, os exemplares do jornal “*O Binômio*”, dos meses finais de 1963, denunciavam que, diante da crise inflacionária nacional, os “japoneses” passaram a ser remunerados em dólares, o que os destacavam econômica e socialmente em vários espaços do povoado.

Segundo operários da época, os japoneses pagavam [as prostitutas] em dólares e isso fazia com que as mulheres os preferissem, provocando indignação dos brasileiros (...). Só os soldados do Regimento da Cavalaria, com suas violências, conseguiam competir com os dólares dos japoneses e passaram a ser “donos” da zona boêmia <sup>115</sup>.

Em seu trabalho sobre os elementos que edificaram uma “cultura Usiminas”, Raquel Alves Furtado <sup>116</sup> ressalta que as disputas entre “japoneses” e “brasileiros” também poderiam ser identificadas dentre as camadas hierárquicas mais altas da empresa. Segundo a pesquisadora, logo nos momentos da fundação da empresa, um grupo de dez engenheiros, a maioria recém formados na Escola de Minas de Ouro Preto, teria ido ao Japão para aprender com os siderurgistas daquele país. Depois de reunir um ano de experiência no exterior, esses engenheiros (apelidados de “os samurais da Usiminas”) esperavam, em 1962, encabeçar as posições de comando dos setores produtivos da empresa (laminação, aciaria etc.). Porém, diante do atraso das obras e de suspeitas de furtos e desvio de dinheiro, os sócios japoneses decidiram enviar para o Brasil uma comissão formada pelos experientes siderúrgicos que teriam treinado os “samurais da Usiminas”.

Nessa adaptação entre brasileiros e japoneses durante os anos iniciais de funcionamento da Usiminas, poderia ainda ter pesado o sentimento de revanchismo pós-Segunda Guerra Mundial, pois, passados pouco mais de 10 anos do encerramento desse embate (1945), para alguns, o Japão ainda era visto como “(...) *um país que tinha ficado do lado errado, junto com Hitler e oposto aos aliados vencedores, incluindo o Brasil. (...) uma das consequências da Segunda Guerra Mundial foi reforçar o preconceito contra os japoneses, que já vinha de muito tempo*” <sup>117</sup>.

<sup>113</sup> Depoimento de Almir de Paula *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. Op. Cit., p.118.

<sup>114</sup> PEREIRA, C. Op. Cit.

<sup>115</sup> “*O Binômio*” 26/11 a 1/12/1963 *apud* PEREIRA, C. Op. Cit., p.57.

<sup>116</sup> FURTADO, Raquel Alves, **A construção e a (tentativa) de desconstrução da “cultura USIMINAS”: narrativas ao longo de 50 anos**. Tese de doutorado pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG, 2011.

<sup>117</sup> *Ibid.*, p. 137. Grifo da autora

Podemos considerar que, em uma região marcada pela divisão e competição social, existem momentos em que determinadas identidades grupais são construídas em torno de algumas características comuns a certos indivíduos, neste caso, o nacionalismo para separar “brasileiros” e “japoneses”. Porém, mesmo reconhecida a importância dessas clivagens sociais, para analisarmos as tensões do povoado de Ipatinga na primeira metade dos anos 1960, temos claro que essas diferenciações não eram marcantes em todos os contextos. Dessa maneira, seria mais comum os indivíduos utilizarem-se delas apenas em momentos nos quais ser “japonês” ou “brasileiro” lhes garantisse algum ganho econômico ou social.

De qualquer forma, podemos considerar que, dos aproximadamente 15 mil trabalhadores ligados à usina em 1963, apenas uma minoria teria acesso às condições estruturais adequadas para enfrentar a rotina de trabalho da atividade siderúrgica (alimentação, moradia, transporte e repouso). A direção da Usiminas reconhecia que o clima era de tensão e, diante daquele quadro, era considerada grande a possibilidade de ocorrerem greves e revoltas.

Esse quadro de instabilidade político-social não estava restrito ao povoado ipatinguense durante a primeira metade dos anos 1960. A polarização política decorrente da Guerra-Fria intensificou-se a partir da Revolução Cubana (1959) e a América Latina passou a ser um dos focos da disputa de influências desse embate<sup>118</sup>.

No início de 1963, o presidente brasileiro João Goulart sentiria pressões de grupos políticos diversificados<sup>119</sup>, além de intensos reveses econômicos. Segundo o historiador Caio Navarro Toledo<sup>120</sup>, era um período de uma crise econômica e política:

[neste período], Sem crescimento econômico e com uma vertiginosa inflação, o descontentamento passa a ser generalizado: nunca o País assistiu, num curto período de tempo, ao surgimento de tantos movimentos reivindicatórios. Os “tempos de Goulart” singularizam-se dentro da história política brasileira: neles, a política deixou de ser privilégio do parlamento, do governo e das classes dominantes, para alcançar de forma intensa a fábrica, o campo, o quartel<sup>121</sup>.

Em Ipatinga, a insatisfação dos operários crescia ainda mais devido à falta de uma representação formal que intermediasse as demandas desse grupo junto aos representantes da Usiminas. Antes da criação do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA), ocorrida em 1964, os operários da Usiminas estavam ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Timóteo e Coronel Fabriciano (METASITA), criado em 1952, agregando os operários que trabalhavam nas duas siderúrgicas da região: a Acesita e a Usiminas.

A historiadora Marilene Tuler assinala que o METASITA destacou-se por uma postura “combativa”, chegando a organizar algumas greves na Acesita entre os anos 1961 e

---

<sup>118</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

<sup>119</sup> Na análise de Rodrigo Patto Sá Motta, durante o plebiscito de 1962 (que decidiu pelo fim do regime parlamentarista e o retorno dos poderes presidenciais à João Goulart), os segmentos mais conservadores acreditavam que teriam “dado um voto de confiança” à Goulart e esperavam, assim, uma retribuição política do presidente. No trabalho do historiador Jorge Ferreira, ressalta-se que esse mesmo momento também era visto com esperança pelos setores de esquerda, pois acreditavam que, munido de seus poderes, Goulart daria sequência a projetos que alterariam as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo, assim, o desenvolvimento econômico autônomo e a justiça social, com especial atenção à concretização das reformas de base (bancária, fiscal, agrária, urbana e universitária). Porém, a opção do presidente João Goulart pela não polarização política acabou desagradando uma parte significativa de ambos os grupos, diminuindo, com isso, suas bases de apoio político. Ver: FERREIRA, Jorge. **João Goulart, uma Biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>120</sup> TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 64**. Editora: Brasiliense, 1982.

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. 67.

1963<sup>122</sup>; contudo, esse sindicato era distante de Ipatinga e representava muito mais os interesses dos operários da Acesita do que as demandas dos trabalhadores da Usiminas.

A falta de um sindicato próximo dos operários também preocupava a direção da Usiminas, pois, sem um canal direto para negociar com um grande número de trabalhadores, os responsáveis pela empresa temiam que, em algum momento, a situação pudesse fugir do controle. Em um depoimento dado no dia 8 de outubro de 1963, o senhor Gil Guatimosin Júnior, diretor de Relações Exteriores da Usiminas, reconhece que, naquele ano, os operários insatisfeitos cobravam diretamente da empresa a melhoria das condições habitacionais e trabalhistas.

Há um clima de insatisfação geral e as reclamações que fazem à Usiminas, com relação à alimentação e moradia, por exemplo, são problemas que, afinal das contas, o Brasil todo tem. O “déficit” de moradia é uma coisa que a gente tem que compreender – ou se faz uma cidade, ou se faz uma usina (...) <sup>123</sup>.

O historiador Paulo Souza <sup>124</sup> acredita que, temendo que a insatisfação dos operários fugisse do controle, a Usiminas valeu-se do seu reconhecimento como principal força econômica regional e arrogou-se também a responsabilidade de participar ativamente do controle da ordem na região através de acordos com as autoridades policiais locais. Desse modo, na área externa à Usiminas, o grupamento de Cavalaria Montada da Polícia Militar de Minas Gerais era responsável pelas atribuições policiais. Na parte interna da empresa, foi criado o Setor de Disciplina do Trabalho, que se constituía em um grupo de aproximadamente 270 vigilantes, com o intuito de zelar pelo patrimônio da empresa, organizar o trânsito nos portões e coibir conflitos internos.

Segundo o líder do grupamento de Cavalaria Montada da Polícia Militar, Capitão Robson Zamprogno:

Os vigilantes eram a polícia da Usiminas (...) esses homens mantinham a disciplina dos operários ali dentro dos portões. Eles não tinham nenhuma atividade, nenhuma atitude fora da cerca, na parte externa da cerca da Usiminas (...) nós não tínhamos nenhuma ação dentro da usina. Quer dizer, se havia um crime lá dentro, aí então eles requisitavam a polícia para as medidas de praxe <sup>125</sup>.

Ao entrevistar um grupo de ex-operários da Usiminas, Marilene Tuler observou que esses funcionários “contratados pela Usiminas para manter a ordem entre os operários nos momentos de entrada e saída da siderúrgica” eram lembrados por muitos ex-operários da Usiminas “(...) como homens fortes, brutos, sem nenhuma preparação de relações humanas, extremamente violentos” <sup>126</sup>.

O historiador e ex-operário Paulo Roberto Souza associa as altercações entre operários e vigilantes principalmente aos horários das refeições ou às trocas de turno de trabalho. Para ele, esses desentendimentos passaram a ser mais frequentes por volta de 1963, quando começaram a aumentar as suspeitas de que alguns indivíduos estavam roubando alguns objetos da siderúrgica. Como cada operário tinha que apresentar à vigilância sua identificação para frequentar diferentes espaços da empresa, eram comuns os relatos de hostilidades entre vigilantes e operários. Em depoimento cedido à Souza, o ex-operário Nelson Ribeiro reforça essa perspectiva:

---

<sup>122</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit., p.181.

<sup>123</sup> Depoimento de Gil Guatimosin Júnior *apud* TULER, M., 2007. Op. Cit., p.45.

<sup>124</sup> SOUZA, P. Op. Cit.

<sup>125</sup> Depoimento de Robson Zamprogno, cedido à Comissão Especial nomeada para apurar os acontecimentos de Ipatinga. MINAS GERAIS, 1963 *apud* TULER, M., 2007. Op. Cit., p.26,

<sup>126</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit., p. 40.

(...) Porque o problema da vigilância lá... o problema da vigilância lá era sério... eles desciam o cacete mesmo... certo? Se a pessoa respondesse ou errasse qualquer coisa ali, não quisesse chamar a capanga pra... chamava capanga na época né? Não quisesse abrir a bolsa lá pra poder mostrar qualquer coisa..., eles desciam o pau <sup>127</sup>.

Na medida em que os operários da Usiminas começaram a se organizar internamente e passaram a solicitar melhorias salariais e trabalhistas, os conflitos entre operários e vigilantes passaram a ficar mais frequentes. No depoimento dado pelo ex-operário Maurício de Melo sobre os motivos dos conflitos de 1963, ele lembra que a falta da infraestrutura, aliada aos constantes conflitos ocorridos nos portões da empresa “(...) iam irritando. Ficou um clima tenso. Agora, como é que é que surgiu este episódio? É só você jogar uma gota d’água ali” <sup>128</sup>.

### 1.3 – Os episódios de outubro de 1963

Em todo o Brasil, o mês de outubro de 1963 mostrava-se tenso. Os bancários de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre permaneceriam em greve até que conseguissem melhorias salariais. Em São Paulo, o governador Adhemar de Barros ainda enfrentava a paralisação de funcionários públicos, ferroviários e professores. No estado da Guanabara <sup>129</sup>, os representantes dos trabalhadores dos bondes urbanos <sup>130</sup> decidiram paralisar suas atividades por mais de uma semana, exigindo um aumento de 75% em seus salários. Em Volta Redonda, os representantes dos operários da Companhia Siderúrgica Nacional passaram a exigir um aumento salarial de 50% ou, então, também entrariam em greve <sup>131</sup>.

Além das greves, o Presidente João Goulart tinha que lidar com as consequências políticas de uma sublevação de centenas de sargentos, fuzileiros e soldados da Aeronáutica e da Marinha em 12 de setembro. O movimento protestava principalmente contra as dificuldades de membros pertencentes às baixas patentes das Forças Armadas concorrerem a cargos legislativos em esfera federal.

O protesto se encerrou no mesmo dia, mas, para grande parte do Exército, o ato chamou a atenção para crescimento de ideias “revolucionárias” dentro da corporação militar.

<sup>127</sup> Depoimento de Nelson Ribeiro *apud* SOUZA, P. Op. Cit., p. 31.

<sup>128</sup> Depoimento de Maurício de Melo. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Usiminas 25 anos: depoimento de Maurício de Melo**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1989. v. 10. p.17.

<sup>129</sup> Depois de transferida a capital federal para Brasília (1960), o território do atual município do Rio de Janeiro passou a fazer parte do estado da Guanabara, até que, em março de 1975, concretizou-se a fusão entre esse estado e o Rio de Janeiro. O território do primeiro tornava-se a capital, enquanto mantinha-se a nomenclatura do segundo estado.

<sup>130</sup> No dia 9 de outubro de 1963, sexto dia da greve dos trabalhadores dos bondes da Guanabara, o jornal “Correio da Manhã” publicou trechos de uma mensagem enviada pelos representantes desses operários ao Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Segundo o jornal, protestava-se contra “(...) o Massacre cruel e desumano dos metalúrgicos de Ipatinga, quando solidarizava-se com a demissão de três companheiros. Declarou que a classe operária não tolera mais tais processos, ‘comuns nos Estados fascistas’ frisado que os trabalhadores de bondes deliberavam, por unanimidade, observar um minuto de silêncio contra as atrocidades perpetradas esperando de ‘V. Exa. que sejam tomadas as providências cabíveis no sentido de punir os criminosos e evitar reprodução de tão vil atentado”. *Correio da Manhã*. 09 de outubro de 1963. “Inalterada a Greve nos bondes da GB”.

<sup>131</sup> Ver. Júnior, Edson; Souza e Silva, Ivanilde; Castilho, Luiz; Silveira, Priscila; Chisóstomo, Roosevelt “A Greve Continua!”: Algumas Considerações Historiográficas Sobre os Movimentos Grevistas de Volta Redonda. In. **Cadernos UniFOA**. Ed. Nº07, agosto de 2008.

Para Maria Celina D’Araujo<sup>132</sup> e Rodrigo Patto Sá Motta<sup>133</sup>, a propagação de ideias de sublevação e de contestação da hierarquia teria sido encarada como uma das grandes ameaças para a organização das Forças Armadas brasileiras.

O clima de acirrada tensão política passou a crescer ainda mais quando o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, passou a dar entrevistas para jornais norte-americanos criticando a capacidade de João Goulart de desempenhar adequadamente as suas funções como presidente do Brasil. Pressionado por vários setores, Goulart decidiu enviar ao Congresso, no dia 4 de outubro, uma mensagem solicitando a decretação do estado de sítio por 30 dias. Em meio a um clima de relativa instabilidade política, esse posicionamento teria despertado temor “*à esquerda e à direita, ninguém entendeu o objetivo do governo, cada lado achando que o Estado de exceção representaria um golpe perpetrado pelo lado oposto*”<sup>134</sup>.

### **1.3.1 – Outubro de 1963 – Ipatinga**

Em Ipatinga, na manhã do dia 6 de outubro, ocorreu, em um dos restaurantes operários, uma assembleia de trabalhadores coordenada pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Coronel Fabriciano<sup>135</sup>. As principais pautas tratavam da exigência, junto aos diretores da empresa, de melhorias das condições de trabalho na Usiminas: utilização de equipamentos de segurança; exigência de transporte da empresa até os bairros da usina, aumento do número de cantinas dentro da empresa, melhoria da qualidade das refeições servidas nos restaurantes da Usiminas e uma nova proposta de reajuste salarial, que se aproximasse do valor recebido pelos trabalhadores de outras empresas estatais. Nesse contexto, Marilene Tuler<sup>136</sup> destaca: “*Evidentemente que o clima era extremamente tenso: discussões, comparações dos reajustes salariais concedidos por outras empresas do país, somadas às precárias condições de vida vigentes em Ipatinga*”<sup>137</sup>.

Na noite do mesmo dia 6 de outubro, por volta das 22 horas, os vigilantes particulares contratados pela Usiminas teriam iniciado, na portaria 1 (a guarita mais próxima dos Bairros Horto e Santa Mônica, também chamada Barreira 57), mais uma das quase cotidianas vistorias dos operários que saíam da empresa, na troca do turno noturno. A prática havia se tornado comum, pois os diretores da siderúrgica acreditavam que estavam acontecendo pequenos furtos de materiais durante esses momentos de substituição dos operários e, por isso, teriam solicitado dos vigilantes que agissem com maior rigor quando revistassem os operários nos momentos de saída da empresa.

Algumas testemunhas lembram-se de que, naquela noite, chovia muito e os caminhões que levariam os trabalhadores para os bairros mais distantes apressavam sua saída. Porém, os operários foram obrigados a permanecer um bom tempo em fila até que todos fossem revistados pelos vigilantes. Segundo vários autores<sup>138</sup>, com os ânimos acirrados, vigilantes e

---

<sup>132</sup> MOTTA, R., 2002. Op. Cit.

<sup>133</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina (org.); SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe - a Memória Militar Sobre 1964**. Ed. Ediouro, 2004.

<sup>134</sup> MOTTA, R., 2002. Op. Cit., p. 257.

<sup>135</sup> É importante lembrar que Ipatinga seria emancipada apenas em abril de 1964, e o SINDIPA (Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga) só seria legalizado a partir de maio de 1965. Assim, em outubro de 1963, os trabalhadores da Usiminas ainda continuavam a ser representados pelo METASITA.

<sup>136</sup> TULER, M. 2007. Op. Cit.

<sup>137</sup> Ibid. p. 47.

<sup>138</sup> TULER, M. 2007. Op. Cit.; SOUZA.P., Op. Cit.; FREITAS. M., 2008. Op. Cit.

operários passaram a se insultar e se agredir até que o Regimento da Cavalaria Militar fosse chamado para intermediar a situação na portaria da empresa <sup>139</sup>.

Encerrada a altercação no portão da companhia, os policiais do Regimento da Cavalaria Militar decidiram realizar uma patrulha nos Bairros Horto e Santa Mônica, ainda nas horas finais do dia 6. Essa atitude teria dado início a novos conflitos, agora entre a polícia (que teria agido com grande violência <sup>140</sup>) e os operários (que, em alguns pontos, teriam conseguido se organizar e resistir aos policiais <sup>141</sup>). Ao penetrar no acampamento “Chicago Bridge”, os policiais teriam efetuado a prisão de aproximadamente 300 operários.

Para encerrar esse novo embate, foi solicitada a presença do Padre Avelino Marques, vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Esperança, localizada no Horto. O religioso acabou atuando como intermediador entre os operários e os policiais, diminuindo as hostilidades.

A partir de então, na presença também do comandante do destacamento Militar de Ipatinga, Capitão Robson Zamprogno, do Tenente Jurandir e de Gil Guatimosin Júnior (diretor de Relações Exteriores da Usiminas), teria sido acordado que, na manhã do dia seguinte, representantes operários, intermediadores, autoridades policiais e diretores da empresa se reuniriam no escritório central da Usiminas para negociar os termos de soltura dos encarcerados e discutir questões relacionadas à melhoria das condições de trabalho e de vigilância na Usiminas.

---

<sup>139</sup> Na perspectiva de Marilene Tuler, em decorrência da chegada de quatro policiais, “*Os operários retiraram-se do local revoltados, gritando palavras contra os policiais e os vigilantes e ameaçando retornar no dia seguinte. (...) a situação era de aparente tranquilidade*” (TULER, M. 2007. Op. Cit., p.49). A edição especial do Caderno do Centro de Estudos do trabalho (CET) defende que os operários teriam se retirado em direção aos alojamentos antes mesmo da chegada dos policiais (CENTRO DOS ESTUDOS DO TRABALHO. “*Cadernos do CET nº 17 – O Massacre de Ipatinga*”. Petrópolis: Vozes, 1982). Porém, o ex-operário Adil Albano relata se lembrar de ter presenciado agressões e prisões ainda em frente aos portões da Usiminas na noite do dia 6. “*A polícia foi chamada e vários companheiros foram detidos. Eu estava pegando serviço naquela hora. Aquilo doeu. [...] teve operário que ficou aleijado de tanto apanhar*” (Depoimento de Adil Albano *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, Op. Cit. p. 81-82.).

<sup>140</sup> Para o jornalista Carlindo Pereira, depois de invadir o alojamento Chicago Bridge (Blitz), os policiais efetuaram as prisões de forma extremamente violenta: “*(...) lá os policiais quebraram portas, janelas e espancaram trabalhadores. “Como num campo de concentração, os soldados armados de metralhadora e fuzis obrigavam cerca de 300 homens a deitar com as mãos na nuca no chão molhado pela chuva que caía minutos antes.” Um dos trabalhadores foi morto e vários outros foram presos e torturados*”. (PEREIRA, C. Op. Cit., p.77). Ao chamado para depor, Antônio Carlos de Oliveira, dono do caminhão que transportou os operários detidos na noite do dia 6 de outubro, dizia que “*(...) Os presos foram obrigados a colocar as mãos sobre a cabeça; que depois de todos deitados, foram revistados pelos policiais; que foi dada a ordem de subir no caminhão, ocasião em que os detentos apanhavam desde o momento que levantavam até atingir o caminhão; que todos os policiais batiam nos detentos; que os detentos tinham que passar pelas mãos de todos; que o Tem. Jurandir não bateu, mas a tudo assistia; que o Sargento Carlos não participou do espancamento, pois já estava ferido (...) que o depoente foi à garagem da Usiminas, acompanhado de um soldado, onde buscaram três caminhões e depois dos espancamentos, estando os caminhões cheios, se dirigiram ao quartel*”. (Depoimento de Antônio Carlos de Oliveira *apud* MINAS GERAIS, Auditoria da Justiça Militar. **Processo de número 2.035 tendo como acusados o Tenente Jurandir Gomes de Carvalho e outros praças envolvidos no Conflito da Usiminas, em Ipatinga**. Relator: Silvio de Sousa. Belo Horizonte 1963-1965, v.1. p.107)

<sup>141</sup> Como o Bairro Santa Mônica era cercado por montanhas e acessível somente através do Bairro do Horto, há várias narrativas que apontam que o bairro teria funcionado como “um forte popular” diante da tentativa do Regimento da Cavalaria de invadi-lo na noite do dia 6. Segundo o historiador e autor do exemplar *Ipatinga – Cidade Jardim*, José Augusto de Moraes, assim que os policiais teriam adentrado no bairro, um morador avisou seus companheiros: “*O alojamento foi em peso acordado e os policiais tiveram que recuar, após espancar alguns operários. Armários, guarda-roupas e outros móveis foram arrastados para o meio da rua, para servir de barricada. Os operários que possuíam armas se preparavam para o enfrentamento com a polícia (Garruchas, revólveres e até mesmo fuzis seriam recolhidos mais tarde)*” (MORAES, José Augusto de. **Ipatinga Cidade Jardim**. Ipatinga: ArtPublish: 2009 v.1-9 830). Sem sucesso ao invadir o seu alvo primário, os policiais teriam se dirigido, então, ao alojamento “Chicago Bridge” e efetuado a prisão de vários outros operários.

No dia 7 de outubro, um grande número de operários e populares teria amanhecido às portas da Usiminas para protestar contra os eventos e prisões da noite anterior, tendo o número de manifestantes em frente aos portões da empresa aumentado rapidamente em poucas horas. Segundo a historiadora Marilene Tuler <sup>142</sup>, os croquis apresentados pelos responsáveis policiais à comissão encarregada de investigar as ocorrências no portão de entrada da Usiminas exprimem que, por volta das seis horas da manhã, haveria 2 mil pessoas na área interna da fábrica; às sete e meia, eram 4 mil e pouco; antes das nove da manhã, diziam as autoridades policiais contar aproximadamente 6 mil pessoas não só dentro da fábrica, mas obstruindo também os portões e aglomerando-se fora da usina <sup>143</sup>.

A direção da Usiminas teria, então, requisitado a presença do Regimento da Cavalaria Militar “para garantir a ordem nos portões da empresa”. Em resposta ao pedido teria comparecido um “(...) grupo de 19 policiais armados de fuzis e revólveres. Em cima de um caminhão, um deles portava uma metralhadora” <sup>144</sup>.

Figura 1 – Soldado em cima do caminhão e armado com uma metralhadora na manhã do dia 7 de outubro de 1963.



Fonte: Foto tirada pelo operário José Isabel Nascimento e exposta no jornal *O Estado de Minas*, 08/10/1963 *apud* TULER, M. 2007 Op. Cit. p.239; FARIAS, R. Op. Cit. p.67.

Apresentamos a lista com os nomes, postos e respectivos armamentos daqueles policiais que teriam participado das ações no povoado de Ipatinga, na manhã do dia 7 de

<sup>142</sup> TULER, M. 2007. Op. Cit.

<sup>143</sup> MINAS GERAIS. Op. Cit. *apud*. TULER, M. 2007.Op. Cit., p.53.No dia oito de outubro de 1963, ou seja, um dia depois dos disparos nos portões da Usiminas, foi criado um grupo civil (além daqueles policiais que haviam instaurado o inquérito policial e o inquérito policial-militar) para discutir as causas, responsabilidades e consequências dos eventos que haviam acontecido no povoado. A “*Comissão Especial nomeada para apurar as responsabilidades nos acontecimentos de Ipatinga*” teria sido presidida pelo político local Geraldo Quintão e reunido diversas outras testemunhas do conflito. Em seu trabalho, a historiadora Marilene Tuler reproduz alguns dos relatos transcritos na ata das reuniões dessa comissão.

<sup>144</sup> FREITAS. M. 2008. Op. Cit., p.5.

outubro de 1963 (Tabela 2). Segundo Marilene Tuler <sup>145</sup>, a comissão encarregada de investigar o conflito, teria solicitado aos responsáveis policiais da região que entregassem esta relação ainda em outubro de 1963.

Tabela 2 - Relação dos policiais e armas que fizeram parte da ação nos portões da Usiminas na manhã do dia 7 de outubro de 1963

Nome do oficial da polícia	Arma sob a sua responsabilidade	Posto
Jurandir Gomes de Carvalho	1 metralhadora de mão e 1 revólver 38	2º Tenente do Regimento da Cavalaria Militar
José Maria Francisco	1 revólver 45	Cabo do Regimento da Cavalaria Militar
José Rodrigues	1 revólver 45	Soldado do 14º batalhão
Argentino Teodoro Tavares	1 metralhadora de mão e 1 revólver 45	Soldado do 6º batalhão
José Félix Gaspar	1 fuzil	Soldado do 6º batalhão
Floricio Fornaciare	1 revólver 45	Soldado do 6º batalhão
Milton Souto da Silva	1 revólver 45	Soldado do 6º batalhão
João Clementino da Silva	1 revólver 45	Soldado do 6º batalhão
João Medeiros	1 fuzil	Soldado do 6º batalhão
Moacir Gomes de Almeida	1 fuzil ZB e 1 revólver 45	Soldado do 6º batalhão
Odeino Gomes	1 revólver 45	Soldado do 6º batalhão
Élson Valeriano	1 revólver 45	Soldado do 6º batalhão
Joaquim Félix de Carvalho	1 revólver 45	Soldado do 6º batalhão
Oswaldo Ferrarez de Castro	1 revólver 45	Soldado do 6º batalhão
Francisco Torres Dutra	1 revólver 45	Soldado do Regimento da Cavalaria Militar
Sebastião Cândido da Silva	1 revólver 45	Soldado do Regimento da Cavalaria Militar
Sebastião Campelo de Oliveira	1 revólver 45	Soldado do Regimento da Cavalaria Militar
José Gomes Vidal	1 revólver 45	Soldado do Regimento da Cavalaria Militar
José Cirilo Borges	1 fuzil	Não consta

Fonte: Adaptado a partir de Minas Gerais, 1963 *apud* TULER, M. 2007 Op. Cit. p. 53, 54, 227

Enquanto isso, no Escritório Central da Usiminas, realizava-se a reunião prometida aos operários na madrugada anterior. Entre os participantes estavam Gil Guatimosin Júnior (diretor de Relações Exteriores da Usiminas), Nakôto Inoi (diretor da Usiminas), Geraldo Reis Ribeiro (representante dos operários e presidente do METASITA), Padre Avelino Marques (vigário da Paróquia Nossa Senhora da Esperança) e o Capitão Robson Zamprogno (comandante regional da polícia).

O jornalista Marcelo Freitas <sup>146</sup> descreve o que teria, então, acontecido:

Um acordo estava praticamente selado. A empresa havia se comprometido a analisar as reclamações dos trabalhadores quanto às deficiências na infra-estrutura. Para que a dissolução da aglomeração formada em frente à usina se desse de forma “honrosa” para os dois lados – trabalhadores e policiais – ficou acordado que sua dissolução se daria de forma simultânea. Nem os trabalhadores deixariam o local primeiro, nem os policiais. No momento em que os participantes da reunião se encaminhavam para o local da aglomeração, começaram os disparos <sup>147</sup>.

<sup>145</sup> TULER, M. 2007. Op. Cit.

<sup>146</sup> No trabalho (FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso: A História dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga*. Belo Horizonte: Comunicação de Fato, 2008), o jornalista e mestre em Ciências Sociais, Marcelo Freitas Assis Rocha, utiliza-se de diversos materiais reunidos no período em que ele trabalhava como correspondente em alguns jornais do Vale do Aço para trabalhar questões ligadas ao evento histórico de 1963, tais como o silêncio dos familiares das vítimas, as discussões sobre um maior número de mortos e as tentativas de conseguir, nos anos 2000, indenizações oferecidas pelo Governo Federal.

<sup>147</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit., p.5.

Antes que as notícias sobre os acordos alinhavados no escritório central da Usiminas chegassem até o local da manifestação (distante alguns quilômetros), os policiais abriram fogo em direção às pessoas reunidas do lado de fora da Usiminas. Na narrativa de Carlindo Pereira, todos os policiais teriam descarregado as suas armas e “(...) durante quase vinte minutos parecia uma praça de guerra. Só se ouviam estrondos de fuzis e rajadas de metralhadoras, gritos e gemidos”<sup>148</sup>. Vários indivíduos foram atingidos pelos projéteis, muitos outros teriam sido pisoteados ou se ferido durante a fuga em massa.

Os motivos dos policiais terem iniciado os disparos e o número de vítimas no conflito ainda hoje são alvo de debates e disputas pelas memórias do evento. Em 2007, o Governo Federal editou o exemplar *Direito à verdade e à memória*<sup>149</sup>, contabilizando 78 pessoas feridas e oito mortas nesse conflito. Como constam nos laudos das necropsias expedidos ainda em 1963, as oito vítimas fatais desse conflito morreram em decorrência de perfurações por projéteis, sendo que, excluindo-se o industriário Gilson Miranda, todos foram atingidos em partes traseiras de seus corpos.

Tabela 3 - Relação oficial das vítimas fatais dos disparos de 1963.

Nome da Vítima	Idade	Profissão	Naturalidade	Perfuração do projétil
Aides Dias de Carvalho	23 anos	Industriário	Aimorés - MG	Crânio, parte de trás
Alvino Ferreira Felipe	41 anos	Industriário	Ferros - MG	Crânio, parte de trás
Antônio José dos Reis	37 anos	Operário	Mantena - MG	Coluna vertebral
Eliane Martins	3 meses	***	Coronel Fabriciano-MG	Artéria da coxa esquerda
Geraldo Rocha Gualberto	28 anos	Alfaiate	Braúnas - MG	Nádega esquerda e rins
Gilson Miranda	34 anos	Industriário	Vitória - ES	Olho direito
José Isabel do Nascimento	32 anos	Operário/Mestre montador	São Domingos do Prata - MG	Costas e fígado
Sebastião Tomé da Silva	20 anos	Industriário	Ganhães - MG	Nuca

Fonte: Adaptado de TULER, M. 2007 Op. Cit.

As informações cedidas por familiares das vítimas ao exemplar *Direito à verdade e à memória*<sup>150</sup>, publicado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, contam que, na manhã do dia 7 de outubro, Alvino Ferreira Felipe estaria dirigindo-se à sede do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), em Acesita, para se submeter a uma perícia médica, pois, naquele dia, ele daria entrada ao processo de aposentadoria por invalidez. O alfaiate Geraldo Rocha Gualberto estaria comprando materiais de trabalho quando se deparou com o aglomerado de pessoas e foi atingido.

Os operários: Antônio José dos Reis, Sebastião Tomé da Silva, Aides Dias de Carvalho e Gilson Miranda teriam ido trabalhar normalmente naquela manhã e estariam à porta da siderúrgica esperando a autorização para entrar na empresa; já a bebê Eliane Martins teria sido atingida nos braços de sua mãe quando era levada para uma consulta médica no Ambulatório Central, que ficava nas proximidades da região do conflito<sup>151</sup>.

Dentre essas oito vítimas oficiais, o operário José Isabel Nascimento foi o único que não faleceu ainda no dia 7 de outubro, permanecendo hospitalizado na Casa de Saúde Santa Terezinha e sendo transferido para a Casa de Saúde Nossa Senhora do Carmo, em Coronel Fabriciano, onde faleceu no dia 17 de outubro.

<sup>148</sup> PEREIRA, C. Op. Cit., p.82.

<sup>149</sup> BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007 p.51.

<sup>150</sup> BRASIL. Op. Cit.

<sup>151</sup> PEREIRA, C. Op. Cit.; BRASIL. Op. Cit.; TULER, M., 2007. Op. Cit.; FREITAS, M., 2008.Op. Cit.

No depoimento prestado por ele à Auditoria de Justiça Militar, no dia 11 de outubro, teria afirmado:

(...) que no dia sete de outubro saiu de sua residência e dirigiu-se para seu local de trabalho e, ao chegar à portaria de entrada, encontrou seus colegas e foi barrado, pois uma greve estava começando a ser deflagrada, e o motivo dela era em sinal de protesto contra os vigilantes e contra a ação da Polícia na noite anterior. Afirmou que, por volta das 8 horas, o número de grevistas atingia quatro mil; que essa altura já se encontrava o local policiado. Afirmou que era fotógrafo amador e como estava de posse da máquina, começou a fotografar os feridos e os próprios policiais; e que a última fotografia que fez foi a de um soldado sobre um caminha, o qual foi o primeiro a disparar. Afirmou que levou um tiro pelas costas, que a bala varou seu corpo, saindo pela barriga (...) <sup>152</sup>.

Depois de disparar por alguns minutos, todos os policiais teriam subido no caminhão <sup>153</sup> onde estava colocada a metralhadora e se retirado rapidamente em direção aos morros que circundavam a região dos disparos. Dizem alguns que, mesmo em movimento, os policiais teriam continuado a atirar para todas as direções, atingindo e alarmando pessoas que estavam já distantes da aglomeração na portaria da Usiminas.

Cessados os disparos, alguns populares passaram a externar sua revolta quanto ao rumo violento dos acontecimentos. Segundo Carlindo Pereira, “(...) *alguns trabalhadores recolheram três dos cadáveres e os levaram para a sala do engenheiro Gil Guatimosin (...). Depositaram um deles sobre a mesa e disseram: “O senhor mandou matar, agora come”. O engenheiro fugiu, com medo de ser linchado*” <sup>154</sup>.

Ilustra essa descrição a foto exposta no jornal *O Globo*, no dia 8 de outubro de 1963 <sup>155</sup>. Além de estampar a capa do livro de Marcelo Freitas <sup>156</sup>, essa imagem também é comum em outros diversos trabalhos que analisam os acontecimentos de 7 de outubro de 1963 <sup>157</sup>.

---

<sup>152</sup> MINAS GERAIS, Auditoria da Justiça Militar. **Processo de número 2.035 tendo como acusados o Tenente Jurandir Gomes de Carvalho e outros praças envolvidos no Conflito da Usiminas, em Ipatinga**. Relator: Silvio de Sousa. Belo Horizonte 1963-1965, v.1., p. 91-92 *apud* TULER, M., 2007. Op. Cit., p. 58-59. O Inquérito Policial Militar instaurado para apurar os eventos ocorridos em Ipatinga teve início no dia seguinte aos acontecimentos. Cartuchos de balas, manchas de sangue e outras evidências criminais foram periciadas pela polícia técnica e deram início ao documento escrito sobre este episódio. Posteriormente, somaram-se a esses relatórios recortes de jornais e depoimentos prestados por médicos, policiais, operários e habitantes do povoado que teriam testemunhado o desenrolar dos fatos dos dias 6, 7 e 8 de outubro. Finalmente, em 1965, juntou-se a essa documentação as atas dos julgamentos dos policiais envolvidos nos disparos ocorridos em Ipatinga. Dessa forma, o exemplar resultante desse IPM, sobre os conflitos de Ipatinga, resultou em seis volumes, editados entre 1963 e 1965, totalizando mais de seiscentas páginas (muitas delas sem numeração definida e não se sabe se anexadas posteriormente). Por *e-mail*, a historiadora nos informou que ela cedeu uma cópia desse documento completo para o Museu Padre De Man, em Coronel Fabriciano.

<sup>153</sup> Segundo o jornalista Carlindo Pereira, os policiais teriam utilizado, na manhã do dia 7 de outubro, de um caminhão “opel” (emprestado), cuja placa era 96-27-76 (PEREIRA, C. Op. Cit., p.81). O representante dos operários, Geraldo Reis Ribeiro, recorda-se que, no momento da retirada dos policiais, o caminhão não teria conseguido dar partida: “(...) *Aí o pessoal subiu em cima do caminhão. Mas veja você o que é o destino né? O caminhão não pegou, o caminhão não pegou. Os policiais desceram para empurrar o caminhão, um rapaz desceu para empurrar o caminhão. Quando eles desceram para empurrar o caminhão, a turma, que já estava fechando o cerco, começou a jogar cascalho, aqueles cascalhos... de brita... da linha, que tinha muito*”. Depoimento de Geraldo Reis Ribeiro ao site Plox – Portal de notícias do Vale do Aço. **“Eu recolhi os corpos” - Entrevista com testemunha do Massacre de Ipatinga**. 36:01 minutos. Disponível em <<http://www.plox.com.br/caderno/aconteceu/eu-recolhi-os-corpos-entrevista-com-testemunha-Massacre-ipatinga>>. Vinculado no dia 07/10/2011. Acesso: 14/04/2013)

<sup>154</sup> PEREIRA, C. Op. Cit., p.82.

<sup>155</sup> *O Globo* 8 de outubro de 1963 *apud* PEREIRA, C. Op. Cit., p.85.

<sup>156</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit.

<sup>157</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit., p.241; MORAES, J. Op. Cit., 2009, p.836

Figura 2 – Corpo de uma das vítimas dos tiroteios de 1963 sobre a mesa de Gil Guatmosin, chefe de relações industriais da Usiminas.



Fonte: *O Globo*, 08 de outubro de 1963.

Somadas as propostas trabalhistas pleiteadas na manhã do dia 6, juntaram-se aos operários alguns outros habitantes do povoado, exigindo também a retirada do Regimento da Cavalaria de Ipatinga e a mudança no modelo de vigilância da Usiminas<sup>158</sup>.

Segundo as narrativas da historiadora Marilene Tuler<sup>159</sup> e do jornalista Marcelo Freitas<sup>160</sup>, a partir do dia 7 de outubro, algumas casas e guaritas da Usiminas passaram a ser alvos de depredações e incêndios. A cadeia pública<sup>161</sup> também teria sido invadida e os indivíduos que ali estavam encarcerados foram libertados. Em relação a essas ações populares, é importante analisar que os edifícios e veículos associados às repressões cotidianas praticados pela Usiminas e o Regimento da Cavalaria Montada passaram a ser vistos como os principais alvos nesse momento de revolta.

Algumas prostitutas da zona boêmia do “Juá” também foram hostilizadas e agredidas, principalmente aquelas que eram comumente associadas à companhia dos oficiais da Cavalaria Montada. Como exposto anteriormente, a maioria da população masculina frequentadora da zona boêmia do povoado sentia-se prejudicada com as constantes incursões do Regimento da Cavalaria no local, pois, além de perseguir os clientes dos prostíbulos, os policiais utilizavam-se da violência para cobrar altas propinas e ter privilégios entre as mulheres do Juá<sup>162</sup>.

Encaramos o ataque à zona boêmia do povoado como uma das principais formas de alguns habitantes do povoado de externar sua revolta (que poderia estar represada há muito

<sup>158</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit., p.61; FARIAS, R. Op. Cit., p.69-70.

<sup>159</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit.

<sup>160</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit.

<sup>161</sup> Alguns depoentes dizem lembrar-se de que, nessa ação, os revoltosos teriam conseguido libertar grande parte dos operários que haviam sido presos no alojamento Chicago Blitz, na noite do dia 6. O *Correio de Minas* de 11/10/63 conta que oito presos foram libertados da cadeia de Ipatinga no dia oito de outubro, sendo que um deles, José Antônio de Souza, teria sido acusado de envolver-se numa briga e assassinar o seu adversário na saída de uma festa (Recorte do jornal *Correio de Minas* 11 de outubro de 1963. “Ipatinga – conflito entre policiais e operários da Usiminas”).

<sup>162</sup> PEREIRA, C. Op. Cit.

tempo) depois dos disparos efetuados pelos policiais do Regimento da Cavalaria no dia 7 de outubro. Segundo o jornal *Estado de Minas*, edição do dia 10 de outubro de 1963, analisado por Marilene Tuler, “Dezenas de trabalhadores incendiaram, depredaram e promoveram desordens no bairro do “Forró do Juá” (...). Terminada a destruição da cadeia, os desordeiros penetraram na zona alegre, à procura das mulheres que eram companheiras dos soldados envolvidos na chacina da última segunda-feira”<sup>163</sup>.

Na pasta nº 4656 do Arquivo da Polícia Política de Minas Gerais, intitulada *Ipatinga – conflito entre policiais e operários da Usiminas*<sup>164</sup>, há um recorte do jornal *Correio de Minas*, edição do dia 11 de outubro de 1963, que trazia outra reportagem sobre o ataque de populares a um dos cabarés de Ipatinga:

Até ontem, Maria Silva, responsável pelo cabaré de Ipatinga, mostrava-se apavorada com o que se passava. Ela é quem conta como se deu o quebra-quebra na casa: os operários chegaram armados de marretas e puseram abaixo as portas de aço e passaram a depredar os móveis.

Estabeleceu-se o pânico entre as mulheres, investindo sobre elas os trabalhadores começaram a espancá-las. As que não conseguiram fugir foram lançadas pela janela. Quase todas as mulheres do cabaré ficaram feridas, mas nenhuma em estado grave. A própria dona da casa, Maria Silva recebeu ferimentos durante a invasão.

Quando viu que os operários estavam quebrando tudo, Maria pediu a ajuda de seus parentes para rechaçar os invasores. Foram trocados alguns tiros, mas ninguém saiu ferido por bala. Os trabalhadores terminaram pondo fogo no cabaré e indo embora

<sup>165</sup>

Através da pesquisa dos recortes de jornais reunidos na pasta nº 4656 do Arquivo da Polícia Política de Minas Gerais e da análise dos trabalhos de alguns autores<sup>166</sup>, podemos destacar que, entre as depredações posteriores à “Chacina de Ipatinga”, despertou grande atenção da imprensa a destruição do caminhão que teria sido utilizado pelo Regimento da Cavalaria para realizar as ações na manhã do dia 7 de outubro. No dia seguinte aos disparos, o “caminhão assassino” foi levado até o alojamento dos técnicos no Bairro Horto, onde foi marretado e incendiado. Podemos observar, na imagem a seguir, veiculada em variados jornais, que grande parte dos indivíduos veste-se com o uniforme da Usiminas enquanto acompanham a destruição do “caminhão assassino”.

---

<sup>163</sup> *Estado de Minas* 10/10/1963 apud TULER, M. 2007. Op. Cit., p.70.

<sup>164</sup> Em 2012, o Arquivo Público Mineiro passou a disponibilizar em seu site ([www.siaapm.cultura.mg.gov.br](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br)) a digitalização de diversos documentos públicos produzidos entre 1927 e 1982, pelo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG). Destacamos nossa atenção à pasta nº 4656, intitulada *Ipatinga – conflito entre policiais e operários da Usiminas*, composta por 56 folhas que reúnem telegramas, recados e diversos recortes de jornais publicados, principalmente em Minas Gerais e Rio de Janeiro (*Diário da Tarde, O Estado de Minas, Última Hora, O Diário, Correio de Minas*).

<sup>165</sup> Recorte do jornal *Correio de Minas*, 11 de outubro de 1963. “Ipatinga – conflito entre policiais e operários da Usiminas”.

<sup>166</sup> PEREIRA, C. Op. Cit.; TULER, M., 2007. Op. Cit.; SOUZA, P. Op. Cit.; FREITAS, M., 2008. Op. Cit.; FARIAS, R. Op. Cit.

Figura 3 – Operários destruindo e incendiando o caminhão que teria sido usado pelos policiais no dia 7 de outubro de 1963



Fonte: O *Cruzeiro*, 03 de novembro de 1963 *apud* TULER, M. 2007. Op. Cit. p.42; FARIAS, R Op. Cit. p.70.

Disposto a encerrar a situação revoltosa no Vale do Aço, o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, teria solicitado ao comandante-geral da Polícia Militar Mineira, ao coronel José Geraldo de Oliveira e ao secretário de Segurança Pública, Caio Mário da Silva Pereira, que partissem com urgência para Ipatinga a fim de negociar com os trabalhadores.

O trabalho do jornalista Carlindo Pereira (1987) aponta que a diretoria da Usiminas, tentando diminuir a repercussão negativa que o conflito teria trazido para a imagem da empresa, emitiu, ainda na tarde do dia 7, um comunicado oficial exprimindo lamentar os acontecimentos, comprometendo-se ajudar as vítimas e comunicando que a empresa continuava “em perfeita harmonia” com seus “empregados”. Segue a nota oficial:

A diretoria da Usiminas lamenta comunicar que houve, na manhã de hoje, grave atrito entre seus operadores, operários de firmas empreiteiras e elementos do destacamento local da Polícia Militar, com sete mortos e vários feridos.

O incidente teve início ontem, com desentendimentos entre alguns operadores, o serviço de segurança da empresa e a polícia, resultando na prisão de várias pessoas. Em consequência houve paralisação, até o momento parcial das atividades da Usina e do tráfego ferroviário da E.F.V.M. [Estrada de Ferro Vitória-Minas].

O secretário de Segurança, o comandante da Polícia Militar e um diretor da Usiminas estão se dirigindo a Ipatinga para as providências necessárias ao apaziguamento dos ânimos e restabelecimento da tranquilidade.

A Usiminas vem prestando assistência às vítimas, estando os feridos sendo medicados nos hospitais do município de Coronel Fabriciano

Ao ensejo, a Usiminas comunica que as suas relações com os empregados e operários estão em perfeita harmonia, inclusive tendo sido aprovado anteriormente em assembléia do respectivo sindicato, o aumento salarial pretendido pelo pessoa<sup>167</sup>.

<sup>167</sup> PEREIRA, C. Op. Cit., p.92.

Com a chegada das autoridades estaduais a Ipatinga na tarde do dia 7, foi organizada uma nova reunião no Escritório Central da Usiminas, com a presença também do Padre Avelino Marques e Geraldo Ribeiro (presidente do METASITA). Depois dos debates, a proposta apresentada pelas autoridades de segurança e diretoria da Usiminas prometia empenho na diminuição dos problemas salariais e estruturais na região. Em troca, a intenção era encerrar os “tumultos” e negociar a manutenção de um corpo de vigilantes na Usiminas e da polícia no povoado.

Os representantes dos operários teriam relutado em aceitar tais propostas, pois queriam que o Exército<sup>168</sup> passasse a exercer o controle da ordem na região, porém, o coronel José Geraldo teria garantido a chegada de policiais treinados e preparados psicologicamente para aquele tipo de ambiente tenso, por isso pediu aos trabalhadores um crédito de confiança aos policiais<sup>169</sup>.

As negociações foram aceitas quando foi dada a garantia de que o Capitão Robson Zamprogno, o Tenente Jurandir e os outros policiais ligados às ações violentas dos dias 6 e 7 seriam afastados de suas atividades e transferidos para Belo Horizonte, onde passariam por um julgamento e, caso fossem considerados culpados, sofreriam punições exemplares. Em substituição ao Regimento da Cavalaria Montada, foram transferidos para Ipatinga oficiais e soldados do 6º Batalhão de Governador Valadares.

Depois de apresentado um grupo de propostas que favoreciam aos trabalhadores da Usiminas e aos habitantes do povoado, os protestos teriam diminuído no Vale do Aço. De acordo com o relato do jornalista Luiz Alves, publicado no periódico *A Verdade*<sup>170</sup>,

As propostas solicitadas pelos operários foram atendidas, em parte. Mudou o quadro de vigilantes sendo os próprios funcionários que exerceriam esta função, as viúvas foram pensionadas, não foram punidos os operários que integraram a rebelião, houve assistência aos feridos, reajuste salarial em 38%, elaboração de um plano entre empresa e trabalhadores referente à moradia, alimentação e transporte. O único pedido a não ser conquistado foi à retirada da polícia<sup>171</sup>.

Entre os dias 7 e 13 de outubro, um extenso grupo de médicos, legistas e investigadores iniciaram, no povoado, a primeira etapa das investigações sobre os acontecimentos de Ipatinga. Na medida em que os resultados eram divulgados e os depoimentos colhidos, vários periódicos passaram a trazer a público as repercussões causadas pelos acontecimentos ocorridos no principal portão de entrada da Usiminas.

Em uma matéria do jornal *O Diário*, do dia 9 de outubro de 1963, alguns dos deputados pertencentes à Assembléia Legislativa de Minas apressaram-se em mostrar o seu posicionamento a favor da reparação dos familiares das vítimas e da punição aos culpados, a saber:

---

<sup>168</sup> Depois de restabelecido o Regime Democrático no Brasil, alguns intelectuais e líderes sindicais passaram a disseminar teorias de que o excesso de violência praticado pela Polícia Militar de Minas Gerais, em outubro de 1963, teria “servido como um ensaio” para um possível conflito civil quando fosse declarado o Golpe Militar. Marilene Tuler (TULER, M., 2007. Op. Cit.) e Marcelo Freitas (FREITAS, M., 2008. Op. Cit.) defendem que o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, já estaria preparando a polícia do seu estado para apoiar uma intervenção política no país. Por isso, teria se recusado terminantemente em aceitar a substituição do Regimento da Cavalaria por tropas nacionais do Exército. A presença de destacamentos federais no Vale do Aço poderia frustrar as estratégias do governador mineiro. Em depoimento ao documentário *Silêncio 63*, o ex-operário “Edinho” afirma que: “*O Massacre de Ipatinga, ele foi uma estratégia do Regime Militar. E aí é real. Foi uma estratégia, do Regime Militar, um balão de ensaio para ver como eles iriam viabilizar o triste Golpe de 31 de março de 1964*”. (Depoimento de Edinho ao documentário *Silêncio 63*, Op. Cit.)

<sup>169</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit., p.5.

<sup>170</sup> *A Verdade*. 17 de setembro de 2006. “O Massacre dos operários de Usiminas”.

<sup>171</sup> *A Verdade*. Op. Cit.

Irreparável

Ao propor a concessão de pensão vitalícia aos familiares dos mortos, o deputado Wilson Modesto disse que não tem meios de reparar o mal. Nem a punição dos culpados fará retornar a vida àqueles que se viram chacinados.

Por outro lado o deputado Geraldo Quintão declarou que ‘devem ser responsabilizados todos aqueles que participaram direta ou indiretamente imediata ou mediamente sejam militares ou polícia – civis, da chacina que enlutou não apenas as famílias dos que tombaram naquela praça de trabalho, mas todos nós que temos nosso coração e nossa alma combalidos por tão infausto acontecimento. É preciso muita cautela para que não sofram inocentes, nem que sejam absolvidos os culpados e os criminosos que encharcaram de sangue a terra fértil do distrito de Ipatinga<sup>172</sup>.

Já o exemplar do jornal *O Binômio*, publicado no dia 14 de outubro, procurava tecer pesadas críticas aos policiais envolvidos no conflito. Segundo o impresso, o despreparo e a violência do Regimento da Cavalaria em Ipatinga já eram claramente observáveis algum tempo antes dos episódios no portão da Usiminas. Segundo o jornal, a insatisfação dos habitantes do povoado era sensível e a explosão de um conflito já estava praticamente anunciada.

Como defende a matéria jornalística em questão, por estar ciente das injustiças e práticas de tortura realizadas pelos seus comandados, o Capitão Robson Zamprogno deveria ser julgado como o responsável pela “Chacina” ocorrida em Ipatinga e, como os outros policiais, caso comprovada a sua culpa, expulso da Polícia e punido também pela Justiça Comum.

#### A CHACINA DE IPATINGA

Esse episódio do metralhamento dos operários em Ipatinga veio demonstrar com sobra o grau de completo despreparo da polícia de Minas. Há muito tempo vimos sustentando a tese de que é preciso reorganizar inteiramente nosso aparelho policial, cujos critérios de funcionamento são quase medievais (...). O sistema de conseguir confissões aqui é ainda o do pau-de-arara, co choque elétrico, do porrete. O melhor policial é o que sabe com maior eficiência manobrar o instrumental do terror e da brutalidade. Quando se trata então de movimentos operários o requinte da violência chega a extremos de perfeição.

O caso de Ipatinga dispensa qualquer outros exemplos: a polícia disparou suas armas fria e mecanicamente contra centenas de indivíduos sem defesa, inclusive crianças e aleijados. De tudo, nessa sinistra demonstração de fôrça, resultou o saldo de oito mortes e quase uma centena de feridos.

Na verdade não era preciso que nada disso tivesse acontecido. Mas a polícia de Ipatinga, a começar pelo capitão comandante do destacamento, não tinha condições de ordem moral para responder pelo policiamento de um núcleo de tão nervoso comportamento. As divergências entre operários e a polícia vinham de muito tempo, mas poderiam ser evitadas se houvesse de parte do comandante do destacamento a necessária habilidade para impor-se à conduta de sua tropa. Êle acabou se transformando - ao que estou informado - em instrumento dócil da vontade de seus subordinados. O clima, já tenso foi se incendiando até a explosão da segunda-feira última, que tantas dores e angustias provocou<sup>173</sup>.

Depois de ouvidos médicos, feridos, policiais, vigilantes, diretores da Usiminas e outros diversos habitantes do povoado de Ipatinga, o sub-corregedor Newton Nogueira Campos, responsável pelo inquérito policial, e o Major Silvio de Souza, encarregado do inquérito policial-militar sobre os fatos ocorridos em Ipatinga, decidiram prosseguir as investigações ouvindo os policiais que estavam encarcerados em Belo Horizonte. O jornal de

<sup>172</sup> *O Diário*. 09 de outubro de 1963. “AL vai seguir inquérito de Ipatinga e quer saber o que Executivo já fez”.

<sup>173</sup> *O Binômio*. 14 de outubro de 1963. “A Chacina de Ipatinga”.

grande circulação, *Estado de Minas*, noticiou, na manhã do dia 15 de outubro, a chegada dessas autoridades na capital mineira:

Já ouvidas cêrca de cem testemunhas

Regressaram de Ipatinga o sub-corregedor de polícia delegado Newton Nogueira Campos e o Major Silvio de Souza, encarregados, respectivamente do inquérito que visa apurar a responsabilidade civis nos acontecimentos da semana passada e do inquérito policial militar. Ambos ouviram dezenas de testemunhas e feridos em Ipatinga, devendo colher nessa Capital os depoimentos dos militares envolvidos nos incidentes que resultaram a morte de oito pessoas e numerosos feridos.(...)

O delegado Newton Nogueira Campos chegou a Belo Horizonte na madrugada de ontem. Falando ao ESTADO DE MINAS, disse que colheu depoimento de aproximadamente cem pessoas em Ipatinga, inclusive de feridos nos acontecimentos. (...)

Adiantou o sub-corregedor que um dos mortos em Ipatinga foi sepultado em Braúnas de Guanhães, sem que providenciasse a necropsia. Tomará como providências para constar dos autos o necessário laudo sobre a cauda morte dessa vítima e se for necessário, requererá inclusive exumação do corpo, para necropsia <sup>174</sup>

Com base nas primeiras resoluções dos responsáveis diretos pelos processos, a edição do *O Diário*, desse mesmo dia 15 de outubro, considerava as investigações sobre os fatos já bem avançadas e contabilizava até aquele dia oito vítimas fatais, sendo seis delas operários ligados à Usiminas.

Quase concluídos os inquéritos policial e militar sôbre Ipatinga

Regressaram de Ipatinga o Subcorregedor Newton Nogueira Campos e o Major Silvio de Sousa, encarregados respectivamente do inquérito policial e policial-militar a respeito dos últimos acontecimentos ali registrados. Os inquéritos estão chegando na fase final e dentro de alguns dias serão entregues ao Secretário de Segurança Pública e Comandante da Polícia Militar (...)

Fazendo um relato do móvel do conflito, afirmou o senhor Newton Nogueira Campos que tudo se deu em virtude da prisão de 300 operários que queriam deixar os portões da Usiminas sem serem identificados pelos vigias. Com a prisão e espancamento os operários se reuniram e decidiram não trabalhar na segunda-feira<sup>175</sup>. Surgiu um grupo à porta da empresa e os vigias solicitaram a colaboração da Polícia Militar, insultados, os soldados não contiveram os ânimos e passaram a fazer uso das armas culminando com a morte de seis operários, uma criança e um mendigo <sup>176</sup>.

---

<sup>174</sup> *Estado de Minas*. 15 de outubro de 1963. “Inquérito de Ipatinga: Militares começam a depor”. Segundo os autos do processo nº 2.035 (MINAS GERAIS, Op. Cit.), analisados no trabalho da historiadora Marilene Tuler (TULER. M., 2007. Op. Cit., p.58), depois de alguns dias da morte, foi realizada a exumação do corpo do alfaiate Geraldo da Costa Gualberto para a realização da necropsia solicitada pelos responsáveis pelos inquéritos: policial e policial militar. Como já apontamos, ficou constatado que a bala que feriu mortalmente o alfaiate teria adentrado pela região da bacia e perfurado um de seus rins.

<sup>175</sup> Como já mencionamos, existem divergências se houve uma paralisação parcial ou total dos trabalhadores da Usiminas na manhã do dia 7 de outubro. Segundo as pesquisas de Furtado (FURTADO. R. Op. Cit.) e Edson Silva Júnior (SILVA JÚNIOR et. al. “**A Greve Continua!**”: **Algumas Considerações Historiográficas Sobre os Movimentos Grevistas de Volta Redonda**. Cadernos UniFOA. Edição n. 07, agosto 2008), se paralisados, alguns setores de uma empresa siderúrgica, como os alto fornos, demoram muito para retornar a normalidade de suas atividades, trazendo grandes perdas econômicas para a empresa. Acreditamos, então, que mesmo com o protesto nos portões da empresa, alguns operários continuaram trabalhando na Usiminas para mantê-la funcionando. Em seu depoimento ao documentário *Silêncio 63*(Op. Cit.), o ex-operário José Elias dos Santos (“Seu Juca”) ressalta que, por conseguir chegar bem cedo à empresa siderúrgica, teria conseguido entrar e começar a trabalhar no dia 7 de outubro de 1963. Dispensado algumas horas depois, teria sido atingido por uma das balas disparadas pelos policiais enquanto dirigia-se para a sua casa.

<sup>176</sup> *O Diário*. 15 de outubro de 1963. “Quase concluídos os inquéritos policial e militar sôbre Ipatinga”.

É importante lembrar que os relatórios oficiais contabilizam uma criança, um alfaiate e seis “operários” como vítimas fatais dos disparos no dia 7. Porém, a oitava vítima oficial, o operário José Isabel Nascimento, cederá o seu depoimento à polícia no dia 14 e faleceria na Casa de Saúde Nossa Senhora do Carmo, em Coronel Fabriciano, somente no dia 17 de outubro. Assim, o impresso teria “acrescentado mais um operário à lista de vítimas”. Além da criança (Eliane Martins), a presença de um mendigo entre os mortos dos eventos do dia 7 de outubro de 1963 é recorrente em algumas listas e relatos sobre o conflito. No terceiro capítulo deste trabalho, abordaremos algumas das possíveis apropriações da memória em torno “dessa vítima”.

Como atentava *O Diário* do dia 15, depois de ouvidos os policiais que tiveram participação no conflito de Ipatinga, os resultados de ambos os inquéritos (policial e policial-militar) foram entregues para a apreciação do Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Geraldo de Oliveira.

Dois dias depois, o Coronel Oliveira (Secretário de Segurança Pública e Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais) passou a defender que a responsabilidade pela atitude violenta da manhã do dia 7 não deveria recair isoladamente sobre aquele grupo de policiais. Segundo a matéria publicada no jornal *Correio de Minas*, edição do dia 18 de outubro, o coronel ponderava que os militares haviam sido provocados pelos trabalhadores e os embates cotidianos entre vigilantes e operários da Usiminas poderiam ser apontados como a principal causa para o início do conflito na manhã do dia 7 de outubro.

Coronel diz que operários jogaram pedra em soldados  
Responsabilizando os vigilantes da Usiminas pela “Chacina de Ipatinga” e achando justo a destruição do caminhão que levava viveres para a PM, o Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Geraldo de Oliveira, depôs ontem perante a CPI que apura os incidentes do dia 7 último em Ipatinga.  
O Coronel José Geraldo de Oliveira não afirmou se os soldados da PM foram ou não culpados pela “Chacina”, mas disse que os operários agiram mal quando jogaram pedras nos soldados. (...) Procurando deixar bem a Polícia Militar, o Coronel José Geraldo de Oliveira iniciou seu depoimento jogando a culpa pelos incidentes nos vigilantes da USIMINAS e nos operários. Com relação aos soldados, disse que somente entrevistaram porque solicitados, não podendo ser atribuída a eles a responsabilidade total da Chacina  
O Comandante, porém, admitiu que, diante da ameaça física por causa das pedradas, os soldados agiram mal ao se utilizarem de armas, com as quais atiraram para matar ao invés de atirar para cima, como manda a técnica de dispersar multidão<sup>177</sup>.

Mesmo assumindo que os policiais teriam se equivocado ao disparar em direção à multidão, o representante das forças policiais procurou destacar, nesse depoimento, que os disparos só teriam se iniciado porque os operários teriam aproveitado da grande vantagem numérica para acuar e ameaçar os dezenove policiais.

As afirmações do Coronel José Geraldo de Oliveira repercutiram negativamente para a imagem da Usiminas. Se os policiais teriam disparado apenas para se defender de uma multidão que já estaria revoltada, a responsabilidade pelos acontecimentos poderia, então, recair sobre aqueles que teriam insuflado o ânimo dos que estavam nos portões da empresa na manhã do dia 7.

Como já observamos, ainda no dia que ocorreram os disparos, a empresa siderúrgica preocupou-se em publicar uma nota oficial, divulgando a versão da instituição sobre os acontecimentos, prometendo apoio aos familiares das vítimas e afastando a versão de que haveria um clima de desentendimento entre os trabalhadores e a empresa. Adotando esse posicionamento discursivo e entrelaçando acordos com alguns representantes operários, a

---

<sup>177</sup> *Correio de Minas*. 18 de outubro de 1963. “Coronel diz que operários jogaram pedra em soldados”.

Usiminas esperava rapidamente diminuir sua responsabilidade e dos vigilantes contratados pela empresa como fomentadores dos embates dos dias 6 e 7 de outubro. A declaração prestada pelo Coronel Oliveira ia de encontro a essa tentativa e novamente aproximava à empresa as imagens negativas causadas pelas mortes e o grande número de pessoas feridas nas proximidades do portão de entrada da empresa <sup>178</sup>.

Alguns dias depois, sob o título “*Presidente da Usiminas acusa PM como responsável pelo drama de Ipatinga*”, a edição do jornal *Estado de Minas* de 23 de outubro de 1963 trazia os principais pontos do depoimento do presidente da Usiminas, Amaro Lanari Júnior, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia incumbida de investigar os acontecimentos de Ipatinga. Segundo ele, “*O corpo de vigilância interno da Usina é composto de 270 homens, que trabalham desarmados; nunca houve desarmonia entre a Usiminas e os seus operários*” <sup>179</sup>. O jornal *Correio de Minas*, do mesmo dia, também dava destaque à tentativa do presidente da siderúrgica de repudiar as declarações do Coronel Oliveira, afastando da empresa as responsabilidades diretas sobre os “acontecimentos trágicos” do dia 7 e ainda acusar os policiais militares como prováveis responsáveis “pela chacina” <sup>180</sup>.

Polícia é a única culpada da chacina, diz Lanari.

O Sr. Amaro Lanari Júnior declarou não ser verídica a alegação do coronel Geraldo de Oliveira, segundo o qual causas remotas determinaram a chacina. Foi uma causa próxima e determinante: imprudência da Polícia Militar. Também explicou, nunca houve desarmonia entre Usiminas e operários

(...) O conflito entre a PM e os operários deu-se a considerável distância do escritório da companhia

Por fim, o depoente isentou a Usiminas da culpabilidade pela chacina, dizendo que à intervenção da Polícia Militar decorrente dos apupos dos operários deve ser atribuído a responsabilidade pelo conflito <sup>181</sup>.

A partir da análise de alguns impressos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, observamos que, logo nos dias e meses subsequentes aos conflitos envolvendo vigilantes, operários e policiais em Ipatinga, iniciaram-se as disputas discursivas sobre as causas e responsabilidades do conflito. Os policiais que administravam a segurança no Vale do Aço teriam se excedido no uso da violência? A direção da empresa siderúrgica, por meio da fiscalização exercida pelo seu corpo de vigilantes, teria naquele momento ultrapassado os limites da imposição de um modelo produtivo? Já haveria grupos de operários organizando

---

<sup>178</sup> Em busca da visão institucional da empresa sobre esses eventos históricos, o jornalista e mestre em Ciências Sociais teria enviado um *e-mail* para um dos setores da Usiminas em agosto de 2007 (mais de 15 anos passados da privatização), solicitando algumas informações e documentações sobre o conflito de 1963. Em resposta o autor teria recebido o seguinte: “*O incidente ocorreu nas imediações da Usiminas, envolvendo operários de empreiteiras e a polícia da região. Nesse sentido, a Usiminas julga importante ressaltar que o episódio se deu em uma das portarias, portanto, fora das dependências da empresa e sem qualquer envolvimento da siderúrgica. Como se trata de uma questão envolvendo o poder público e os cidadãos brasileiros, sugerimos consultar a Assembléia Legislativa para verificar a possibilidade de conseguir algum material sobre o assunto*” (E-mail enviado pela Usiminas para Marcelo Freitas *apud* FREITAS, M., 2008, p.301).

<sup>179</sup> *Estado de Minas*, 23 de outubro de 1963. “Presidente da Usiminas acusa PM como responsável pelo drama de Ipatinga”.

<sup>180</sup> Em novembro daquele mesmo ano, foram reproduzidos, no *Jornal do Brasil*, trechos do depoimento prestado pelo engenheiro e chefe do departamento de Relações Industriais, Gil Guatimosin, à CPI que apurava os acontecimentos de Ipatinga. Sob o título “Usiminas põe a culpa na Polícia”, a matéria jornalística afirmava que o engenheiro: “(...) culpou o destacamento policial pela morte de oito pessoas, ressaltando, porém, que o Capitão Rubson [sic], que o comandava, ‘é bom moço’. Referindo-se a violência policiais anteriores ao massacre de Ipatinga, revelou o Sr. Gil Guatimosin que o operário José da Silva teve os órgãos genitais mutilados por soldados do destacamento” (*Jornal do Brasil*, 14 de novembro de 1963. “Usiminas põe a culpa na Polícia”).

<sup>181</sup> *Correio de Minas*, 23 de outubro de 1963. “Polícia é a única culpada da chacina, diz Lanari”.

uma reação violenta contra a empresa e a polícia? Os disparos ocorridos em um dos portões da Usiminas, na manhã do dia 7 de outubro de 1963, foram acidentais ou já estavam traçados planos para que se sucedesse uma “intervenção exemplar” no Vale do Aço? O movimento operário ligado aos trabalhadores da Usiminas iniciava-se ou sufocava-se a partir desse episódio?

Diversas foram as questões levantadas a partir da ocorrência dos conflitos no portão da Usiminas, no dia 7 de outubro de 1963; muitos pesquisadores ainda hoje dedicam seus trabalhos investigativos para esclarecer algumas delas. Reconhecemos que várias e diferentes são as narrativas para descrever esses episódios que marcaram a história da região.

Nosso trabalho, porém, não procura hierarquizar como “mais verdadeira” alguma narrativa sobre esses eventos; o que buscamos é justamente analisar a pluralidade desse conjunto de narrativas e disputas de memórias ligadas a este acontecimento traumático “local”<sup>182</sup> na medida em que se modificavam os contextos históricos e motivações políticas em que estes passaram a ser rememorados nas décadas seguintes.

Procuraremos, no capítulo posterior, identificar o conjunto de elementos que contribuíram para que as memórias sobre o “grave atrito entre seus operadores, operários de firmas empreiteiras e elementos do destacamento local da Polícia Militar” passassem por um período de silenciamento, principalmente na segunda metade da década de 1960 e na década de 1970.

---

<sup>182</sup> Os conflitos que fazem parte de nossa análise são espacialmente restritos aos povoados do Vale do Aço, especialmente a região que, em 1964, tornou-se a cidade de Ipatinga; porém, não recusamos que as causas e consequências desse evento histórico transcendam os limites desse espaço geográfico.

## **Capítulo II**

### **O silêncio sobre os “atritos de 1963”**

Dentre os habitantes do Vale do Aço e os pesquisadores que investigam a região da cidade de Ipatinga, podem ser encontrados alguns traços coincidentes, como a perspectiva de que, na primeira metade da década de 1960 (principalmente até 1963), o projeto siderúrgico e o crescimento populacional desenfreado ocorrido naquele espaço construíram e alimentaram um ambiente de tensão, envolvendo operários, habitantes do povoado e autoridades regionais. Assim, a carestia, a violência e a intensa competição social favoreceram<sup>183</sup> para que fosse gestado o conflito de 1963. Tanto o Capitão do Regimento da Cavalaria, Robson Zamprogno (que vivenciou aqueles acontecimentos), como os intelectuais de diferentes orientações e temporalidades que analisaram o conflito<sup>184</sup>, reconhecem, de maneira relativamente próxima, que a tensão entre habitantes, operários, empresa e autoridades policiais funcionou como elemento catalisador para a ocorrência do “episódio dramático” de Ipatinga, em 1963.

Consideramos, também, que outro ponto comum entre os habitantes do Vale do Aço e os pesquisadores que o estudam, é avaliar que, nos anos posteriores ao conflito (segunda metade da década de 1960 e década de 1970), diversos fatores de ordem econômica, política e social, internacionais e regionais, possibilitaram que as tensões naquela região fossem administradas a partir de novos modelos de atuação, abrandando, assim, os problemas trabalhistas e estruturais aos olhos de uma parcela significativa dos operários e habitantes do povoado de Ipatinga.

Dessa maneira, para estudar o processo de silenciamento pelo qual as memórias dos eventos históricos de 1963 atravessaram na segunda metade da década de 1960 e década de 1970, acreditamos que é importante refletir sobre a importância de algumas das mudanças sentidas diretamente naquela região, como, por exemplo, a ocorrência do Golpe Militar, a emancipação política de Ipatinga (29 de abril de 1964), a polarização política acentuada na Ditadura Militar, a legalização do SINDIPA (1º de maio de 1965), o crescimento da importância do setor siderúrgico nacional e a construção da “Cultura Usiminas” em torno da siderúrgica ipatinguense.

Parece-nos claro que, além desses eventos e processos históricos, outros fatores contribuíram para que as tentativas de silenciar as discussões sobre esses determinados acontecimentos fossem mais efetivas durante esse período. Nos tópicos a seguir, centraremos nossa atenção em alguns desses pontos e elegemos analisar, primeiramente, as tentativas das autoridades locais de facilitar as relações entre operários e empresa nesse período.

## *2.1 – A construção da “Família Usiminas”*

Em 2009, a Usiminas enfrentou dificuldades financeiras em decorrência de uma crise econômica mundial, tendo que encerrar as atividades de três dos cinco altos fornos da siderúrgica, decretar férias coletivas e demitir um grande número de funcionários. Durante

---

<sup>183</sup> Acreditamos que ambos os fatores apontados tencionaram aquele espaço siderúrgico, encontrando na “Chacina de Ipatinga” um terreno fértil para sua ocorrência. Porém, devemos considerar que a soma desses fatores, por si só, não seriam suficientes para condicionar uma intervenção violenta como aquela.

<sup>184</sup> PEREIRA, Carlindo Marques. **O Massacre de Ipatinga**. 2. ed. São Bernardo do Campo: Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987; TULER, Marilene. **Massacre de Ipatinga: mitos e verdades**. Belo Horizonte: O lutador, 2007; SOUZA, Paulo Roberto de. **Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60**. Dissertação de mestrado. Uberlândia-MG: Departamento de História da UFU, 2007; FREITAS, Marcelo. **Nãofoi por acaso: A História dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga**. Belo Horizonte: Comunicação de Fato, 2008; FURTADO, Raquel Alves. **A construção e a (tentativa) de desconstrução da “cultura USIMINAS”: narrativas ao longo de 50 anos**. Tese de doutorado pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG, 2011.

alguns meses, Raquel Furtado <sup>185</sup>, pesquisadora em administração e ex-funcionária de uma grande siderúrgica mineira, relata que passou a observar entre os trabalhadores mais antigos e aposentados da Usiminas, algumas queixas sobre o momento em que a empresa atravessava.

Segundo a estudiosa, nas conversas com esses ex-operários, era comum que eles se remontassem a uma imagem de grandiosidade da siderúrgica e proximidade entre ela e os seus trabalhadores. Perguntados sobre o momento em que a empresa passava em 2009, a autora diz que era comum ouvir deles que: “Lá está um horror, mudou tudo”, “(...) *isso nunca aconteceu na história da empresa!*” <sup>186</sup>

A partir dessa imagem de mudança negativa em 2009, Raquel Furtado passou a construir a problemática de sua tese de doutorado na tentativa de entender “(...) *como ocorreu o processo de construção do que os empregados chamam ‘Cultura Usiminas’*” <sup>187</sup> e, até que ponto, estaria ocorrendo um movimento inverso, de desconstrução? <sup>188</sup>

Para a autora, o processo de “desconstrução da Cultura Usiminas” teria se acentuado a partir de 2008, quando o presidente da empresa, Rinaldo Campos (que estava no cargo desde 1990), foi substituído por Marco Antônio Castello Branco, um sujeito que teria, então, iniciado um projeto de reestruturação da empresa, demitindo muitos funcionários, inclusive de chefias. Por outro lado, o projeto de construir a “cultura da empresa” teria congregado elementos do simbolismo puramente mineiro, bem como do brasileiro e do japonês, tendo iniciado, segundo ela, mesmo antes da fundação física da siderúrgica.

Como os pilares desse sentimento de participação junto à empresa foram lançados ainda no início dos anos 1960, podemos identificar que, para a historiografia que analisa o Vale do Aço, a segunda metade da década de 1960 inaugura um período em que orientações da diretoria da Usiminas voltaram-se para a “valorização social dos operários”, principalmente daqueles que faziam parte dos quadros efetivos da empresa.

Nessa perspectiva, Souza <sup>189</sup>, Duarte <sup>190</sup>, Farias <sup>191</sup> e Furtado <sup>192</sup> defendem que essa transformação ocorreu a partir de uma revisão do grupo de mecanismos simbólicos e do modelo de atuação entre empresa e operários. Era necessário valorizar os elementos aglutinadores e positivos do trabalho, aproximando o cotidiano da empresa e de seus trabalhadores. Por outro lado, a empresa propalava mecanismos que “superavam ou silenciavam” as memórias do período de precariedades e conflitos, tendo derrocado nos acontecimentos de 1963.

Como um dos assuntos que mais chamavam a atenção dos operários durante os primeiros anos do funcionamento da siderúrgica em Ipatinga eram as questões de divisão hierárquica entre os trabalhadores e o acesso de poucos deles às infraestruturas construídas

---

<sup>185</sup> FURTADO, R. Op. Cit.

<sup>186</sup> Ibid., p.26

<sup>187</sup> Em sua pesquisa, Raquel Furtado observa que o sucesso da produção siderúrgica nacional nos anos 1965-1975, aliada à mudança do modelo de atuação da Usiminas junto aos trabalhadores do Vale do Aço, possibilitou que a empresa pudesse negociar a adoção de regras e de um ritmo de trabalho em troca de concessões de benefícios estruturais e sociais para seus trabalhadores. A aceitação desse *status* ia muito além de uma cooptação da empresa, mas passava pela adoção de uma “Cultura da Usiminas” (Idem.). Por sua vez, o historiador João Duarte defende, em seu trabalho, que essa “Cultura Usiminas” deveria ser entendida como “(...) *uma cultura institucional, com um processo decisório formalizado com níveis hierárquicos articulados, favorecendo a internalização de valores e normas da empresa, forjando um consenso no qual as decisões individuais são meras aplicações de normas gerais, por meio de treinamentos constantes*”. (DUARTE, João Carlos. **A ação política do grupo Ferramenta na década de oitenta em Ipatinga**. Dissertação de Mestrado em História Social pelo Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra. USS, 2007. p.88)

<sup>188</sup> FURTADO, R. Op. Cit., p.32

<sup>189</sup> SOUZA, P. Op. Cit.

<sup>190</sup> DUARTE, J. Op. Cit.

<sup>191</sup> FARIAS, R. Op. Cit.

<sup>192</sup> FURTADO, R. Op. Cit.

pela empresa (habitações, clubes, hospitais etc.), os diretores da Usiminas teriam trabalhado para que essas diferenciações sociais fossem minimizadas. Dessa maneira, nos anos que se seguiram ao “drama de 1963”<sup>193</sup>, a empresa preocupou-se em expandir a construção de estruturas que beneficiassem as diversas posições hierárquicas de seus trabalhadores.

Podemos considerar que um dos pontos principais dessa nova proposta de atuação dos setores administrativos e de planejamento da Usiminas foi a retomada dos projetos de expansão dos “bairros da usina”, próximos à siderúrgica. A tentativa foi de controlar as disputas por habitações de qualidade e ainda aproximar os operários dos limites físicos da usina siderúrgica.

No final de 1963, os diretores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em conjunto com representantes federais, teriam cedido às pressões operárias e decidido adotar medidas para ampliar o número de habitações destinadas a acomodar seus trabalhadores nas áreas próximas à usina siderúrgica. Segundo o jornal Última Hora, publicado no dia 19 de novembro daquele ano, uma empresa subsidiária à CSN teria sido criada especialmente para administrar os recursos federais destinados ao projeto. O periódico aponta que “(...) a solução encontrada foi considerada tão hábil que a própria Usiminas, também a braços com o problema de falta de casas para os seus trabalhadores recebeu recomendação governamental para adotar esquema idêntico em Ipatinga”<sup>194</sup>.

Os entusiastas do projeto também destacavam sua importância social em uma cidade intimamente ligada à produção siderúrgica:

(...) Com a aquisição da casa própria em condições favoráveis que a Imobiliária lhes vai proporcionar, os metalúrgicos poderão formar o seu patrimônio para chegar à velhice e viver com dignidade. Afasta-se a ameaça de não ter onde morar depois de aposentados. Os trabalhadores, depois de vinte e trinta anos de atividades para a Siderúrgica, não se afastarão do convívio dos seus amigos e vizinhos, a família não se deslocará do meio que passou a maior parte da vida. A casa própria ajudará a enraizá-los mais ainda na comunidade siderúrgica<sup>195</sup>.

Valendo-se de acordos com o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964, e posteriormente com a resolução do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1966, a empresa voltou a construir novas residências e abriu a possibilidade para que seus trabalhadores financiassem a aquisição de suas casas nos bairros operários, garantindo a “facilidade” de pagar pelas moradias através de pequenas parcelas, descontadas diretamente em suas folhas de pagamento.

Além de encontrar uma maneira de reduzir os custos com as construções dos novos “bairros da usina”, os responsáveis pela Usiminas puderam explorar esse projeto como um “benefício concedido pela empresa”. Em sua análise sobre os projetos de organização dos alojamentos e bairros operários ligados à construção e funcionamento da Usiminas, Roxane Sidney Mendonça<sup>196</sup> observa que, em meados de 1965, passou a circular na região um panfleto impresso pela própria empresa, no qual se ressaltava sua preocupação em “(...) conceder a casa própria ao cidadão, dando-lhe dignidade e liberdade pessoal”<sup>197</sup>.

As memórias que o historiador Paulo Roberto Souza guarda sobre o período em que a “facilidade” de comprar casas construídas pela Usiminas foi estendida para um maior número

<sup>193</sup> Em alguns momentos, utilizamo-nos do termo “drama”, o qual foi eleito pela diretoria da Usiminas para expressar-se sobre os acontecimentos do dia 7 de outubro de 1963.

<sup>194</sup> Última Hora, 19 de outubro de 1963. “Subsidiária da CSN para resolver problema habitacional em Volta Redonda”.

<sup>195</sup> Idem

<sup>196</sup> MENDONÇA, Roxane Sidney Resende. **O urbanismo modernista em Minas Gerais: o caso de Ipatinga.** Tese (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

<sup>197</sup> USIMINAS. *Plano habitacional*. Belo Horizonte: USIMINAS, 1965 *apud* MENDONÇA. R. Op. Cit. p.70.

de trabalhadores divergem dessa visão espalhada pela empresa de que os operários sentiam-se “beneficiados ao comprar uma casa da Usiminas”. Segundo ele, por volta de 1966, foi oferecida ao seu pai (um dos operários da Usiminas) a possibilidade de utilizar suas reservas trabalhistas (fundo de garantia e premiações dentro da empresa) para financiar a moradia da sua família. Porém, na ótica desse historiador, esse acordo era realizado, muitas vezes, como fruto de uma imposição ou de uma ameaça de demissão: “Lembro-me do meu pai, quando foi comunicar sua decisão à família: *‘Hoje sou um novo empregado da Usiminas... garantimos a nossa casa’*. Sua decisão recebeu o apoio da família, mas o *‘amargo do fel descendo garganta abaixo foi percebido claramente’*”<sup>198</sup>.

Nesse contexto, pergunta-se: por que a empresa siderúrgica pressionaria os seus funcionários para financiar as moradias que ela construía? Na concepção desse mesmo historiador, ao aceitar o financiamento, criava-se um compromisso entre operários e empresa, pois até que quitassem seus financiamentos residenciais, as famílias dos trabalhadores que habitavam os “bairros da usina” estariam sujeitas a uma relação de mando/subordinação que se estenderia além do espaço físico da indústria<sup>199</sup>.

Segundo Souza<sup>200</sup>, Farias<sup>201</sup> e Freitas<sup>202</sup>, sob o próprio ponto de vista arquitetônico, os “bairros da Usina” favoreceriam uma “sincronização entre bairros operários e fábrica”. As estruturas de lazer, escolas, igrejas e comércio eram pulverizados e presentes na maioria desses bairros; assim, os seus moradores pouco se deslocariam pela cidade para atender às suas necessidades. A organização dos bairros deveria, então, seguir a mesma lógica das linhas de montagem ou das divisões setoriais dentro da Usiminas, maximizando a eficiência produtiva dos trabalhadores e isolando os operários em grupos: “a Turma da Laminação, o grupo das vendas, os moradores do Cariru”. Para o historiador João Duarte, os bairros operários de Ipatinga favoreciam o projeto da Usiminas de“(…) *introjetar a disciplina panóptica do trabalho industrial para além dos muros da fábrica, prescindindo do recurso da utilização da força bruta e mascarando o exercício do poder por um discurso de funcionalidade*”<sup>203</sup>. Podemos observar, então, que, na medida em que os indivíduos passam a interagir cotidianamente com grupos mais restritos e específicos (setores e bairros específicos atrelados à empresa siderúrgica), torna-se mais difícil a organização de uma resistência comum ante a empresa.

Algumas das principais ideias do filósofo Michael Foucault são utilizadas pela antropóloga Rita de Cássia Farias<sup>204</sup>, em sua observação sobre o projeto do acesso às moradias dos “bairros da Usiminas” na segunda metade da década de 1960. Para a autora, além de facilitar a repressão aos elementos que poderiam destoar do padrão siderúrgico almejado pelos diretores da empresa, a funcionalidade de terem próximas essas estruturas construídas ou apoiadas financeiramente pela siderúrgica (hospitais, escolas, zonas de comércio e de lazer) fazia com que o operário e toda sua família “permanecessem unidos e próximos à Usiminas”.

Na perspectiva dessa antropóloga, a empresa deixava clara a sua intenção de fazer com que os aspectos do trabalho na siderúrgica passassem a se fundir com a vida familiar, religiosa, comunitária e política dos seus funcionários. Nessa lógica, a propagação dos ideais de estruturação familiar entre os trabalhadores da siderúrgica faziam com que os financiamentos imobiliários privilegiassem àqueles operários com o maior número de filhos.

---

<sup>198</sup> SOUZA, P. Op. Cit., p.126.

<sup>199</sup> Ibid., p.39.

<sup>200</sup> Ibid.

<sup>201</sup> FARIAS, R. Op. Cit.

<sup>202</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit.

<sup>203</sup> Duarte, 2007, p.52.

<sup>204</sup> FARIAS, R. Op. Cit.

Assim, a empresa procurava expandir a concepção de que “(...) a presença da família junto ao trabalhador facilitaria a implantação da ordem. Supunha-se que os homens recorreriam menos à zona boêmia e teriam melhor comportamento”<sup>205</sup>.

### 2.1.1 - “Os operários e as famílias Usiminas”

Podemos observar que, na segunda metade da década de 1960, o projeto da mudança de atuação da Usiminas junto aos seus operários visou não somente os seus funcionários, mas também os seus familiares, seja através da amplificação do acesso às estruturas geridas pela empresa (escolas, hospitais, cooperativas de compra e clubes de lazer), que também poderiam ser usados pelas esposas e filhos dos operários; seja pelo discurso de valorização das “raízes familiares”, em oposição aos espaços de lazer (bares e bordes localizados principalmente no Juá), que afastavam os trabalhadores do ritmo siderúrgico almejado. Assim, as famílias exerceram importante papel na transformação buscada pelos diretores da siderúrgica.

Investigando a trajetória dos presidentes da Usiminas, Raquel Furtado<sup>206</sup> acredita que o engenheiro Amaro Lanari Júnior, o “primeiro presidente da Usiminas”, teria assumido o “papel de símbolo” dessa proposta de fundir a trajetória do “trabalho e família” em torno da Usiminas. Segundo a autora, no dia 8 de abril de 1965, o jornal *Estado de Minas* publicou uma reportagem ressaltando as qualidades empresariais desse presidente. O que chama a atenção da autora nessa reportagem, que foi reimpressa pela própria Usiminas, em maio de 1965, é a clara tentativa de associar as qualidades administrativas do presidente da siderúrgica a aspectos familiares e aptidões hereditárias. Segundo a reportagem:

Siderurgia para Amaro Lanari Júnior tem importância não só como setor de atividade profissional, mas também como a manutenção de uma tradição de família, começada pelo seu tio-avô Amaro da Silveira, que fundou a Usina Esperança com Carlos Wigg, e continuada pelo seu pai, que foi até à sua transformação em Belgo-Mineira, em 1921<sup>207</sup>.

A tentativa de atrelar o espaço do trabalho ao cotidiano familiar e social além da fábrica não teria sido uma especificidade dos diretores da empresa siderúrgica ipatinguense a partir dos anos 1965. Os trabalhos de Regina L. Morel<sup>208</sup> e Eduardo Ângelo Silva<sup>209</sup> sobre as relações entre a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e os seus operários identificam o discurso da “*família siderúrgica*”, também, como uma estratégia adotada, de maneira relativamente semelhante, pelos diretores da empresa siderúrgica de Volta Redonda durante os anos 1950.

A “família siderúrgica”, expressão que aparece com frequência nos documentos e jornais internos da CSN, seria, segundo a autora, um projeto para além da construção de uma forma de recrutamento, gestão e formação de sua força de trabalho, pois implicava também uma tentativa de disciplinamento e domesticação

<sup>205</sup> FARIAS, R. Op. Cit., p.75.

<sup>206</sup> FURTADO, Raquel Alves. **A construção e a (tentativa) de desconstrução da “cultura USIMINAS”: narrativas ao longo de 50 anos.** Tese de doutorado pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG, 2011.

<sup>207</sup> *Estado de Minas*, 1965 apud FURTADO, R. Op. Cit., p. 133.

<sup>208</sup> MOREL, Regina L. de M. **A Ferro e Fogo: Construção e crise da família siderúrgica, o caso de Volta Redonda (1941-1968).** Tese de Doutorado em história pela Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1989.

<sup>209</sup> SILVA, Eduardo Ângelo da. **“Arigós” e “peões” na “Cidade do Aço”: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda- RJ, 1970-1980).** Dissertação de mestrado em História apresentada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica: UFRRJ, 2010.

dos trabalhadores que extrapolava o espaço fabril, com suas intervenções sobre as vidas fora da fábrica. (...) Para além dos mecanismos reguladores das relações entre os trabalhadores que garantissem a cooperação e bom comportamento internamente à fábrica, o seu controle sobre a esfera da “reprodução” operária, seus planos assistenciais, a construção de moradias e a constante menção, por parte da diretoria, das concessões acima do previsto pela Consolidação das Leis Trabalhistas, aliada ao caráter estatal da empresa, eram elementos utilizados como forma de desenvolver o sentimento de tutoria do Estado para com aquele coletivo e a percepção de tal política social como uma singularidade dadivosa <sup>210</sup>.

Na medida em que “o ambiente familiar” passava a se destacar em relação à imagem da siderúrgica em questão, tornou-se necessária a construção de mais estruturas que atendessem também às necessidades cotidianas dos outros membros dessa “família operária da Usiminas”. Em decorrência disso, além de expandir o número de moradias nos “bairros da usina”, o setor de planejamento da empresa mobilizou pessoal e recursos para construir ou apoiar a construção de unidades de saúde, ruas, redes elétricas e de esgoto, centros comerciais, escolas, igrejas, clubes esportivos e outros espaços de lazer <sup>211</sup>.

Tomando a frente da construção dessas estruturas, a Usiminas esperava abrandar alguns problemas estruturais de Ipatinga, diminuindo os motivos de tensão popular do local. Com isso, alocava grande parte dos seus trabalhadores para os “bairros operários”, aproximando, assim, seus funcionários (e suas famílias) do espaço e ritmo siderúrgico; além disso, ainda valia-se da propaganda <sup>212</sup> e do reconhecimento como a “benfeitora na região”.

Em um dos volumes do exemplar comemorativo “*Usiminas 25 anos de história*”, o ex-operário Maurício de Melo destaca que a introdução desses “benefícios” favoreceu a fixação dos operários no povoado e aumentou a “satisfação” de muitos deles com as ações da empresa.

Em termos de benefícios, a empresa foi, na medida de suas possibilidades, **introduzindo dispositivos que permitiam atender as necessidades do empregado, dando-lhe mais satisfação.** Teve uma que, acho, foi uma feliz coincidência. Foi o caso da venda das casas para os empregados. Isso ocorreu em 1966/67, um pouco antes da minha saída de Ipatinga. É um desejo fundamental de qualquer pessoa possuir uma moradia. Em Ipatinga era difícil. As moradias eram da

<sup>210</sup> MOREL, R. Op. Cit., p. 397 *apud* SILVA, A. Op. Cit., p. 9-10.

<sup>211</sup> MENDONÇA, Roxane Sidney Resende. **O urbanismo modernista em Minas Gerais: o caso de Ipatinga.** Tese (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2006; TULER, M. 2007 Op. Cit., p.163; FARIAS, R. Op. Cit., p. 80.

<sup>212</sup> Em seu trabalho (**Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil (1969-1977)**). Rio de Janeiro: FGV, 1997) o historiador Carlos Fico concentra-se no papel desempenhado pelas propagandas políticas oficiais, contratadas pelo governo militar brasileiro entre os anos 1969-1977 para minimizar as imagens negativas disseminadas pelos contrários ao Regime. Destaca-se a atuação da Aerp (Assessoria Especial de Relações Públicas) e a ARP (Assessoria de Relações Públicas), na produção de elementos imagéticos e propagandísticos que associassem o Regime Militar às tentativas de enaltecer valores moralizadores, nacionalistas e ufanistas (campanhas como as do “Sujismundo” e “Esse é um país que vai pra Frente”), principalmente em momentos em que as perseguições políticas e repressões aos dissidentes do Regime polarizavam-se. Propagandas como aquelas presentes no curta metragem *Ipatinga, 67*, permitem-nos refletir a possibilidade dos primeiros prefeitos de Ipatinga, em conjunto com diretoria da Usiminas, de adotarem estratégia propagandística semelhante àquelas utilizadas pelo Regime Militar nesse mesmo período. Em alguns momentos do curto filme em preto e branco, há a aproximação das realizações das autoridades locais às características que exaltariam alguns dos valores dos habitantes daquela região (trabalho, união, disciplina). Segundo o filme, “*sob a égide da cultura japonesa, ergue-se às margens do Rio Doce, o Vale do Aço. Ipatinga é, em termos de amplitude dimensional, um prolongamento daquela civilização, mesclada à diversificação brasileira (...). Seis horas da manhã, esplende a alvorada, as notas musicais brincam no espaço musical, trazendo alegria ao laborioso povo de Ipatinga. Tudo é festa.*” (*Ipatinga 67. Produzido pela Companhia Cinematográfica Souza Teixeira, 1967. Duração: 12:54 minutos. (Preto e branco), 1967. Cópia administrada pelo Arquivo Público Mineiro*).

empresa. Com o surgimento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), houve a possibilidade de casar-se interesses, onde os passivos trabalhistas da empresa foram trocados pelas casas. **Acho que houve uma grande modificação na motivação do pessoal, por que a casa passou a ser dele**, permitindo fazer as modificações que julgava adequadas e a comunidade estruturou em torno da vivência dos seus proprietários. Eram casas padrões, mas hoje quando você chega lá encontra casa de todo jeito, de dois andares, fachadas diferentes, etc. O pessoal adaptou suas casas às suas exigências e necessidades. Acho que isso ajudou muito na fixação do pessoal. Para mim foi um dos maiores benefícios que foi implantado: moradia própria. Na época já havia o Hospital Márcio Cunha, o Colégio São Francisco Xavier, grupos escolares. A empresa colocou muita ênfase, nesta época, na parte de lazer. Início de construção de clube nos bairros, complementando as atividades da Usipa<sup>213</sup>.

Parece nos evidente que, refazer sua imagem de “benfeitora da região”, abalada depois do “drama de Ipatinga”, era um dos interesses da diretoria da empresa siderúrgica ipatinguense, mas, além disso, a construção ou apoio a estruturas, de certa forma, ligadas à empresa favoreceriam que as premissas e a vigilância da siderúrgica fossem ampliadas para vários espaços da sociedade. Dentre essas estruturas em que a Usiminas teve grande atuação, merece destaque o Colégio São Francisco, que, na visão de alguns habitantes, atuou como reprodutor dos ideais e da disciplina almejada pela Usiminas aos filhos dos operários e “seus futuros trabalhadores”.

Em depoimento ao documentário “*Silêncio 63*”<sup>214</sup>, o ex-sindicalista “Edinho” expressa a importância que, segundo ele, tiveram essas estruturas na ampliação da vigilância imposta pela Usiminas aos habitantes do Vale do Aço e também para o processo de silenciamento dos protestos e disparos ocorridos nos portões da Usiminas em outubro de 1963:

Ao longo de [19]63 até 1984, os trabalhadores ficaram no silêncio, a empresa Usiminas controlava o poder público local, e aí eram as três esferas públicas de poder: judiciário, executivo e legislativo. Controlava todas as associações comunitárias. A Igreja Católica era submissa a esta tutela. Os empresários locais submissos a esse esquema da empresa Usiminas. Ou seja, a empresa é quem ditava as regras dentro desta cidade, que foi emancipada e que de certa forma criou laços com a região do Vale do Aço.

Nós temos uma escola, por exemplo, que é uma escola conhecida, que é uma escola particular, que pertencia à empresa estatal, que é o São Francisco. Lá nem se toca nesse assunto. Vai discutir este assunto lá pra ver? Eu acredito que eles entendem ainda que eles ainda continuam sob a tutela de quem gerenciava a empresa no Regime Militar. Então eles não admitem fazer essa discussão<sup>215</sup>.

Mesmo que sob uma ótica diferente do que aquela expressa por “Edinho”, em 2011, a participação da Usiminas na construção de diversas estruturas sociais foi marcante também para outros indivíduos que observavam a região do Vale do Aço. É possível admitir que, mesmo depois de Ipatinga ser emancipada em 29 de abril de 1964, muitos habitantes da cidade preservaram em suas memórias, a noção de que muitas das responsabilidades dos gestores municipais continuaram sendo desempenhadas pela Usiminas ainda por vários anos.

Em um depoimento cedido ao historiador Paulo Souza, em 2007, o ex-operário Nelson Ribeiro exprime suas recordações de que a Usiminas seria, naquele período, a principal responsável pela guinada infraestrutural na região:

<sup>213</sup> Depoimento de Maurício de Melo *apud* FUNDAÇÃO, JOÃO PINHEIRO. **Usiminas 25 anos: depoimento de Maurício de Melo**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1989. v.10.

<sup>214</sup> *Silêncio 63*– Produzido por Ateliê 22 Arte e Cultura and Cavideo. Direção: Fábio Nascimento. Duração: 24:01 minutos (Colorido) 2011.

<sup>215</sup> Depoimento de Edinho, cedido ao documentário *Silêncio 63* (Op. Cit.).

(...) realmente tem que agradecer muito à Usiminas, que a Usiminas que fez Ipatinga... Não foi Ipatinga... foi a Usiminas que fez Ipatinga. O que ela é hoje... tem que agradecer à Usiminas. Porque a Usiminas dava tudo... A Usiminas dava mão-de-obra... nós, por exemplo... saímos... a gente saía da Usiminas para instalar poste em Ipatinga, nos bairros... fazer a fiação... fazia tudo... instalações... então nessa época... a de 64 princípio de 65, a Usiminas ajudou muito. Quer dizer... instalação de esgotos, instalação de ruas, tudo foi a Usiminas que fez. Isso aí tem que agradecer... Eu não sei se na época era a troca de impostos... mas que a Usiminas fazia <sup>216</sup>.

Como esse ex-operário, além do reconhecimento pelas mudanças externas aos limites da usina, grande parte dos trabalhadores passou a identificar algumas tentativas dos diretores da Usiminas de rever suas estratégias de gestão de pessoal no espaço interno da siderúrgica. Alguns dos acordos exigidos por parte dos trabalhadores já haviam sido adotados nos dias posteriores aos protestos de outubro de 1963 (reajuste salarial, revisão dos quadros de vigilância da empresa, melhoria das condições de segurança, alimentação e trabalho dentro da empresa); porém, observa-se que, nos anos seguintes, foram ampliadas essas estratégias de estimular para que o operário da Usiminas “se sentisse valorizado e parte de um progresso alcançado pela empresa neste período”.

No entendimento de alguns operários aposentados da Usiminas, a partir da ocorrência do conflito de 1963, foram realizadas tentativas pessoais de aproximação dos diretores da empresa aos operários. Entrevistado pelo projeto “*Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*”, em 1991, o ex-operário Adil Albano relembra que, na segunda metade da década de 1960, ele e alguns de seus colegas de profissão passaram a receber “visitas” dos diretores da empresa, que, às vezes, deixavam o isolamento dos escritórios para conversar com os operários nos setores de produção. Mudanças como essas foram encaradas pelo operário de uma maneira muito positiva, pois ajudavam a fazer com que este se sentisse “mais próximo e seguro dentro da empresa”: “(...) os chefes começaram a ir mais às áreas [de produção], perguntar se o cara tinha problemas, se tava tudo bem, se não havia problemas com a família. Isso convenceu os trabalhadores (...). Tudo ajudou a gente a ficar mais tranquilo” <sup>217</sup>.

Mesmo que alguns operários tenham vislumbrado esse período como uma fase de aproximação (até mesmo pessoal) entre diretoria e operários, é importante notar que as oposições e a hierarquização entre aqueles que trabalhavam na Usiminas não deixaram de existir a partir dos eventos de 1963.

É possível identificar com certa facilidade que, durante os anos que se seguiram ao conflito, persistiram as competições pelo acesso aos melhores cargos, salários, casas, créditos no comércio e espaços de lazer em Ipatinga. Muitas dessas facilidades continuavam a obedecer à estrutura hierárquica da usina siderúrgica. Assim, a disputa pelo crescimento profissional dentro da indústria (e os benefícios que eles provinham fora dela) ainda era facilmente identificável dentre esses trabalhadores. Porém, nesse período, nota-se que há um projeto encampado pelos setores organizacionais da empresa de criar “os Operários Usiminas”, uma identidade comum entre os diversificados trabalhadores da empresa, que acabaria atuando na diminuição dos conflitos entre o grupo, enquanto fortalecia a boa imagem da empresa <sup>218</sup>. Além de poder ser utilizado para diminuir as discrepâncias simbólicas dentre os próprios “Operários Usiminas”, essa identidade de grupo acabava conferindo ao

<sup>216</sup> Depoimento de Nelson Ribeiro *apud* SOUZA, P. Op. Cit., p.73. Grifo do autor.

<sup>217</sup> Depoimento de Adil Albano *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. **Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens**. Ipatinga, PMI, 1991.p.84.

<sup>218</sup> FARIAS, R. Op. Cit.; FURTADO, R. Op. Cit.

trabalhador da empresa um maior destaque social em comparação àqueles que prestavam serviços temporários para a siderúrgica, sem nunca serem “fichados”<sup>219</sup>.

Ter o registro de um dos departamentos da Usiminas em sua carteira profissional, além de assegurar a estabilidade financeira e proporcionar o acesso a diversas estruturas ligadas à empresa, rendia aos “Operários Usiminas” um destaque social em relação aos outros trabalhadores do povoado, “os peões”.

Inquirida pela antropóloga Rita Farias<sup>220</sup>, a senhora Palmena, esposa de um operário que se aposentou pela Usiminas, tenta explicar que era relativamente comum que operários de Ipatinga passassem a ser identificados ou como “Operários Usiminas” ou como “peões de trecho” e “tira-cavacos”<sup>221</sup>. Ela explica à antropóloga o significado do segundo termo: “(...) existem peões que rodam o país em busca de trabalho, não param em emprego, não têm família, não têm moradia fixa e vivem rodando, pra lá e pra cá, por isso o uso do termo ‘peão no mal sentido’ ou ‘peão de trecho’”<sup>222</sup>. Em pouco tempo, a diferenciação entre “peões” e “Operários Usiminas” passaria a ser ampliada para vários espaços do povoado, principalmente nos ambientes de lazer e no comércio de Ipatinga.

Devido aos acordos alinhavados entre Usiminas e vários estabelecimentos comerciais da cidade, as compras efetuadas pelo grupo de operários da empresa siderúrgica e seus familiares poderiam ser descontadas diretamente nas folhas de pagamento dos trabalhadores. Por não ter acesso a essa facilidade e nem estabilidade financeira, os considerados “peões de trecho” tinham maior dificuldade de obter crédito na região.

Além da confiabilidade no comércio, os “Operários Usiminas” passaram a gozar cada vez mais de um destacamento social na região<sup>223</sup>, pois, independentemente do setor que trabalhavam e da atividade que desempenhavam dentro da empresa, esses funcionários passaram a ser vistos entre os habitantes do Vale do Aço como homens que detinham certo conhecimento técnico, os quais teriam uma condição econômica estável (já que a Usiminas dificilmente atrasava o pagamento de seus salários) e poderiam usufruir das casas, hospitais, clubes esportivos, escolas e estabelecimentos comerciais ligados à empresa siderúrgica em questão.

---

<sup>219</sup> Todos os operários da Usiminas eram identificados por um número de matrícula dentro da empresa. Era comum se referir a algum trabalhador pelo “número de chapa” ou número em que ele estava “fixado” nos arquivos da siderúrgica.

<sup>220</sup> FARIAS, R. Op. Cit.

<sup>221</sup> O termo “Cavaco” é comumente associado às lascas de madeira utilizadas no processo de celulose. Porém, existem referências desse termo também no ramo da mecânica. Segundo o Centro de Informações Metal Mecânica, “cavaco” “(...) é o material removido da peça durante o processo de usinagem pela ação da ferramenta de corte, cujo objetivo é obter uma peça com forma e dimensões definidas”. (Fonte: Site do Centro de Informação Metal Mecânica. Disponível em: <[http://www.cimm.com.br/portal/noticia/exibir\\_noticia/2520-cavaco-entenda-o-que-e-e-quais-sao-suas-formas](http://www.cimm.com.br/portal/noticia/exibir_noticia/2520-cavaco-entenda-o-que-e-e-quais-sao-suas-formas)>. Acessado em: 12 abr. 2013)

Em ambas as acepções, o “tira-cavaco” seria um profissional contratado para “coletar restos da produção principal de uma empresa”. Dessa forma, o termo deve referir-se à tentativa de destacar a “inferioridade” de alguns trabalhadores em relação às atividades desempenhadas pelos “Operários Usiminas”.

<sup>222</sup> Depoimento de Palmena *apud* FARIAS, R. Op. Cit., p.79.

<sup>223</sup> Para fortalecer ainda mais essa lógica de união e valorização dos operários da Usiminas, foi criado, na segunda metade da década de 1960, o concurso que elegeria os “Operários Padrão da Usiminas”. A competição consistiria em escolher o funcionário que melhor “se mostrasse adaptado ao modelo de trabalho e vivência almejado pela empresa”. Como recompensa, aos doze escolhidos, eram entregues vários prêmios, como relógios, cadernetas de poupança, viagens com acompanhantes. Ser “Operário Padrão da Usiminas” gerava grande reconhecimento na região (a imagem dos trabalhadores era associada às propagandas anuais que estampavam os *outdoors* da empresa, espalhados pela cidade). O operário aposentado João Patrício ressalta: “Aqui em Ipatinga, por exemplo, a pessoa que ganha o prêmio operário padrão tem a foto dele pra todo lado na cidade, nos outdoors... Aqui fora, não há quem não fique sabendo! Então é uma pessoa reconhecida na cidade!” (Depoimento cedido por João Patrício *apud* FARIAS, R. Op. Cit., p. 128).

Essa valorização estava, portanto, intimamente ligada à “estabilidade” que a posição de “empregado” oferecia aos “Operários Usiminas”. Para manter o capital social que essa posição rendia-lhe além do espaço da siderúrgica, o trabalhador teria que se envolver em certos laços de compromisso com a empresa e manter uma conduta “apropriada ao bom operário”. Assim, era importante calcular que, caso o indivíduo cometesse faltas (no ambiente fabril ou fora dele), ele estaria sujeito a punições dentro da empresa e também fora dela, como a perda de uma série de outros privilégios sociais ligados ao seu “status de Operário Usiminas”.

Um dos pontos principais ressaltados no trabalho da antropóloga Rita de Cássia Farias<sup>224</sup> é a importância do ato de usar o uniforme da Usiminas em espaços além dos limites da siderúrgica. Nos diversos depoimentos analisados pela pesquisadora, são ressaltados o destaque e os ganhos sociais implicados em ser reconhecido como “contratado pela Usiminas”:

“Eu me lembro inclusive, no passado, a nossa empresa já vinha com um nome tão forte que, quando eu era criança, viajando com meu pai no carro, o selo de identificação para o carro entrar na usina liberava a gente de uma blitz da polícia rodoviária: “Olha, trabalha na Usiminas, pode ir embora”. [Depoimento de um técnico da Usiminas].

*“se você se envolver em alguma dificuldade, como uma batida de carro, quem está com uniforme da Usiminas, se é que vai levar alguma vantagem é o que está com o uniforme da Usiminas.”* O uniforme confere visibilidade às características sociais, habilidades, atitudes e hábitos valorizados na sociedade civil que colocam os trabalhadores da Usiminas em vantagem. [Depoimento de um engenheiro aposentado]<sup>225</sup>.

Em um depoimento concedido a essa autora, o historiador Paulo Souza, que, nos anos 70, trabalhou na Usiminas, conta a sua impressão sobre a importância simbólica do uso dos uniformes da empresa naquela sociedade:

O uniforme era algo tão simples, mas conferia ao operário certa distinção dos trabalhadores efêmeros das empreiteiras, reconhecidos como peões do trecho por não se enraizarem em lugar algum. Assim, o uniforme dava ar de seriedade a quem o envergava, sobretudo aos jovens que procuravam relacionamentos amorosos na região. As moças não queriam relacionamentos de curta duração com os peões que logo saíam da região, deixando-as ao “Deus dará”. Visitar as moças usando o uniforme era tão comum quanto qualquer outra roupa, com uma ressalva, ele tinha perspectivas de permanecer no emprego. “O pavão estava abrindo as asas para conquistar a fêmea”<sup>226</sup>.

O mesmo Paulo Souza conta que uma das suas primeiras reações ao ser admitido na empresa siderúrgica “foi mostrar-se socialmente com o uniforme” e circular em todos os locais para que as outras pessoas passassem a vê-lo como um operário:

No final da tarde do dia 12 de fevereiro de 1972 (primeiro dia de serviço), voltei para casa vestido com o uniforme e minhas roupas dentro de uma sacola. Antes de ir para casa, passei por todos os locais onde pudesse ser visto por amigos ou pessoas conhecidas, apenas para dar visibilidade ao uniforme da Usiminas. Um fato interessante me ocorreu tão logo me tornei empregado da Usiminas. Eu era apaixonado por uma garotinha de nome Geraldinha e fiz questão de ir à sua casa vestido com o uniforme da Usiminas. Esse recurso me garantia respeito dos pais da

---

<sup>224</sup> FARIAS, R. Op. Cit.

<sup>225</sup> Ibid., p. 262.

<sup>226</sup> Depoimento de Paulo Roberto Souza *apud* FARIAS, R. Op. Cit., p. 80.

garota e até mesmo dela, sem contar que me sentia invejado pelos demais rapazes do Bairro <sup>227</sup>.

Interessante notar, nesse depoimento, que, depois de aproximadamente dez anos do início do funcionamento da Usiminas no Vale do Aço, ao uso do uniforme da empresa já teria sido conferido um reconhecimento e um *status* social que fazia com que o jovem Paulo Souza elegesse sua vestimenta de trabalho como a “roupa mais apropriada para conquistar respeito” nos espaços que considerava importantes.

Dona Palmena (esposa de Geraldo, operário aposentado da Usiminas) também menciona que as mulheres que vinham de outros lugares para a região de Ipatinga passaram a reconhecer como mais proveitosos os relacionamentos construídos com os funcionários da Usiminas. Segundo ela, “(...) vinham moças lá da minha cidade de Dom Cavate pra conhecer os funcionários da Usiminas, porque os funcionários das empreiteiras ganhavam pouco e os da Usiminas ganhavam bem. Então eles tinham fama que eram bons pra casar” <sup>228</sup>. O emprego e estabilidade financeira também garantiam aos jovens que chegavam à região noivos ou “namorando firme” a oportunidade de se casarem depois de poucos meses na cidade. Segundo Furtado, “O emprego certo, em empresa boa, era o lastro que faltava para pedir a moça em casamento. O noivado durava pouco e a família estava constituída. Sinal de que o moço tinha juízo e lugar garantido naquela comunidade” <sup>229</sup>.

Rita Farias insiste, ainda, que, se a utilização dos uniformes da empresa nos vários espaços públicos do Vale do Aço garantia “notoriedade” aos indivíduos e identificava-os como pertencentes ao grupo de qualidades ligadas à identidade dos “Operários Usiminas”, essa facilidade de relacionar a “identidade do trabalho” à “identidade cotidiana” também acabava impelindo esses homens a reproduzirem um “bom comportamento” quando estavam usando os uniformes para além dos limites da usina siderúrgica.

(...) a disciplina funciona como eixo que amálgama o grupo em torno de um propósito, assegurando seu bom funcionamento. O uso do uniforme fora da instituição é uma forma de levar o trabalhador a ter sempre um comportamento exemplar, pois qualquer comportamento irregular dentro e fora da empresa é motivo de represarias e até mesmo de demissão. Assim, os trabalhadores são levados a refletir antes de terem atitudes agressivas ou desonestas (passar cheque sem fundo, criar dívidas e não pagar, se envolver em brigas, etc.), o que poderia colocar em risco a profissão <sup>230</sup>.

A partir dessas reflexões, podemos concluir que o *status* de ser empregado da Usiminas conferia uma série de vantagens e destaque social para o indivíduo, benefícios que se ampliavam também para sua família (promovendo acesso a “melhores escolas”, “melhores bairros”, “melhores clubes”). Porém, para usufruir dessas vantagens, era necessário que essa “família siderúrgica se mantivesse próximo das manifestações sociais consideradas apropriadas aos “Operários Usiminas” e à “comunidade siderúrgica”.

Nos pontos explorados até aqui, tentamos discutir que, durante a segunda metade da década de 1960, e principalmente na década de 1970, a Usiminas passou a modificar seu modelo de atuação social junto aos seus operários. Acreditamos que a ocorrência dos episódios de 1963 e a imagem negativa da associação da empresa ao conflito (seja pelos problemas trabalhistas dos primeiros anos ou pela ação violenta dos vigilantes) tenham influenciado para que os diretores da empresa se esforçassem em resolver ou diminuir as dificuldades trabalhistas e atender às demandas de uma parcela significativa dos habitantes de

<sup>227</sup> Depoimento de Paulo Roberto Souza *apud* FARIAS, R. Op. Cit., p. 80.

<sup>228</sup> Depoimento de Palmena *apud* FARIAS, R. Op. Cit., p. 80.

<sup>229</sup> FURTADO, R. Op. Cit., p.182.

<sup>230</sup> FARIAS, R. Op. Cit., p.86.

Ipatinga. Com isso, diminuía-se os protestos operários e transformava-se a imagem da atuação da empresa no Vale do Aço.

Devemos, também, considerar que o processo de transformação da imagem da empresa foi impulsionado pela nova fase produtiva que a usina siderúrgica iniciava a partir da inauguração do Setor de Laminação em maio de 1965. Este era o último setor a ser criado, de acordo com o projeto inicial da Usiminas, e, ao concluí-lo, encerrava-se o processo de construção da siderúrgica. Dessa maneira, era natural que a preocupação do departamento de planejamento da Usiminas se voltasse para a criação e gestão de mecanismos que aumentassem a produtividade de aço e diminuíssem as tensões entre operários, engenheiros e diretoria na tentativa de melhorar a imagem interna e externa da empresa siderúrgica.

### **2.1.2 - “Uma boa casa e um bom trabalho. Isso já bastava para resolver os meus problemas”**

Para estudarmos como a adoção de um ritmo de trabalho e “uma cultura” almejados pelos diretores da Usiminas favoreceram o processo de silenciamento das narrativas sobre o “drama de 1963”, consideramos muito importante relativizar a ideia de que os trabalhadores foram “comprados ou ludibriados” pelos “benefícios” oferecidos pela empresa. Mesmo que, em vários casos, o medo das perseguições e das demissões possa ter levado vários trabalhadores a aproximarem-se desses ideais <sup>231</sup>, adaptar-se à “Cultura Usiminas” não significava necessariamente que o indivíduo tinha sido cooptado ou ameaçado pela empresa.

Nesse sentido, é importante atentarmos para o fato de que mostrar-se socialmente alinhado a um conjunto de regras patronais foi, em vários momentos históricos, uma das estratégias mais efetivas para combater a dominação do senhor ou do patrão. Segundo o historiador inglês E. P. Thompson <sup>232</sup>, “*O mesmo homem que faz reverência ao fidalgo de dia – e que entra na história como exemplo de deferência – pode à noite matar as suas ovelhas, roubar os seus faisões e envenenar os seus cães*” <sup>233</sup>. Se durante os anos 1965-1985, alguns operários “aceitaram o paternalismo” da Usiminas e “fizeram as pazes com a empresa”, podemos considerar que o silêncio adotado por uma parcela desse grupo de trabalhadores permitiu que eles permanecessem vinculados e conhecessem partes importantes do funcionamento dessa “cultura siderúrgica”. Dessa forma, nos aproximamos das conclusões de Duarte <sup>234</sup> ao acreditar que, na segunda metade dos anos 1980, em um contexto histórico diferenciado (enfocado no capítulo 3), o conhecimento de alguns dos elementos da “Cultura Usiminas” serviu para que alguns ex-operários acabassem combatendo-a.

Devemos lembrar, também, que as memórias sobre os mortos e feridos na “chacina” de outubro de 1963 não causavam desconforto apenas aos operários da Usiminas, mas também aos diretores da empresa. Desde a elaboração do projeto de construção da empresa siderúrgica, a Usiminas contou com capitais públicos e investimentos do exterior (principalmente japoneses). Com a ocorrência daquele conflito, passaram a ser contestadas as habilidades de grande parcela dos diretores da Usiminas quanto à capacidade para controlar a

---

<sup>231</sup> Dedicamos maior atenção a essa questão no item 2.2 – “Do vermelho assassino” aos “Assassinos vermelhos”. Desde já, é importante ressaltar que ambos os temas se entrelaçam e a opção por separá-los deu-se por privilegiar a abordagem de cada um dos assuntos.

<sup>232</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.

<sup>233</sup> Ibid. p. 64.

<sup>234</sup> DUARTE, João Carlos. **A ação política do grupo Ferramenta na década de oitenta em Ipatinga**. Dissertação de Mestrado em História Social pelo Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra. USS, 2007.

mão-de-obra necessária para o sucesso da empresa. Raquel Furtado <sup>235</sup> enfatiza que, mesmo depois de passados mais de quarenta anos do conflito, perguntar a alguns ex-gestores sobre os eventos de 1963 gerava muitos desconfortos e certo “sentimento de vergonha”:

Os gestores entrevistados, no entanto, parecem sentir vergonha por aquilo que a gestão antiga permitiu que acontecesse. A maioria não falou do Massacre espontaneamente e ninguém usou esse termo. A chacina é nomeada de forma vaga. <sup>236</sup>As pessoas baixam a voz para falar do ocorrido, adquirem um tom consternado, olham para os lados e fazem perguntas do tipo: “você, com certeza, sabe, do que ocorreu na usina?”. **Corpos tinham sido jogados na mesada** gerentes. Mas, na Empresa em que o conflito era sempre negado, viraram mais um **esqueleto no armário** <sup>237</sup>.

Devemos levar em conta, também, que o fortalecimento econômico da Usiminas nos anos 70 favoreceu o crescimento de outros setores importantes para a população da recém emancipada Ipatinga. A cidade ainda estava em grande crescimento populacional e, com isso, hospitais, igrejas, escolas, espaços de lazer e diversos estabelecimentos comerciais começaram a se multiplicar no Vale do Aço. No bojo do crescimento da infraestrutura, vários profissionais especializados em diversas áreas passaram a se estabelecer na região para atender às necessidades não só das famílias dos bairros operários, mas também das famílias que se estabeleceram em regiões que não estavam diretamente ligadas à empresa <sup>238</sup>.

As impressões sobre as “condições precárias” dos anos de construção da Usiminas começaram a dar lugar à emergência de um dos grandes aglomerados urbanos e polos econômicos de Minas Gerais. Por anos consecutivos, a Usiminas conseguiu bater recordes de produção de aço <sup>239</sup> e, de fato, operários da Usiminas experimentaram, nos anos 1970, um momento de otimismo econômico e social.

Os problemas trabalhistas e de infraestrutura do Vale do Aço não foram solucionados na década de 1970. A violência e a desigualdade social ainda hoje são traços que se acentuam nessa região. Porém, várias condições foram criadas para que os anos que se seguiram à ocorrência dos protestos de outubro de 1963 ficassem marcados por uma “guinada positiva”, em decorrência da emancipação política da cidade (1964) ao lado da reorientação econômica e social da Usiminas (1965). Para muitos, em comparação à primeira metade da década de 1960, os anos 70 passam a ser lembrados pelas conquistas econômicas e sociais, enquanto a Usiminas assume um papel de destaque nesse processo.

Na ótica do historiador João Duarte <sup>240</sup>, os trabalhos memorialísticos, financiados pela própria Usiminas, como o exemplar *Usiminas conta a sua história* <sup>241</sup>, tiveram grande papel no fortalecimento dessa visão de progresso social atrelado ao sucesso econômico da empresa siderúrgica. Para o estudioso, esses trabalhos destacavam-se pela escrita histórica voltada à glorificação do poder econômico e das narrativas biográficas dos “grandes engenheiros”,

---

<sup>235</sup> FURTADO, R. Op. Cit.

<sup>236</sup> Nossa hipótese é a de que, mesmo aproximando-se o significado de ambos os termos (Chacina e Massacre), a segunda palavra passou a ser utilizada com maior frequência por ex-sindicalistas, intelectuais e familiares dos mortos no conflito, já que era mais comum que esse grupo destacasse a responsabilidade da Usiminas nesses episódios.

<sup>237</sup> FURTADO, R. Op. Cit., p.179. Grifos da autora.

<sup>238</sup> A título de exemplo, podemos citar a Vila Militar, bairro localizado a aproximadamente 8 quilômetros ao norte dos portões principais de entrada da Usiminas. Segundo informações locais, essa região teria se desenvolvido nos anos 1970, a partir da chegada das famílias dos soldados e oficiais nomeados para garantir a segurança na região.

<sup>239</sup> Em 1977, a empresa alcançou o recorde latino-americano de produção de aço com 244.119,3 toneladas (FURTADO, R. Op. Cit., p.105).

<sup>240</sup> DUARTE, J. Op. Cit.

<sup>241</sup> FUNDAÇÃO, JOÃO PINHEIRO. **Usiminas 25 anos**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1989. v.1-10

porém o enfoque desses exemplares teria contribuído para que as vozes de diversos indivíduos fossem marginalizadas, principalmente durante os anos 1970<sup>242</sup>.

Os autores até aqui analisados insistem que a solução de alguns problemas estruturais daquela região e as tentativas de propagar narrativas históricas baseadas no progresso econômico da Usiminas tornaram-se fatores essenciais para o silenciamento das memórias sobre a “Chacina de Ipatinga”.

Outro ponto marcante nos trabalhos dos autores que estudam a história de Ipatinga<sup>243</sup> diz respeito à clara divisão entre o desenvolvimento estrutural que ocorre na “cidade siderúrgica” (próxima organizacional e espacialmente da Usiminas), se comparado ao que ocorre na “cidade livre” (bairros que cresceram mais afastados espacialmente e da lógica do ritmo siderúrgico). Essa divisão nos possibilita refletir que o processo de silenciamento das memórias dos “atritos de 1963” também assumiu contornos diferenciados de acordo com a configuração dos espaços e habitantes do povoado de Ipatinga.

Na “cidade siderúrgica”, a atenção dispensada pelos diretores da empresa à reparação de parte dos problemas infraestruturais e trabalhistas, identificados como catalisadores do conflito de 1963, certamente contribuíram para que muitos indivíduos passassem a observar as mudanças nos “bairros operários” como indícios da superação das dificuldades dos primeiros anos do povoado de Ipatinga.

Os “bairros da usina” buscavam, a partir desse período, refletir o ideal de modernização projetado pela diretoria da empresa siderúrgica: jardins arborizados, largas ruas retilíneas e pavimentadas, casas com acesso a água, esgoto, energia elétrica, proximidade de escolas, igrejas, hospitais, centros comerciais e clubes de lazer. Cada vez mais, a configuração desses bairros passava a atrelar-se à imagem de ordem e modernidade, bem como ao ritmo idealizado para a produção siderúrgica. Segundo Marcelo Freitas, *“Nesses espaços, essas pessoas são supostamente mantidas longe das interações indesejadas: movimento, perigo, heterogeneidade e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves cultivavam um relacionamento de ruptura com o seu entorno mais próximo: a rua e o resto da cidade”*<sup>244</sup>.

Com isso, a partir de 1964, a Usiminas acabava atendendo a algumas das demandas básicas de uma parcela dos habitantes de Ipatinga, enquanto os representantes do Regime Militar iniciavam perseguições políticas aos principais representantes sindicais do Vale do Aço, afastando-os do “espaço siderúrgico” que estava sendo gestado.

Acreditamos que, nessa área da “cidade siderúrgica”, as memórias dos protestos de outubro de 1963 como um acontecimento histórico atrelado a um posicionamento operário combativo em relação aos diretores da Usiminas vão gradualmente sendo alvos de uma “imposição do silêncio”, mas também uma “tentativa de superar e esquecer” momentos de dificuldades e carências dos anos passados. Superar “acontecimentos do passado” para centrar-se na solução de problemas atuais é a maneira como alguns habitantes de Ipatinga continuam a encarar os acontecimentos de 1963<sup>245</sup>.

---

<sup>242</sup> Ibid., p.13.

<sup>243</sup> PEREIRA, C. Op. Cit.; TULER, M., 2007. Op. Cit.; SOUZA, P. Op. Cit.; FREITAS, M., 2008. Op. Cit.; FARIAS. Op. Cit.

<sup>244</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit., p.225.

<sup>245</sup> Como já ressaltamos algumas vezes, as memórias sobre os conflitos de 1963 ainda hoje são alvos de silêncio para muitos indivíduos. Alguns justificam que este é um acontecimento ocorrido há muito tempo e, por isso, já deveria ser superado pelas autoridades políticas da cidade. Esse posicionamento fica claro, por exemplo, em um comentário anônimo vinculado a uma matéria do *site Plox*, o qual noticiava a realização de uma Audiência Pública, em 2012, para lembrar as vítimas do conflito ocorrido em Ipatinga, em 1963. Segundo o comentário: “Estes vereadores, Aguinaldo e sua turma só estão querendo aparecer, ou será que a população está querendo saber deste assunto. Vira e mexe eles vêm com esta historia do Massacre de Ipatinga, Massacre que esta fazendo são eles. Isto aconteceu foi que dia? Foi esta semana, este mês, este ano? Ah, não foi a quase 50 ANOS! Vão caçar serviços ou coisa melhor para debater. De coisas e noticias ruins a cidade já esta cheia”. (Comentário

Se no espaço da “cidade siderúrgica” as relações de trabalho e o ritmo produtivo foram pensados para que os trabalhadores publicamente se comportassem de uma maneira modelada pela empresa, por outro lado, a lógica (ou a falta dela) de crescimento dos espaços conhecidos como “cidade livre”, em Ipatinga, durante os anos 1960-1980, também contribuíram (porém, de maneira diferenciada) para que as memórias dos acontecimentos de 1963 passassem por um processo de “silenciamento”.

À margem do planejamento da indústria siderúrgica e basicamente volteando os “bairros da usina”, essas regiões destacaram-se por atrair uma população mais heterogênea em relação à sua origem regional e atividade profissional. Muitos desses habitantes acabaram fixando-se, a partir da segunda metade da década de 1960, na recém emancipada Ipatinga, não para trabalhar na Usiminas, mas para trabalhar em escolas, comércio, hospitais, igrejas e delegacias.

Devemos lembrar que, nos anos 1970 e 1980, a cidade continuava em um apressado ritmo de crescimento populacional, recebendo pessoas vindas de várias regiões do Brasil. Com elas, ingressavam naquela comunidade diferentes culturas e vivências, as quais se misturavam às experiências daqueles que já haviam se estabelecido na cidade nos anos anteriores. Distantes das memórias sobre as dificuldades do período de construção da Usiminas e dos eventos de outubro de 1963, a partir de suas experiências e expectativas, esses “novos habitantes” de Ipatinga passaram a realizar suas próprias “reconstruções” da história da região.

Podemos identificar, entre os depoimentos reunidos por Raquel Furtado <sup>246</sup>, um trabalhador que teria ingressado na Usiminas depois de 1963 (identificado pela autora como “Entrevistado 16”). Este apresenta uma perspectiva diversa das frustrações e carências recordadas pelos primeiros habitantes de Ipatinga, constituindo, também, o foco do trabalho do historiador Paulo Souza<sup>247</sup>. Para o operário entrevistado por Raquel Furtado, a perspectiva de acesso a “um bom emprego”, um “bom casamento” e uma “moradia adequada”, numa cidade pequena, mas com perspectivas de desenvolvimento, já “bastavam para resolver seus problemas”.

Eu tinha um amigo que trabalhava na Usiminas e um amigo do meu irmão. Por indicação deles eu fui e fiz um teste lá e entrei. [...] O meu vizinho trabalhava lá e sempre dizia que era uma boa empresa e que trabalhava muito, mas era agradável. A cidade era pequena, que estava em formação. Ele tinha ido para a Usiminas e depois tinha casado e ficou feliz. **E isso me bastava, para resolver os meus problemas**

<sup>248</sup>

Devemos pensar que, a partir da segunda metade da década de 1960, um contingente significativo de trabalhadores contratados pela empresa chegava à região no momento em que os ideais da “Cultura Usiminas” estavam sendo implantados. Como, nesse período, uma boa parcela dos primeiros habitantes de Ipatinga deixou de rememorar as narrativas dos acontecimentos de 1963, essas recordações ficavam cada vez mais distantes temporalmente, sendo, pois, menos representativas para esses “novos operários”.

No processo de silenciamento das memórias sobre os eventos de outubro de 1963, além de analisar a chegada de novos trabalhadores em Ipatinga, nas décadas de 1970 e 1980,

---

anônimo, vinculado em 23/07/2012, no portal de notícias regionais *Plox*. *Apud Audiência pública discute “Massacre de Ipatinga” e violação dos direitos humanos*. 30 de junho de 2012.

Disponível em: <<http://www.plox.com.br/caderno/aconteceu/audiencia-publica-discute-Massacre-ipatinga-e-violacao-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 14/04/2013.

<sup>246</sup> FURTADO, R. Op. Cit.

<sup>247</sup> SOUZA, P. Op. Cit.

<sup>248</sup> Depoimento de “Entrevistado 16” *apud* FURTADO, R. Op. Cit., p.183. Grifos da autora.

consideramos que devemos levar em conta que o “silêncio” foi uma estratégia muito utilizada também por aqueles que chegaram antes à região e vivenciaram o que para eles foi a “Chacina ou o Massacre de 1963”.

É importante ressaltar que “silenciar determinadas memórias” nem sempre pode ser considerado um ato de imposição ou violência exterior aos indivíduos. Em determinados casos, acontecimentos traumáticos tendem a impelir o bloqueio desse tipo de recordações, fazendo com que o indivíduo se autoimponha um silêncio sobre a questão.

Para Michael Pollack<sup>249</sup>, quando um indivíduo passa a ser inquirido sobre um episódio traumático na história de seu grupo, ele tende a levar em consideração uma série de dificuldades e bloqueios, os quais podem ser implicados em seu relato. Segundo o autor, “*Na ausência de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio - diferente do esquecimento - pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio-ambiente*”.<sup>250</sup>

Neste sentido, é exemplar o documentário “*Silêncio 63*”<sup>251</sup>, em que Rossi Nascimento<sup>252</sup> mostra, com certo orgulho, os recortes de jornais e revistas onde estão estampadas as fotos tiradas pelo pai nos momentos anteriores aos disparos que teriam causado a sua morte. Segundo ele:

As fotografias foram muito poucas, eu mais velho consegui guardar a revista *O Cruzeiro* que tinha as fotos, alguns jornais... Eu consegui guardar. O único que tinha guardado era eu. Eu não sei se porque logo em seguida teve a Revolução de 1964, isso parece que ficou muito abafado. Essa foto aqui foi a que ficou, a que foi sempre divulgada foi essa aqui [a foto é a reproduzida como Figura 2 neste trabalho] Do dia, o único quem tirou fotografia foi o meu pai<sup>253</sup>.

Para Rossi do Nascimento, mesmo chamando a atenção da imprensa, os disparos que teriam matado seu pai passaram a ser “abafados” durante o período do Regime Militar, deixando desamparados muitos familiares das pessoas atingidas no conflito. Em seu depoimento, Rossi analisa os resultados da ausência do pai na trajetória de sua família: “*Deixaram uma viúva de vinte e cinco anos, grávida de sete meses. Deixaram uma filha de sete meses sem conhecer o pai. Eram quatro crianças, a mais velha tinha oito anos de idade... Eu tive que conviver com isso... As dificuldades, a busca de certas respostas pelo pai que foi perdido*”<sup>254</sup>. Porém, perguntado se haveria algum ressentimento em relação às autoridades locais e à Usiminas, observamos que o depoente prefere reprimir as suas lembranças quanto ao evento traumático, segundo ele, “*(...) para não acabar tomando raiva de todo mundo*”:

[Nos tiroteios do dia 7 de outubro] foi um militar que atingiu... os trabalhadores. A ideia sempre foi neste sentido. Então muita coisa foi abafada neste sentido logo depois da Revolução de 1964. Aí eu falei, não tem aonde eu procurar porque... Inclusive eu tenho pessoas que eu falo... Igual o doutor Emílio, eu conheço o filho dele, que é advogado. Aí você vai ver as pessoas que estavam convivendo que não

---

<sup>249</sup> POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio** – Rio de Janeiro, Revista Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

<sup>250</sup> POLLACK. M. Op. Cit., p.11.

<sup>251</sup> *Silêncio 63*– Produzido por Ateliê 22 Arte e Cultura and Cavideo. Direção: Fábio Nascimento. Duração: 24:01 minutos (Colorido) 2011.

<sup>252</sup> Rossi é um dos quatro filhos que José Isabel Nascimento deixou depois que foi atingido mortalmente no dia 7 de outubro de 1963. Como já ressaltamos, algumas das fotos tiradas no dia dos conflitos foram feitas pelo operário e fotógrafo amador.

<sup>253</sup> Depoimento de Rossi Nascimento ao documentário *Silêncio 63*. Op. Cit.

<sup>254</sup> Ibid.

tiveram nada a ver com os tiros, que não tiveram nada a ver com a usina, que não tiveram a ver com nada e passaram a ser meus amigos, que eu passei a conhecer. Aí eu falei, se eu for mexer nisso, eu vou chegar numa coisa que eu vou tomar raiva da vida, vou tomar raiva das pessoas, vou tomar raiva da polícia, vou tomar raiva de todo mundo... Vou tomar raiva da Usiminas... E eu não fui criado para ter esse tipo de raiva. Tanto que eu tenho hoje um filho com dezenove anos e eu já não passo isso pra ele (...) <sup>255</sup>.

Outro indivíduo que teve sua vida transformada pelos disparos de 1963 foi o senhor José Elias dos Santos, “Seu Juca”. Na época, ele tinha 30 anos e trabalhava para a empresa paulista Fichet, uma das empreiteiras que prestava serviços à Usiminas, quando também foi atingido por um disparo no dia 7 de outubro. Em entrevista ao jornal *Estado de Minas*, (1/6/2003), ao jornalista Marcelo Freitas <sup>256</sup> e ao documentário “*Silêncio 63*” <sup>257</sup>, “Seu Juca” conta que, naquela manhã, ele teria ido bem cedo para a empresa e conseguiu entrar para trabalhar, mas, diante da confusão no portão de entrada, ele teria sido mandado de volta para sua casa.

Segundo ele, no momento em que saía da empresa, um dos operários jogou “uma brita” no policial que estava com a metralhadora e os disparos começaram. Uma das balas atingiu sua perna esquerda, fazendo com que ele caminhasse com dificuldade para o resto da vida.

Eu fui para o hospital, fiquei internado mais de noventa dias... Vim embora pra casa. Mandaram eu ir para Belo Horizonte para arrumar a perna mas não tive recursos para arrumar. Tinha uma bala que estava atrapalhando. A bala não tirou porque do jeito que bateu... Aquela bala de ‘dundum’ que eles falam, aquela bala onde ela acha resistência ele explode tudo. Eu não pude fazer nada. Chegou em Belo Horizonte o médico examinou e falou: “Olha seu José”, a perna do senhor não tem jeito não. Eu não vou mexer nela não, porque se nós formos mexer está sujeito de o senhor ficar sem ela. Então o senhor vai andar, vai poder fazer qualquer coisa, então vou mandar o senhor ir embora”. Eu falei: “Então tá bem doutor. Eu estou na mão de Deus primeiramente e depois do senhor. É o médico que sabe da situação”. Aí eu vim embora, andei dois anos de muleta, depois larguei a muleta, andei escorado com uma bengala, mais um ano e pouco, a perna melhorou e eu comecei a trabalhar. O “barraco” aí fui eu quem fiz, tijolei tudo, reboquei... e lutando com a vida até hoje, graças a Deus <sup>258</sup>.

Na análise do jornalista e mestre em Ciências Sociais, Marcelo Freitas, “Seu Juca”, “embora tenha orgulho dos filhos criados, ele carrega uma vida marcada por um claro sentimento de exclusão e, ao mesmo tempo, de revolta por ter sido abandonado pelo poder público, pela Usiminas e pela Fichet” <sup>259</sup>. Depois de passados quarenta e sete anos dos acontecimentos, José Elias dos Santos expressa no documentário “*Silêncio 63*” sua frustração com a falta de auxílio da empresa siderúrgica e das autoridades civis.

Nunca recebi uma ajuda de ninguém da companhia por causa disso. Nunca apareceu ninguém: “Seu Zé como está passando a sua família? O senhor está precisando de alguma coisa?”. Não. Foi Deus quem me ajudou. Ninguém me deu um carço de arroz... pra mim... da companhia. A companhia que eu trabalhava pra ela era de fora, era de São Paulo. Depois ela me dispensou porque venceu o contrato... aí fiquei... passado por INPS, e fiquei até hoje com um salário mínimo até hoje. (...)O sentimento é que a gente não ganhou aquilo que era de direito, não fizeram o que

<sup>255</sup> Ibid.

<sup>256</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit. p. 244-245.

<sup>257</sup> *Silêncio 63*. Op. Cit.

<sup>258</sup> Depoimento de José Elias dos Santos ao documentário *Silêncio 63*. Op. Cit.

<sup>259</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit., p.243

tinha que ser feito, então ficou tudo enrolado a vida da gente até hoje, **fazer o que né?**<sup>260</sup>

Mesmo considerando injusto esse descaso, José Elias dos Santos mostra nas entrevistas certa conformação com o seu destino. Em um depoimento, publicado no dia 1º de junho de 2003 no jornal *Estado de Minas*, seu José conta que teve vários convites para participar de manifestações promovidas por grupos políticos de Ipatinga. Porém, ele justifica ao jornal que nessas diversas ocasiões rejeitou apresentar ao público suas memórias sobre o episódio que teria resultado no baleamento de sua perna.

Eu sempre penso comigo. A gente é pobre e dessa cor (negra). Subir em um lugar desses (palanque) para falar uma coisa dessa, vão falar: é preto doido. Se eu for lá, vou ser criticado. Pode não ser a minha presença, mas vão me criticar. **Não vou aborrecer ninguém. Então, deixa o meu aborrecimento comigo**<sup>261</sup>.

É possível observar que os disparos policiais de 1963 apresentaram-se como um evento traumático intimamente ligado à transformação da vida familiar dos depoentes. Porém, distantes de procurarem assumir publicamente uma identidade de “prejudicados pelo conflito”, acreditamos que esses indivíduos aliaram a vontade de esquecer e superar os traumatismos do passado ao cálculo das consequências de manterem e expressarem uma memória de resistência.

No documentário, Rossi Nascimento relata calcular que pode perder colegas e laços sociais “cultivando memórias” que condenam a empresa e autoridades públicas. Segundo Rossi, “ele não teria sido criado para cultivar esse tipo de raiva, que não traz nada pra ninguém”<sup>262</sup>.

Segundo Marcelo Freitas<sup>263</sup>, o ex-operário José Elias também optou por silenciar o passado em razão das perdas que suas memórias podem causar no presente. Um de seus filhos foi admitido como funcionário da Usiminas e, mesmo considerando que esse emprego “foi conseguido por seus próprios méritos, sem que, ao longo dos últimos 40 anos, tenha feito qualquer pedido à companhia como reparação pela sua invalidez (...), ele deixou escapar o receio que [com a publicação de suas entrevistas] a empresa descubra sua ligação entre ele e o filho (...) e acabe por demiti-lo”<sup>264</sup>.

Tereza Gomes, a viúva do operário Antônio Reis (outra vítima dos disparos policiais de 1963), também teria optado por permanecer calada sobre o assunto por algumas décadas, pois temia perder o emprego obtido com ajuda da Usiminas. Logo depois da morte do marido, ela teria passado a receber uma cesta básica e uma ajuda para pagar o aluguel da casa que morava com os dois filhos. Em 1965, com a inauguração do Hospital Márcio Cunha, conseguiu, por intermédio da empresa siderúrgica, o emprego de ajudante de limpeza<sup>265</sup>.

Devemos lembrar que não existia nenhuma obrigação legal para que a empresa indenizasse qualquer familiar ou vítima do conflito. Por essa razão e por não ser legalmente casada com Antônio Reis (o casamento teria sido realizado na Igreja Católica, mas sem formalização civil), a viúva Tereza Gomes pode ter encarado o emprego no hospital como uma “oportunidade” aberta pela empresa para que ela não perdesse as condições mínimas de sobrevivência.

---

<sup>260</sup> Depoimento de José Elias dos Santos ao documentário *Silêncio 63*. Op. Cit.

<sup>261</sup> *Estado de Minas* 1/6/2003, p.10 *apud* FREITAS, M., 2008. Op. Cit., p. 244.

<sup>262</sup> *Silêncio 63*. Op. Cit.

<sup>263</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit.

<sup>264</sup> *Ibid.*, p.243.

<sup>265</sup> *Ibid.*, p.241.

Observamos, então, que, em certos casos, longe de ser apenas uma tentativa de esquecer uma experiência traumática isolada, alguns indivíduos afetados pelos eventos de 1963 mantiveram vivas as memórias do conflito. Porém, diante das dificuldades e das perdas que poderiam enfrentar nos anos que se seguiram, decidiram suprimir essas narrativas.

Analisando os condicionantes da existência de recordações compartilhadas por diversos indivíduos, o sociólogo Maurice Halbwachs<sup>266</sup> defende que as memórias sobre um determinado acontecimento se apoiam e se reconstróem principalmente a partir das informações relembradas em grupo. Para o estudioso, é importante que as memórias comuns a um grupo não deixem de concordar entre si e mantenham o maior número de pontos de contato possíveis para que as lembranças possam ser reconstruídas a partir de um fundamento comum<sup>267</sup>. Por outro lado, as recordações ou impressões que se distanciam desses “elementos conectores” tornam-se mais fáceis de serem silenciadas ou esquecidas com o passar do tempo. Segundo ele:

(...) os acontecimento de nossa vida que estão sempre mais presentes são também os mais gravados na memória dos grupos mais chegados a nós. Assim, os fatos e as noções que temos mais facilidade em lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios. Essas lembranças estão para “todo mundo” dentro desta medida, e é por podermos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los. Dos segundos, daqueles que não podemos nos lembrar mais à vontade, diremos voluntariamente que eles não pertencem aos outros, mas a nós, por que ninguém além de nós pode conhecê-los. Por mais estranho e paradoxal que isto possa parecer, as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são aquelas que não concernem a não ser a nós<sup>268</sup>.

Como ressalta o autor, a partir do momento em que recordações antes grupais passaram a ficar cada vez mais particularizadas, é possível que os “elementos conectores” entre as memórias acabem se perdendo com a passagem do tempo, dificultando os processos de rememorações destas.

É possível, então, que, na medida em que os protestos e disparos de outubro de 1963 passam por um período de silenciamento, alguns elementos ou recordações que funcionariam como “fios-condutores” para a manutenção de uma memória grupal desse fato histórico acabem se perdendo. Dessa forma, ao analisarmos algumas das mudanças econômicas e sociais observadas no Vale do Aço a partir da segunda metade da década de 1960, procuramos identificar como alguns elementos acabaram contribuindo, mesmo que de maneira indireta, para que as memórias sobre a “a revolta operária de 1963” passassem por um período de silenciamento, principalmente durante os anos 70.

No tópico posterior, buscamos analisar como o clima de intensa polarização política desse período possibilitou que as ocorrências de 1963 no portão da Usiminas fossem reinterpretadas a partir da ótica de uma “necessidade de defender a Usiminas e a região em relação à ameaça da esquerda, em especial comunista”. Ademais, analisamos como os mecanismos de informação e perseguição que se espalharam no Brasil também foram muito ativos em Ipatinga, fazendo com que os assuntos relacionados especificamente às narrativas desse episódio histórico passassem a ser temidos por alguns indivíduos.

---

<sup>266</sup> HALBAWACS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

<sup>267</sup> Ibid., p.34.

<sup>268</sup> HALBAWACS, M. Op. Cit., p.49.

## 2.2 – Do “vermelho assassino” aos “assassinos vermelhos”

O Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado para apurar as responsabilidades do grupo de policiais militares envolvido nos disparos ocorridos em Ipatinga se estendeu entre a segunda semana de outubro de 1963 até meados de dezembro de 1965, ou seja, os vestígios e depoimentos reunidos em Ipatinga e Belo Horizonte resultaram no veredicto promulgado aproximadamente vinte e seis meses depois das ocorrências no portão da Usiminas. Durante esse período, as mudanças internas na empresa, as ondas grevistas por todo o país, as exigências pela Reforma Agrária, o acirramento do anticomunismo causado pela Guerra Fria e o início do Regime Militar (1964-1985) contribuíram para que os depoimentos sobre as ocorrências em Ipatinga fossem revistos sob a ótica desse momento de intensa polarização política.

No final de 1963, os povoados que faziam parte do Vale do Aço passavam por um período de tensão a qual poderia também ser sentida em outras regiões do país que concentravam um grande número de operários. Diante do aumento da inflação nacional, os diversos setores da esquerda brasileira passaram a pressionar ainda mais o Presidente João Goulart a abandonar sua posição de neutralidade política. Segundo Mário Grynszpan <sup>269</sup>, o Presidente Goulart era popularmente reconhecido como o herdeiro político de Vargas e, por isso, seria forte a esperança de que, nesse momento de acirrada crise nacional, seu enfoque voltar-se-ia para a resolução de antigos problemas econômicos e sociais do país, que, no caso, passavam essencialmente pela solução da questão agrária brasileira.

Consolidou-se neste período a visão que havia uma questão agrária a ser resolvida no Brasil, de que a concentração da propriedade fundiária, traço contínuo de nossa história desde os tempos coloniais, era a base de todo um conjunto de problemas com os quais se deparava a grande maioria da população rural, como miséria, fome, isolamento, baixos níveis de escolaridade, precárias condições de moradia e infraestrutura, apenas para citar alguns. Tais problemas, por sua vez, passaram a ser vistos como fortes entraves à industrialização e ao desenvolvimento econômico do país como um todo, na medida em que determinava a exclusão da população rural, então a maioria de nossa população, do mercado de consumo. Na visão que se firmou, portanto, era fundamental que se resolvesse a questão agrária para que o país pudesse avançar de forma autônoma rumo ao desenvolvimento <sup>270</sup>.

Porém, alguns grandes empresários, líderes políticos, religiosos e oficiais militares viam, naquele momento de incertezas políticas e econômicas, que a consecução de um projeto reformista poderia abrir espaço para que, sob a influência de “ideologias exteriores”, se concretizasse uma revolução político-social nos moldes da ocorrida em Cuba (1959). Percebe-se, então, que, ao final de 1963 e início de 1964, em um momento em que o Presidente João Goulart acenava certo apoio a alguns planos de mudanças estruturais, vários grupos sociais, temerosos com os possíveis resultados dessas reformas, iniciaram uma “segunda onda anticomunista no Brasil” <sup>271</sup> sob a prerrogativa de combater uma ameaça que, segundo eles, poderia subverter completamente a ordem do país.

---

<sup>269</sup> GRYSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, M. **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

<sup>270</sup> GRYSZPAN. M. Op. Cit., p.57.

<sup>271</sup> O historiador Rodrigo Patto Sá Motta analisa que os ideais anticomunistas criaram suas raízes no Brasil logo depois de ocorrida a Revolução Russa (1917); porém, em dois momentos históricos, ocorreram “ondas anticomunistas” no país, fazendo com que uma parcela significativa da população tivesse contato com as ideias contrárias ao “avanço do perigo vermelho no Brasil”. Segundo o autor, “a primeira onda” ocorreu nos anos 1930, durante o período Vargas, e a “segunda onda”, na primeira metade da década de 1960, no contexto político pré-Golpe de 1964. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917- 1964)**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

Diversos discursos e elementos simbólicos largamente utilizados no Brasil durante a década de 1930 foram reutilizados nesse momento de intensa polarização político-militar da Guerra Fria, nos anos 1960, para legitimar a importância de defender a sociedade brasileira “contra as novas tentativas de avanço do perigo vermelho”. Dentre eles, alguns meios de comunicação impressos passaram a vincular periodicamente o discurso anticomunista durante os meses que antecederiam o Golpe Militar no Brasil.

O matinal *Estado de Minas*, jornal de grande circulação nacional, analisado pela historiadora Heloísa Maria Murgel Starling<sup>272</sup>, teria mantido um espaço especial em suas páginas para a veiculação de textos que alertariam a população sobre os perigos do avanço das ideias comunistas no Brasil.

O semanário religioso *O Arquidiocesano – Órgão oficial da Arquidiocese de Mariana*<sup>273</sup>, entre os anos de 1959-1988, também nos chama a atenção quanto ao comprometimento de seus editores<sup>274</sup> em alertar os seus fiéis aos malefícios que poderiam ser causados pela adoção das ideias comunistas no Brasil.

Em um país onde a religião católica era seguida por grande parte da população e principalmente nas Minas Gerais, onde esse catolicismo “de herança conservadora”<sup>275</sup> teria assumido importante papel histórico na própria formação social daquela região, aproximar o discurso e os símbolos religiosos aos ideais anticomunistas tornava-se, naquele momento, um meio muito eficaz de afastar os ideais reformistas de vários setores da sociedade. No “*O Arquidiocesano*”, o próprio arcebispo, Dom Oscar de Oliveira, por vezes destacava-se pelas tentativas de expor, de maneira clara, a incompatibilidade entre o catolicismo e o comunismo.

“Comunismo, Religião e Pátria – D. Oscar de Oliveira”.

Jamais poderá a Igreja de Cristo transigir com o comunismo. Comunismo e cristianismo são dois polos diametralmente opostos como trevas e luz, fogo e água. Daí, o ódio comunista no cristianismo, seu firme e eterno adversário. Ingênuo seria crer que o comunismo tivesse por meta somente o fator econômico, que fosse apenas uma questão de estômago, que simplesmente visasse a um bem-estar de nutrição, vestuário, moradia, assistência sanitária, repouso remunerado. Não, o comunismo é uma filosofia de vida, uma filosofia satânica. Com efeito, há homens ricos e cultos, há trabalhadores recebendo polpudos salários a quem não falta conforto e que, no entanto, trabalham intensamente em favor da heresia comunista. Mais do que uma doutrina econômica, social e política, o comunismo é uma ideologia essencialmente materialista que pretende abarcar tudo pelo seu mito, ocupar o lugar da fé religiosa e tornar o mundo profano<sup>276</sup>.

---

<sup>272</sup> STARLING, Maria Murgel. **Os senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o golpe de 64**. Petrópolis: Vozes, 1986.

<sup>273</sup> É importante reiterar que, entre as regiões que faziam parte da circunscrição eclesiástica da Arquidiocese de Mariana, estava a região do “Vale do Aço”.

<sup>274</sup> “O Arquidiocesano”, que, como o seu subtítulo indicava, era considerado o “Órgão de Comunicação Oficial da Arquidiocese de Mariana”, tendo como seu editor chefe o próprio Arcebispo, Dom Oscar de Oliveira. Era distribuído semanalmente com tiragem de seis mil exemplares por aproximadamente 72 cidades que faziam parte da jurisdição eclesiástica da Arquidiocese de Mariana. Ver. PAGNOSSA, Tadeu Pamplona. **De Roma a Mariana: Comunismo e Política no “O Arquidiocesano” (1959-1964)**. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, 2008.

<sup>275</sup> Segundo alguns pesquisadores do catolicismo brasileiro, sob influência dos imigrantes do norte de Portugal, teria se desenvolvido na região das Minas do século XVIII uma religiosidade marcada por uma espécie de recusa ao sincretismo e que procurava defender-se contra as ameaças de “inimigos da religião”. O comunismo poderia ser visto como mais um deles. Ver: HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro - 1550 - 1800**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1991; MATA, Sérgio Ricardo da. **A fortaleza do Catolicismo: Identidades Católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

<sup>276</sup> *O Arquidiocesano – Órgão oficial da Arquidiocese de Mariana*. n.230, 09 de Fevereiro de 1962, p. 1, 4.

O clima de polarização política acentuava-se pelo país e, por isso, foi importante aos grupos conservadores explorar um grupo de elementos simbólicos que identificassem facilmente “o outro”, “o comunista”. Além dos textos vinculados em diversos livretos, periódicos, folhetos e cartazes, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta destaca que as imagens<sup>277</sup> e caricaturas<sup>278</sup> foram mecanismos muito recorrentes e eficazes para vincular a propaganda anticomunista no contexto do Pré-Golpe Militar Brasileiro. Segundo ele:

A utilização de imagens gráficas (figuradas) para fins de propaganda política constituiu um recurso bastante eficaz, notadamente num país com altos percentuais de população iletrada. Mas, as imagens exercem impacto forte mesmo sobre os alfabetizados, na medida em que fixam as mensagens de forma rápida e sintética, atingindo um resultado que de outra forma da comunicação dificilmente alcançam<sup>279</sup>.

A oposição entre “comunistas” e “anticomunistas”, no início de 1964, levavam cada um desses grupos a agregar indivíduos representantes de posições políticas muito diversificadas. Segundo a análise de Motta<sup>280</sup>, enquanto o anticomunismo brasileiro pautava-se basicamente nos matizes do nacionalismo, catolicismo e liberalismo (aproximando, por exemplo, setores conservadores da Igreja Católica, militares e grandes empresários), as particularidades de cada uma das vertentes da esquerda política brasileira, algumas vezes, passaram a ser minimizadas pelos seus opositores. Dessa forma, era muito comum que todos esses grupos fossem aproximados sob a alcunha de comunistas. Essa estratégia mostrava sua aproximação com o universo militar<sup>281</sup>, o qual reconhece “o outro” como pertencente apenas a um dos grupos: “aliados ou inimigos”.

Durante décadas esta manobra foi comum no Brasil, a tática de nomear como comunistas os anarquistas, os socialistas moderados, os trabalhistas, os nacionalistas radicais, os populistas de esquerda, a esquerda católica e, em determinadas conjunturas, até mesmo os liberais avançados. A aplicação indiscriminada da expressão comunista a indivíduos pertencentes aos diversos matizes da esquerda, praticada de maneira mais frequente pelos anticomunistas conservadores e reacionários, tinha como objetivo desacreditar todo e qualquer processo de mudança social. Denunciando à sociedade como comunistas embuçados a todos os esquerdistas, alcança-se o efeito de lançar desconfiança sobre as propostas reformadoras. Amedrontadas pelas sinistras representações do comunismo divulgadas e cristalizadas ao longo do tempo, parte da população tendia a encarar com reserva o discurso “progressista”<sup>282</sup>.

Diante da confusão de quem poderia ser identificado como comunista e quais eram os planos de atuação desse grupo, vários indivíduos e instituições acabaram utilizando-se do

---

<sup>277</sup> MOTTA, R., 2002. Op. Cit.

<sup>278</sup> MOTTA, Rodrigo P. S. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Ed Jorge Zahar, 2006.

<sup>279</sup> MOTTA, R., 2002. Op. Cit., p. 89

<sup>280</sup> MOTTA, R., 2002. Op. Cit.

<sup>281</sup> Segundo Golbery Couto e Silva, em decorrência do intercâmbio realizado entre oficiais norte-americanos e brasileiros, principalmente nos cursos ministrados na Escola Superior de Guerra (ESG), no início dos anos 1960, fortaleceu-se em diversas divisões militares brasileiras o conceito de “guerra total ao comunismo”. Segundo o autor, “*O conceito de guerra total deve ser entendido em muitos sentidos. Primeiramente ela, (a guerra) faz um apelo a todas as formas de participação excluindo, terminantemente, a neutralidade. Em segundo lugar, a guerra é total, no sentido de que o antagonismo dominante se encontra igualmente, nas fronteiras nacionais. Portanto, a agressão pode vir tanto do exterior (comunismo internacional) quanto do interior (inimigo interno). Fica claro, pois, que a infiltração generalizada do comunismo consolida e justifica a repressão interior, por meio dos órgãos de informação dos países atingidos*”. COUTO E SILVA, Golbery. **Conjuntura Política Nacional. O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1981.

<sup>282</sup> MOTTA, R., 2002. Op. Cit., p.89.

leque de interpretações do discurso anticomunista para os mais variados objetivos. O grande número de “descobertas” de indivíduos e planos ligados ao comunismo durante essa época demonstra que várias foram as possibilidades abertas para a exploração desse medo do “perigo vermelho”.

Rodrigo Patto Sá Motta <sup>283</sup> destaca que foi tão ampla a exploração do temor ao comunismo nos anos 1930 e 1960, que, em ambos os contextos, algumas figuras públicas foram acusadas de conseguir benefícios políticos e econômicos através da criação de uma “indústria anticomunista”. Segundo Motta, *“O objetivo era aproveitar-se do pavor provocado pelo comunismo, seja convencendo a sociedade da necessidade de determinadas medidas, seja colocando-se na condição de campeão do anticomunismo para daí auferir vantagens”* <sup>284</sup>. Para o autor, esse recurso foi muito importante, principalmente para justificar algumas intervenções autoritárias na política nacional ou então pelos políticos que procuravam destaque como defensores das tradições, da nação e das famílias, porém,

(...) a motivação para rotular um desafeto de comunista não precisava ser política. Houve muitos casos em que cidadãos “se tornaram” comunistas devido a querelas de natureza pessoal. Em 1958, o DOPS carioca resolveu depurar os arquivos sobre o PCB que acumulara desde 1922 fichas referentes a 800.000 comunistas (!). A revisão visava à realização de uma triagem para separar os comunistas verdadeiros de pessoas fichadas por falso testemunho <sup>285</sup>.

O “pano de fundo” do anticomunismo, as investigações e as perseguições políticas também poderiam ser identificados no povoado de Ipatinga durante os anos que precederam o Golpe Militar. Na visão do jornalista Marcelo Freitas, a gradativa acentuação desse clima político teria, então, sido decisivo para alterar o percurso das apurações sobre as responsabilidades militares nos disparos ocorridos em Ipatinga. Na visão do autor:

Entre 7 de outubro de 1963 e o final da noite do dia 10 de dezembro de 1965, quando chegou ao fim o processo pelo qual os policiais foram julgados, passaram-se exatos 795 dias. Nesse tempo, um golpe militar destituiu o presidente da República e transformou os trabalhadores de Ipatinga, de vítimas em réus, e os policiais, de réus, em vítimas. (...) Essa mudança nos rumos dos acontecimentos é percebida de forma clara no desenrolar do processo <sup>286</sup>.

A historiadora Marilene Tuler <sup>287</sup> defende que essas transformações discursivas sobre os acontecimentos em Ipatinga podem ser observadas a partir da análise realizada por ela dos documentos do processo de número 2035 <sup>288</sup>, movido pela Polícia Militar para apurar o conflito de 1963 no Vale do Aço. Segundo a pesquisadora, os responsáveis por essa investigação teriam ouvido o total de 69 testemunhas em três momentos diferentes: nos dias seguintes ao conflito, algumas semanas depois (em Belo Horizonte) e no momento do julgamento dos policiais (em 1965). O distanciamento temporal desses diferentes “blocos de depoimentos” apontaria para a importância do avanço da polarização anticomunista dos anos 1960 na tentativa de alguns indivíduos associarem os acontecimentos de Ipatinga à existência de comunistas “organizados e com um plano de ação no Vale do Aço”.

---

<sup>283</sup> MOTTA, R., 2002. Op. Cit.

<sup>284</sup> Ibid., p.161.

<sup>285</sup> Ibid., p. 164.

<sup>286</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit., p.6.

<sup>287</sup> TULER, Marilene. **Massacre de Ipatinga: mitos e verdades**. Belo Horizonte: O lutador, 2007.

<sup>288</sup> MINAS GERAIS, Auditoria da Justiça Militar. **Processo de número 2.035 tendo como acusados o Tenente Jurandir Gomes de Carvalho e outros praças envolvidos no Conflito da Usiminas, em Ipatinga**. Relator: Silvio de Sousa. Belo Horizonte, 1963-1965, v.1-6.

As primeiras 38 testemunhas que, segundo Marilene Tuler, falaram aos investigadores entre os dias 7 e 10 de outubro de 1963 ocupavam diferentes posições sociais: médicos, operários, desempregados, policiais, diretores da empresa e “espectadores”. Cada uma dessas testemunhas, ouvidas na delegacia, no Escritório Central da Usiminas e nos hospitais da região de Ipatinga, apresentou a sua visão dos eventos a partir da sua perspectiva e do seu lugar social. Por isso, alguns destacavam a importância da manifestação dos operários no início do conflito, outros justificavam que o despreparo dos policiais teria motivado os disparos ou, então, responsabilizavam os vigilantes contratados pela Usiminas pelo início da violência. Porém, como destaca Tuler, “(...) *indiferentemente da função sócio-profissional exercida pelos depoentes – tenente, médico, soldado, operário, doméstica (...) não existe nenhuma menção a elementos comunistas, a líderes com bandeira vermelha e agitadores*”<sup>289</sup>.

Nas matérias jornalísticas apresentadas no segundo capítulo deste trabalho, podemos observar que os depoimentos publicados pelos periódicos nos dias após o conflito estariam mais preocupados em recuperar a ordem dos acontecimentos, relatar sobre o início dos disparos, investigar quais as principais autoridades envolvidas, além do número exato de mortos e feridos. Como mostram parte desses impressos, depois de quase uma semana dos disparos policiais, ainda haveria populares que externavam a sua revolta em alguns pontos do povoado, enquanto, distantes de um consenso, as principais autoridades policiais e diretores da empresa debatiam o peso da responsabilidade dos vigilantes da Usiminas e dos policiais do Regimento da Cavalaria na ocorrência dos disparos.

Caso a participação de alguma liderança sindical ou de algum elemento comunista tenha se destacado nos momentos anteriores ao início dos disparos, a ação desses indivíduos não teria sido lembrada nesses primeiros depoimentos, principalmente em razão do momento de negociação entre autoridades e populares, do destaque ao grande número de pessoas internadas nos hospitais e da fuga, prisão e transferência dos policiais envolvidos nos disparos do dia 7 de outubro. As manifestações de revolta popular que se seguiram aos disparos dos policiais podem ter contribuído para que, enquanto transcorria essa primeira etapa das investigações (que teria durado aproximadamente uma semana), a possível participação de elementos comunistas no início do embate fosse ofuscada e a responsabilidade pelo conflito acabasse recaindo principalmente àqueles que teriam ordenado e efetuado a ação contra a multidão próxima aos portões da Usiminas.

Segundo Tuler<sup>290</sup>, entre os dias 13 e 22 de outubro, os responsáveis pelo inquérito policial nº 2035 passaram a ouvir, em Belo Horizonte, o responsável direto pelo Regimento da Cavalaria Militar em Ipatinga (o Capitão Robson Zamprogno), o diretor do Departamento de Relações Industriais (Gil Guatmosim)<sup>291</sup> e os dezenove policiais que teriam participado da ação em Ipatinga.

O capitão Zamprogno foi o primeiro a ser inquirido, no dia 13 de outubro, e reforçou a existência de armas e certa organização para a luta entre os operários localizados nos bairros próximos à Usina Siderúrgica. Em seu depoimento, o capitão procurou destacar o sucesso do grupo de operários que morava no Bairro Santa Mônica em construir barricadas e resistir às tentativas da entrada de policiais nesses locais, na noite do dia 6 de outubro<sup>292</sup>.

---

<sup>289</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit., p.120.

<sup>290</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit.

<sup>291</sup> De acordo com a posição que ocupava (Diretor de Relações Industriais), o senhor Gil Guatmosim passou a ser lembrado nos anos posteriores como um dos diretores da Usiminas com maior participação e responsabilidade nos disparos de 1963. Segundo diversos autores (PEREIRA, C. Op. Cit.; TULER, M., 2007. Op. Cit.; FREITAS, M., 2008. Op. Cit.; MORAES, J. Op. Cit.), os corpos de três das vítimas dos disparos teriam sido depositados na sala desse diretor (figura 2).

<sup>292</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit., p.121.

Ao destacar que, dentre os operários da Usiminas, haveria um grupo de jovens, solteiros, altamente organizados e politizados nos bairros próximos ao portão onde ocorreram os protestos do dia 7 de outubro, o capitão apoiava-se na estigmatização da “Turma do Santa Mônica” para diminuir sua responsabilidade e dos seus comandados.

Como já ressaltamos no capítulo 1, os Bairros do Horto e Santa Mônica foram os primeiros “bairros da usina” e os únicos não implantados entre a área da Usiminas e o Rio Piraciaba<sup>293</sup>. Desde o início, os limites dos bairros se confundiam e, por se localizarem entre alguns morros, o acesso era restrito, sendo, em alguns pontos, realizado apenas por uma rua. Os bairros abrigaram trabalhadores de posições hierárquicas diversificadas, enquanto os outros estavam sendo projetados e construídos. Depois disso, ambos passaram a receber majoritariamente jovens trabalhadores, sendo uma parcela significativa deles absorvidos em variadas regiões do país devido aos seus conhecimentos técnicos, recém-adquiridos em escolas profissionalizantes, principalmente no SENAI.

Na medida em que, nos outros “bairros da usina”, expandia-se o projeto de construir habitações que acomodassem os trabalhadores da empresa e as suas famílias, facilitando a aproximação desses trabalhadores ao “espaço e ritmo siderúrgico” almejado pela empresa, os Bairros do Horto e Santa Mônica, antes mesmo da ocorrência dos protestos do dia 7 de outubro de 1963, destacavam-se entre os operários pela concentração de frequentadores do Juá, pela participação de alguns moradores em movimento de resistência e rebeldia no espaço fabril e pelas habituais alterações desses indivíduos com o Regimento da Cavalaria.

Segundo o ex-operário e historiador Paulo Souza, os próprios trabalhadores da Usiminas costumavam reconhecer “a turma do Santa Mônica” como os principais responsáveis pelas “agitações” no contexto fabril.

Os trabalhadores solteiros eram estigmatizados, quando algum burburinho acontecia dentro ou fora do ambiente fabril; não pelo fato de serem solteiros, mas por morarem no Santa Mônica. Eram maldosamente identificados como a ‘turma do Santa Mônica’ e, no ambiente fabril, os vigilantes eram capazes de identificá-los em meio à multidão de operários que se avolumava nos horários de entrada ou saída das fábricas, bem como nas trocas de turnos. Evidente que tais observações estavam fundamentadas na tenra idade desses operários e, como eles não tinham família, perder um posto de trabalho não era tão preocupante quanto para um operário casado. Assim, a ‘turma do Santa Mônica’ estava mais suscetível a qualquer movimento de rebeldia no contexto fabril<sup>294</sup>.

Pudemos constatar que, ainda hoje, alguns indivíduos associam “a Turma do Santa Mônica” ao principal grupo de agitadores entre os operários até 1963. Um ex-operário da Usiminas, o qual consultamos durante uma visita ao Bairro Santa Mônica, em 2012, relata se lembrar “que era tudo alojamento naquela região e que lá morava muita gente. Que era cheio de solteiros e ali é que ficavam os bagunceiros”. Segundo ele, o bairro era “falado” entre os próprios operários, pois era lá que “a polícia metia o cacete”<sup>295</sup>.

O ex-operário da Usiminas, Edson Farias, que, em 1963, residia em um dos alojamentos do Bairro Santa Mônica, recorda, em um depoimento dado a Paulo Souza, que, semanas antes do conflito daquele ano, os diretores da Usiminas haviam baixado uma determinação proibindo que qualquer objeto que pertencesse à usina siderúrgica saísse pelos

<sup>293</sup> MENDONÇA, Roxane Sidney Resende. **O urbanismo modernista em Minas Gerais: o caso de Ipatinga**. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2006. p.72.

<sup>294</sup> SOUZA, P. Op. Cit., p. 85.

<sup>295</sup> Depoimento dado por “um ex-eletricista da Usiminas”. Esse relato é resultado de uma conversa informal que tivemos com um morador de Ipatinga e ex-trabalhador da Usiminas, durante uma visita que fizemos à cidade em junho de 2012. Como o depoimento foi dado sem o conhecimento de que estávamos gravando o áudio da conversa, optamos por não vincularmos seu nome ao trabalho.

portões da empresa. Em decorrência disso, o grupo de jovens trabalhadores identificado como a “Turma do Santa Monica” teria se tornado o principal alvo das revistas nesses portões. Descontentes com as acusações de serem os responsáveis pelos pequenos furtos na usina, aumentou a rivalidade entre esse grupo de operários e os vigilantes da Usiminas.

(...) o pessoal não deixava por menos... tinha que ficar criticando os vigilantes. O vigilante era massacrado de todo jeito. Se fosse bom... era massacrado, se fosse ruim... era massacrado, então era o dia a dia da peãozada lá... ele queria ver o vigilante irritado... e a maioria era jovem, solteiro, então num belo dia lá eles – o que aconteceu o Massacre no dia seguinte – o pessoal então chamou a polícia e falou com ela: o pessoal do Santa Mônica é que fez baderna aqui. Então a polícia subiu lá para caçar os bichões e ali... ela desceu... como diz meu pai... “o produto do Amazonas em todo mundo” (risos) sem saber o que [es]tava acontecendo com eles. Desceu o produto da Amazonas em todo mundo. Inclusive na parte de baixo do alojamento, ali tinha um alojamento de madeira que era o Chicago Bridge <sup>296</sup>.

Ao insistir nessa pretensa capacidade de organização e resistência dos trabalhadores que habitavam os bairros mais próximos ao portão onde posteriormente iniciaram-se os conflitos, o Capitão Zamprogno embasava sua defesa de que, por trás dos protestos e ações realizadas pelo grande número de populares, na noite do dia 6 e na manhã do dia 7, existiriam “lideranças” que, com armas, bandeiras e uma corneta, conseguiam incitar seus colegas a agirem de forma violenta contra os representantes da empresa e as autoridades policiais. Assim, mesmo que os policiais tivessem exagerado no uso da violência, disparando em direção à multidão, essas ações só teriam acontecido depois de planejadas e provocadas por indivíduos “subversivos”, os quais teriam se misturado à multidão.

Para o memorialista José Augusto de Moraes (2009), diante das frequentes incursões dos policiais do Regimento da Cavalaria nos alojamentos do bairro Santa Mônica, um dos operários que tinha habilidade com uma corneta passou a ser responsável por alertar os moradores sobre a chegada dos policiais na entrada do bairro. Na perspectiva de Marilene Tuler (2007), a partir do operário com a corneta, o capitão Robson Zamprogno propunha que, além de “agitadores”, aquele grupo teria conhecimento de táticas de guerrilha, pois um dos indivíduos assumiria a responsabilidade de orientar os momentos de ataque ou defesa no momento em que os operários resistiam à ação policial na madrugada do dia 6 de outubro <sup>297</sup>.

Entrevistado por Paulo Souza, o ex-operário Edson Farias também relembra a presença de um corneteiro no bairro em que morava durante a madrugada do dia 6:

(...) no meio nosso tinha um corneteiro... ele tinha uma corneta... então ele deu o toque de recolher, os cavalo não conseguiram subir mais, é onde a polícia então... eles ficaram mais revoltado porque os cavalos não obedecia, porque os cavalo da polícia são treinado e tudo... então o cara dava o toque de recolher e os cavalo não prosseguia a subida, eles... o negócio deles era retornar <sup>298</sup>.

Nos dias que se seguiram ao relato do Capitão Zamprogno, os outros militares que teriam participado das ações no portão da Usiminas, no dia 7 de outubro de 1963, passaram a demonstrar um alinhamento em seus depoimentos, principalmente em relação à violência manifestada por alguns trabalhadores no momento em que o caminhão com os policiais teria chegado próximo ao portão da Usiminas.

No dia 18 de outubro, o Major Silvio de Souza, o responsável direto pelo inquérito policial-militar sobre os acontecimentos na Usiminas, expressou ao jornal *Correio de Minas* a

<sup>296</sup> Depoimento de Edson Farias *apud* SOUZA, P. Op. Cit., p. 100-101.

<sup>297</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit., p.115.

<sup>298</sup> Depoimento de Edson Farias *apud* SOUZA, P. Op. Cit., p.101.

justificativa dada pelos policiais para o início dos disparos. Segundo o Major, eles “(...) explicaram que foram levados a isso porque a massa de trabalhadores os cercavam com ameaças e cuspiam neles”<sup>299</sup>.

A existência de “lideranças” que, sem motivo aparente, cercavam, insultavam e cuspiam nos oficiais do Regimento da Cavalaria também estão presentes nas transcrições dos depoimentos dados por esse grupo de policiais aos inquiridos sobre o conflito da Usiminas. A partir de alguns trechos analisados pela historiadora Marilene Tuler, podemos identificar que os relatos se aproximavam e procuravam destacar que as primeiras atitudes violentas teriam partido de indivíduos em meio à multidão, a saber:

“(…) que um ferroviário da Vitória-Minas chegou a exhibir uma flanela vermelha dizendo que se as armas dos soldados disparassem tiros, ele a massa popular ali presente queriam era aquilo mesmo: Sangue! (...) que ouviu esses líderes orientarem os amotinados no sentido de deitarem-se no chão caso ouvissem algum estampido de tiro (...) que tinha conhecimento de que os líderes da Usiminas estavam preparando uma greve”. (Depoimento do soldado Moacir Gomes de Almeida)

“(…) e a todo momento exibiam uma bandeira vermelha; que esses elementos agitadores provocavam os soldados mandando que eles atirassem contra o povo”. (Depoimento do soldado Florício Fornaciari)

“(…) que entre os mais salientes e agitadores, havia um ferroviário que portava uma bandeira vermelha e que de instantes a instante cuspiam nos soldados” (soldado Milton Souto da Silva) “(...) que em meio ao povo se distinguiria um agitador que portava uma bandeira vermelha e gritava a todo momento: Sangue, sangue!”<sup>300</sup>

É importante destacar dois pontos no conjunto de trechos dos depoimentos cedidos pelos policiais à Justiça Militar: em primeiro lugar, os relatos aproximam-se em relação à dificuldade de negociar ou argumentar com alguns indivíduos que se destacavam entre a multidão. Distantes dos motivos dos protestos, esses “agitadores” ora instigavam o povo, ora insultavam os soldados para que algum dos lados principiasse o conflito.

Interessante refletir, também, que, nesses depoimentos, o “reconhecimento” da presença de desconhecidos “perturbadores da ordem”, nos momentos anteriores ao conflito do dia 7 de outubro de 1963, pode estar intimamente ligado a diversas operações de memória individuais e grupais. É possível que, realmente, alguns indivíduos, independentemente de suas orientações intelectuais ou motivações, tenham se destacado durante os enfrentamentos anteriores aos disparos da polícia. Assim, seria cabível que os policiais tivessem guardado recordações individuais semelhantes em relação a esse momento, explicando as conexões de diversos pontos entre os depoimentos.

Porém, há a possibilidade de que a presença e as atitudes dessas “lideranças subversivas” tenham chamado a atenção de apenas uma parcela dos policiais antes do início dos disparos. Dessa maneira, o período em que o grupo permaneceu encarcerado em Belo Horizonte, enquanto aguardava para ser ouvido pela Justiça, pode ter contribuído para que as memórias sobre os acontecimentos tenham se influenciado mutuamente, adaptando as narrativas e produzindo uma versão relativamente comum ao grupo. Assim, as diferentes perspectivas dos policiais sobre os momentos anteriores aos disparos podem ter sido preteridas a uma narrativa a qual apresentasse, com maior clareza, que a responsabilidade pelos disparos não deveria recair apenas aos policiais do Regimento da Cavalaria.

Podemos levar em conta, também, a possibilidade de que, na intenção de apresentar provas que inocentassem o grupo de policiais, o discurso sobre presença de “lideranças

<sup>299</sup> *Correio de Minas*: “Coronel diz que operários jogaram pedra em soldados”.

<sup>300</sup> Depoimento do soldado Sebastião Capelo de Oliveira para MINAS GERAIS, 1963-1965. v.1 *apud* TULER, M., 2007. Op. Cit., p.121.

subversivas” nos portões da Usiminas tenha sido totalmente lapidado entre os dias em que os militares permaneceram na capital mineira aguardando para serem ouvidos sobre o caso.

Em segundo lugar, no tangente aos depoimentos cedidos pelos policiais à Justiça Militar, gostaríamos de destacar que as narrações dos depoentes fazem repetidas alusões à cor vermelha, seja nas bandeiras ostentadas pelos “indivíduos violentos”, seja no insistente clamor desses manifestantes pelo derramamento de sangue. Podemos notar que, se no depoimento do Capitão Zamprogno e na reportagem do *Correio da Manhã*, os manifestantes assumem características extremamente violentas e bestiais, é a partir dos depoimentos formais concedidos pelo grupo de soldados envolvidos nos acontecimentos do dia 7 de outubro que fica expressa, com maior clareza, a tentativa de descrever os eventos dos “protestos ocorridos em Ipatinga” através da mobilização de elementos pertencentes ao imaginário anticomunista dos anos 1960.

A simbologia em torno da cor vermelha é cercada de ambigüidades<sup>301</sup>. Adotada pelos comunistas para representar a esperança de vitórias nas revoluções, o vermelho também passou a ser largamente utilizado na propaganda anticomunista, reinterpretado como a cor da violência e do mal (anticatólico), supostamente praticados pelos seus adversários.

Em sua análise sobre a iconografia do anticomunismo brasileiro, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta<sup>302</sup> destaca que o vermelho era comumente utilizado em panfletos e jornais em contraposição ao verde-amarelo. Com isso, os anticomunistas esperavam alertar a população sobre o descaso dos comunistas aos valores nacionais<sup>303</sup>. Segundo o autor, também era muito comum que a cor fosse vinculada às figuras de dragões, monstros ou ao próprio diabo, nesse caso, com intenção de representar a luta dos “agentes vermelhos” contra os “bons costumes” e a Igreja Católica<sup>304</sup>.

Marilene Tuler<sup>305</sup> enfatiza que, ao darem destaque às “lembranças” sobre a presença do vermelho nos momentos anteriores aos disparos, os policiais do Regimento da Cavalaria procuravam defender que haveria influência dos ideais comunistas entre os “agitadores” no portão da Usiminas. Assim, através da utilização de elementos largamente explorados pelo temor anticomunista: “*O vermelho deixou de significar apenas uma cor rubra, da cor do sangue, para transformar-se em comunista, marxista, socialista, indivíduo influenciado por Cuba e pela URSS, pessoa violenta que quer sangue*”<sup>306</sup>.

Essa manobra discursiva permitia deslocar o conflito para além da esfera local e trabalhista, buscando relacioná-la às tensões políticas nacionais, pois, como já destacamos, nos meses que antecederam o Golpe Civil Militar, passaram a ser cada vez mais frequentes as “notícias” de que elementos comunistas tramavam atentados e provocavam tumultos em vários locais do Brasil.

---

<sup>301</sup> Segundo o dicionário de símbolos de Jean Chevalier (CHEVALIER, Jean. **Dicionário de símbolos (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números.** Trad. de Vera da Costa e Silva. 13. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999, p. 944-946), o vermelho é considerado o símbolo da vida, da luta, do alerta, da sedução ou da coragem. Pela sua força, poder e brilho, essa cor deve ser sempre interpretada como ambivalente: como o fogo que aquece ou destrói, ou então o sangue que, escondido, significa a vida, mas espalhado representa a morte. Outro autor que analisa as interpretações dessa cor é Manfred Lurker (LURKER, Manfred. **Dicionário de Simbologia.** Trad. de Mario Krauss e Vera Barkow. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997, p.747-748). Segundo ele, o vermelho aproxima-se tanto ao universo do amor e da alegria (os principais símbolos podem ser as rosas e corações) como do mal e do pecado (para os cristãos, a principal figura do mal, Satã, também é representada em vermelho).

<sup>302</sup> MOTTA, R., 2002. Op. Cit., p.89-136.

<sup>303</sup> Ibid., p.104.

<sup>304</sup> MOTTA, R., 2002. Op. Cit., p.99.

<sup>305</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit.

<sup>306</sup> Ibid., p.122.

Independentemente se esta foi uma estratégia intencionalmente traçada para desviar o foco das apurações e para absolver os policiais, a exemplo de outras regiões do país, a ideia da presença de comunistas infiltrados no Vale do Aço, liderando os operários ipatinguenses foi largamente explorada por segmentos sociais alarmados com “a indústria anticomunista” da década de 1960. Segundo Tuler, várias cópias de reportagens do jornal *Estado de Minas*, dos meses iniciais de 1964, foram anexadas nos autos dos processos visando denunciar a existência de comunistas nas proximidades do povoado de Ipatinga:

Em cópias de reportagens veiculadas pelo jornal *Estado de Minas* e anexadas nos autos a pedido do réu Tenente Jurandir, constam diversas reportagens e manchetes, em tom alarmista, denunciando a existência de “bandos de comunistas” nas fazendas de Galiléia – MG [*Estado de Minas*, 27 de fevereiro de 1964]; “Dois mil homens dispostos a invadir fazendas em Governador Valadares” [idem, 2 de fevereiro de 1964]; “Cai em poder da ID-4 terrível plano comunista de Masorca [idem, 12 de maio de 1964]. Nesta reportagem afirma-se que os comunistas estariam pregando a violência, para que as “massas fossem arrastadas para as ruas”, que fossem deflagradas greves, que existiria um “Comitê de incêndios”, responsável para realizar ações a fim de aumentar a confusão; “Grave relatório foi elaborado por oficiais da Polícia Militar” [idem, 22 de janeiro de 1964] (refere-se à Ipatinga e a existência de um arsenal – inclusive de metralhadoras e fuzis – nas mãos dos trabalhadores); “Toda a ação está detalhada no plano” [idem, 2 de fevereiro de 1964]; “Classes produtoras: O Governo transige com os Comunistas” [idem, 12 de março de 1964]. Era o empresariado mineiro, agindo através da imprensa, construindo a ideia de subversão, de expansão do comunismo<sup>307</sup>.

A formalização dessas denúncias através dos depoimentos dos policiais envolvidos no “episódio de Ipatinga” e as notícias alarmistas sobre o aumento dos planos e organizações “subversivas” na região foram muito importantes para que elementos ligados às Forças Armadas acentuassem sua presença no Vale do Aço nos meses seguintes ao conflito na Usiminas.

A pasta nº 2656 no arquivo do DOPS-MG, contendo vários recortes de jornais, com temas sobre o conflito do dia 7 de outubro na Usiminas, já pode ser considerada um indício de que divisões do sistema de informação militar já observaram com atenção os desdobramentos sociais e sindicais em regiões com grande concentração de operários, como já era o caso do Vale do Aço Mineiro, mesmo antes de deflagrado o Golpe Militar.

No trabalho em que analisa as perseguições sofridas por um grupo de padres progressistas do Vale do Aço, entre os anos 1968-1972, o historiador Amir Melo<sup>308</sup> destaca que, a partir de 1964, alguns oficiais militares reformados passaram a se estabelecer em alguns bairros do povoado de Ipatinga. A presença desses agentes possibilitava que fossem, de maneira velada, reunidas diversas informações sobre indivíduos que se destacavam como “progressistas ou subversivos” na região.

No tocante ao objeto de estudo de Amir Melo, destaca-se a atuação do militar do Exército, Capitão Reformado Carlos Frederico de Castro e Silva Fassheber, que residia no Bairro Horto em Ipatinga. Segundo o autor:

É dito que o ato de vigiar sabia fazer muito bem, uma vez que era oChefe da Divisão de Segurança da Usina Intendente Câmara, o parque siderúrgico da Usiminas, sediado em Ipatinga. Conta-se que nesta empresa ele atuava também como um agente a serviço do Regime. Lembremos que a USIMINAS, naquela época era uma

<sup>307</sup> TULER, M., 2007.Op. Cit., p.127.

<sup>308</sup> MELO, Amir José de. **Padres Subversivos – As representações da Igreja Progressista do Vale do Aço na mira do aparelho repressor (1968-1972)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2006.

das maiores empresas estatais brasileiras, assim como o Vale do Aço era considerado um centro estratégico para a economia do país. E assim, até hoje remanescentes discutem o papel de Fassheber naquele momento histórico da empresa e da região. Ao que tudo indica, provavelmente a vinda dele para Ipatinga, em janeiro de 1964, com a missão de organizar o serviço de segurança da USIMINAS, tinha por objetivo maior lançar as bases locais que sustentassem o iminente Golpe Militar. Referem-se a ele como os olhos e os ouvidos do governo, não só em Ipatinga, mas por toda a redondeza. Seu nome seria então uma forma de intimidação do operariado e conseqüentemente a imposição dos ideais de 64, na empresa e na sociedade. Outros a ele se referem como um araponga, atento a tudo o que se passava <sup>309</sup>.

Consideramos que era proposital a escolha do Capitão Fassheber de se estabelecer especificamente no Bairro do Horto. Como já reforçamos, este estava localizado em uma área bem próxima ao principal portão de entrada da Usiminas (onde havia ocorrido o “conflito de 1963”) e era o local onde se acreditava concentrar o maior número de operários suspeitos de propagar os “subversivos” do comunismo.

A prerrogativa utilizada pelos militares para perseguir os comunistas brasileiros embasava-se principalmente na subversão à hierarquia, pregada pelos ideais comunistas. A historiadora Maria Celina D’Araújo <sup>310</sup> foi responsável por organizar um conjunto de entrevistas realizadas com militares, que, nos anos 60, eram jovens e ocupavam baixas patentes dentro de suas corporações militares, mas, nos anos que se seguiram, tornaram-se peças importantes dentro do Regime Militar.

Para os entrevistados, as Forças Armadas Brasileiras guardavam em seu histórico uma forte prerrogativa para repudiar os ideais do comunismo, pois o movimento rebelde que explodira em 1935, dentro do próprio Exército, chamado de “Intentona Comunista”, teria chamado atenção desse grupo sobre o potencial ameaçador e traiçoeiro que a doutrina comunista poderia ter caso invadisse os quartéis, menosprezando a hierarquia e pregando a obediência a outros princípios, a outros chefes <sup>311</sup>.

A partir dessa reflexão sobre a “rivalidade histórica” entre militares e comunistas, procuramos identificar que, se a polarização anticomunista era sentida em vários espaços e grupos no Brasil do final de 1963 e início de 1964, ao “identificarem” a presença de “antigos inimigos” dos militares entre os operários da Usiminas (principalmente durante os protestos de outubro de 1963), os policiais militares do Regimento da Cavalaria certamente contribuíram para acentuar os processos de interiorização do Regime Militar no Vale do Aço e de silenciamento das memórias sobre a “Agitação de 1963” <sup>312</sup>.

Enquanto as investigações do inquérito policial-militar arrastavam-se durante o primeiro trimestre de 1964, as pressões políticas sobre o Presidente João Goulart aumentavam cada vez mais. Poucos grupos ainda aceitavam a tentativa do presidente de administrar a situação social e econômica nacional de maneira politicamente neutra.

O jornalista e historiador Marcelo Freitas <sup>313</sup> apresenta indícios de que, preocupadas com o rumo político que poderia ser adotado pelo Presidente Goulart, algumas autoridades civis e militares de Minas Gerais teriam, ainda em agosto de 1963, começado a planejar uma

---

<sup>309</sup> MELO, A., p.32-33.

<sup>310</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina (org.); SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe - a Memória Militar Sobre 1964**. Rio de Janeiro Ed. Ediouro, 2004.

<sup>311</sup> Ibid., p.13.

<sup>312</sup> O termo “agitação” ou “agitadores” passou a ser utilizado principalmente pelas autoridades policiais que apuravam as ocorrências de 1963. Como ressaltamos, ao “agitar” a multidão que “convivia harmonicamente” no povoado (esta era a visão defendida, por exemplo, pela diretoria da Usiminas), a responsabilidade pelo início dos conflitos poderia ser imputada a indivíduos que teriam se misturado aos operários da região.

<sup>313</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit.

ação político-militar para despojar o Presidente Goulart de seu cargo <sup>314</sup>. Segundo o autor, essa conspiração envolvia principalmente o General Olímpio Mourão Filho, responsável pelo comando da 4ª Região Militar; o General Carlos Luís Guedes, comandante da Infantaria Divisionária, a ID-4; o Coronel José Geraldo de Oliveira; o chefe do Estado Maior da Corporação, Coronel Afonso Barsante dos Santos; e o Governador do Estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Dentre as várias reuniões realizadas por essas autoridades, o general Mourão foi um dos que mais se destacou por ressaltar que, caso o Presidente João Goulart mostrasse inclinações políticas esquerdistas e comunistas, seria de grande importância que a Polícia Militar de Minas Gerais contivesse possíveis revoltas populares, dando apoio às forças militares que deporiam o Presidente Goulart <sup>315</sup>.

Diante das crises políticas e econômicas que o pressionaram ainda mais nos meses seguintes <sup>316</sup>, o Presidente Goulart adotou medidas que desagradavam à maioria dos políticos de direita, a grandes empresários internacionais e a militares brasileiros de alta patente. Para Freitas:

Sua aproximação cada vez maior com a esquerda contribuiu para difundir a ideia de que Jango pretendia implantar no país uma “república sindicalista”, que colocaria o Brasil na órbita da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O fantasma do comunismo aterrorizava a classe média, que, atônita, acompanhou, pelo rádio, o famoso Comício da Central, em 13 de março de 1964, uma sexta-feira, véspera do reinício dos trabalhos legislativos do Congresso nacional, quando Jango, para uma multidão estimada de 200 mil pessoas, anunciou as Reformas de Base. Entre as medidas que iria colocar em prática estavam o tabelamento dos aluguéis e a reforma agrária <sup>317</sup>.

Esse evento teria sido explorado pelos conspiradores como o marco do comprometimento político de Goulart com os projetos comunistas. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta <sup>318</sup> destaca que, momentos depois de ocorrido o evento no Rio de Janeiro, já se espalhavam várias descrições de que, enquanto os políticos discursavam em tom violento, numerosas bandeiras ostentando “a foice e o martelo” eram agitadas por manifestantes em meio ao povo. Para o autor, os vários elementos do imaginário anticomunista vinculados a partir desse evento “(...) *deu aos conservadores a certeza de que a revolução estava sendo preparada celeremente*”<sup>319</sup>. O historiador insiste que até alguns grupos político-sociais os quais dariam base política à Goulart frustraram-se nos primeiros meses de 1964 e acabaram “(...) *reunindo-se às elites empresariais, militares, políticas, religiosas e as “classes médias”, todos amedrontados ante a possibilidade de uma suposta ruptura revolucionária*” <sup>320</sup>.

---

<sup>314</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit., p. 134.

<sup>315</sup> Ibid., p. 135.

<sup>316</sup> Em setembro de 1963, protestando para que os militares de baixa patente conquistassem o direito de disputarem eleições, um grupo de fuzileiros navais e soldados da aeronáutica ocupou vários prédios públicos em Brasília, assustando aos militares mais graduados. Em dezembro do mesmo ano, o presidente acabou nomeando Cândido Aragão para o comando do Corpo de Fuzileiros Navais, nome que desagradou boa parte dos oficiais da Marinha. Por fim, esse mesmo almirante esteve presente em outro ato de rebelião e teve sua prisão decretada, porém, por ordem de João Goulart, Aragão foi libertado, anistiado e reconduzido às suas funções em 27 de março de 1964. No entanto, Goulart também acabara adotando medidas que se indispunham com o capital internacional. “*Em dezembro de 1963, de uma só tacada ele aplicou dois golpes: tabelou os óleos lubrificantes e entregou à Petrobras o monopólio da importação de petróleo*” (Ibid., p.136-138).

<sup>317</sup> Ibid., p. 139.

<sup>318</sup> MOTTA, R., 2002. Op. Cit.

<sup>319</sup> Ibid., p.264.

<sup>320</sup> Ibid., p.264.

O Golpe ou Revolução Militar <sup>321</sup> ocorreu no amanhecer de 31 de março, de forma relativamente branda e pacífica. Sob o comando do General Olímpio Mourão Filho, as principais forças arregimentadas para depor o Presidente Goulart partiram de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, mas, quando lá chegaram, já não o encontraram. Avisado com antecedência, e com ajuda do gaúcho Leonel Brizola, Jango já havia partido para o autoexílio no Uruguai.

A renúncia de João Goulart sem a necessidade do uso de armas ou comprovação de que estava sendo arquitetado, na política nacional, um “golpe de esquerda” não impediu que aqueles que apoiavam a deposição presidencial enaltessem o sucesso da “heróica Revolução de 1964”. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta defende que espalhar esse tipo de discurso foi muito importante para legitimar o Golpe Militar de 1964 e assegurar à população de que “os defensores da ordem” estavam naquele momento à frente do país. Mas, além disso, propalar “a vitória dos militares” reiterava a necessidade das Forças Armadas de continuar a luta contra “o inimigo que ainda não teria sido totalmente vencido”. Segundo o autor, durante grande parte do período militar,

[o] poder esteve firme nas mãos dos setores comprometidos com a tradição e a propriedade, e o Estado foi aparelhado para fazer frente a qualquer nova ameaça proveniente da esquerda. Não ocorreram maiores mobilizações contra os comunistas, mas o anticomunismo não desapareceu.

No interior da coalizão governante, especialmente entre os militares, a preocupação com o tema pareceu significativa. O argumento anticomunista ocupou posição destacada nas disputas de poder travadas no interior do Estado, por diversas vezes conduzindo à ação os setores de extrema-direita. Outrossim, o regime militar manteve constante a vigilância sobre os comunistas e a esquerda, fazendo uso do formidável aparelho repressivo construído após 1964 sempre que considerava necessário. Para além do empenho anticomunista do Estado, **organizações “privadas”** continuaram em ação, imbuídas da convicção de que o inimigo havia perdido uma batalha importante, mas ainda não estava inteiramente derrotado <sup>322</sup>.

Consideramos que a manutenção da linha discursiva de “batalha parcialmente vencida contra o comunismo”, propagada depois do Golpe Militar, foi essencial para mudar o rumo das apurações do inquérito policial-militar que investigava as responsabilidades sobre o conflito ocorrido no portão da Usiminas, no dia 7 de outubro de 1963, pois, logo que instaurado o Regime Ditatorial, cresceram e tornaram-se ainda mais completos os depoimentos que apontavam “indícios” de que, entre os operários de Ipatinga, haveria um grupo de comunistas organizado, planejando realizar atentados no Vale do Aço.

Para Marilene Tuler, isso se esclarece nos depoimentos das testemunhas de defesa dos policiais, que constam no volume V do processo nº 2.035, colhidos entre novembro e dezembro de 1964, já durante o Regime Militar. Segundo Pedro Alcântara Gino, antes da ocorrência dos protestos de 7 de outubro, em Ipatinga, alguns indivíduos teriam “(...) *a impressão de que havia naquele importante centro da indústria metalúrgica um movimento dirigido e preparado para articular a subversão, num plano muito mais avançado (...)*”<sup>323</sup>. O motorista Teotônio Saraiva revela que “(...) *nos dias que se antecederam aos acontecimentos de Ipatinga, elementos provenientes de São Paulo, treinados em movimentos de subversão e greves, agiram intensamente entre a massa*”<sup>324</sup>.

---

<sup>321</sup> O uso de ambos os termos remete a uma disputa discursiva sobre as intenções e os meios utilizados pelos militares para concretizar seu projeto de intervenção política nacional. Como não é o objetivo deste trabalho dissertar especificamente sobre esse tema, optamos por fazer uso de ambos os termos.

<sup>322</sup> MOTTA, R., 2002. Op. Cit., p.281.

<sup>323</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit., p.122, 123.

<sup>324</sup> Ibid., p.123.

O chefe dos vigilantes da Usiminas, Omar Rodrigues Vieira, teria solicitado a alteração do depoimento que havia dado anteriormente para mencionar, nessa segunda versão, que *“os comunistas estavam querendo tumultuar o mais possível o ambiente; (...) havia um plano estratégico de dominar toda a área da Usiminas e inclusive elementos bem treinados em guerrilhas, dispunham de autoridade junto à massa operária”*<sup>325</sup>.

É importante discutir sobre a aproximação entre esses trechos de depoimentos, principalmente quanto à denúncia de que, anteriormente aos acontecimentos da manhã do dia 7 de outubro de 1963, já existiriam planos de greves, tumultos e atentados visando o Vale do Aço e que, por ser reconhecido como um “ponto de atuação estratégico” para os comunistas, devido à concentração de operários naquele povoado, indivíduos exteriores à região teriam se instalado ali para distribuir armas e disseminar táticas de guerrilha entre os trabalhadores da Usiminas.

Apesar da estratégia de “denunciar a ação de estrangeiros no Vale do Aço”, o indivíduo reconhecido por essas testemunhas como um dos principais elementos comunistas durante as ações da manhã do dia 7 de outubro não era exterior à região. Destaca Marilene Tuler que diversos elementos do imaginário anticomunista foram mobilizados para associar o operário Tertuliano Ferreira Santos à vanguarda dos comunistas no Vale do Aço. Além de constantemente “ser lembrado” por usar uma camisa de cor vermelha e de ser responsabilizado pelos cartazes e bandeiras que insultariam os policiais, os depoentes reforçavam que esse operário destacava-se pela longa barba espessa e pelo apelido de “Fidel Castro”.

Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta<sup>326</sup>, diversos elementos ligados à Revolução Cubana foram largamente utilizados para alimentar o imaginário anticomunista brasileiro dos anos 1960. Dentre esses elementos, a barba, o charuto, a boina e o uniforme militar utilizados por Fidel Castro na grande maioria de suas representações constituíram-se em um importante recurso simbólico para que os dissidentes do comunismo pudessem “identificar facilmente” o inimigo.

A experiência revolucionária de Cuba foi tema constante na iconografia anticomunista, que para esconjurar o modelo vindo do Caribe, concentrou os ataques principalmente na pessoa de Fidel Castro. Surgiram em profusão na grande imprensa caricaturas e charges retratando o então jovem líder revolucionário, tendo seu indefectível charuto feito a alegria dos artistas.<sup>327</sup>

Podemos observar que, para a população brasileira, o líder político Fidel Castro passou a ser uma das figuras mais comumente associadas ao comunismo no contexto dos anos 1960. Em depoimento ao Inquérito Policial Militar sobre os disparos ocorridos no portão da Usiminas, Clay Vilian, o dono do caminhão que transportou os policiais até as proximidades da Usiminas no dia 7, ressalta a barba de Tertuliano Ferreira na intenção de inculpá-lo como o indivíduo “mais agitador” e líder de uma tentativa de invasão do caminhão.

(...) Tinha um trabalhador barbudo, que era o mais atrevido, o mais agitador. Como guia dos outros, colocou a mão na carroceria para subir. Foi quando a polícia primeiro atirou para cima, depois em direção aos trabalhadores. Graças a um grande número de montes de terra jogados ali pelos caminhões basculantes, que serviram de abrigos para o pessoal, evitou-se um grande número de vítimas “fatais”. Depois do tiroteio, naquela confusão, retiramos o carro imediatamente e nos dirigimos para a sede do batalhão, que era ali na Fazendinha (hoje bairro dos Ferroviários), No caminho entre a portaria e a Fazendinha, os policiais continuaram

<sup>325</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit., p. 124.

<sup>326</sup> MOTTA, R., 2002. Op. Cit.

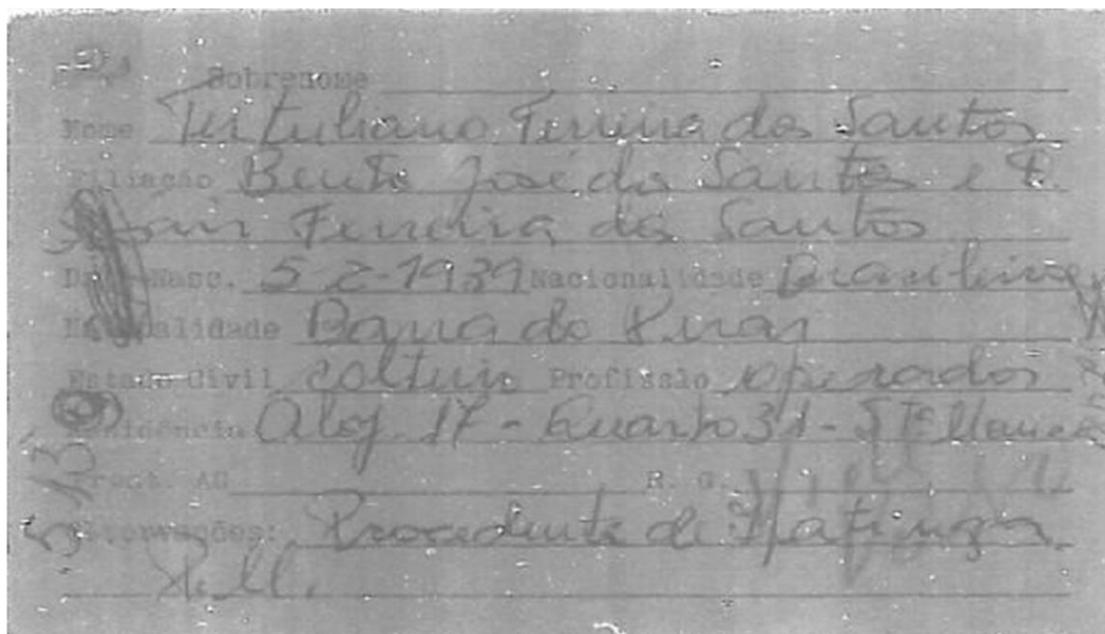
<sup>327</sup> Ibid., p. 110.

atirando. Eu senti muito medo, porque o pessoal queria pegar os policiais e quebrar o caminhão<sup>328</sup>.

É importante observar que o motorista lamentaria o número de mortos e de feridos nos disparos, porém defende que os policiais teriam primeiramente atirado para cima, mas, diante das insistentes tentativas dos populares de invadir o caminhão, eles “foram obrigados” a virar suas armas em direção aos trabalhadores que tentavam agredi-los.

Durante a investigação que fizemos aos arquivos do Departamento de Ordem Pública de Minas Gerais, encontramos outra questão, na análise do “líder comunista das agitações de 1963”<sup>329</sup>, que merece destaque. Como consta em sua ficha de identificação no DOPS-MG (Figura 4), o operário Tertuliano Ferreira dos Santos era solteiro e residia no alojamento JH-17, quarto número 31, no Bairro Santa Mônica. Acreditamos que, além de ser reconhecido entre os operários como uma “liderança esclarecida”, o fato de Tertuliano ser um morador dos bairros “que concentravam os solteiros desordeiros e subversivos” pode ter exercido grande influência para que ele fosse reconhecido como um comunista.

Figura 4 – Ficha de identificação de Tertuliano Ferreira dos Santos nos arquivos do DOPS-MG.



Fonte: Arquivo do DOPS-MG

Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=5489&imagem=1071](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=5489&imagem=1071)  
Acessado dia 14/04/2013

A presença de “indivíduos organizados e armados” nos Bairros Horto e Santa Mônica também aparecem com clareza no jornal *Diário de Minas*, publicado em fevereiro de 1965. Consta, no exemplar do impresso, anexado ao processo como instrumento de defesa dos réus, que o Delegado de Polícia Bolívar Malaquias teria conseguido adentrar aos alojamentos do Bairro Santa Mônica, apreendido muitas armas e efetuado a prisão de diversos indivíduos

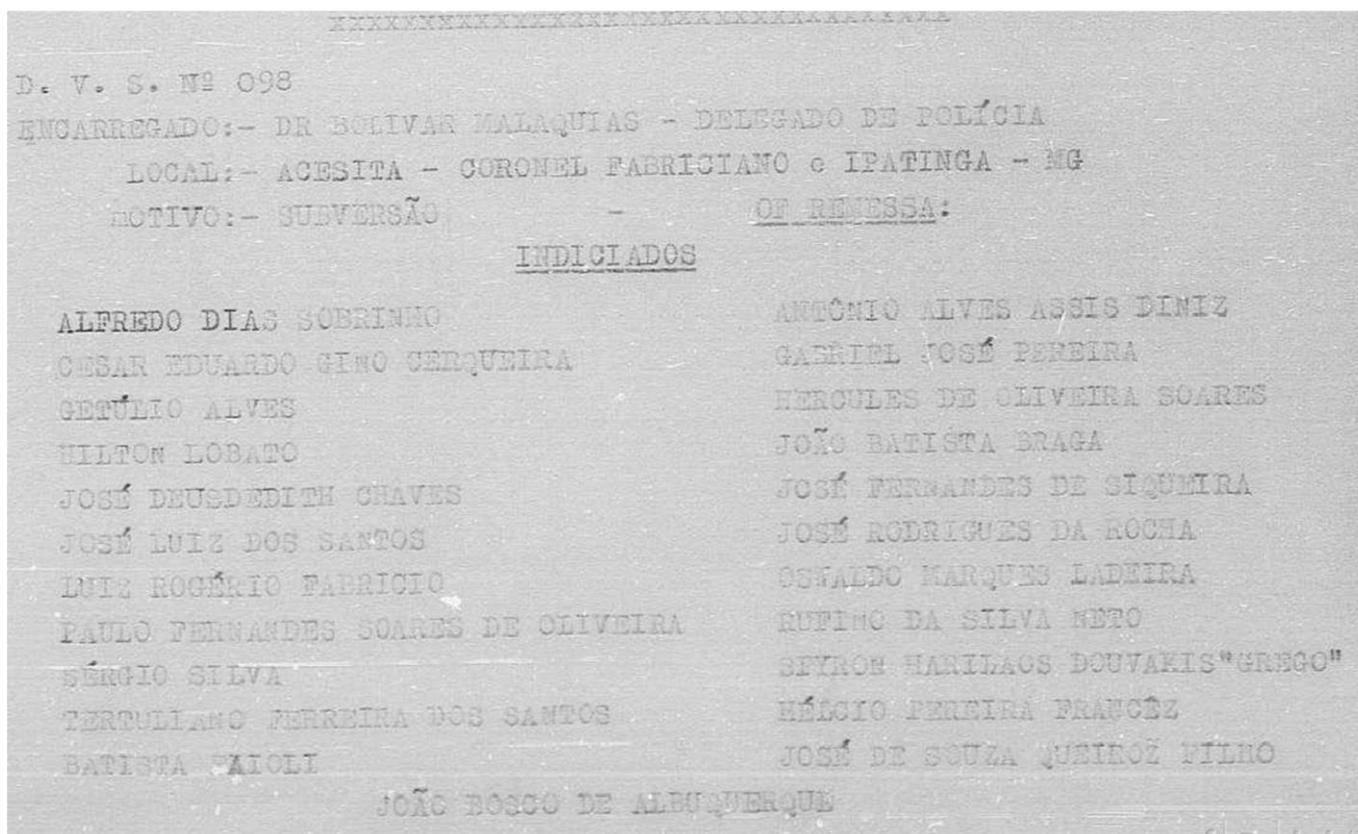
<sup>328</sup> Depoimento de CleyVilian *apud* MORAES, J. Op. Cit., p.881.

<sup>329</sup> No capítulo 3, trataremos de algumas tentativas de desconstruir a notícia de que os operários tinham armas e de que Tertuliano Ferreira dos Santos era um comunista.

segundo a Lei de Segurança Nacional. Segundo o delegado, alguns livros “extremistas” usados para praticar técnicas de subversão teriam sido apreendidos entre os líderes dos alojamentos do Bairro Santa Mônica<sup>330</sup>.

Na figura abaixo (Figura 5), consta a lista dos 23 indivíduos de Ipatinga indiciados por “subversão”, segundo a Lei de Segurança Nacional, em 1965.

Figura 5 - Lista de pessoas de Ipatinga indiciadas na Lei de Segurança Nacional em 1965.



Fonte: Arquivo do DOPS-MG

Disponível em [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=0318&imagem=1416](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=0318&imagem=1416).  
 Acessado dia 14/04/2013

É possível observar, então, que, durante os primeiros anos da Ditadura Militar, fortaleceu-se entre os partidários do Regime a versão de que os Bairros Horto e Santa Mônica poderiam ser identificados como possíveis redutos de subversivos e ligados aos ideais comunistas. Assim, embasadas em elementos do imaginário anticomunista, surgiram versões de que alguns dos moradores desses bairros haviam se infiltrado entre os operários e habitantes do povoado de Ipatinga, passando a organizar uma ofensiva contra as autoridades regionais.

A partir desse ponto, haveria uma tentativa por parte de alguns policiais e militares de aproximar as memórias da atuação policial nos disparos de Ipatinga aos discursos utilizados para justificar a Intervenção Militar de 1964. Pensamos que, se os policiais pudessem defender que, na manhã do dia 7 de outubro de 1963, haveria indivíduos comunistas em Ipatinga, desejando aproveitar-se da aglomeração de pessoas nos portões da Usiminas para

<sup>330</sup> *Diário de Minas*, fevereiro de 1965 apud TULER, M., 2007. Op. Cit., p.126.

colocar em prática algum “plano subversivo”, esses policiais poderiam, então, alegar que os disparos em direção à multidão teriam, de certa forma, frustrado a efetivação de “uma ameaça ainda maior”. Da mesma forma que alguns segmentos das Forças Armadas acreditaram que pudesse ser necessário “pegar em armas e sacrificar alguns indivíduos para afastar o comunismo do Brasil”, os disparos policiais, mesmo que tenham atingido inocentes, também teriam conseguido frustrar os planos comunistas no Vale do Aço.

Segundo os últimos volumes do inquérito analisados pela historiadora Marilene Tuler, os policiais envolvidos nos disparos de 1963 permaneceram em julgamento até 1966. Mesmo que a sentença inicial proferida pela Auditoria da Justiça Militar, em dezembro de 1965, tenha condenado pelos disparos “desnecessários e efetuados por iniciativa própria” durante a sua retirada do local do conflito – os oficiais teriam “provado” que não teriam ordenado os disparos em direção à multidão<sup>331</sup> –, a historiadora insiste que, enquanto transcorria o pedido de apelação solicitado pelos advogados de defesa dos policiais, a partir do discurso anticomunista propagado por setores conservadores da sociedade “(...) *os militares envolvidos no Massacre de Ipatinga de culpados pelas mortes passaram a defensores da Democracia, do fim do comunismo*”<sup>332</sup>. Dessa maneira, mesmo expulsos da corporação militar, a decisão final do Tribunal de Justiça Militar, pronunciada no dia oito de fevereiro de 1966, absolveia também todos os cabos e soldados acusados.

Importante reiterar que as aproximações entre o Golpe e os “atritos no portão da Usiminas” eram restritas, pois a ação dos policiais, em nenhum momento, foi encarada com orgulho pela corporação. Também as ações policiais no dia 7 de outubro não puderam tornar-se alvo de algum tipo de comemoração entre os policiais ou autoridades de Ipatinga (como muitos indivíduos acabaram valorando a Revolução Militar de 1964). Mesmo que disseminada a versão de que os comunistas teriam responsabilidades nos acontecimentos, as vítimas do conflito do dia 7 de outubro de 1963 ainda teriam sido alvejadas pelos “agentes da ordem” e nenhum policial poderia ser alçado à condição de “mártir de uma luta pela segurança popular”. O conflito e as mortes de civis nunca deixariam de ser considerado “um grande erro” na carreira daqueles que teriam efetuado os disparos no dia 7 de outubro de 1963.

Em depoimento prestado em 2010, para rememorar os fatos de 1963, Geraldo Reis Ribeiro, o ex-presidente do METASITA, sindicato que representava os operários da Usiminas, em 1963, recorda-se que, encerrado o julgamento dos policiais envolvidos no conflito, o assunto passaria a ser “abafado”:

(...) houve um abafa total. Os militares, alguns foram punidos, foram excluídos da polícia. Mas os dois, que eram os dois oficiais mesmo não tiveram nenhuma punição. Simplesmente eles não subiram de cargo, mas também não foram excluídos e não foram nada. Alguns soldados foram excluídos, alguns cabos foram excluídos e também foram proibidos de onde eles estavam falar no assunto e até falar onde estavam, porque era perigoso. Então o que aconteceu foi isso...<sup>333</sup>.

Consideramos que se essa aproximação foi importante para atenuar a responsabilidade dos disparos efetuados pelo grupo de policiais, porém, pouco tempo depois que foi encerrado o julgamento dos envolvidos, a mácula das mortes fez com que dentro da corporação também se impusesse um silêncio sobre o assunto. Acreditamos que foi possível identificar tal processo em uma visita que fizemos à cidade em 2012, durante uma conversa com um ex-

<sup>331</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit., p.187-189.

<sup>332</sup> Ibid., p.128.

<sup>333</sup> Depoimento de Geraldo Reis Ribeiro concedido ao portal de notícias regionais Plox Disponível em <http://www.plox.com.br/caderno/aconteceu/eu-recolhi-os-corpos-entrevista-com-testemunha-Massacre-ipatinga>. Acessado dia 14/04/2013

policia militar que foi transferido para Ipatinga poucos anos depois de ocorridos os disparos de 1963. Segundo ele, quando chegou à região, os outros policiais teriam contado a ele a versão de que “o conflito teria sido um acidente, pois, diante da aglomeração nos portões da Usiminas, na manhã do dia 7 de outubro, um dos policiais teria atirado para cima para alertar os manifestantes. Por infelicidade, o disparo teria atingido um popular que estava escondido em cima de uma árvore”<sup>334</sup>.

Como observamos, neste capítulo, os diversos trabalhos sobre a região de Ipatinga (Pereira, 1987; Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1991; Tuler, 2007; Souza, 2007; Freitas, 2008; Farias, 2010) apontam que, nos anos 1960 e 1980, tanto os diretores da Usiminas, autoridades civis locais), quanto os representantes do Regime Militar no Vale do Aço, a exemplo do que ocorria em escala nacional, procuraram defender seus interesses construindo a ideia de que realizavam intervenções favoráveis ao interesse da maioria da população, enquanto encontravam meios de afastar da região indivíduos identificados como possíveis lideranças sindicais ou propagadores de “ideias progressistas”. Atrelado a esse contexto histórico, acreditamos que o processo de silenciamento das memórias sobre os protestos, disparos e mortes ocorridos em Ipatinga, em 1963, identificável durante as décadas de 1960-1980, envolvem o sucesso desse grupo de autoridades ao negociar estas memórias (através de benefícios e imagens de progresso) ou suprimi-las (usando ameaças e perseguições).

No capítulo seguinte, prosseguimos esta análise, destacando como a perseguição deste grupo “progressista e sindical”, durante as décadas de 1960-1980, contribuiu para que, depois de diversas mudanças históricas, o “evento traumático”, que marcou a trajetória de várias famílias do povoado, fosse lembrado e ressignificado à luz de novas motivações políticas e sociais.

---

<sup>334</sup> Depoimento dado por “um ex-policia de Ipatinga”. Da mesma forma que o depoimento do “ex-operário da Usiminas” resultou de uma conversa informal, as informações dadas por este “ex-policia” também não foram autorizadas pelo depoente. Adotamos então o mesmo procedimento e preferimos não divulgar a identidade do depoente.

## **Capítulo III**

### **Rememorações do “Massacre de Ipatinga”**

Neste capítulo, analisaremos os processos de reconstrução das memórias sobre os “eventos trágicos de Ipatinga” ocorridos em 1963. Na nossa visão, essas reconstruções se aceleraram principalmente durante a década de 1980. Para isso, trabalharemos basicamente com dois momentos marcantes da trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA): o momento histórico de sua criação, em 1965, logo no início do Regime Militar, período em que as memórias do conflito são suprimidas; e, posteriormente, com o final da década de 1980, quando as disputas pela presidência desse sindicato resultaram no fortalecimento político de um grupo que, entre outras atuações, tentou romper com o “silêncio instaurado sobre os acontecimentos de 1963”.

Já de início, devemos destacar que o histórico da atuação desse órgão de representação sindical regional foi alvo de intensas disputas discursivas entre intelectuais e sindicalistas do Vale do Aço. O SINDIPA começou como um “sindicato pelego” ou traçou estratégias adequadas para sobreviver ao período ditatorial? Questões assim são muito exploradas em várias fontes históricas sobre a região e carregam grande parte dessas discordâncias sobre o papel do sindicato e a forma de atuação a qual ele deveria adotar em cada momento histórico a fim de atender às demandas dos operários da região.

Como nosso foco são os processos de silenciamento e as reconstruções sobre o eventos ocorridos em 1963, suas motivações e responsabilidades, consideramos que ambas as perspectivas sobre os dois momentos são importantes para identificar como cada grupo contribuiu para o sucesso de cada uma das operações de memória.

Finalmente, destacamos a análise de alguns elementos narrativos atrelados a esse acontecimento histórico, os quais passaram a ser explorados a partir desse processo de rememoração do conflito. A partir desse ponto, levantamos hipóteses sobre o destaque dado a determinados elementos narrativos e sua ligação com o momento sócio-histórico dos anos 1980 e 1990.

### ***3.1 – O SINDIPA e o movimento sindical em Ipatinga (1965-1991)***

Para dissertar sobre o histórico do SINDIPA (Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga), utilizamo-nos, dentre outras fontes, da perspectiva do Jornalista Carlindo Pereira<sup>335</sup>, alinhavadas principalmente nos dois capítulos anexados ao seu livro, na segunda edição, *O Massacre de Ipatinga*; também das análises de Marilene Tuler<sup>336</sup> sobre o exemplar SINDIPA – *40 anos de História*, apresentadas no capítulo “O sindicalismo singular”; e do conjunto de depoimentos reproduzidos nos trabalhos memorialistas *Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*<sup>337</sup> e *Ipatinga Cidade Jardim*<sup>338</sup>.

Como já mencionamos, no período compreendido entre o início da construção da Usiminas e meados de 1964, os operários de Ipatinga não haviam conseguido fundar um órgão de representação formal ligado prioritariamente aos empregados dessa siderúrgica. Até esse período, as reivindicações desses trabalhadores eram mediadas pelo METASITA (Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Timóteo e Coronel Fabriciano), criado em 1952 e sediado na cidade vizinha, Timóteo.

---

<sup>335</sup> PEREIRA, Carlindo Marques. **O Massacre de Ipatinga**. 2. ed. São Bernardo do Campo: Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987.

<sup>336</sup> TULER, Marilene. **Massacre de Ipatinga: mitos e verdades**. Belo Horizonte: O lutador, 2007.

<sup>337</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. **Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens**. Ipatinga, PMI, 1991.

<sup>338</sup> MORAES, José Augusto de. **Ipatinga Cidade Jardim**. Ipatinga: Art Publish, 2009, v.1-9.

Distante espacial e representativamente do METASITA (o sindicato era muito amplo, pois reunia os trabalhadores das empresas Acesita e Usiminas), parte dos operários que trabalhavam para a Usiminas ainda tinha que enfrentar as ameaças e os desmandos das empreiteiras da região. Segundo o Carlindo Pereira<sup>339</sup>, poucos meses antes da ocorrência dos distúrbios do dia 7 de outubro, dos aproximadamente 15 mil trabalhadores que prestavam serviço à Usiminas, apenas 8 mil eram “fichados” (tinham carteira assinada) pela empresa, ou seja, durante esse período, mais de 40% dos operários de Ipatinga estariam sem seus direitos trabalhistas assegurados, a mercê de baixos salários, vigilâncias e demissões praticados pelas empreiteiras. Para o jornalista, a situação de muitos dos trabalhadores do povoado de Ipatinga era tão “revoltante” que as denúncias sobre “o aluguel de trabalho escravo no Vale do Aço” teriam sido apresentadas pelo jornal *O Binômio* em novembro de 1963 e, ainda no mesmo ano, levadas diretamente ao presidente João Goulart<sup>340</sup>.

Em depoimento prestado em 2010 a um portal de notícias do Vale do Aço, o ex-presidente do METASITA, Geraldo Reis Ribeiro, lembrou alguns dos abusos cometidos por uma das empreiteiras de Ipatinga e a denúncia levantada pelo jornal *O Binômio*.

Houve os fatos que a gente gostaria de dizer também, que eu acho que é importante, as empreiteiras que trabalhavam na Usiminas... ilegais, aquelas fundações foram feitas tudo com pessoas, empreiteiras ilegais, como a AB Cavalcanti. A AB Cavalcanti “alugava” os homens para a Usiminas, ela não pagava, ela não pagava férias, ela não pagava... não pagava nada, só pagava semanal e o pessoal ainda tinha que comprar uma rifa, no fim de semana tinha que comprar uma rifa. Então essa AB Cavalcanti era um terror (...) Essa empresa eu consegui fechar ela usando inclusive um jornal de Belo Horizonte, que eu não sei se você já ouvir falar nele, o jornal *O Binômio*, era o jornal do Zé Maria e Euro Arantes. Tinha esse jornal, que não tinha nenhum medo, e esse jornal que me ajudou, porque eles mandaram dois repórteres lá para dentro da AB Cavalcanti, ficharam os dois lá fotografar e ver tudo o que acontecia lá dentro e fez uma reportagem de uma página inteira, e eu mandei essa reportagem para o ministro do Trabalho que era Almino Afonso<sup>341</sup> na época. O Almino Afonso deu o prazo de 24 horas para a Usiminas contratar o pessoal e fechar a AB Cavalcanti, que aquilo era um problema sério que nós tínhamos lá<sup>342</sup>.

É comum entre os trabalhos que embasam nossa análise atestar que a ainda incipiente representação sindical em Ipatinga teria facilitado que empresários e autoridades locais se unissem ao utilizar da violência<sup>343</sup> para intimidarem os trabalhadores desse povoado,

---

<sup>339</sup> PEREIRA, Carlindo Marques. **O Massacre de Ipatinga**. 2. ed. São Bernardo do Campo: Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987.

<sup>340</sup> *Ibid.*, p.59.

<sup>341</sup> *Almino Afonso foi nomeado Ministro do Trabalho e Previdência Social [em janeiro de 1963] pouco depois do plebiscito que reinstalou o regime presidencialista [para João Goulart]. Um dos signatários do Estatuto do Trabalhador Rural começou a se afastar de Goulart em abril, quando reconheceu como legal o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entidade criada à margem da estrutura sindical oficial. No fim de maio, recusou-se a impedir que o CGT deflagrasse uma greve geral, cujo objetivo era pressionar o governo para que desse início às reformas de base. Em junho, foi afastado do ministério e retornou à Câmara dos Deputados.* (Fonte: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/almino\\_afonso](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/almino_afonso)>. Acessado em: 18 maio 2012)

<sup>342</sup> Depoimento de Geraldo Reis Ribeiro concedido ao portal de notícias regionais PLOX. Disponível em: <<http://www.plox.com.br/caderno/aconteceu/eu-recolhi-os-corpos-entrevista-com-testemunha-Massacre-ipatinga>>. Acessado em: 14 abr. 2013.

<sup>343</sup> O jornalista Carlindo Pereira chama a atenção para o destaque dado pela imprensa às torturas praticadas ao operário Raimundo José da Silva, “Botinha”. Segundo ele, o jornal *O Binômio* também manifestara a denúncia de que, nos dias finais de agosto de 1963, o operário teria sido espancado e torturado pelo Regimento da Cavalaria Militar para que confessasse o roubo do salário de outro operário. Depois de três dias, o sargento responsável pelas torturas teria assumido a Raimundo que a ordem para a realização daqueles atos teria partido da diretoria da Usiminas. (PEREIRA, C. Op. Cit., p.68). Segundo um trecho de reportagem do jornal *O Binômio*, também reproduzido neste trabalho, “*Além da polícia particular, a Usiminas emprega soldados do destacamento*

violência esta que se intensificaria entre 1962 e 1963 (como já observamos no primeiro capítulo), tornando-se um dos grandes motivadores para a ocorrência dos protestos ocorridos no portão da Usiminas em 1963.

Em seu depoimento ao exemplar: *Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*<sup>344</sup>, o primeiro presidente do SINDIPA, Jorge Norman Neto, criticou justamente o distanciamento e a inabilidade dos representantes do METASITA ao intermediar tensões sindicais no povoado de Ipatinga.

Eu tinha uma ideia preconcebida de que o Sindicato já havia falhado naquilo que eu chamo de “sindicato”, que tem que ser uma antena. Eles têm que perceber quando as coisas estão começando a se deteriorar, para evitar que aconteça o pior e agir. Então, o que começou a acontecer na portaria, quando os vigilantes agrediram o rapaz, o sindicato deveria ter procurado ajuda. Quer dizer, o sindicato entrou depois da casa arrombada<sup>345</sup>.

Como também já enunciamos, entre 1963 e 1964, algumas figuras sindicais (entre elas Geraldo Reis Ribeiro) se sobressaíram ao negociar várias concessões de benefícios trabalhistas<sup>346</sup>. Porém, insistimos que as autoridades civis e diretores da empresa tenham aceitado essas negociações muito mais na intenção de diminuir rapidamente a atenção da imprensa em relação ao episódio do que pelas pressões exercidas pelo METASITA ou por qualquer organização sindical da região.

Para Jorge Norman Neto (o primeiro presidente do SINDIPA), os eventos de 1963 foram muito importantes para que, no ano posterior ao conflito, fosse dado um grande passo rumo ao crescimento na representação sindical do povoado. Segundo ele, “(...) *uma das consequências do Massacre foi exatamente a formação da Associação dos trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga, em 1964*”, organização esta que se transformaria no SINDIPA em 1965.<sup>347</sup>

Por outro lado, o jornalista e mestre em Ciências Sociais Marcelo Freitas<sup>348</sup> analisa que, mesmo depois de experimentar um momento de crescimento em consequência da visibilidade que o conflito de 1963 conferiu aos problemas trabalhistas da Usiminas, o modelo de sindicalismo contestatário que nascia em Ipatinga passou a ser “aniquilado alguns meses depois com a ocorrência do Golpe Militar”. Em substituição a ele, foi fundado um sindicato metalúrgico que pautava pela negociação conciliatória junto aos diretores da siderúrgica.<sup>349</sup>

### **3.1.1 - O Regime Militar no Vale do Aço**

Próximo da concepção apresentada por Freitas (2008), Carlindo Marques Pereira (1987) já insistia que os “sindicais mais politizados” do Vale do Aço teriam sido perseguidos logo no início do período da Ditadura Militar. Segundo o jornalista, no início dos anos 1960, alguns militares reformados teriam se estabelecido no povoado para recolher informações

---

local, que à paisana e sem documentos, invadem os barracos, de dia ou de noite para prender líderes sindicais. *Lá falar de sindicato é proibido*”. (PEREIRA, C. Op. Cit., p. 127).

<sup>344</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. Op. Cit.

<sup>345</sup> Depoimento de Jorge Norman Neto, PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. Op. Cit., p.68.

<sup>346</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit., p.178; FREITAS, M., 2008. Op. Cit., p.234.

<sup>347</sup> Depoimento de Jorge Norman Neto *apud* REVISTA SINDIPA – 40 anos de história Ipatinga: Diário do Aço, 2005, p.7. Disponível em: <<http://www.sindipa.org.br>>. Acessado em: 14 abr.2013.

<sup>348</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit.

<sup>349</sup> *Ibid.*, p.231.

sobre diversos indivíduos da região. Assim, logo que deflagrado o Golpe Militar, com os agentes do Regime em posse dessas informações,

(...) os trabalhadores mais politizados que se destacavam mais em assembleias foram caçados como ratos em toda a região. Muitos foram mortos nas câmaras de tortura. Outros ‘desapareceram’. Os líderes sindicais combativos foram cassados e suas entidades fechadas. As pensões das viúvas foram cortadas e os direitos dos trabalhadores desrespeitados. Ninguém podia reclamar das condições de vida ou trabalho, pois isso era subversão. O monumento que seria erguido em memória aos mortos jamais foi lembrado pelo sindicato criado pela ditadura<sup>350</sup>.

Como já enunciamos no capítulo 2, em consequência das negociações posteriores aos protestos e disparos ocorridos em 1963, o corpo de vigilância da Usiminas foi reestruturado e o Regimento da Cavalaria foi substituído por um novo grupamento de policiais, porém as perseguições, intimidações e torturas praticadas no povoado de Ipatinga dentre os anos 1958 e 1964 foram “praticamente institucionalizadas” depois do Golpe Militar. Esta foi a posição apresentada no depoimento do ex-operário Tertuliano Ferreira dos Santos, “o homem da camisa vermelha” no dia 7 de outubro de 1963 e um dos operários indiciados pela Lei de Segurança Nacional dois anos depois do ocorrido nos portões da Usiminas.

Segundo o trabalhador, em substituição aos policiais “despreparados e violentos” comandados pelo Tenente Jurandir Gomes de Carvalho e pelo Capitão Robson Zamprogno, “(...) foi designado o tenente [Francisco Pereira] Xavier, que também usou de arbitrariedades para se impor junto à população e, além disso, tentou construir uma aura de ‘herói’ em torno do Massacre, com o respaldo da ditadura militar implantada em março de 1964”<sup>351</sup>.

No artigo *O Massacre de Ipatinga e a esquerda em nível nacional – Os grupos dos onze*,<sup>352</sup> a historiadora Marilene Tuler analisa que os primeiros focos das perseguições militares no Vale do Aço foram os supostos membros da célula do “Grupo dos Onze”<sup>353</sup> de Ipatinga. Como relata Zenas José da Silva, funcionário do almoxarifado da Usiminas, certo dia (não se recorda com precisão das datas), ele teria sido chamado à delegacia pelo tenente Francisco Pereira Xavier e interrogado sobre sua suposta participação no “Grupo dos Onze” de Ipatinga. Mesmo negando qualquer envolvimento com a organização política, foi preso em Ipatinga, transferido para Governador Valadares e, depois, para o DOPS de Belo Horizonte, onde permaneceu por aproximadamente 15 dias até ser liberado<sup>354</sup>.

O chefe de equipe na Usiminas, José Deusdedith “Serrinha” Chaves, confirmou que, de fato, existia um “Grupo dos Onze” em Ipatinga – ele, inclusive, era o líder– e que o grupo teria sido formado logo depois de ocorridos os disparos de 1963. Em entrevista ao exemplar *Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*<sup>355</sup>, o ex-líder sindical contou como se organizava o grupo.

---

<sup>350</sup> PEREIRA, C. Op. Cit., p.113. O monumento em memória ao “Massacre de Ipatinga” foi inaugurado pelo SINDIPA no dia 7 de outubro de 1989. Paulo Souza chama a atenção para a ausência, na placa, do termo “Massacre” (substituído por assassinato, segundo o autor, um termo mais comum e ameno) e também pelos nomes dos diretores do sindicato em 1989, ausentando-se os nomes dos mortos de 1963 (SOUZA, P. Op. Cit., p.127).

<sup>351</sup> Depoimento de Tertuliano Ferreira dos Santos *apud* MORAES, J. Op. Cit., p.874.

<sup>352</sup> TULER, Marilene. **O Massacre de Ipatinga e a esquerda em nível nacional – Os grupos dos onze**. II Simpósio de Política e Cultura da Universidade Severino Sombra: Vassouras, USS, 2006.

<sup>353</sup> Segundo o artigo da historiadora Marilene Tuler, os “Grupos dos Onze” partia do planejamento do político gaúcho Leonel Brizola em reagir à possibilidade de um golpe de direita nos anos 1960. Os grupos obedeceriam a uma estrutura piramidal: um líder era responsável por cada grupo e um representante por cada três. Além disso, os grupos não deveriam saber da existência de outros. O número onze deveria “lembrar um time de futebol” (TULER, M., 2006. Op. Cit., p. 6-7).

<sup>354</sup> Depoimento de Zenas Silva *apud* MORAES, J. Op. Cit., p.882-886.

<sup>355</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. Op. Cit.

Antes do golpe, chegamos a reunir o pessoal até mesmo em praça pública, ou dentro da usina, em pleno horário de trabalho. A gente chamava o pessoal e passava todas as orientações em reuniões sobre SUPRA e o Grupo dos Onze. Não havia muita perseguição política na época, porque João Goulart do PTB era presidente da República. (...)

Minha participação foi muito curta. Quando comecei era para receber instruções, mas eu fui preso <sup>356</sup>.

“Serrinha” era reconhecidamente uma liderança entre os operários da Usiminas. Além de líder do “Grupo dos Onze” de Ipatinga, mantinha contato direto com Geraldo Reis Ribeiro (Presidente do METASITA) e Padre Abdala <sup>357</sup>, figuras respeitadas pela maioria dos trabalhadores. Dessa forma, acreditamos que, assim que foi decretado o Golpe Militar, os agentes interessados em suprimir as forças sindicais da Usiminas passaram a persegui-lo. Em depoimento reproduzido no exemplar *Ipatinga Cidade Jardim* <sup>358</sup>, o ex-operário lembrou esses momentos.

Minha mulher tinha dado à luz no dia 30 de março de 1964, na Casa de Saúde Santa Terezinha; quase morreu. No dia 1º de abril, saí para registrar meu filho. João Goulart já tinha sido deposto. Eu nem sabia que eles estavam prendendo.

Tínhamos feito uma reunião em minha casa, para discutir quem ia dar voz de comando pra gente. Mas já estavam presas todas as lideranças nacionais. Prenderam vários companheiros e levaram para Governador Valadares. Lá, eles foram espancados e humilhados no 6º Batalhão de Polícia Militar.

Quando voltei do cartório, minha casa já estava ocupada por um grupo que reunia policiais e civis. (...) Não entrei em casa. Fiquei escondido num matagal próximo.

[O tenente] Xavier havia entregado o comando para os civis. (...) Eles queriam me matar. A ordem que ele tinha para turma era me matar. Era um grupo paramilitar. Ficaram por ali a tarde inteira. Minha sorte é que escondi numa moita muito fechada. <sup>359</sup>

Com ajuda, “Serrinha” teria conseguido fugir para Belo Horizonte, mas, na capital mineira, teve que se apresentar ao DOPS, onde teria permanecido em condições precárias por aproximadamente quarenta e cinco dias. Quando solto, retornou à Ipatinga e novamente foi perseguido e preso pelo Tenente Xavier. Segundo o ex-operário, as perseguições só acabaram quando ele decidiu abandonar Ipatinga em 1970 <sup>360</sup>.

De acordo com Tuler <sup>361</sup>, outro ex-operário que teve atuações de destaque nos meses que se seguiram ao conflito de Ipatinga foi Gabriel José Pereira (Amigo). Ele chegou a ser o representante dos trabalhadores da Usiminas dentro do METASITA e, em novembro de 1963,

<sup>356</sup> Depoimento de José Deusdedith “Serrinha” Chaves *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, Op. Cit., p. 57.

<sup>357</sup> O Padre José Jorge Abdala chegou ao Vale do Aço em 1953 e tornou-se vigário na Paróquia de São José, em Timóteo. Sua postura marcadamente progressista e seus discursos em favor dos trabalhadores da região fizeram com que ganhasse respeito entre os operários e fizesse inimizadas com políticos, empresários e oficiais militares; por isso, foi um dos oito padres investigados pelo processo 39.342. Segundo depoimento dado ao historiador Amir Melo, em 2005, considerava-se simpático ao socialismo e que (...) *queria ter sido condenado nesse processo, achando que o erro de uma condenação simplesmente política, só engrandeceria a Igreja. Um erro desse levantaria o ódio da sociedade consciente, um ódio benéfico, que animaria as pessoas a lutar contra as injustiças, o que culminaria na união da sociedade para a derrubada da Ditadura* (MELO, A. Op. Cit., p.59).

<sup>358</sup> MORAES, J. Op. Cit. A coletânea “*Ipatinga - Cidade Jardim*” reúne, em seus nove volumes, 1.968 páginas com 2.022 fotos, que contam a história de Ipatinga do Século 16 até dezembro de 2009. O historiador José Augusto de Moraes e a professora Eliane dos Santos (formada em Letras) foram os principais responsáveis pela pesquisa e revisão dos textos, respectivamente.

<sup>359</sup> *Ibid.*, p. 890.

<sup>360</sup> *Ibid.*, p. 892.

<sup>361</sup> TULER, M., 2006.Op. Cit.

esteve em Brasília para entregar ao Presidente Goulart as reivindicações dos trabalhadores de Ipatinga. Com o Golpe Militar, seu destino aproximou-se de outras lideranças sindicais: “Foi preso e demitido da empresa no dia 1º de abril de 1964, em consequência de sua atuação como delegado sindical em Ipatinga”<sup>362</sup>.

Como podemos observar, o Tenente Francisco Pereira Xavier, comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, aparece em diversos depoimentos de ex-operários como um agente de grande importância no processo de interiorização do Regime Militar no Vale do Aço, principalmente pelo seu comando durante as sessões de tortura. O historiador Amir Melo<sup>363</sup> destaca que não apenas os sindicalistas foram alvo das perseguições do Tenente Xavier e dos seus comandados<sup>364</sup>, salientando o caso do jornalista Euclides Diogo Sabará, editor e proprietário do jornal *A Verdade Impressa*<sup>365</sup>, que teria recebido voz de prisão numa manhã, no momento em que fazia compras em um mercado de Timóteo.

Acusado de incitar a conspiração contra o Regime foi preso numa operação que tinha à frente o temido Tenente Xavier, então comandante do destacamento militar da região, à época sob as ordens do 6º Batalhão da PMMG, sediado em Governador Valadares. Sabará recebeu voz de prisão numa manhã, num momento em que fazia compras num mercado em Timóteo.

Foi levado para a cadeia pública de Ipatinga, onde permaneceu alguns dias. Desde o princípio fora posto incomunicável e, para desespero de seus familiares, foi transferido para outra cidade sem que a família fosse sequer avisada. [Seus familiares] Custaram obter informações de que ele estava no Presídio Estadual de Ribeirão das Neves, município da grande Belo Horizonte. Consta, então, que nessa prisão teria recebido os maus tratos, comuns aos presos políticos da época. Foi libertado cerca de quarenta dias depois<sup>366</sup>.

Devemos lembrar que, enquanto os agentes militares do Vale do Aço reprimiam indivíduos que se destacavam por seu engajamento político, os diretores da Usiminas reformavam o seu modelo de atuação junto aos operários, propagando uma imagem de “progresso e bem-estar social”, bem como procurando afastar os problemas ligados à empresa siderúrgica. Ou seja, mesmo que a Usiminas não tivesse participado das perseguições a esses “indivíduos subversivos”, as ações para afastá-los da região siderúrgica certamente contribuíam para que a “Cultura Usiminas”, o novo ritmo de trabalho e o processo de silenciamento do “Massacre de Ipatinga” fossem aceitos com mais facilidade entre os trabalhadores da empresa.

Nesse quadro histórico, o Governo Federal autorizou, ainda em 1964, a emancipação política das cidades de Ipatinga e Timóteo e, no ano posterior, a transformação da Associação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga no Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA). Para o ex-presidente do METASITA, Geraldo Reis Ribeiro, essas duas ações estavam relacionadas, compondo parte de uma

---

<sup>362</sup> TULER, M., 2006.Op. Cit., p.4.

<sup>363</sup> MELO, A. Op. Cit.

<sup>364</sup> Em sua pesquisa, o historiador Amir Melo destaca também os casos do jornalista Adolfo Martins da Costa Quintão, que, mesmo sem saber do que se tratava, foi preso por vender o jornal “Classe Operária”, literatura considerada subversiva para o Regime Militar; e também das perseguições ao comerciante Durval Ribeiro Matos, que, segundo o autor, foi acusado de comunista por ter dado o nome de “Lenini” ao seu filho, que já era um adulto (Ibid., p.26-27).

<sup>365</sup> Segundo Amir Melo, “o jornal *A Verdade Impressa* circulou no Vale do Aço entre os anos 1963 e 1964. Em formato tablóide, com variação de quatro a doze páginas e de circulação semanal, possuía seções de esportes, colunas sociais, anúncios comerciais, matérias políticas e outros, os quais eram redigidos pelo próprio Sabará, sob os pseudônimos Fantenoso, Milquiades e Madame Abgaiu” (Ibid. p.26).

<sup>366</sup> Ibid.

manobra para refrear o poder do METASITA e controlar ativamente a atuação do sindicato que acabava de ser fundado.

(...) quando foi no mês de abril, veio o Golpe de Estado, e aí nós fomos cassados, meu mandato foi cassado por dez anos, aquela coisa toda. Tomaram o sindicato da minha mão, botaram um Capitão no sindicato aqui, um militar no sindicato. **Desmembraram o sindicato, aí logo depois Magalhães Pinto tomou a decisão de... que há anos atrás tinha deixado de emancipar Timóteo e Ipatinga. Tomou a decisão de emancipar os dois municípios fora da época, para poder desmembrar o sindicato,** porque eu tinha transformado o Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano no maior sindicato do estado de Minas Gerais. Que eu, quando eu entrei no sindicato em 62, o sindicato tinha 2500 sócios, e quando eu saí tinha 9500. Eu consegui sete mil sócios, porque na época que eu entrei não tinha sócio da Usiminas, e eu consegui filiar o pessoal da Usiminas e muita gente aqui de Timóteo também, que trabalhou na Acesita, que não acreditava no sindicato, passou a acreditar no sindicato e filiar ao sindicato. Então nós transformamos o sindicato dos metalúrgicos da época... de Coronel Fabriciano, no maior sindicato do estado de Minas Gerais <sup>367</sup>.

Podemos notar uma cisão entre esse discurso de Geraldo Reis Ribeiro e aquele apresentado por Jorge Norman Neto, citado anteriormente. Enquanto o primeiro analisa a criação do SINDIPA como uma estratégia entre os militares (que, inclusive, passava pela emancipação de Ipatinga) para diminuir o poder sindical do METASITA, conquistado principalmente a partir de outubro de 1963, o primeiro presidente do sindicato dos trabalhadores de Ipatinga acredita que a fundação do SINDIPA teria ocorrido praticamente como uma reação à “ineficiência” do METASITA ao exercer liderança entre os operários do então povoado de Ipatinga. Ambos, porém, concordam que aquele determinado momento histórico influenciou definitivamente a trajetória e o modelo de atuação adotado pelo novo sindicato trabalhista.

Para a antropóloga Rita de Cássia Farias, a data e a forma escolhida para a entrega da Carta Sindical que legalizava o funcionamento do SINDIPA teriam sido minuciosamente planejadas pelos militares para que ficasse claro para os trabalhadores que “(...) *ainda que tivessem sua organização oficialmente reconhecida, deveriam manter suas manifestações dentro dos moldes e limites prescritos pelo regime e aceitar sua tutela, sob o risco de serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional*” <sup>368</sup>. Segundo a autora:

Em primeiro de maio de 1965, o então presidente Castello Branco foi a Ipatinga para inaugurar o Hospital Márcio Cunha. Nesse evento, diante do alto escalão da Usiminas e do presidente da Confederação dos Metalúrgicos de Minas Gerais, Castello Branco entregou a Alberto Maciel Soares (primeiro presidente do SINDIPA) a carta sindical que reconhecia a instituição. Geraldo dos Reis Ribeiro, presidente do METASITA (1962 – 1965), avalia que, para demonstrar as forças do novo regime, os agentes de segurança e membros da comitiva presidencial se instalaram em diversos locais. Eles fecharam as entradas da cidade e interditaram a linha de trem, instalando ônibus, canhões e soldados, que compunham “um verdadeiro aparato de guerra” <sup>369</sup>.

Na perspectiva do historiador Roberto Souza, devido ao interesse do Regime em controlar de perto os operários da região, a manifestação do potencial repressivo dos militares assumia grande importância em um episódio como este. Para o autor, é relevante levar em

---

<sup>367</sup> Depoimento de Geraldo Reis Ribeiro concedido ao portal de notícias regionais Plox. Disponível em: <<http://www.plox.com.br/caderno/aconteceu/eu-recolhi-os-corpos-entrevista-com-testemunha-Massacre-ipatinga>>. Grifos nossos. Acessado em: 14 abr.2013.

<sup>368</sup> FARIAS, R. Op. Cit., p.92.

<sup>369</sup> Idem.

conta que a CSN e a Usiminas tornavam-se, naquele momento, as principais responsáveis pelo abastecimento da indústria automobilística nacional, que estava em amplo crescimento na segunda metade da década de 1960. “*Desta forma, considerando os acontecimentos recentes que culminaram no Massacre, o regime militar optou por controlar diretamente as ações dos trabalhadores nesse setor da economia, especialmente Ipatinga, por razões óbvias*”<sup>370</sup>. Essa intimidação dos operários transparece no depoimento do dirigente do sindicato, Ascy Castelo, adaptado no exemplar comemorativo *REVISTA SINDIPA – 40 anos de história*.

Ele (o presidente da República) chegou a Ipatinga com todo aquele aparato, tinha agente de segurança em todos os lugares da cidade. Eles fecharam a entrada de Ipatinga por Coronel Fabriciano com um ônibus. Até certa hora passou carro, depois não passou mais nada. Próximo a Ipaba, interditaram a linha de trem, pegaram pranchas de madeira e instalaram canhões [...] tudo apontado para a cidade’. Ele lembrou ainda o exato momento da solenidade de entrega da Carta Sindical: - naqueles vãos que existem nas passarelas da Laminação a Quente, de dois em dois metros, tinha um soldado com a metralhadora na mão apontada para a cabeça dos dirigentes sindicais. Na hora que o locutor oficial que eles trouxeram, anunciou a entrega, só se ouvia barulho dos soldados armando as metralhadoras. [...] Sem entrar no mérito da simbologia de tal gesto, obviamente intimidatório. Ascy ressaltou que era uma atitude desnecessária, até porque nenhum dirigente sindical de Ipatinga jamais havia feito qualquer declaração contra o regime militar<sup>371</sup>.

Como podemos observar, diante das metralhadoras e dos discursos de que “nenhum dirigente sindical criticaria publicamente o Regime Militar”, nasceu a instituição sindical que passou oficialmente a representar os operários de Ipatinga depois de 1965. O discurso proferido por Alberto Soares Maciel, o representante da *Associação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga*, no momento da transformação deste em SINDIPA, delineia a deferência do sindicato aos militares, a saber:

Bem sabemos do esforço do Governo de V. Exa. Objetivando recolocar o Brasil no seu devido lugar, depois de tanta demagogia, de tanta corrupção, de tanta insensatez e de tanta falta de escrupulo. O trabalhador brasileiro acompanha com vivo interesse a tarefa moralizadora a que propôs o seu governo e a ele emprestou toda a sua solidariedade, porque está certo de que assim agindo está possibilitando a vinda de dias melhores. [...] Forçoso também dizer, nesta oportunidade. Sr. Presidente da República, do perfeito entendimento aqui existente, atualmente, entre empregados e empregadores, base incontestada de progresso e desenvolvimento<sup>372</sup>.

### **3.1.2 - SINDIPA: sindicalistas “pelegos” ou hábeis negociadores?**

A adoção da postura de aceitação (ou aproximação) do SINDIPA em relação ao Regime Militar foi duramente criticada pelos sindicalistas ligados ao “ressurgimento” do movimento sindical nos anos 1980. Podemos observar essa perspectiva no artigo “Metamorfose do Peleguismo (I)”, publicado por Carlindo Pereira<sup>373</sup> e anexado na primeira edição do seu livro “*O Massacre de Ipatinga*”. Para o autor, tanto os diretores da Usiminas como as autoridades militares esforçaram-se para, entre 1965 a 1985, manter à frente do

---

<sup>370</sup> SOUZA, P. Op. Cit., p.113.

<sup>371</sup> Depoimento de Ascy Castelo de Mendonça *apud* REVISTA SINDIPA. Op. Cit., p.16-17.

<sup>372</sup> Discurso de Alberto Soares Maciel *apud* MUNICIPAL DE IPATINGA, Op. Cit., p.58.

<sup>373</sup> PEREIRA, C. Op. Cit.

SINDIPA indivíduos alinhados aos interesses patronais e, conseqüentemente, desinteressados nas lembranças dos eventos de 1963, “que causaram a morte de vários trabalhadores”.

O segundo maior sindicato do Estado, que nasceu e germinou por força do golpe militar de 1964, sempre foi controlado pela Usiminas. Para a sua direção sempre foram ‘indicados’ homens de confiança dos patrões e do governo. Além de ‘pelegos’ vários diretores que passaram pela entidade seriam também dedos-duros, como é o caso latente do ex secretário Ascy Castelo de Mendonça, acusado pelos operários de ser informante do Serviço Nacional de Informação (SNI) e de ser responsável pela demissão de vários trabalhadores combativos.

Para se ter uma ideia, quem trouxe a carta sindical foi o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que esteve em Ipatinga no dia 1º de março de 1965, para inaugurar o Hospital Márcio Cunha e aproveitou para dar posse ao primeiro presidente oficial do SINDIPA, Jorge Norman Neto. Funcionava na presidência do órgão ainda não registrado o funcionário de ‘confiança’ da direção da usina, Alberto Maciel Soares. Isso acontecia naturalmente como se nada de anormal tivesse acontecido em Ipatinga, nem se naquela época as principais lideranças sindicais do país não estivessem sendo deportadas ou torturadas nos porões da ditadura. É lamentável também que a população do Vale do Aço nunca soube e nem vai saber o número exato de corpos de trabalhadores que foram para o fundo do Piracicaba com o terror da ‘caça aos comunistas’<sup>374</sup>.

É claro que devemos levar em conta que, como todos os autores, o posicionamento de Carlindo Pereira foi grandemente influenciado pelas suas experiências pessoais e pelo momento histórico em que seu trabalho está inserido<sup>375</sup>. Porém, este não é o único autor a apontar para as ligações entre os diretores do SINDIPA e os agentes do Regime Militar. Segundo o historiador João Duarte<sup>376</sup>, o material comemorativo *REVISTASINDIPA – 40 anos de história*, produzido pelo próprio sindicato, aponta indícios de que o ex-secretário Ascy Castelo de Mendonça<sup>377</sup> teria se destacado entre os operários por ser uma figura que, de fato, mantinha contato direto com os representantes militares do Sistema Nacional de Informações (SNI).

Quanto às acusações de que [Ascy Castelo de Mendonça] era informante do extinto SNI, infiltrado no movimento Sindical, ele nega, mas aos poucos, entretanto, revela sua proximidade com o regime militar, ao ser convidado para o curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), em 1975, época em que também fazia o curso de Direito em Governador Valadares. Os participantes dos cursos da Adesg tinham informações confidenciais sobre a segurança nacional, como frota naval, aviões, equipamentos e efetivos militares para o caso de conflitos internos e externos, que só eram acessíveis aos “aliados”. Ele próprio reconhece que

---

<sup>374</sup> PEREIRA, C. Op. Cit., p.125.

<sup>375</sup> Os militares, os “exploradores da Usiminas” e os “sindicais pelegos” são os principais alvos de crítica no trabalho do jornalista. Podemos atribuir parte desse posicionamento à aproximação do autor com os sindicatos operários considerados mais combativos nos anos 1980 (a segunda edição do livro, de 1987, foi editada no próprio Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema).

<sup>376</sup> DUARTE, João Carlos. **A ação política do grupo Ferramenta na década de oitenta em Ipatinga**. Dissertação de Mestrado em História Social pelo Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra. USS, 2007.

<sup>377</sup> Conclui o historiador que Ascy Castelo de Mendonça frequentava círculos próprios à militares. Assim, (...) sua proximidade com o Regime Militar ficou comprovada após receber o diploma pela participação como membro da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Trata-se de fato incomum um sindicalista participar de reuniões conjuntas aos aparelhos de repressão (DUARTE, J. Op. Cit., p.88). Segundo a leitura que o autor realiza do exemplar REVISTA SINDIPA – 40 anos de história, assim que foi encerrada a Ditadura Militar no Brasil, Ascy Castello teria decidido se aposentar e mudar-se de Ipatinga. Indagado sobre as razões de sua saída do movimento sindical com a redemocratização do país, o sindical teria justificado que seu tempo em Ipatinga teria se encerrado naquele momento (REVISTA SINDIPA. Op. Cit.).

os cursos da Adesg eram uma maneira de o regime militar ampliar sua influência na sociedade civil<sup>378</sup>.

Em sua investigação sobre a mudança no Movimento Sindical do Vale do Aço, a partir da “ação política do grupo Ferramenta”<sup>379</sup>, João Duarte (2007) considera que é possível atrelar a atuação desses “agentes do SNI infiltrados” no sindicato dos operários de Ipatinga aos planos e às atuações institucionais da empresa Usiminas nesse mesmo período.

Como já apontamos anteriormente, os anos do “milagre econômico”<sup>380</sup> foram muito importantes para que os organismos de propaganda<sup>381</sup> do Governo Militar atrelassem esse período político aos ideais de união, progresso e bem-estar social (também propagados pela “Cultura Usiminas”).

Dessa maneira, concomitantemente às propagandas de progresso e “boa-convivência social”, dentre os anos 1964-1985, os diretores da empresa valeram-se da ampla estrutura organizacional, bem como do poder econômico e social da Usiminas no Vale do Aço para montar um aparelho de investigações próprio, vigiando e punindo os indivíduos que destoassem dos ideais almejados dentro do espaço siderúrgico da empresa. Para João Carlos Duarte, durante esse período,

(...) a racionalização iniciada com o Estado Brasileiro será estendida por toda a sociedade de Ipatinga, haja vista que a Usiminas adotou em uma escala equiparativa os mesmos métodos investigativos do aparato estatal, tendo como espelho o antigo SNI. Logo, utilizando de um corpo organizacional já estruturado pelo Estado, a empresa recorrerá a ex-militares, em sua maioria dos quadros da reserva das Forças Armadas, montando com isso um bem treinado Corpo de vigilantes, capaz de manter a chefia abastecida de todas as informações possíveis sobre todos os passos do trabalhador<sup>382</sup>.

Além dos diversos mecanismos que foram criados pela empresa para impelir os operários da Usiminas e seus familiares a “se vigiarem” dentro do espaço siderúrgico (como, por exemplo, o “uso do uniforme da Usiminas”, apontado no capítulo 2), existem trabalhos que apresentam indícios de que existiam funcionários da Usiminas ocupando cargos de fachada, enquanto sua real função seria investigar a vida pessoal dos operários e seus familiares.

Quando os “*arapongas*”<sup>383</sup>, como eram chamados esses funcionários, identificavam algum elemento que pudesse prejudicar a ordem dentro da empresa, ou então das esferas sociais que envolvessem a participação dos operários da Usiminas, era comum que fossem

<sup>378</sup> REVISTA SINDIPA. Op. Cit., p. 16-17.

<sup>379</sup> O historiador João Duarte atesta que “o Grupo ou Chapa Ferramenta” era formado por diversos operários da Usiminas, sendo que uma maioria era de técnicos, que decidiram, em 1985, fundar uma chapa de oposição ao modelo sindical “conciliatório” adotado pelo SINDIPA. O líder desse grupo passou a ser Francisco Delfino dos Santos, o “Chico da Pesquisa”, que, dado o seu comprometimento com as eleições sindicais de 1985, ficou conhecido como “Chico Ferramenta” (DUARTE, J. Op. Cit., p.20-22).

<sup>380</sup> O “Milagre Econômico” destacou-se entre os anos 1968 a 1973. Como resultado das políticas econômicas de substituição das importações, as empresas estatais alavancaram as taxas do Produto Interno Bruto (PIB), mantiveram a inflação nacional praticamente controlada e possibilitaram um forte crescimento econômico nacional. Podemos considerar a crise do preço do petróleo (1974) como um dos principais motivos para o fim desse período.

<sup>381</sup> Ver: FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)**. Rio de Janeiro: FGV, 1997; e o Filme *Ipatinga 67*. Produzido pela Companhia Cinematográfica Souza Teixeira, 1967. Duração: 12:54 minutos. (Preto e branco), 1967. Cópia administrada pelo Arquivo Público Mineiro.

<sup>382</sup> DUARTE, J. Op. Cit., p.85.

<sup>383</sup> “Araponga” remete-se a um tipo de pássaro que emite repetidamente um som estridente. Também passou a ser associado a agentes que realizam gravações secretas para inculpar adversários.

instauradas perseguições políticas a esses indivíduos ou espalhadas notícias falsas e difamatórias sobre eles e seus familiares.

Essa prática teria sobrevivido mesmo depois de encerrado o Regime Militar, em 1985, e da privatização da empresa, em 1991. Segundo matéria publicada pela revista *Istoé*, no dia 29 de abril de 1998, essa rede de informações, claramente inspirada nos Sistemas de Informação criados no Regime Militar, chegou a reunir aproximadamente quatro mil nomes de pessoas ligadas à Usiminas durante os quase trinta anos em que essa lista teria sido editada. Segundo um dos “arapongas” entrevistados, “(...) *as investigações tinham a clara intenção de afastar pessoas indesejáveis, seja por questões políticas ou problemas pessoais*”<sup>384</sup>. Para isso, padres e lideranças sindicais (os principais integrantes da lista) eram envolvidos em denúncias sobre uso de drogas, propagação de doenças e escândalos sexuais.

A Usiminas mantinha um grupo de dez arapongas que capturavam as informações sobre a vida dos habitantes de Ipatinga. Os investigadores usavam não só os procedimentos tradicionais de espionagem, como seguir pessoas e recolher dados de informantes, mas também métodos mais sofisticados, que incluíam até escuta telefônica. Com redação de próprio punho, as informações eram repassadas pelos arapongas aos digitadores (...) que as armazenavam em um único microcomputador, isolado numa sala da seção de vigilância. Antes da informatização do setor, em meados dos anos 80, o serviço era feito em fichas e pastas. Periodicamente, elas seguiam por meio de correspondência confidencial ao departamento de relações industriais da Usiminas, que examinava as fichas dos funcionários e dos candidatos a uma vaga na usina<sup>385</sup>.

O historiador e autor dos exemplares memorialistas *Ipatinga – Cidade Jardim*, José Augusto de Moraes (2009), considera que a prática de perseguir e prejudicar “indivíduos dissidentes da Usiminas” ainda prossegue no Vale do Aço, sendo ele mesmo um dos “listados”.

Mesmo depois do processo na Procuradoria Regional do Trabalho e da divulgação da revista *Isto É*, e mesmo depois que a Constituição Brasileira anistiou todos os ativistas políticos, é sabido que esta prática da Usiminas perdurou por muito tempo. Quem ia às assembleias no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA) ou comparecia nos dias de votação das propostas de aumento da empresa, podia se deparar sempre com dois ou três cidadãos, que eram os primeiros a chegar e os últimos a sair. Em pequenos pedaços de papel, eles permaneciam ali fazendo suas anotações e, até mesmo através do celular, eles davam conta do que estava acontecendo a seus chefes. Importante ressaltar que esta prática contava com a conivência da diretoria do Sindicato.

Também nos bares e clubes da cidade a presença dos arapongas era notória. Que respeito a sociedade pode ter por uma pessoa que ganha a vida bisbilhotando vidas alheias?

Importante ressaltar que, por mais que a empresa insista em não reconhecer a lista dos “não gratos”, as pessoas constantes dela e seus familiares não conseguiam trabalhar na Usiminas e nem em outras grandes empresas do país. Existia uma triagem na empresa, feita pela Vigilância, onde eram barradas pessoas que constavam dessa lista ou mesmo seus parentes.

---

<sup>384</sup> *Isto é*, 29 abr. 1998. “Arapongas da Usiminas”. Disponível em:

<<http://br.groups.yahoo.com/group/DitaduraCivilnoBrasil/message/7486>>. Acessado em: 14 abr.2013.

<sup>385</sup> *Isto é*, 29 abr. 1998. Op. Cit. Tivemos conhecimento dessa matéria a partir do trabalho da antropóloga Rita de Cássia Farias (Op. Cit., p.93). Como no *site* da editora da revista não é possível consultar exemplares de edições mais antigas (por volta de três anos), tivemos acesso à reportagem completa em um grupo de discussões sobre a Ditadura Militar Brasileira hospedado pelo *site Yahoo*.

Há pouco tempo, tive acesso a esta lista no Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, e dela consta meu nome, descrito desta forma: José Augusto de Moraes, ex-funcionário da UICA<sup>386</sup>; e na margem direita o código<sup>387</sup>.

Já destacamos, em outros pontos do trabalho, que é um dos assuntos comuns, dentre os autores que estudam o Vale do Aço<sup>388</sup>, identificar que atualmente ainda há um temor entre os habitantes de Ipatinga (principalmente entre aqueles de alguma forma ligados à Usiminas) de serem “mal vistos” e perseguidos pela empresa.

Não é propósito deste trabalho investigar se realmente as estratégias de “vigiar e punir”, que, segundo alguns autores, eram comuns à empresa durante o período da Ditadura Militar, ainda hoje sobrevivem no dia-a-dia dos habitantes de Ipatinga, ou se elas se encerraram na prática, continuando a fazer parte do imaginário dos habitantes do povoado. Nossa intenção, ao apresentar essa discussão, é refletir como, em 1965, num momento de intensas perseguições políticas instauradas pelo Regime Militar (e provavelmente pela Usiminas) aos líderes sindicais “combativos” do Vale do Aço, foi fundado o SINDIPA.

A historiadora Marilene Tuler ressalta que cada fenômeno sindical deve ser analisado de acordo com os contextos histórico e local onde ele se desenvolve<sup>389</sup>. Assim, concordamos com a autora que, se desconsiderarmos o período e a singularidade do processo de criação do SINDIPA, podemos taxar seus primeiros diretores como “sujeitos desprovidos de consciência operária ou cooptados pelo Regime Militar e pela Usiminas”, incorrendo talvez em uma análise simplista do que consistia o espaço de atuação desses indivíduos naquele determinado contexto histórico.

Nesse sentido, se nosso objetivo é analisar o espaço de atuação sindical em Ipatinga, a partir dos eventos de 1963 e do Golpe Militar, devemos levar em conta que, no momento da criação do SINDIPA, as lideranças políticas que haviam optado por uma atuação mais combativa tinham sido classificadas como “subversivas” e estavam sofrendo perseguições pelos agentes do Regime Militar. Se esse quadro era comum em todo o território nacional, podemos considerar que o interesse dos militares na manutenção da ordem na região do Vale do Aço e os eventos de outubro de 1963 contribuíam para que os operários de Ipatinga fossem vigiados ainda mais ativamente pelo Regime e pelas autoridades regionais.

O ex-presidente do SINDIPA, Jorge Norman Neto, reconhece que, no momento em que assumiu a liderança do sindicato, o clima político era muito tenso e o anticomunismo ainda pesava como justificativa para as constantes repressões aos “elementos subversivos”. Por isso, considera ele que a negociação conciliatória era o único caminho aberto para a atuação junto aos Militares e a diretoria da Usiminas. Segundo o seu depoimento ao exemplar *Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*<sup>390</sup>, era muito importante para a manutenção do Sindicato dos Trabalhadores de Ipatinga que as exigências feitas à empresa não fossem consideradas abusivas. Segundo ele, nesse período, “Ninguém pedia nada, porque se pedisse era considerado comunista”<sup>391</sup>. Sobre a acusação de formarem um sindicato “pelego”, que atendia aos interesses dos diretores da Usiminas em

---

<sup>386</sup> Segundo nossas leituras, acreditamos que UICA refira-se à Usina Intendente Câmara, uma das hidroelétricas responsáveis pelo abastecimento energético para Ipatinga e Usiminas. Porém, não encontramos dados sobre José Augusto de Moraes como empregado da hidroelétrica. Uma das páginas da internet que consultamos apresenta a seguinte trajetória profissional do historiador: “José Augusto trabalhou na Usiminas; na Usimec; na Companhia de Aços Especiais de Itabira – Acesita; na Prefeitura Municipal de Ipatinga; no Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga – SINDIPA; e na Câmara Municipal de Ipatinga”.

Fonte: <[http://mundoalvino.blogspot.com.br/2013\\_03\\_01\\_archive.html](http://mundoalvino.blogspot.com.br/2013_03_01_archive.html)>. Acessado em: 14 abr.2013.

<sup>387</sup> MORAES, J. Op. Cit., p.915.

<sup>388</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit. SOUZA, P., 2007; FREITAS, M., 2008. Op. Cit.; FARIAS, R. Op. Cit.

<sup>389</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit., p.174.

<sup>390</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, Op. Cit.

<sup>391</sup> Depoimento de Jorge Norman Neto *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, Op. Cit., p.69.

detrimento das demandas operárias, Jorge Norman Neto se defende nessa mesma entrevista: em meio às mudanças adotadas pela Usiminas, principalmente a partir de 1963 (ligadas à implantação de um “novo ritmo de trabalho” e a uma “Cultura Usiminas”), e às perseguições instauradas pelos militares aos “líderes subversivos”, a opção por uma política de “negociação sem enfrentamento” apresentava-se como a melhor opção para os líderes do SINDIPA realizar suas ações entre os anos 1965 e 1985.

Para o sindicalista, acusar os primeiros diretores desse sindicato de ineficientes, comprados ou “pelegos (...) *é conversa de oposição*”<sup>392</sup>.

Na realidade, existe uma deformação do movimento sindical italiano, de que o sindicato de confrontação consegue maiores vantagens do que o sindicato de colaboração. Se o sindicato colabora, conversa, é pelego. Eu conheço o movimento sindical do mundo inteiro. Nos países onde trabalhadores estão em melhores condições de vida, como Japão, Suíça e Estados Unidos, os sindicatos não são de confrontação. São negociações sérias e os trabalhadores resolvem no voto<sup>393</sup>.

Na mesma entrevista, Jorge Norman Neto destacou que, por ser a Usiminas uma empresa estatal, a negociação entre líderes operários e representantes locais da empresa era ainda mais dificultada, pois as estratégias e os capitais de gestão da empresa siderúrgica viriam de fora do Vale do Aço – a sede administrativa da Usiminas ficava em Belo Horizonte – e, por isso, os diretores que estavam em Ipatinga poderiam ser considerados empregados também.

Ao julgar os “patrões diretos” como funcionários do Governo Federal (e, naquele momento, militar), o ex-presidente do SINDIPA poderia, então, afastar parte das responsabilidades dos diretores da Usiminas (e do sindicato) quanto às pressões trabalhistas durante o Período Militar.

Nossa diretoria optou por uma política de relacionamento sem confrontação, por dois motivos: primeiro, porque os dirigentes da empresa eram também empregados, não eram donos; e a gente acha que aquele que enfia a mão no bolso para fazer o pagamento não é o que está negociando com a gente, é um preposto dele, que também vive de salário. Existe sempre uma possibilidade de se ter uma negociação mais tranquila e boa. E essa negociação era necessária, porque, nessa época, a política salarial do governo era a mais dura possível, editando decretos um atrás do outro, dificultando e arrojando os salários. Então, o recurso era tentar conseguir alguma coisa através das negociações, para favorecer os trabalhadores.

Acho que nisso nós fomos felizes, porque em toda parte existe oposição e a única coisa que a gente dizia para eles era que, se alguém no país tivesse conseguido acordo melhor e tivesse em melhores condições de trabalho do que a gente da Usiminas, ‘vocês me demitam do Sindicato e coloquem outro mais competente’<sup>394</sup>.

---

<sup>392</sup> Depoimento de Jorge Norman Neto *apud* Ibid., p.73. No exemplar *SINDIPA – 40 anos de história*, Jorge Norman Neto comenta que se diferenciava do modelo de líder sindical “da esquerda”. Segundo o próprio exemplar, o presidente do SINDIPA era um sujeito que não abria mão de alguns prazeres, como viagens e seu carro *Simca Chambord* “(...) *que fazia inveja em muito ‘peixe-graúdo’ da Usiminas*”. Sobre esse estilo de vida, o próprio Jorge Norman Neto comenta ao exemplar: “*A esquerda me chamava de burguês. Burguês para eles é o cara que tinha carro, casa própria, que podia educar os filhos. Então, o trabalhador, para ser um instrumento de luta tinha que ser um sofredor, miserável, um passa-fome. Não era minha opinião. Eu não estava nem aí para isso. Se pudesse, eu daria aos trabalhadores casa, comida, colégio para os filhos, mulher bonita. Eu achava que minha obrigação era funcionar como uma espécie de advogado de defesa dos trabalhadores. E quanto pior tivesse o trabalhador, mais ele precisava deste advogado. Eu costumo dizer que minha sorte não foi ter sido sindicalizado ou catequizado antes de entrar para a vida sindical. Eu não conhecia o negócio. Então eu entrei com a cara e coragem e com as idéias que eu tinha na época. Valeu a pena*” (REVISTA SINDIPA. Op. Cit., p.18).

<sup>393</sup> Depoimento de Jorge Norman Neto *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, Op. Cit., p.73.

<sup>394</sup> Idem.

Como podemos observar, o primeiro presidente do SINDIPA acreditava que os operários sentiam-se representados através dos componentes do sindicato e que, durante as décadas de 1960-1970, “vários benefícios teriam sido conquistados aos operários dentre aquele complicado contexto histórico”. Para Jorge Norman, as aceitações da representatividade do sindicato e de suas estratégias de negociação poderiam ser expressas pelas reeleições conquistadas pelos componentes dessa chapa. Depois de três mandatos seguidos (1965 a 1968, 1968 a 1971 e 1971 a 1973), Jorge Norman entregou a presidência do SINDIPA ao seu antigo colega de chapa, José Onofre “Zequita” Ribeiro. Este ainda permaneceu no comando do sindicato por mais seis anos (1973 a 1976 e 1976 a 1979). Ao exemplar *REVISTA SINDIPA – 40 anos de história*, Jorge Norman Neto descreveu como procurou montar a chapa para concorrer ao sindicato, estratégia que, para ele, foi essencial para “conquistar os operários”:

Primeiro, dividi a usina por setores, pelo Alto-forno, Laminação, Acicaria, Coqueria e oficinas mecânicas. Tinha que tirar meus companheiros destes locais de trabalho e tinha que descobrir quem eram eles, quem tinha voto e podia ajudar a ganhar uma eleição. Fui a estas áreas e reuni aqueles que eram tidos como gente de alguma projeção. Pedi que me indicassem os companheiros para colocar no Sindicato e me indicaram o Zequita, no caso das oficinas mecânicas. Na sintetização, me indicaram o Ascy Castello<sup>395</sup> (...) De certa forma, essas pessoas que fizeram comido a primeira diretoria eram completamente desconhecidos. Alguns eu conhecia de vista. Outros nem isso. Eu procurei colocar pessoas representativas dentro dos seus setores. Resultado: houve chapa de oposição, mas nós ganhamos a eleição com mais de 70% dos votos e lá eu fiquei por vários anos<sup>396</sup>.

Em entrevista ao projeto *Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens* (1991), reproduzida no exemplar *Ipatinga – Cidade Jardim* (Moraes, 2009), o ex-soldador mecânico e presidente do SINDIPA, José “Zequita” Ribeiro, destaca que inicialmente não queria participar de sindicato, mas “não teve como fugir”<sup>397</sup>.

José “Zequita” teria iniciado seu trabalho junto ao sindicato devido à sua proximidade aos operários. A partir desse ponto, constatou que, durante a sua presidência, os benefícios conquistados pelo SINDIPA às famílias operárias contribuíram para que os operários mantivessem-no por quase quinze anos na diretoria do sindicato de Ipatinga. Segundo ele:

Quando entrei no Sindicato, não tinha nem sábado livre no tempo de Jorge Norman. Tudo foi uma conquista da minha época. Mas isso era uma obrigação da Usina. Era um desrespeito que havia naquela época. No meu período, não tinha folga. Mudava-se de letra, sem folga.  
(...) Nós fazíamos assembleias menores para esclarecimentos porque, se isso não acontecesse, acabava-se fazendo uma pauta de cem a duzentos itens com um monte de bobagens.

---

<sup>395</sup> Nesse mesmo exemplar (*REVISTA SINDIPA – 40 anos de história*), Ascy Castello narra que o “convite para participar do SINDIPA”, oferecido por Jorge Norman, teria, na verdade, apresentado-se como uma ameaça vinda de um dos diretores da própria Usiminas. Segundo ele, “(...) [eles] iam lá buscar o camarada para compor chapa. Quando foram me buscar eu disse que não queria participar, mas não se deram por convencidos e foram lá outras vezes. Numa dessas vezes o chefe de departamento me chamou (...) Frente à frente com o chefe de departamento, ele ouviu o ultimato que o colocaria entre a cruz e a espada (...): 'Me deram uma missão e eu vou cumprir, sou contra ela, mas vou cumprir. É o seguinte: você foi convidado a participar da diretoria do Sindicato e está relutando em aceitar. Ou você aceita ou será demitido'. 'Eu entrei para o sindicato por esse caminho', relata Ascy, justificando que estava de casamento marcado e não lhe restava outra alternativa senão aceitar” (REVISTA SINDIPA. Op. Cit., p.28).

<sup>396</sup> Ibid., p.22.

<sup>397</sup> Depoimento de José Onofre “Zequita” Ribeiro *apud* MORAES, J. Op. Cit., p.906.

(...)Na minha época, eu fiz colônias de férias. Tinha ônibus para levar os associados. A gente foi muito criticado por isso, mas tinha que fazer. Se eu tiver oportunidade, faço de novo, porque é uma maneira de satisfazer o empregado. (...) Na minha época, a Usiminas não se meteu em nada, não metia o bico, era tudo comprado com o dinheiro do Sindicato.

(...)Foram sete milhões de cruzeiros na época. Eu até coloquei um capitão do Exército no negócio, pra dizer que eu não estava roubando dinheiro. Foi o Capitão Fassheber, ele que fechou o negócio <sup>398</sup>.

Mesmo reforçando que a Usiminas não custeava as ações do SINDIPA, podemos observar que, entre as “conquistas sindicais” apontadas no relato de José Onofre “Zequita” Ribeiro (as melhorias no transporte, no lazer e nas condições de trabalho), integrava o projeto da empresa de implantar a “Cultura Usiminas” depois de ocorrido o conflito de 1963. É possível observar que, caso o SINDIPA tenha sido o responsável por negociar essas concessões, foram os diretores da empresa que conseguiram fazer com que essas mudanças passassem a ser reconhecidas pela maior parte dos trabalhadores como realizações da Usiminas.

Outro ponto que gostaríamos de destacar nesse trecho do depoimento do ex-presidente do SINDIPA é o envolvimento do Capitão Fassheber no processo de compra de um hotel para a construção de uma colônia de férias do SINDIPA. Esse militar reformado, que, como já dissemos, mudou-se para Ipatinga alguns meses antes do Golpe de 1964, assumiu papel central na investigação do historiador Amir José de Melo <sup>399</sup> sobre as repressões sofridas por um grupo de “padres progressistas” <sup>400</sup> que atuava no Vale do Aço.

Em seu trabalho, o qual investiga o processo de interiorização da repressão do Regime Militar na região Metropolitana do Vale do Aço, o autor analisou a denúncia formalizada em 1969, que deu início a um Inquérito Policial Militar <sup>401</sup> contra um grupo de oito padres e ex-padres pertencentes à ala progressista da Diocese de Itabira (fundada em 1965). Segundo Amir Melo, o Capitão Fassheber destacou-se na região por manter uma acirrada vigilância em relação a qualquer indivíduo que demonstrasse tendências “subversivas”. Era relativamente comum que esse militar “se infiltrasse” em escolas, universidades e igrejas para recolher

---

<sup>398</sup> Ibid., p.909

<sup>399</sup> MELO, A. Op. Cit.

<sup>400</sup> Entre outros autores, Scott Mainwaring discute essas polarizações na Igreja Católica, as quais ficaram ainda mais claras nos anos posteriores ao Concílio Vaticano II (1962-1965). De maneira resumida, adotamos que o grupo dos “conservadores” reunia os religiosos crentes no fato de que a atuação da Igreja Católica deveria continuar restrita à missão de buscar os valores celestiais; enquanto os “progressistas” destacaram-se por não se contentar com essa visão religiosa “apolítica”. Pelo contrário, desejavam e incentivam o engajamento dos cristãos na busca de soluções dos problemas vivenciados pela sociedade. Ver: MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo, Ed. Brasiliense. 1989.

<sup>401</sup> Segundo Amir Melo, o processo número 39.342 tramitou entre 1970 e 1972, na Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, sediada em Juiz de Fora. O documento judicial, contendo seis volumes e novecentos e trinta folhas, foi movido contra alguns padres e ex-padres da então Diocese de Itabira, hoje Itabira/Coronel Fabriciano, tendo sido iniciado no Quartel General da 4ª Divisão de Infantaria, em Belo Horizonte. Figuraram como réus oito membros e ex-membros do clero local: Wilson Moreira, então diretor da Escola Estadual Alberto Giovannini, em Coronel Fabriciano, e Padre Vigário da Paróquia Nossa Senhora da Esperança, no Bairro Horto, em Ipatinga; Geraldo Ferreira Monção, padre e professor, à época da denúncia residente em Belo Horizonte; José Jorge Abdala, padre secular, Vigário da Paróquia de São José, em Timóteo; Petrus Martinus Johannes Van Rossum, ex-irmão da Congregação dos Irmãos de Nossa Senhora Mãe da Misericórdia, que residia em Ipatinga; José Nazareno Ataíde, recém saído da vida sacerdotal, quando atuava como vigário da Paróquia de Santo Antônio, do Bairro Melo Viana, em Coronel Fabriciano; Joseph Cornelius Maria De Man, Padre de origem holandesa, da Congregação dos Padres do Trabalho, que atuava como diretor e fundador da Universidade do Trabalho em Coronel Fabriciano; José Valentim Bertollo, padre jesuíta, servia como vigário do Bairro Cariru, em Ipatinga; Cícero de Castro, padre secular, trabalhava na Paróquia Cristo Rei, em Ipatinga (MELO, A. Op. Cit., p.29-30).

informações sobre os seus suspeitos <sup>402</sup>. Assim, relata o autor, que chamava a atenção dos populares às frequentes incursões à Igreja do Horto, “(...) *especificamente nos momentos de homilias, justamente no espaço da missa em que o padre dirigia sua pregação e, logicamente expressava suas ideias como sacerdote*” <sup>403</sup>.

Quanto ao “IPM dos padres subversivos”, o autor conclui:

O pivô da questão foi, sem dúvida, o militar do Exército, Capitão Reformado Carlos Frederico de Castro e Silva Fassheber, que residia no bairro Horto em Ipatinga, nas vizinhanças da Igreja de Nossa Senhora da Esperança, sede da Paróquia do mesmo nome. Em muitas ocasiões, ele demonstrou incompatibilidade com o Pároco, Padre Wilson Moreira, e as suas atividades pastorais. Foi então, Fassheber quem encaminhou, juntamente com outros dois cidadãos, Marcelo Lemos Monte Santo e o professor de Ciências do Ensino Básico, Ângelo Lemos Duarte, a formalização das denúncias contra os religiosos, conforma depoimento dado a 8 de setembro de 1969, ao Coronel Euclides de Oliveira Figueiredo, encarregado de abrir e acompanhar o inquérito (...) Os testemunhos estavam recheados de acusações de todo tipo, onde não faltaram nem mesmo insinuações de corrupção administrativa em relação a um dos acusados e sua atuação à frente da Universidade do Trabalho.

Segundo consta, o Capitão mantinha contato com inúmeras pessoas nas diversas comunidades paroquiais e nas escolas do Vale do Aço. Com elas formava uma rede de articulações em busca de informações que acumulava no sentido de incriminar os religiosos como um verdadeiro aparato de vigilância. De fato, no depoimento ele demonstra estar muito bem informado de tudo que se passava em todas as paróquias

<sup>404</sup>

Em 1972, o Inquérito Policial Militar movido contra os “padres progressistas” do Vale do Aço terminou com a absolvição dos oito indiciados, porém o historiador conclui que as denúncias formalizadas pelo Capitão Fassheber contribuíram para que a população de Ipatinga temesse ainda mais a vigilância instaurada pelos agentes militares e alguns funcionários ligados à Usiminas. É possível ponderar que a ligação entre o Capitão Fassheber e os diretores do SINDIPA, citada no depoimento de José “Zequita” Ribeiro, certamente tenha pesado para que a atuação dos diretores do sindicato (diferentemente da aprovação vislumbrada pelos primeiros diretores do SINDIPA) fosse alvo de grande desconfiança de uma parcela significativa dos operários da Usiminas.

Essa desconfiança sobre o trabalho realizado pelos primeiros diretores do SINDIPA também foi reproduzida por Carlindo Pereira em seu trabalho <sup>405</sup>. O autor defendeu que esses primeiros líderes não eram bem vistos pelos trabalhadores, contudo, o medo de sofrer perseguições dentro da empresa fazia com que muitos operários deixassem de frequentar as assembleias e aceitassem os acordos realizados entre sindicato e empresa.

(...) desde sua criação os metalúrgicos de Ipatinga não confiam no seu sindicato. Já houve assembleia em que tinha mais vigilantes da Usiminas que operários. Foi assim, que muitos trabalhadores, após fazer o uso da palavra pra defender os direitos da categoria, perderam o emprego. Por outro lado, a própria diretoria da entidade

---

<sup>402</sup> Segundo Amir Melo, durante as apurações do processo, o advogado Emilio Gallo, responsável pela defesa do grupo de religiosos, aproveitou-se do extremismo do Capitão Fassheber para atestar que a denúncia teria sido motivada por desentendimentos pessoais entre o militar e os religiosos. Para fortalecer seu argumento, entregou à comissão de inquérito (...) *uma declaração da Universidade do Trabalho, onde informa que Fassheber chegou a se matricular, em 1969, no curso de Licenciatura e Ciências Exatas e, no mesmo mês, desistiu de sua continuidade. Acredita-se que o fez apenas com intenção de assistir algumas aulas, com objetivo final de espionagem para acumular informações incriminadoras contra o [padre Joseph Cornelius Maria] De Man. Esse padre era o fundador e diretor da instituição de ensino (Ibid., p.102).*

<sup>403</sup> Ibid., p.33.

<sup>404</sup> MELO, A. Op. Cit., p.30.

<sup>405</sup> PEREIRA, C. Op. Cit.

sempre se encarregou de “entregar” para a chefia aqueles que mais se destacam nas reuniões e o sindicato aceita aquilo que a empresa oferece sem maiores discussões

<sup>406</sup>

Através das discussões apresentadas até o momento, podemos observar que basicamente existiriam duas concepções divergentes sobre a atuação do SINDIPA no Vale do Aço. Enquanto alguns segmentos influenciados por uma visão de “sindicalismo combativo” passaram a observar a representação oficial dos operários de Ipatinga como um sindicato “pelego” e “manipulado” pelas autoridades regionais, trabalhadores que se aproximam de um ideal de “sindicalismo de negociação” procuram enxergar o histórico do SINDIPA através de sua pretensa habilidade de mobilizar “estratégias adequadas” para cada momento político e social, principalmente no que se referiram aos anos ditatoriais.

Independentemente de assumir um alinhamento a alguma dessas visões, podemos ponderar que, durante as décadas de 1960-1970, o SINDIPA buscou demonstrar publicamente sua opção pela valorização dos pontos de entendimento entre operários e empresa, ao passo que os focos de tensão eram contornados pelos representantes sindicais. Dessa maneira, no que tange ao objeto principal de nosso estudo, às operações de memória ligadas aos acontecimentos de 1963, podemos analisar que, ao ressaltar “a passividade e o entendimento dos operários da Usiminas” durante essas décadas, o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga contribuía decisivamente para o processo de silenciamento das memórias sobre o conflito ocorrido em outubro de 1963 nos portões da Usiminas.

### ***3.1.3 - Rememorações sobre o “Massacre de Ipatinga”***

Encerrado, em 1979, o período em que José Onofre “Zequita” esteve à frente da presidência do SINDIPA, tomou esse posto Paulino Floriano Monteiro, que, segundo Carlindo Pereira, mesmo projetando mudanças no sindicato, teria mantido grande parte das bases da atuação “assistencialista e de negociação”, marcantes entre os diretores anteriores <sup>407</sup>. Porém, algumas mudanças políticas e sociais dos últimos anos da década de 1970 e dos iniciais da década de 1980 começavam a exercer uma pressão sobre esse modelo de atuação “pacífica” adotado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga.

A imagem dos governos militares passava por um desgaste; o “otimismo siderúrgico” alavancado pelo “Milagre Econômico” já teria entrado em declínio; as notícias sobre os movimentos grevistas do ABC Paulista (1978/1979) e as demandas sociais pleiteadas por alguns movimentos católicos leigos, como a Pastoral Operária exerciam uma pressão para que o modelo de atuação do SINDIPA fosse revisto de acordo com esse novo quadro histórico.

No trabalho *Reinventando a Utopia: A caminhada dos Franciscanos no Vale do Aço*, a historiadora Marilene Tuler <sup>408</sup> destaca a importância de um grupo de religiosos no trabalho de conscientização política popular, muitas vezes, através da própria participação dos frades em ações voltadas para a melhoria das condições de saúde, educação, transporte e segurança que beneficiassem a todos os habitantes da região siderúrgica. Defende a autora que esse trabalho de conscientização política visava conscientizar as camadas menos favorecidas socialmente e, por isso, seu percurso foi essencial na formação de “novas lideranças” no Vale do Aço.

---

<sup>406</sup> Ibid., p.127.

<sup>407</sup> PEREIRA, C. Op. Cit., p.127.

<sup>408</sup> TULER, Marilene A. R. **Reinventando a utopia – A caminhada dos franciscanos no Vale do Aço**. Ipatinga: A autora, 2010.

Os franciscanos possuíam uma pedagogia popular de trabalho em que todos poderiam participar e serem corresponsáveis por tudo o que estava sendo construído. Foi essa pedagogia que permitiu o surgimento de inúmeras lideranças populares. Tais lideranças assumiram a luta sindical, a luta partidária e os diversos movimentos sociais que impulsionaram as mudanças políticas em nossa região <sup>409</sup>.

O historiador João Duarte <sup>410</sup> destaca que, mesmo dentro da Usiminas, um grupo seletivo de trabalhadores encontrou espaço em um dos setores da empresa para debater sobre a situação política e trabalhista do Vale do Aço. Segundo o autor, o Centro de Pesquisas Siderúrgicas da Usiminas teria sido fundado em 1971, com a responsabilidade de adaptar as tecnologias e aumentar a produtividade da empresa. O sucesso apresentado pelo departamento em poucos anos de funcionamento fez com que diretores e operários reconhecessem essa divisão de trabalho como o “cérebro da empresa”. Agregava técnicos e engenheiros vindos de diferentes regiões do Brasil, porém a característica que mais desperta a atenção do historiador sobre o Centro de Pesquisas Siderúrgicas da Usiminas é que, por vezes, a hierarquia engenheiro-técnico era invertida, favorecendo para que o departamento fosse gerido cooperativamente entre todos os seus funcionários. Na visão apresentada pelo autor, dentro desse departamento, passou a ser imperativa a competência operacional dos funcionários, enquanto “(...) o padrão de relação entre trabalhadores de nível médio e superior no Centro de Pesquisas não estava socialmente marcado pela diferença hierárquica e por símbolos de subordinação” <sup>411</sup>.

Em depoimento cedido a João Duarte, o ex-operário Ivo José da Silva (integrante da “Chapa Ferramenta” e demitido pela Usiminas em 1986) contou que, entre os funcionários da Usiminas, o Centro de Pesquisas da siderúrgica era visto como um departamento onde os trabalhadores tinham maior acesso às informações e debate de ideias. Segundo ele, alguns técnicos empregados nesse setor tinham ativa participação em movimentos sociais com características mais contestatórias, ligados aos padres franciscanos e à Pastoral Operária do Vale do Aço. Em um espaço onde a vigilância da Usiminas seria mais amena e escapava um pouco da dominação-vigilância identificável em outros setores da empresa, teria sido facilitado o acesso a ideias diferentes daquelas propaladas pela “Cultura Usiminas”.

Trabalhar no Centro de Pesquisa era muito bom, assim como o relacionamento entre técnicos e engenheiros imediatos. O Centro dispunha de biblioteca e espaço para leituras. Além do mais, o horário do almoço era marcado por uma caminhada até o refeitório, e esse caminhar tornou-se um espaço para conversas diversas entre técnicos e engenheiros. É dessas conversas, ou troca de experiências no ambiente de trabalho de forma clandestina que surgem os nomes dos técnicos. Muitos deles já participavam de movimentos sociais ligados à Pastoral Operária. Nas conversas partilhadas, nota-se um certo inconformismo com a cultura empresarial, marcada pela censura e autoritarismo <sup>412</sup>.

Através das reflexões apresentadas nos trabalhos desses autores <sup>413</sup>, podemos identificar que vários setores sociais do Vale do Aço passaram, nos anos finais da década de 1970, a se destacar (e a se aproximar) por meio de um trabalho político de aproximação das demandas sociais e trabalhistas da população de Ipatinga. Esses movimentos ganharam ainda mais força na década seguinte, na medida em que os militares diminuam as perseguições políticas aos seus dissidentes e gradualmente devolviam o poder político aos líderes civis. Foi então, no bojo do processo de retorno ao Regime Democrático (1985) e do crescimento do

<sup>409</sup> TULER, M. 2010, Op. Cit. p.9.

<sup>410</sup> DUARTE, J. Op. Cit.

<sup>411</sup> DUARTE, J. Op. Cit., p.100.

<sup>412</sup> Depoimento de Ivo José da Silva *apud* DUARTE, J. Op. Cit., p. 99.

<sup>413</sup> DUARTE, J. Op. Cit.; TULER, M., 2010.Op. Cit.

“novo movimento operário”, que o silêncio sobre as memórias dos “eventos trágicos de 1963” foi gradualmente sendo abandonado por alguns operários da Usiminas e habitantes de Ipatinga. No lugar do silêncio, começaram a vir à tona algumas reconstruções e ressignificações sobre esses eventos históricos, processos intimamente influenciados pelo novo contexto político e histórico observável na região nos anos 1980.

Uma operação relativamente semelhante é observada por Michael Pollack <sup>414</sup>, em sua análise sobre o processo de desconstrução da imagem do líder político Josef Stalin como “o pai dos pobres” do povo russo. Segundo o autor, memórias como essas passaram pelo seu momento mais decisivo quando, na década de 1980, foram trazidos à disputa pelas lembranças do líder os relatos póstumos de dirigentes que teriam sido vítimas do terror estalinista nos anos 1930 e 1940. A partir da construção de um monumento em memória das vítimas estalinistas, Pollack identifica o processo de ressurgimento de uma memória suprimida pelos discursos oficiais propagados em outros momentos históricos. Sobre essas “memórias subterrâneas”, em seu trabalho, o autor reforça que:

Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades (...). Este exemplo mostra também a sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais <sup>415</sup>.

Se relativizarmos o caso analisado por Michael Pollack e o aproximarmos do contexto histórico observável em Ipatinga nos anos 1980, podemos identificar que alguns impressos e atos públicos lançados neste período passaram a concorrer com discursos conciliatórios adotados pelo SINDIPA e pela “Cultura Usiminas”. Diferentemente da visão de “acontecimento trágico superado”, a ótica dos acontecimentos apresentada por esses impressos e atos públicos aproximava-se muito mais da discussão sobre a responsabilidade das autoridades locais (Usiminas e policiais) na ocorrência dos disparos. Em meio a esse processo, ter-se-ia fortalecido a categoria de “Massacre” para nomear as ocorrências do dia 7 de outubro de 1963.

Dentre essas ações que sinalizam o “rompimento do silêncio” sobre os eventos de 1963, consideramos muito expressiva a publicação de um pequeno caderno organizado pelo Centro de Estudos do Trabalho (CET) no ano de 1982. Em dezoito páginas em preto e branco, o exemplar apresentava uma sequência de eventos que, reunidos, intitulava-se “*O Massacre de Ipatinga*”. Na nossa visão, é de grande importância que esse trabalho tenha adotado a estratégia de apresentar esses conflitos no formato de “história em quadrinhos”, pois, como já destacamos, a utilização de uma linguagem simplificada e com várias imagens facilitaria a comunicação com parcelas semiletradas da população (perfil representativo no Vale do Aço dos anos 1980). Além disso, incontestavelmente, a veiculação de imagens facilitaria a dramatização e a memorização dessa perspectiva operária dos acontecimentos.

A capa do exemplar (Figura 6) provavelmente foi planejada para que, a partir de uma rápida visualização, o leitor tivesse acesso à ótica narrativa apresentada pelo exemplar: os disparos da metralhadora, um indivíduo baleado e, em destaque, uma “expressão de

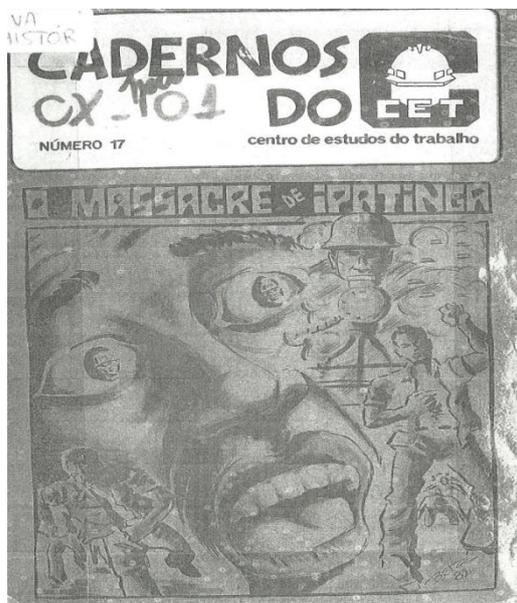
---

<sup>414</sup> POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio** – Rio de Janeiro, Revista Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

<sup>415</sup> POLLACK, M. Op. Cit. p.3

desespero” de um indivíduo. Essa mesma face se repete na página 8 desse caderno (Figura 7), expressando “a invasão e tortura praticadas pelos policiais nos alojamentos operários” na noite do dia 6 de outubro de 1963.

Figura 6 – Revista “O Massacre de Ipatinga”  
(Capa)



Fonte: Cadernos do Centro de Estudos do Trabalho. Op. Cit.

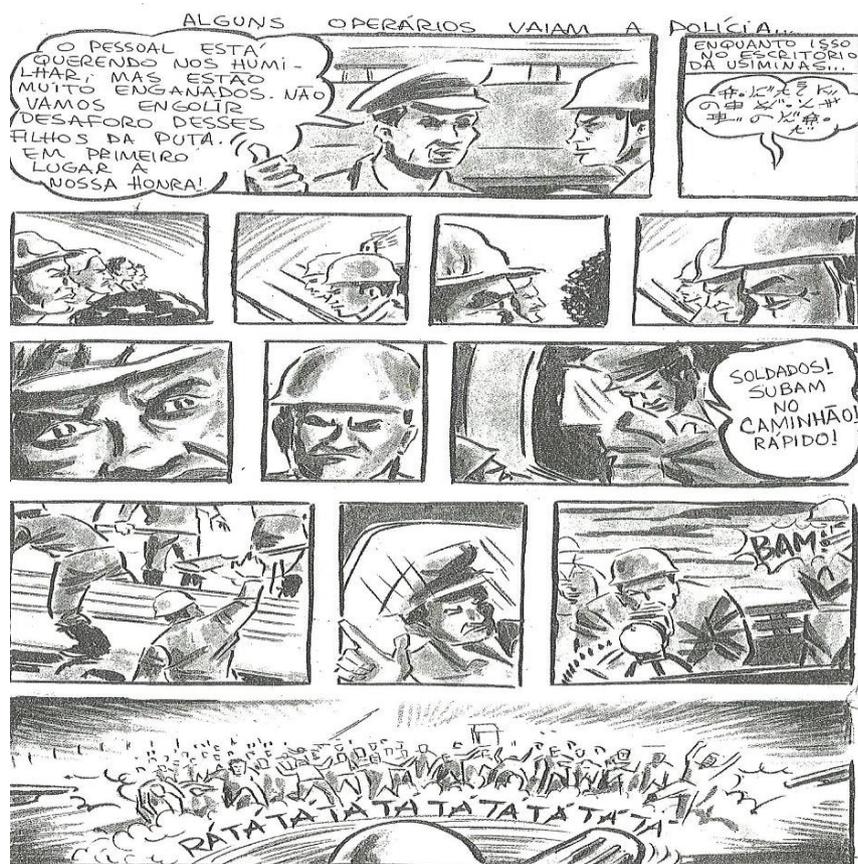
Figura 7 – Revista “O Massacre de Ipatinga” (p.8)



Fonte: Cadernos do Centro de Estudos do Trabalho. Op. Cit.

Podemos notar, na figura 8, que, além do recurso imagético, alguns dos “balões de diálogo” reforçavam o argumento de que, diante da impossibilidade da comunicação (no segundo quadrinho, um dos diretores falava em japonês) ou da indiferença dos diretores da Usiminas aos operários, para não se sentirem humilhados, os policiais teriam iniciado os disparos na manhã do dia 7 de outubro de 1963.

Figura 8 – Revista “O Massacre de Ipatinga”  
(p.15)



Fonte: Cadernos do Centro de Estudos do Trabalho. Op. Cit.

Para Marcelo Freitas <sup>416</sup>, durante os anos 1980, a consolidação do uso da palavra “Massacre” para nomear o conflito ocorrido entre policiais e habitantes do povoado de Ipatinga, em 1963, visava afastar as interpretações de que os disparos da polícia poderiam ter sido acidentais ou então de que as mortes teriam sido uma “tragédia regional”. Segundo o autor, a utilização desse termo procurava exatamente reforçar a versão de que os policiais teriam disparado em direção à multidão, conscientes e com a intenção de matar pessoas <sup>417</sup>.

Dois anos depois do Centro de Estudos do trabalho lançar a “história em quadrinhos” sobre os eventos de 1963, em outubro de 1984, o jornalista Carlindo Marques Pereira publicou a primeira edição <sup>418</sup> de seu trabalho, também intitulado “O Massacre de Ipatinga”.

<sup>416</sup> FREITAS, Marcelo. **Não foi por acaso: A História dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga**. Belo Horizonte: Comunicação de Fato, 2008; FREITAS, Marcelo. Não foi por acaso: A História dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga. In: **Anais do X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2010.

<sup>417</sup> FREITAS, M. 2008. Op. Cit., p.251.

<sup>418</sup> Como já ressaltamos anteriormente, neste trabalho, utilizamo-nos da segunda edição dessa publicação, editada em 1987. Além de correções e reformulações de alguns textos, o autor teria incluído no trabalho mais três artigos: o primeiro, sobre o inquérito administrativo instaurado pela Usiminas para apurar os acontecimentos no portão da empresa no dia 7 de outubro de 1963; e outros dois: “*Metamorfose do Peleguismo (I) e (II)*”, contendo reflexões sobre os desdobramentos político-sindicais no Vale do Aço das décadas de 1960 a 1980.

Resultado de suas pesquisas a trabalho de jornais da região <sup>419</sup>, o exemplar mobiliza um grande número de informações estatísticas e depoimentos informais, enfocando principalmente a precariedade, a desigualdade e os abusos trabalhistas cometidos pela Usiminas e pelas empreiteiras da região. A ênfase nas constantes intervenções violentas pelo Regimento Militar da Cavalaria e também vigilantes da Usiminas, bem como as pressões exercidas pelos diretores dentro do ambiente fabril apontam claramente para a concepção de que, para o autor, a frequência e a violência desses conflitos motivaram a eclosão do episódio violento de 1963.

Ainda na primeira metade da década de 1980, várias instituições, entre sindicatos, associações comunitárias, Pastoral Operária e o Partido dos Trabalhadores (PT), teriam realizado manifestações públicas em memória dos eventos de 1963. Os manifestantes expressariam que a intenção desses atos era “relembrar” os acontecimentos de 1963, afim de evitar que “eventos traumáticos” como este ocorressem novamente. Alertava um folheto convocando a manifestação de 1984, reproduzido no artigo do jornalista Marcelo Freitas:

O Massacre continua. E, com ele, a impunidade. Resgatar essa história de lutas é mais do que reconstituir a história fragmentada dos trabalhadores. É um grito de alerta para que a classe operária continue a lutar por liberdade, por melhores dias para si e para seus filhos. É, antes de tudo, a continuidade de uma luta por uma sociedade sem classes e sem Massacre <sup>420</sup>.

O jornalista e mestre em Ciências Sociais defende que movimentos como este organizado pela “Sociedade Cultural 7 de Outubro” tornaram-se essenciais nos anos 1980 para a eclosão e solidificação de uma “identidade de resistência” <sup>421</sup> em torno das memórias sobre os acontecimentos de 1963.

(...) a resistência era à opressão imposta pela Usiminas e pela cidade dos desiguais. Essa identidade de resistência foi que fez com que o assunto fosse passado de geração em geração até chegar aos atuais. Esse sentimento estava na raiz das primeiras manifestações de protesto contra o Massacre, ocorridas nos anos de 1980. Em 1984, o protesto foi convocado por 12 instituições, entre sindicatos, associações comunitárias, Pastoral Operária e o PT. Três anos depois, em 1987, o protesto era convocado pela Sociedade Cultural 7 de Outubro <sup>422</sup>.

Como pudemos observar, o contexto histórico dos anos 1980 favoreceu para que diferentes grupos sociais recuperassem as memórias dos conflitos de 1963 e, por meio de impressos ou manifestações, reconstruíssem as narrativas desses eventos históricos. Apresentamos agora, como, em 1985, as disputas pela presidência do SINDIPA refletiram nas disputas pelo modelo de atuação sindical de Ipatinga e pelas memórias do evento histórico de 1963.

---

<sup>419</sup> O jornalista afirma ter se mudado para Ipatinga junto com a família em novembro de 1979. Na cidade, teria trabalhado para o *Diário da Manhã*, *Revista Gente do Vale do Aço* e nas sucursais do *Jornal de Minas* e *Diário do Rio Doce*.

<sup>420</sup> Trecho de folheto de convocação para o ato público assinado pela Sociedade Cultural 7 de outubro *apud* FREITAS, M. Op. Cit., 2010. p. 8-9.

<sup>421</sup> Sobre as ideias de “identidades de resistência”, ver: CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, v. 2, 2003.

<sup>422</sup> FREITAS, M. Op. Cit., 2010. p. 8.

### 3.1. 4–1985 - As disputas pelo SINDIPA e o “Novo Massacre de Ipatinga”.

Em 1985, pressionados por movimentos regionais e nacionais, a diretoria da Usiminas e o SINDIPA decidiram realizar eleições diretas para escolher o sucessor de Paulino Floriano Ribeiro na liderança do Sindicato dos metalúrgicos de Ipatinga. Um dos indícios de que o clima político da região passava por um período de especial efervescência naquele momento é que, em poucos dias, os integrantes da comissão eleitoral do SINDIPA receberam as inscrições de seis diferentes chapas.

Novamente, valemo-nos da marcante subjetividade de Carlindo Pereira <sup>423</sup> para apresentar o perfil das chapas que concorreram ao SINDIPA em 1985:

[A primeira chapa reunia um grupo de operários] (...) que se organizavam na clandestinidade, fugindo da “comunidade de informação” da usina. Encabeçada por Francisco Carlos Delfino (mais conhecido como “Chico da pesquisa”), essa Chapa, que é “batizada” como “Ferramenta”, propõe construir um sindicato representativo, autônomo e combativo, aberto aos trabalhadores e à comunidade.

Em seguida vem a Chapa2, tendo à sua frente o supervisor Luis Carlos de Miranda Faria. (...)

Em terceiro lugar vem Cid Ferreira, dos quadros da chefia da Usiminas. Contando com irrestrito apoio dos chefes propõe uma “oposição sem agitação”

Depois surge outro chefe, Jairo Abreu, encabeçando a Chapa 4. É apoiada por boa parte da chefia e pelo “dedo-duro” Ascy Castelo de Mendonça, que cria um jornal diário em Ipatinga – o “Jornal do Vale” – para fazer campanha dessa Chapa. O acordo: esse elemento seria o administrador daquela rica entidade e, logicamente, toda a verba para a divulgação seria canalizada para o seu jornal.

A Chapa 5 traz em sua direção Maurício Araújo, um “dedo-duro” também da diretoria de Paulino.

Por último apareceu a Chapa 6, dizendo-se “grupo liberal”, tendo à frente Luís Eduardo. Esta contava com o apoio de Zequita, elemento odiado pelos operários de Ipatinga <sup>424</sup>.

Devemos lembrar que o jornalista publicou esse artigo em 1987, na segunda edição de seu trabalho, com apoio do Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Assim, as recorrentes críticas aos “sindicalistas pelegos” talvez se justifiquem pela aproximação do autor a um dos sindicatos brasileiros “mais combativos” naquele momento histórico. Como descreveu Carlindo Pereira, dentre os representantes sindicais ligados aos diretores da Usiminas e os candidatos apoiados pelos antigos presidentes do SINDIPA, teria adentrado na disputa pelo sindicato um grupo de operários com uma diferente perspectiva sindical daquela praticada historicamente na Usiminas.

Em sua análise sobre a “Chapa Ferramenta”, o historiador João Duarte <sup>425</sup> acredita que foi de grande importância o Centro de Pesquisas da Usiminas no amadurecimento dessa nova forma de gerir o sindicato metalúrgico, a partir dos próprios quadros da empresa siderúrgica, pois teria saído desse departamento grande parte dos integrantes que disputariam as eleições sindicais de 1985 pela Chapa 1. Como podemos observar, o próprio líder da chapa destacava-se pelo apelido de “Chico da pesquisa”, remetendo-se claramente à divisão dentro da siderúrgica que o empregava como técnico. Para Duarte:

---

<sup>423</sup> PEREIRA, C. Op. Cit.

<sup>424</sup> PEREIRA, C. Op. Cit., p.131-132.

<sup>425</sup> DUARTE, J. Op. Cit.

Este ambiente de trabalho diferenciado seria um dos responsáveis pelo afloramento de uma consciência da real exploração capitalista. Essa consciência operária pode ser atribuída a uma solidariedade por cima, envolvendo técnicos e engenheiros. (...)

Nessa *redoma*, surgiria um grupo de metalúrgicos capazes de articularem meticulosamente a formação de um movimento de oposição sindical. Parece pouco provável a possibilidade da reprodução desse ambiente entre outros segmentos ou em outros setores da empresa, uma vez que as condições gerais que imperam nos demais setores são marcadas por uma forma de gestão autoritária. Nesses setores, desde muito cedo o técnico é levado a perceber que ocupa uma posição subordinada e que a classe média real é formada pelos engenheiros, e não por eles <sup>426</sup>.

Para o mesmo autor, aproveitando-se de sua posição no departamento, tido como o “cérebro da empresa”, esse grupo de operários passava a utilizar-se do conhecimento adquirido dentro da siderúrgica para contestar os modelos de atuação e o histórico de imposições sociais da Usiminas no Vale do Aço.

Nesse sentido, os trabalhadores do Centro de Pesquisas empregaram a organização oficial para fins discordantes e antagônicos às intenções da administração.

Pagos para pensar a empresa, esses trabalhadores promoveram uma inversão, porque aproveitaram do espaço fabril para refletirem sobre a secular dominação capitalista. Abandonando a teoria, optaram pela luta, com a finalidade de inverter essa situação ao canalizarem seus anseios e perspectivas para o movimento sindical combativo. Observa-se que a técnica que até então estava a serviço da exploração do homem, permitirá a esse homem repensar a sua condição de operário <sup>427</sup>.

De fato, a Chapa 1 passou a utilizar da “liberdade democrática” e de sua experiência dentro da empresa para criticar, em seus informativos eleitorais, alguns dos diversos problemas que afetavam as relações trabalhistas na Usiminas. O acesso às habitações nos bairros operários, um dos projetos mais explorados propagandisticamente pelos diretores da Usiminas, foi alvo de um desses informativos da “Chapa Ferramenta”:

Levados pela enganosa propaganda de ‘ganhar’ uma casa da *Usiminas* e ansiosos por ficarem livres dos aluguéis, centenas de metalúrgicos viraram mutuários do BNH no bairro Ideal. Hoje vivem numa triste situação, as prestações engoliram seus salários, o saldo devedor foi para as nuvens e a situação piora a cada dia. As casas destinadas aos trabalhadores de baixa renda chegam a ter as maiores prestações do país. Alguns companheiros pagam até 700 mil mensais, descontados em contracheque, o que torna o pagamento obrigatório. Alguns companheiros chegam a pedir demissão por não suportarem estes descontos. Nas outras empresas da Siderbrás este absurdo não ocorre <sup>428</sup>.

Nessa perspectiva, a luta contra a empresa, de dentro da própria empresa, teria aterrorizado a maioria dos diretores da Usiminas, acostumados com outro modelo de atuação sindical. Segundo Carlindo Pereira <sup>429</sup>, as autoridades da Usiminas e da Prefeitura de Ipatinga se uniram para dificultar a campanha da “Chapa Ferramenta”. Enquanto isso, os dirigentes criavam meios de favorecer as demais chapas, como a ajuda financeira repassada de “maneira ilícita” <sup>430</sup>.

---

<sup>426</sup> DUARTE, J. Op. Cit., p.97-98.

<sup>427</sup> Ibid., p.105.

<sup>428</sup> Informativo da oposição sindical metalúrgica Ferramenta, por ocasião das eleições sindicais do SINDIPA, 1985. *apud* DUARTE, J. Op. Cit., p.73.

<sup>429</sup> PEREIRA, C. Op. Cit.

<sup>430</sup> PEREIRA, C. Op. Cit., p.133.

O jornalista também aponta para a participação da imprensa local na tentativa de desacreditar as ações da “Chapa 1”. Segundo ele, o jornal *Diário do Aço*, do dia 21 de julho de 1985, trazia na primeira página a seguinte reportagem:

“Paulistas e Cariocas vêm ensinar mineiro a votar”

Empunhando bandeiras vermelhas, usando os mesmos jargões fracassados dos movimentos sindicais do ABC Paulista, desceram de paraquedas em Ipatinga, sindicalistas de São Paulo e Rio de Janeiro, militantes do PT que objetivavam levar adiante a campanha da Chapa 1, visando as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga” (...) Desconhecendo a história de Minas, seu passado, Tiradentes, Tancredo Neves e todo o potencial político do povo mineiro, um grupo de São Paulo e Volta Redonda encontra-se em Ipatinga para ‘ensinar essa cambada a votar no PT’ (...) o primeiro passo é ganhar o sindicato, depois a Câmara Municipal e a Prefeitura<sup>431</sup>.

A repetição de alguns elementos tenta atestar a falta de habilidade política desses indivíduos exteriores ao Vale do Aço (o desconhecimento ou desprezo dos “heróis mineiros” e a consciência política do povo mineiro), mas, ao mesmo tempo, mostrar também o potencial ameaçador de sua ação. As bandeiras vermelhas e os planos ocultos de doutrinação voltam à cena, sendo uma tentativa de ressuscitar elementos do imaginário anticomunista dos anos 1960 e travesti-los ao “potencial subversivo” petista depois de duas décadas?

Como podemos notar na matéria apresentada pelo jornal *Diário do Aço*, a proposta de atuação sindical propalada pelo PT diferia do modelo de negociação adotado pelo SINDIPA nas décadas de 1960-1970. Para Ascy Castelo Mendonça, deveu-se ao arrefecimento do Presidente Paulino Floriano Monteiro (1979-1985) a entrada do Partido dos Trabalhadores na política e nos sindicatos do Vale do Aço:

(...) antes do Paulino [Floriano Monteiro], o PT nunca chegou além de Fabriciano. Ipatinga não tinha PT. Por que? Porque não dávamos espaço. Não que botássemos banca, eles podiam entrar à vontade, mas o próprio PT não conseguia. Tinha o João Paulo (Pires de Vasconcelos), em João Monlevade, que encostou no Paulino e conseguiu alguma coisa. Foi com o Paulino que eles entraram, com o Zequita não conseguiram nada. O Zequita simplesmente fazia, ao invés de brigar por política<sup>432</sup>.

As diferenças entre os dois modelos de atuação sindical também transparecem em um episódio narrado por Jorge Norman Neto ao exemplar *REVISTASINDIPA – 40 anos de história*, envolvendo o também líder sindical Luís Inácio “Lula” da Silva.

(...) A Comissão da Fábrica da Volks, numa assembleia liderada e inflamada por Lula rejeitou a redução da jornada. Norman resolveu intervir e foi conversar com Lula, porque senão haveria muitas demissões

- Lula você não pode fazer coisa dessas com um pai de família. É preciso ter alguma consideração e principalmente é preciso saber se o outro lado está mentindo ou está falando a verdade.

Segundo Norman, no caso da Volks parecia verdade, porque o pátio estava lotado de casso, não vendia nada. “É uma empresa montadora, se não for fazendo e despachando tem que manear a produção”, argumento. Lula disse que não podia aceitar aquelas condições. “Antes ficar desempregado de cabeça erguida, do que na empresa de cabeça baixa”, teria dito o futuro presidente da República.

<sup>431</sup> Jornal *Diário do Aço*, 21/07/1985 *apud* PEREIRA, C. Op. Cit., p.133.

<sup>432</sup> Depoimento de Ascy Castelo Mendonça *apud* REVISTA SINDIPA – 40 anos de História, Ipatinga: Diário do Aço, 2005. Disponível em: <<http://www.sindipa.org.br>>. Acessado em: 14 abr. 2013

“Aí vi que não dava para conversar. Resultado: milhares de companheiros perderam o emprego. O que aconteceu com eles eu não sei, mas sei o que aconteceu com Lula”<sup>433</sup>.

Podemos refletir que a principal crítica realizada pelos ex-integrantes das diretorias do SINDIPA ao modelo de atuação sindical dos “novos sindicalistas” e do PT era de que os “discursos inflamados” poderiam causar demissões massivas, como a destacada no depoimento de Jorge Norman.

Segundo Duarte<sup>434</sup>, as ameaças sobre a possibilidade de acontecerem demissões coletivas se a “Chapa Ferramenta” vencesse o pleito de 1985 talvez fosse um dos recursos mais utilizados para alarmar os operários da Usiminas e “arrecadar votos para outras chapas”.

Porém, ressalta o autor que, mesmo que as lideranças locais tivessem investido de diversas formas para deslegitimar a campanha da “Chapa Ferramenta”, o resultado das eleições apontou que esse grupo de trabalhadores superava o número de votos alcançados por qualquer outra das cinco chapas<sup>435</sup>. No entanto, com aproximadamente 34,6% dos votos, a Chapa 1 não atingiu os 50% mais um voto exigidos pelo regulamento eleitoral do sindicato e, por isso, não pôde assumir o mandato e novas eleições tiveram que ser realizadas.

Segundo Carlindo Pereira, antes que se iniciasse o novo processo eleitoral, foram realizados acordos<sup>436</sup> entre todas as chapas, excetuando-se a “Chapa Ferramenta”, para aglutinar em um só grupo o voto dos trabalhadores que não haviam votado na “Chapa 1”<sup>437</sup>.

De fato, se analisarmos o resultado da segunda etapa do processo eleitoral, que se encerrou no final de agosto de 1985, observamos que a “Chapa Ferramenta” manteve seu percentual praticamente inalterado, com aproximadamente 33,4% dos votos, enquanto a “Chapa 2” (que contou com a desistência e o apoio das outras chapas) teria praticamente captado os votos dos outros quatro grupos de operários. Porém, relutantes em admitir que os resultados da “segunda eleição” refletiam a opinião dos operários da Usiminas, os autores Carlindo Pereira<sup>438</sup> e João Duarte<sup>439</sup> destacam, em seus trabalhos, que a eleição de Luiz Carlos Miranda, em 1985, para o cargo de presidente do SINDIPA, foi resultado de uma grande pressão trabalhista exercida pela Usiminas. Destaca o jornalista Duarte:

Ao perceber a inevitável vitória da Chapa 1, a Usiminas lança mão de sua principal arma: ameaça de demissões. Seu chefe geral, Rinaldo Campos, um tipo autoritário chamado ‘filho da ditadura’, aciona sua chefia. Sua determinação: A chapa 1 não pode vencer as eleições. A ‘Cultura Usiminas’ não pode ser abalada<sup>440</sup>.

Duarte<sup>441</sup> defende que, na medida em que crescia a popularidade da “Chapa Ferramenta” junto aos operários, acompanhavam esse crescimento as ações dos aparatos de vigilância e ameaças que, mesmo com o fim do período ditatorial, teriam sido institucionalizados e preservados dentro da Usiminas durante os anos 1980. Os próprios

<sup>433</sup> Depoimento de Jorge Norman Neto *apud* REVISTA SINDIPA. Op. Cit.

<sup>434</sup> DUARTE, J. Op. Cit.

<sup>435</sup> Segundo o jornalista Carlindo Pereira, o resultado da primeira etapa das eleições foi o seguinte: Chapa 1: 3.235 votos; Chapa 2: 4.822; Chapa 3: 1.424; Chapa 4: 1.681; Chapa 5: 300; e Chapa 6: 215 votos.

<sup>436</sup> Defende o mesmo jornalista que, nos dias 17 e 18 de agosto, o ex-Presidente do SINDIPA Jorge Norman Neto, que, naquele momento, ocupava o posto de presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de Minas Gerais, teria reunido os representantes de ambas as chapas (2,3,4,5,e 6) para tentar um acordo. Depois de apresentadas divergências, “(...) as outras chapas teriam sido ‘indenizadas’ cada uma com Cr\$100 milhões para sair da disputa” (PEREIRA, C. Op. Cit., p. 135).

<sup>437</sup> Ibid.

<sup>438</sup> Ibid.

<sup>439</sup> DUARTE, J. Op. Cit.

<sup>440</sup> Ibid., p.134.

<sup>441</sup> DUARTE, J. Op. Cit.

trabalhadores que compunham a “Chapa 1” foram alvos de punições praticadas pela Usiminas, pois, terminado o período de imunidade eleitoral (um mês), todos os integrantes da “Chapa Ferramenta” teriam sido demitidos da empresa. Segundo o autor, a Usiminas teria conseguido pressionar os trabalhadores para eleger a “Chapa menos combativa”, fazendo com que os caminhos da “negociação e o entendimento” fossem prorrogados.

Luiz Carlos Miranda permaneceu à frente do SINDIPA entre 1985 a 1995, dando lugar a Altair Vilar Guimarães, que, por sua vez, liderou o sindicato até 2001, devolvendo a liderança do SINDIPA para Luiz Carlos Miranda, que permaneceu até 2012.

Na perspectiva da antropóloga Rita de Cássia Farias, a eleição de 1985 apresentou-se como a disputa mais acirrada pelo abandono do “modelo de atuação pelego” em Ipatinga. Segundo ela:

Com a derrota de Chico Ferramenta nas eleições sindicais em 1985, os trabalhadores da Usiminas viram desfalecer suas esperanças de ter um sindicato combativo, aberto e atuante, dirigido por uma chapa de metalúrgicos declaradamente ligados à CUT. Assim, continuou imperando em Ipatinga o velho peleguismo marcado pelas antigas relações cordiais entre empresa e sindicato <sup>442</sup>.

A derrota desse grupo de operários ao final do pleito pela presidência do SINDIPA, em 1985, não teria, porém, encerrado a atuação dessas lideranças na disputa por espaços de representatividade em Ipatinga. Nesse sentido, concordamos com o posicionamento apontado por Duarte <sup>443</sup> e Farias <sup>444</sup> de que foram sob a luz dos eventos históricos de 1985 que “as novas lideranças políticas do Vale do Aço” teriam recuperado e reutilizado as memórias dos acontecimentos de outubro de 1963, numa tentativa de denunciar o que eles consideravam um histórico de “desmandos e ameaças” praticados pela empresa nos mais de vinte anos decorridos dos disparos no portão de entrada da Usiminas.

Um dos informativos sindicais distribuído no final do ano de 1985 lançava mão do termo “Massacre de Ipatinga” (e das memórias ligadas a este) para assim noticiar a derrota da “Chapa Ferramenta” e a demissão dos operários que faziam parte desta:

#### “NOVO MASSACRE DE IPATINGA”

A direção da Usiminas, numa tentativa de impedir o avanço da organização dos trabalhadores, está fazendo uma série de demissões em Ipatinga, atingindo justamente a Oposição (antiga chapa 1 – Ferramenta ligada à CUT – até agora são 15 demitidos, entre ex- candidatos da chapa, apoiadores e mesários <sup>445</sup>.

Essa ponte entre os eventos de 1963 e 1985 passou a ser relativamente comum entre os trabalhos acadêmicos publicados a partir da década de 1990, pois se ligavam esses dois momentos respectivamente como acontecimento fundador e revisor da memória operária de Ipatinga. No trabalho de João Duarte, essa ponte parece clara quando o autor justifica o retorno aos fatos de 1963 para analisar seu objeto de estudo, temporalmente localizado na década de 1980:

Ao se relatar a postura autoritária da empresa, torna-se necessária uma reconstrução histórica de todo um passado arbitrário, buscando, quando possível, as origens de tal comportamento. O marco inicial da arbitrariedade ocorreu em 1963 no denominado “*Massacre de Ipatinga*”, no qual dezenas de trabalhadores foram metralhados pela polícia, com a anuência da chefia. Uma outra materialização deste autoritarismo

<sup>442</sup> FARIAS, R. Op. Cit., p.102.

<sup>443</sup> DUARTE, J. Op. Cit.

<sup>444</sup> FARIAS, R. Op. Cit.

<sup>445</sup> Órgão informativo do departamento metalúrgico da CUT/MG, ano 1- 12 /85. *Apud* DUARTE, J. Op. Cit., p.126

ficou evidenciado na demissão sumária de todos os componentes e supostos colaboradores da Chapa Ferramenta, tanto no ano de 1985 como em 1988, por ousarem concorrer às eleições sindicais, filiados à chapa de oposição<sup>446</sup>.

Em depoimento ao trabalho de Lígia Garcia Diniz<sup>447</sup>, “Chico Ferramenta” relatou que a união de vários segmentos comprometidos com a revisão política e trabalhista em Ipatinga favoreceu a ascensão de sua carreira política ainda na segunda metade dos anos 1980:

Foi acontecendo assim naturalmente e a nossa chapa da eleição sindical simbolizou essa vontade de mudança e depois veio a nossa candidatura de deputado estadual que também simbolizou isso.” (...) foi em fevereiro de [19]86 que eu já estava demitido, tinha sido eleito presidente da CUT Regional Vale do Aço. E naquele momento houve um movimento na cidade das Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral Operária, a cidade inteira se mobilizou e o PT me procurou para ser, para saber se eu queria realmente me candidatar ou filiar-me ao PT e tal, aí nós acabamos reunindo a oposição sindical e decidimos que este poderia ser um caminho para poder denunciar aquele estado de coisas que estava acontecendo na cidade<sup>448</sup>.

Contando com sua popularidade, conquistada principalmente do apoio do Partido dos Trabalhadores e da exploração de sua súbita demissão da Usiminas, “Chico Ferramenta” se candidatou e venceu as eleições para deputado estadual, em 1986, e para a Prefeitura Municipal de Ipatinga dois anos depois

A ascendência do PT ampliou-se pela maioria das cidades do Vale do Aço a partir de 1986. Em Coronel Fabriciano, o Partido dos Trabalhadores venceu 3 eleições para prefeito com o candidato Chico Simões (1997-2000, 2005-2008, 2009-2012). Em Timóteo, o prefeito eleito três vezes foi o petista Geraldo Nascimento de Oliveira (1989-1992, 2001-2004, 2005-2008). Em Ipatinga, o Partido dos Trabalhadores conseguiu vencer quatro eleições consecutivas: “Chico Ferramenta” (1988-1992), João Magno de Sousa (1993-1996) e novamente “Chico Ferramenta” (1997-2000, 2000-2004)<sup>449</sup>.

Durante o período do primeiro mandato de “Chico Ferramenta” na Prefeitura Municipal de Ipatinga, podemos observar uma forma de “rompimento” ideológico entre o executivo da cidade e a direção da Usiminas.

A empresa siderúrgica iniciou, em 1987, um projeto memorialístico que consistia em entrevistas a algumas pessoas consideradas importantes para a construção e fortalecimento da Usiminas no Vale do Aço. Em 1989, o conjunto de 10 entrevistas foi editado pela Fundação João Pinheiro com o título: “*Usiminas 25 anos*”<sup>450</sup>. Um ano depois, um exemplar bem mais completo (contendo novas entrevistas, gráficos e fotos) foi lançado com o título: “*Usiminas*

---

<sup>446</sup> Idem., p.82.

<sup>447</sup> DINIZ, Lígia Garcia. **Viver em Ipatinga: olhares cidadãos-cidadãos se fazendo na cidade (1958-1982)**. Dissertação de mestrado em Ciências Políticas – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

<sup>448</sup> Ibid. p.113 *apud* DUARTE, J. Op. Cit., p.137.

<sup>449</sup> Além desses prefeitos (que, de alguma forma, estavam ligados ao surgimento de um novo movimento operário no Vale do Aço), merece destaque a eleição de Geraldo Reis Ribeiro, como deputado estadual (1976) e prefeito de Timóteo (1978 -1982). O ex-operário e ex-presidente do METASITA foi o representante dos operários da Usiminas nas intermediações nos dias posteriores aos conflitos de 1963. Porém, diferentemente de Francisco Delfino, que, com clareza, atrelou sua imagem de ex-sindical à sua figura política, Geraldo Reis Ribeiro alegou, em entrevista ao portal de notícia Plox (2011), que nunca se utilizou das memórias das mortes de 1963 e seu histórico sindical de sua atuação política (Depoimento de Geraldo Reis Ribeiro concedido ao portal de notícias regionais Plox. Disponível em:<<http://www.plox.com.br/caderno/aconteceu/eu-recolhi-os-corpos-entrevista-com-testemunha-Massacre-ipatinga>>. Acessado em: 14 out. 2012).

<sup>450</sup> FUNDAÇÃO, JOÃO PINHEIRO. **Usiminas 25 anos**, v.1-10. 1989.

conta a sua história”<sup>451</sup>. A intenção de ambos os trabalhos foi rememorar o sucesso da empresa desde os anos de sua fundação, passando pela superação de metas produtivas e o apoio ao desenvolvimento infraestrutural da cidade de Ipatinga.

Um ano depois, como resultado da pesquisa histórica realizada por funcionários da Prefeitura Municipal de Ipatinga, foi publicado o exemplar “*Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*”<sup>452</sup>. Essa coletânea de dezesseis entrevistas buscava rememorar o histórico da cidade, intimamente ligada à trajetória da Usiminas na região, porém sua perspectiva diversificava-se das publicações contratadas pela empresa, pois a maior parcela dessas entrevistas apresentava a visão histórica do desenvolvimento do povoado a partir das dificuldades geradas pelo descompasso entre o projeto siderúrgico e a sua transformação para uma “cidade siderúrgica”. Também transparecem, em vários dos depoimentos, as perseguições políticas e trabalhistas impostas pelas autoridades locais, inclusive diretores da Usiminas, principalmente entre os anos 1965-1985.

Na análise do historiador João Carlos Duarte, “*Percebe-se claramente a intenção desse trabalho editorial em contrapor aos outros nove [dez] depoimentos colhidos pela Fundação João Pinheiro, originando os fascículos a ‘Usiminas conta a sua história — 25 anos’*”<sup>454</sup>. Se o trabalho memorialístico contratado pela empresa privilegiava narrar o progresso econômico do Vale do Aço, através do alcance de metas produtivas e “pelo trabalho e entendimento entre os habitantes da cidade”, acreditamos que o exemplar “*Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*”<sup>455</sup> conseguiu despertar ainda mais a atenção para os problemas e tensões sociais dos anos 1960 e 1970, eclipsados em outras publicações.

Podemos assistir que, no Vale do Aço, as mudanças sociais observáveis a partir dos anos 1990 (resultados das disputas pelo SINDIPA, o sucesso do PT nas Prefeituras Municipais, o processo de privatização da Usiminas) acompanhavam, de maneira relativamente próxima, o quadro de consolidação democrática que acontecia em âmbito nacional. Consideramos que, a partir desse período, passaram a ganhar mais força alguns segmentos sociais preocupados em discutir os acontecimentos das décadas anteriores e os vários aspectos da intervenção dos militares na política e sociedade brasileiras.

---

<sup>451</sup> FUNDAÇÃO, JOÃO PINHEIRO . **A Usiminas conta a sua história** – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990.

<sup>452</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. **Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens**. Ipatinga, PMI, 1991. Acreditamos que a opção por esse subtítulo poderia debater com a ideia de que, até aquele momento, os trabalhos memorialísticos sobre a Usiminas e a cidade de Ipatinga eram realizados por instituições de fora da cidade (como a Fundação João Pinheiro, sediada na capital mineira). Além do grupo de pesquisadores que coordenavam o trabalho estar atrelado à Prefeitura Municipal de Ipatinga (Lenira Rueda teria estudado no colégio São Francisco Xavier e desempenhou o cargo de socióloga na Prefeitura de Ipatinga durante os anos 1989-1992), consideramos que, ao estampar logo no subtítulo do trabalho que os depoimentos ali contidos “vinham de pioneiros, nativos ou personagens de Ipatinga”, os autores esperavam conferir um caráter de maior legitimidade ao material.

<sup>453</sup> Analisando o material digitalizado pela Fundação João Pinheiro, contabilizamos dez volumes da coleção *Usiminas 25 anos*, cada um deles contendo o depoimento de um indivíduo considerado pela empresa como relevante historicamente para a região: os engenheiros civis Lucas Lopes (v.1), Gabriel Janot Pacheco (v.2) e Gil Guatmosin Júnior (v.4); o engenheiro elétrico mecânico Luiz Verano (v.3), o economista Jaime de Andrade Peconick (v.5), o médico Paulo Pinto (v.6), um dos principais diretores da Usiminas, Hirokazu Kato (v.7), o engenheiro e presidente da Usiminas (1958-1976) Amaro Lanari Júnior (v.8), o comerciante Raimundo Anício (v.9), e o engenheiro de Minas Maurício Melo (v.10)

<sup>454</sup> DUARTE, J. Op. Cit., p.16.

<sup>455</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. Op. Cit.

No bojo desse processo de “recuperar as versões reprimidas nas décadas anteriores”, acreditamos que crescem, também, dentro do Vale do Aço, os espaços para a recuperação e a reconstrução das memórias sobre os eventos históricos de outubro de 1963.

No próximo tópico, analisamos alguns elementos narrativos que reforçaram as concepções de que os operários teriam sido “vítimas da violência e do abuso trabalhista impostos pela Usiminas, seu corpo de vigilantes e pelos policiais do Regimento da Cavalaria de Ipatinga”. Com isso, nossa intenção não é validar essa ótica dos acontecimentos, mas apresentar como algumas das lembranças dos eventos de 1963 aproximaram-se de contra-ofensivas ante aos elementos discursivos que teriam atuado para silenciá-las.

Procuramos realizar esta análise de maneira relativamente parecida com a qual discutimos como as construções dos mitos de lideranças comunistas teriam motivado a perseguição dos sindicais “progressistas” do Vale do Aço; e favorecido o processo de silenciamento das memórias sobre o “Massacre de Ipatinga” dentre os anos 1960-1970 (Subcapítulo 2.2). Conduzimos nossa análise dessa forma, pois observamos que o contexto histórico observável nas décadas de 1980-1990 passou a favorecer as desconstruções dessas acusações aos operários, transpondo-as para os militares e, principalmente, para a Usiminas.

### **3.2 - “Já viu alguém da Assembleia de Deus ser comunista?”**

Como observamos neste trabalho (especialmente no capítulo 2), na segunda metade da década de 1960 e nos anos 1970, a modificação do modelo de atuação da Usiminas em relação aos seus operários contribuiu para a diminuição das tensões sociais no povoado de Ipatinga (décadas de 1960 e 1970). Esses fatos, aliados à grande influência do período pré-Golpe, foram determinantes no fortalecimento dos discursos os quais justificavam os acontecimentos de 1963 como uma ação do Regimento da Cavalaria de Ipatinga que teria frustrado os planos de “grupos comunistas infiltrados no Vale do Aço”.

Em meados da década de 1980, podemos observar que gradualmente vão ocorrendo tentativas de desconstruir essas ideias de que os acontecimentos de 1963 deveriam ser analisados como uma disputa entre dois grupos políticos e ideológicos.

Primeiramente, analisamos que a desconstrução da ideia de “defesa contra elementos subversivos infiltrados no Vale do Aço” passava pelas tentativas de “dar voz” ou “inocentar” alguns líderes sindicais da região, perseguidos durante os primeiros anos do Regime Militar. A título de exemplo, gostaríamos de analisar alguns dos depoimentos sobre a liderança operária de Tertuliano Ferreira, que, como já apresentamos, tornou-se conhecido (e perseguido) pelos agentes do Regime Militar como “o homem que usava a camisa vermelha” no dia dos disparos no portão da Usiminas.

Em seu trabalho, o memorialista José Augusto Moraes<sup>456</sup> apresenta uma das versões sobre a roupa vermelha que o operário Tertuliano estaria usando nos momentos que iniciaram os conflitos com os policiais. Segundo Moraes:

Depois de constatar que os soldados ocupavam posições estratégicas, protegidos por uma metralhadora instalada na carroceria de um caminhão, ele [Tertuliano] conseguiu impedir o acesso de centenas de trabalhadores ao local. Para isso, Tertuliano vestiu uma camisa vermelha do Mirassol, um clube que frequentava em São Paulo.

---

<sup>456</sup> MORAES, José Augusto de. **Ipatinga Cidade Jardim**. Ipatinga: Art Publish: 2009, v.1-9.

Essa peça de vestuário e ainda o fato de usar barba o transformava no primeiro “comunista de carteirinha” na região, antes mesmo da revolução de 31 de março de 1964.

Em alguns relatos sobre o Massacre, as pessoas sempre citaram um misterioso “homem de camisa vermelha” e reconhecem que, graças à sua atenção, muitos motoristas atenderam ao seu apelo de estacionar seus caminhões no Horto. Caso contrário, a extensão da chacina teria sido ainda maior <sup>457</sup>.

A partir desse trecho do texto apresentado por José Moraes, é possível traçar uma comparação aos depoimentos prestados pelos policiais investigados pelas suas ações em Ipatinga. Como observamos no capítulo 2 deste trabalho, a partir da segunda quinzena de outubro de 1963, foram descritas as ações de “líderes misturados aos manifestantes, que cuspiam, insultavam e faziam de tudo para iniciar os conflitos”. Podemos recuperar o depoimento dado pelo soldado Sebastião Oliveira para ressaltar que, nas bandeiras ou no sangue clamado pelos “líderes subversivos”, a referência ao vermelho reforçava essa tentativa dos indivíduos de iniciar a violência “(...) *que em meio ao povo se distinguiria um agitador que portava uma bandeira vermelha e gritava a todo o momento: Sangue, sangue!*” <sup>458</sup>.

Interessante notar que, no trecho de texto do historiador José Moraes, também se destaca a ação de um indivíduo organizando a ação dos populares. A camisa vermelha, “transformada em bandeira”, reaparece de forma muito semelhante das narrativas apresentadas pela maioria dos depoimentos prestados pelos policiais para o Inquérito Policial Militar <sup>459</sup>. Porém, comparando o depoimento dado em 1963 ao texto de Moraes <sup>460</sup>, podemos notar que há uma completa inversão dos motivos que teriam levado o “líder popular a usar a bandeira vermelha” nos momentos do conflito.

Na narrativa apresentada por Moraes, o vermelho é despojado das associações ao comunismo (e suas diversas negativizações), passando a ser um importante meio na tentativa de “alertar aos inocentes” sobre a possibilidade de ocorrerem atos de violência naquele espaço. Diferentemente de “utilizar-se do vermelho” para buscar o derramamento de sangue, o texto retrata Tertuliano como um indivíduo que “teria se valido da cor de sua camisa para tentar evitar a confusão”.

Em depoimento informal prestado à Marilene Tuler e reproduzido no trabalho “*Massacre de Ipatinga, Mitos e Verdades*” <sup>461</sup>, o líder trabalhista José Deusdedith “Serrinha” Chaves <sup>462</sup> reforça alguns dos argumentos que seriam apresentados no texto de José Moraes, acrescentando a religiosidade do líder operário como um elemento que se somaria na defesa quanto à sua identidade de “não-comunista”.

---

<sup>457</sup> Ibid., p.875.

<sup>458</sup> Depoimento do soldado Sebastião Capelo de Oliveira, Minas Gerais, 1963-1965. v.1 *apud* TULER, M., 2007. Op. Cit., p.121.

<sup>459</sup> Minas Gerais, 1963-1965 *apud* TULER, M., 2007. Op. Cit.

<sup>460</sup> MORAES.J. Op. Cit.

<sup>461</sup> TULER, M., 2007.Op. Cit.

<sup>462</sup> Também já apresentamos que, como Tertuliano Ferreira dos Santos, o líder trabalhista José Deusdedith “Serrinha” Chaves foi alvo de perseguições políticas efetuadas por representantes do Regime Militar no Vale do Aço. Sobre ele pesaram acusações principalmente sobre “seus planos de destruir a Usina de Salto Grande”, prejudicando o abastecimento de energia elétrica para as usinas do Vale do Aço. Em defesa a essa acusação, o próprio Tertuliano Ferreira depõe em favor de Serrinha: “(...) *logo após o Massacre, faltou energia elétrica na Usina e o seu companheiro, José Deusdedith “Serrinha” Chaves, também rotulado de comunista e “baderneiro”, fez um esforço sobre-humano para restabelecer o abastecimento da Usina e também dos hospitais que atendiam as vítimas do Massacre*” (Depoimento de Tertuliano Ferreira *apud* MORAES. J. Op. Cit., p.875). Podemos notar que há uma nova inversão de significados: De “líder de um plano terrorista”, na versão apresentada por Tertuliano, graças ao esforço de “Serrinha”, várias pessoas feridas nos disparos em frente ao portão da Usiminas puderam ser levadas aos centros de saúde da região.

Eles chamaram o Tertuliano de homem da camisa vermelha. Sabe por quê? Porque a polícia estava atirando, matando aqui embaixo e ele tirou a camisa e ficou com ela num pau, parando os carros para que eles não pegassem tiros. Então ele ficou com esse apelido. Comunista ele não era. Ele era até crente da Assembleia de Deus. Já viu alguém da Assembleia de Deus ser comunista? <sup>463</sup>

Interessante notar que, depois de muitos anos que foi acusado de ser um dos principais representantes das ideias comunistas no Vale do Aço, em conversa informal, o ex-operário José Deusdedith “Serrinha” teria se utilizado do preceito de incompatibilidade entre religião e comunismo (como observamos no segundo capítulo, uma das bases do pensamento anticomunista brasileiro dos anos 1960) para justificar a que o colega não poderia ser partidário daquelas convicções políticas.

A exemplo de Tertuliano Ferreira dos Santos, outros diversos habitantes do Vale do Aço (operários, políticos, religiosos e líderes sindicais) passaram, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1980, a externar suas narrativas sobre os acontecimentos de 1963, justificando que, nas décadas anteriores, as perseguições políticas instauradas pelos diretores da Usiminas e agentes do Regime Militar no Vale do Aço teriam imposto um “silêncio ao assunto, considerando-o coisa de subversivo”.

De acordo com a nossa análise, a recuperação das trajetórias das oito vítimas oficialmente ligadas ao “Massacre de Ipatinga” foi essencial na desconstrução dessa visão, pois, se as orientações políticas ou atuações sindicais de uma parcela dos operários da Usiminas possibilitaram que alguns deles fossem acusados de “subversivos” ou “comunistas” nos anos do Regime Militar, tal acusação não pôde ser imputada a nenhuma das oito pessoas que constam na lista oficial de mortos nos disparos de 7 de outubro de 1963.

### 3.2.1 - As “vítimas” do “Massacre de Ipatinga”

A imagem negativa das mortes resultantes do confronto entre policiais e multidão que se aglomerava no portão de entrada da Usiminas no dia 7 de outubro de 1963 certamente ficou marcada como um acontecimento trágico na história de Ipatinga. Como pudemos observar, alguns fatores diversos contribuíram para que essa experiência negativa fosse “relevada” até o início dos anos 1980.

Para analisarmos a importância de recuperar as ocasiões da morte de alguns indivíduos na reconstrução narrativa de determinados acontecimentos históricos, traçamos um novo paralelo entre as lembranças realizadas durante a década de 1980 sobre os “eventos trágicos de Ipatinga” e a análise que o historiador espanhol Alessandro Portelli <sup>464</sup> realiza sobre as disputas de memória das execuções no “Massacre de Civitella Val diChiana”, um pequeno vilarejo da Toscana, na Itália.

Esse autor resume o conflito foco de sua análise da seguinte maneira: “*Em 29 de junho de 1944, as tropas de ocupação alemãs executaram 115 civis, todos homens, em Civitella Val di Chiana, (...) Tudo indica que estes atos foram uma retaliação pelo assassinato de três soldados alemães por membros da Resistência* <sup>465</sup>, (...) em 18 de junho” <sup>466</sup>.

<sup>463</sup> Depoimento de José Deusdedith Chaves *apud* TULER, M., 2007. Op. Cit., p.124.

<sup>464</sup> PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val diChiana (Toscana 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta Moraes. **Usos & Abusos da História Oral** – 8.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

<sup>465</sup> O movimento armado utilizava-se da tática de guerrilha para mostrar oposição ao nazismo e ao fascismo durante a Segunda Guerra Mundial. Do grupo, teriam participado aproximadamente 30 mil pessoas de diferentes orientações políticas (católicos, comunistas, liberais etc.). Segundo Portelli, dado o reconhecimento do

Ao entrevistar algumas das “viúvas de Civitella”, o autor descobre que, mesmo que os alemães tenham efetuado os disparos que mataram os homens da pequena cidade, a responsabilidade pelos assassinatos recaiu principalmente sobre os membros locais da Resistência Italiana. Segundo os cidadãos do povoado, os alemães (reconhecidos como extremamente violentos) haviam se estabelecido na região, mas não atacariam se não fossem importunados. Assim, quando os membros da Resistência desafiaram essa ordem, executando os três soldados alemães e depositando seus corpos dentro do povoado de Civitella, muitos habitantes do povoado entenderam que teriam sido eles, os membros da Resistência Italiana, que iniciaram os atos violentos que causaram o “Massacre de Civitella”.

A atitude da Resistência passou a ser encarada por alguns indivíduos como uma “quebra de uma ordem natural” preestabelecida, concepção que acabava diminuindo simbolicamente a culpa dos alemães no “Massacre de Civitella”. O historiador Alessandro Portelli explica sua análise sobre alguns dos depoimentos que ele conseguiu reunir entre habitantes do povoado:

Os membros da Resistência “sabiam que a regra dos 10 por um estava em vigor” (V.C), “sabiam que, para cada alemão, 10 civis seriam mortos” (P.C). A forma impessoal (“civis seriam mortos”) tira os alemães da posição de sujeitos gramaticais ou morais. A lei existe, e pronto. Ninguém questiona quem a criou, com que autoridade e com a anuência de quem; ninguém pergunta se sua execução é sempre inevitável ou se envolve, a cada vez, uma escolha moral por parte de seres humanos. As únicas leis aplicáveis sem a anuência dos que a elas estão sujeitos e que são inevitavelmente cumpridas, sem qualquer mediação, são as leis da natureza. “Se alguém põe o braço dentro da jaula, o leão morde; se alguém caça Moby Dick, a baleia abre um rombo na embarcação; se alguém ataca os alemães, os alemães retaliam. O leão, a baleia e os alemães não são responsáveis. A responsabilidade só recai sobre aqueles que, sendo humanos, tentam interferir com a natureza e suas leis. Talvez seja por isso que ninguém indague por que, se a “lei” estipulava 10 italianos para cada alemão, o coeficiente de Civitella foi de 50 para um <sup>467</sup>.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, alguns dos membros da Resistência passaram a evocar como representativas à história do movimento as mortes ocorridas em Civitella na tentativa de “valorizar as ações do grupo” e “reduzir sua responsabilidade nas mortes”, tentando relacionar os assassinatos dos civis de Civitella ao sucesso da ação do grupo.

Em resposta às reconstruções que posicionavam os mortos como “mártires da Resistência”, os habitantes do pequeno povoado, principalmente as viúvas dos 115 mortos, passaram a desqualificar essas lembranças com viés político. Nesse sentido, Alessandro Portelli analisou que, ao invés de “mártires”, os habitantes de Civitella procuravam preservar a memória dos homens executados como “vítimas” dos embates entre a Resistência Italiana e os soldados alemães. Segundo o autor:

Os mártires são sempre “culpados” de uma desobediência militante e plenamente cientes de suas consequências; as vítimas de Civitella pelo contrário, **“morreram inocentes”**; **“não tínhamos feito nada de errado, só nos preocupávamos com o trabalho, com família”**. Os mortos de Civitella (a exceção de um) <sup>468</sup> nada tinham

---

movimento, os habitantes de Civitella não estendiam o repúdio que tinham para todos seus membros e mantinham apreço pela facção nortista da Resistência (Ibid., p.115).

<sup>466</sup> Ibid., p.103.

<sup>467</sup> PORTELLI, A., 2006. Op. Cit., p.118-119.

<sup>468</sup> Como descreve o autor, o pároco Alcide Lazzeri teve a oportunidade de escapar da ação dos soldados alemães, mas teria voltado ao povoado para morrer junto de seus fiéis. É possível observar que o único indivíduo que poderia ser considerado como “mártir” no Massacre de Civitella teria se sacrificado por valores religiosos, e não políticos ou nacionalistas, como os membros da Resistência tentavam fazer a aproximação simbólica às outras mortes (Ibid., p.121-122).

feito que pudesse explicar sua morte: vítimas, não mártires, sua perda é ainda mais difícil de explicar e entender <sup>469</sup>.

Ressaltar a posição de “vítima” contribuía para afastar os mortos de memórias atreladas à atuação política de qualquer grupo (alemães, Resistência etc.). Os mortos de Civitella seriam “inocentes” e teriam morrido “em um conflito do qual eles não estariam participando”.

Na nossa concepção, uma operação semelhante foi efetuada em relação às mortes ocorridas em Ipatinga em outubro de 1963. A partir do contexto histórico da década de 1980, reforçar a condição de “vítimas” dos oito mortos oficiais desse episódio transformou-se em estratégia muito importante para combater o viés político dado às narrativas do conflito nos anos 1960-1970.

Dentre esses oito indivíduos que aparecem na lista oficial de mortos <sup>470</sup>, talvez quatro deles se destaquem quanto à sua posição de vítimas no momento em que foram atingidos pelos disparos policiais. Um deles é o operário da Usiminas, José Isabel do Nascimento, quem estaria fotografando os policiais e populares que se aglomeravam no local, quando foi atingido por um dos disparos. As fotos, documentando sua posição de espectador passam a servir de base para algumas memórias grupais sobre os acontecimentos do dia 7.

Em seu trabalho *O Massacre de Ipatinga*, o jornalista Carlindo Pereira <sup>471</sup> apresenta uma narrativa do momento em que envolveria a morte do próprio “jovem fotógrafo”. Destaca-se o detalhamento e a dramatização apresentada pelo autor:

Tudo estava preparado para o início da chacina. De cima do caminhão, os soldados aguardavam a ordem de seus superiores, que acompanhavam as negociações entre a comissão de trabalhadores e a chefia da empresa. Em frente aos policiais a massa agitada de trabalhadores grevistas aguardava uma resposta dos patrões, resposta essa que não aparecia (...)

José deixa a multidão e aproxima-se do caminhão, no mesmo instante em que começaram os estampidos ensurdecedores e as rajadas de metralhadoras. O primeiro filme havia acabado; tirou da máquina e colocou outro. Aproximou-se mais de perto. O soldado que portava a metralhadora tripé acariciava a arma e sorria para os trabalhadores, enquanto os outros efetuavam disparos a esmo. O fotógrafo localizou a tripé, acionou o dispositivo da câmera e gravou a imagem da mesma, sendo domada pelo soldado, na primeira foto do segundo filme. No mesmo instante, esta arma potente entra em ação. Uma bala de fuzil, disparada por outro policial, do outro lado da carroceria do caminhão, atinge José Nascimento, alvo direto da pontaria do fuzileiro. (...) O corpo atingido do jovem fotógrafo, sobe, desloca-se no ar. Os estrondos dos disparos continuam e mais outros corpos vão se deslocando, caindo; gritos e gemidos vão aumentando <sup>472</sup>.

Nenhuma das outras três vítimas que destacamos eram funcionárias da empresa no dia em que foram alvejadas pelos policiais. O alfaiate Geraldo Rocha Gualberto nem morava em Ipatinga e teria vindo da cidade vizinha de Timóteo para comprar materiais de trabalho na zona comercial do Bairro “Candandolândia”. Segundo Freitas, ao aproximar-se da aglomeração no portão da Usiminas, Geraldo teria identificado seu primo João Bosco

---

<sup>469</sup> Ibid., p.117.

<sup>470</sup> Mais uma vez, reforçamos que este é o número de vítimas fatais dos acontecimentos de outubro de 1963, em Ipatinga, divulgado pelas autoridades policiais. A hipótese de que esse número de vítimas seja maior é um dos pontos mais discutidos em vários trabalhos que analisam o conflito. Consideramos que a própria tentativa de “ampliar o número de vítimas oficiais”, independente de ligá-lo ao operariado da Usiminas, talvez reforce o nosso argumento de que passou a ser relevante ressaltar que os mortos “eram inocentes e não participavam do conflito”.

<sup>471</sup> PEREIRA, C. Op. Cit.

<sup>472</sup> Ibid., p.34-35.

Gualberto e, no momento em que eles começaram a conversar, ouviram o barulho dos disparos. Teriam se deitado no chão, mas uma das balas teria atingido o alfaiate pelas costas. Descreve assim o jornalista Marcelo Freitas: “Na manhã do dia 7, ao atingir Geraldo Gualberto, o projétil percorre uma trajetória de baixo para cima em seu abdômen, causando intensa hemorragia. É quando ele pronuncia suas últimas palavras: ‘Estou morto’”<sup>473</sup>.

O ex-operário Alvino Ferreira Felipe tinha 41 anos e estava desempregado na manhã em que aconteceram os disparos policiais em Ipatinga. Segundo contam os seus familiares, dirigia-se para um posto de saúde que ficava nas proximidades da Usiminas e realizaria uma perícia médica necessária para requerer um auxílio invalidez. Além de negar sua ligação com qualquer ato “subversivo”, alguns autores<sup>474</sup> destacam as dificuldades econômicas pelas quais o ex-operário estava atravessando.

“As roupas precárias”, a “dificuldade de conseguir uma consulta médica” e “a disputa diária pela alimentação” teriam se transformado em elementos narrativos importantes para ressaltar as dificuldades trabalhistas e as precariedades financeiras que alguns trabalhadores enfrentavam no povoado de Ipatinga, no início dos anos 1960.

O jornalista e mestre em Ciências Sociais, Marcelo Freitas, tenta recuperar algumas descrições de Alvino Ferreira Felipe, reunidas em depoimentos dados por alguns de seus familiares:

No dia anterior, havia feito a barba e aparado o bigode. Ao deixar o Barra Alegre, está vestido com calça de brim de algodão de cor marrom, camisa de tecido aniagem branco e calção de cor branca, também de aniagem, um tecido grosseiro, sem acabamento, feito de juta ou outra fibra vegetal e, normalmente, usado para a produção de sacos de embalagem. Alvino sempre levava um guarda-sol, para proteger-se do calor do Vale do Aço, e uma “capanga”. Como estava desempregado, dependia da ajuda de outras pessoas pra sobreviver. Se ganhasse algum alimento e não estivesse com vontade de comer, depositava na “capanga” o que havia ganho. À noite, dividia com a família. Naquele dia, deixou para a família comer apenas um pouco de macarrão. Ao se despedir, disse que, ao voltar de Coronel Fabriciano, iria tentar arrumar uns biscates para reforçar a dispensa.

Desempregado e com problemas de saúde, Alvino pretende ir a Coronel Fabriciano, onde espera passar por uma perícia médica. Tem dificuldades para andar, porque um caminhão [que transportava operários da Usiminas] havia passado sobre um de seus pés<sup>475</sup>.

Tanto Marcelo Freitas<sup>476</sup> como José Augusto de Moraes<sup>477</sup> reforçam a ideia de que Alvino Felipe estava alheio aos protestos que estavam ocorrendo no portão de entrada da Usiminas. Segundo esses autores, quando foi avisado sobre a possibilidade de ocorrerem embates entre policiais e operários, Alvino teria se apressado para continuar sua caminhada até o local onde faria sua perícia médica. Segundo Moraes, Alvino “*Estava perto do Escritório Central quando foi atingido*”<sup>478</sup>. Em depoimento ao autor, a filha de Alvino lamenta: “*Ele morreu inocente, sem saber por que morreu*”<sup>479</sup>.

Além de ter sido atingido vários metros distantes do local onde os policiais e operários estariam se encarando, a simplicidade das roupas que o ex-operário usaria no dia dos eventos no portão da Usiminas fez com que algumas pessoas acabassem confundindo Alvino com um mendigo que passava pela região. Essa imagem de um “não operário”, visivelmente pobre,

<sup>473</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit., p.61.

<sup>474</sup> PEREIRA, C. Op. Cit.; TULER, M., 2007. Op. Cit.; FREITAS, M., 2008. Op. Cit.; MORAES, J. Op. Cit.

<sup>475</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit., p.43.

<sup>476</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit.

<sup>477</sup> MORAES, J. Op. Cit.

<sup>478</sup> Ibid., p.840

<sup>479</sup> Ibid.

atingido pelos disparos policiais em um local distante dos protestos, agregaria várias questões criticadas por “memórias reconstruídas do Massacre de Ipatinga”<sup>480</sup> durante a década de 1980.

Interessante destacar que, passados vários anos dos eventos históricos, esses elementos narrativos foram recuperados a partir de características que dariam ainda maior destaque à “vitimização” dos mortos no episódio de 1963. Acreditamos que é possível notar tal operação no capítulo do trabalho *O Massacre de Ipatinga* que Carlindo Pereira dedica a apresentar a história do “cego mendigo, que teria sido executado no portão da Usiminas”.

Um mendigo fuzilado

Jogado à margem e esquecido pela sociedade, a única saída encontrada por aquele cego foi partir para a mendicância. Se tornar mendigo. É a luta pela sobrevivência... O cego mendigava na porta da grande empresa a espera de alguns trocados dados pelos peões (os patrões, cada vez mais ricos, eram os que menos contribuía com o pedinte). Habituara-se com aquele corre-corre de trabalhadores todos os dias. Tudo era muito normal para si. Esperar da vida o que? O que um cego mendigo poderia esperar da vida? Seria o destino...? Ninguém sabia explicar. Aquela multidão só sabia trabalhar e produzir. Sempre produzir... (...)

Não podia imaginar o que pudesse estar acontecendo naquela manhã movimentada de outubro. Nunca “vira” tanta gente junta antes. Talvez fosse o melhor dia para “ganhar” dinheiro. Melhor que todos os outros anteriores, imaginava. Pedia um por um. Ninguém lhe dava a devida atenção. A massa estava mais agitada do que nunca. Falatórios por todos os cantos. Alguns até mesmo discursavam. Gritos, assobios ensurdecedores, saíam do meio da multidão. Não entendia nada daquilo, só queria colher alguns trocados. Nunca tinha “visto” coisa igual. Enfim, o que fazer: Também não sabia. O jeito seria continuar ali no meio daquela confusão, talvez, quem sabe, levantaria algum fundo. Viera para Ipatinga porque aqui “corria” muito dinheiro.

Cada minuto que passava a massa ficava mais agitada. Outros trabalhadores vinham chegando para o trabalho e logo que percebiam aquele quadro, aderiam ao movimento grevista. Não sabia quantos operários haviam sido espancados na noite anterior, sequer do que se tratava o movimento. Ao mesmo tempo, não podia ver, em cima do caminhão, a tropa da polícia, que se preparava para o ataque.

Escuta os primeiros tiros. Os operários se abaixam, deitando-se no chão. Como não enxerga os arredores, continua de pé. Normalmente de pé. Outros estrondos vão surgindo. Uma rajada de metralhadora corta o ar. Outras e outras rajadas. O tiroteio prossegue por alguns minutos. Uma bala de fuzil atravessa-lhe o peito, acompanhada de outras e mais outras... O corpo vai se desequilibrando. As pernas já não suportam mais o seu peso e o mesmo cai inerte no chão, sem vida. É mais uma vítima da chacina da PM. Mais um dos milhões e milhões de pobres latino-americanos condenados a morte, seja por bala de fuzil, seja pela fome...

Seu nome? Não tinha muita importância. Era apenas um “cego mendigo”. Assim destacou a imprensa<sup>481</sup>.

Podemos identificar, nesse trecho, que a dramaticidade e o detalhamento apresentado pelo jornalista contribuem para destacar a “inocência” dos mortos no conflito de 1963. Nesse sentido, “a cegueira do mendigo” impossibilita-o de entender o desenrolar dos enfrentamentos

---

<sup>480</sup> Gostaríamos novamente de reforçar que nosso objeto de análise, neste tópico, são algumas tendências de, a partir de meados da década de 1980, rememorar os “acontecimentos dramáticos” de 1963 a partir de uma perspectiva concorrente às “memórias silenciadas” nos anos anteriores. Porém, consideramos claro que apontamos apenas algumas possibilidades de operação de memória.

<sup>481</sup> PEREIRA, C. Op. Cit., p.33-34. Como observa o jornalista Carlindo Pereira, alguns impressos publicados ainda em outubro de 1963, de fato, noticiaram a presença de “um mendigo” entre as vítimas dos eventos ocorridos em Ipatinga. *O Diário* de 15 de outubro estampava: “(...) os soldados não contiveram os ânimos e passaram a fazer uso das armas culminando com a morte de seis operários, uma criança e um mendigo” (*O Diário*, 15 de outubro de 1963. “Quase concluídos os inquéritos policial e militar sobre Ipatinga”).

no portão da Usiminas, transformando-o em um alvo fácil para as balas disparadas pelos policiais. A crítica do jornalista pode direcionar-se aos “patrões”, que não davam esmolas; aos policiais, que teriam atingido um inocente; às autoridades políticas e à Usiminas, que teriam relegado esse indivíduo à pobreza; à imprensa, que, indiferente, teria registrado a vítima como “cego mendigo”.

No depoimento dado ao exemplar *Ipatinga – Cidade Jardim*<sup>482</sup>, a filha mais velha de Alvino, Maria da Conceição, esclarece que a confusão pode ter ocorrido quando a imprensa divulgou a foto dos dois corpos depositados na sala de Gil Guatmosim (Chefe de Relações Industriais da Usiminas) como forma de protesto. Devido às roupas precárias, Alvino Felipe teria sido confundido com um mendigo<sup>483</sup>.

Independente de viver de esmolas ou não, lembrar que Alvino foi atingido por uma bala perdida enquanto caminhava em direção a um estabelecimento de saúde (distante do conflito no portão de entrada da Usiminas), por si só já reforçava a condição de “inocente” nos conflitos de outubro de 1963, ponto este que passou a ser lembrado com mais destaque a partir da década de 1980.

Por fim, Antonieta Martins também estaria a caminho de uma consulta médica que seria realizada próximo ao Escritório Central da Usiminas. Trazia nos braços a criança de três anos Eliane Martins quando os disparos começaram no portão de entrada da siderúrgica (distante alguns quilômetros). Segundo os laudos da polícia técnica, na fuga dos policiais, um disparo atingiu Antonieta, perfurando seu corpo e adentrando pela coxa de Eliane. A bala teria ferido gravemente a mãe e causado a morte da criança<sup>484</sup>.

Como no caso de Alvino Ferreira Felipe (desempregado) e Geraldo Rocha Gualberto (alfaiate), a morte da criança Eliane Martins não pôde ser associada às tentativas dos policiais de explicar os disparos no dia 7 de outubro de 1963. Além do distanciamento espacial<sup>485</sup> que separavam essas três pessoas do local onde se iniciou o conflito, foi possível aos policiais se defenderem em seus depoimentos que, naquela manhã, alguns indivíduos provocavam os disparos e participavam de “conspiração subversiva”. A partir dos anos 1980, existe a tentativa de recuperar as ocasiões da morte dessas últimas três vítimas para deixar claro que tal atuação não pode ser imputada a nenhuma delas, principalmente quanto ao bebê Eliane Martins.

De maneira relativamente semelhante aos processos de rememoração ligados ao “Massacre de Civitella”, trabalhados pelo historiador Alessandro Portelli<sup>486</sup>, analisamos que a partir da década de 1980 (e principalmente nos anos 1990-2000), ganham destaque as rememorações das ocasiões das mortes das três últimas vítimas oficiais<sup>487</sup> dos eventos de 1963 como “inocentes em um conflito do qual eles não estavam participando”.

---

<sup>482</sup> MORAES, J. Op. Cit.

<sup>483</sup> Depoimento de Maria da Conceição Felipe *apud* MORAES, J. Op. Cit., p.839-840.

<sup>484</sup> Minas Gerais, 1963-1965 *apud* TULER, M., 2007. Op. Cit., p.189-191.

<sup>485</sup> Mesmo que Geraldo Rocha Gualberto estivesse próximo, todos os relatos aos quais tivemos acesso atestam que o alfaiate estava alheio ao protesto que acontecia nos portões da Usiminas. Assim, podemos, de certa forma, considerá-lo “distante” do protesto.

<sup>486</sup> PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In. AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta Moraes. **Usos & Abusos da História Oral** – 8.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

<sup>487</sup> Reforçamos que muitos autores ainda contestam o número oficial de mortos no conflito de 1963. No trabalho: SOARES, Daniel Miranda. **O Massacre de Ipatinga**. Cadernos do CEAS, Salvador, n.64, 38-47, 198- *apud* Tuler, 2007, p. 183, Pereira (1987, p.84) calcula “que mais de três mil foram feridos, que muitos procuraram seus parentes, contabilizando mais de cem mortos no conflito”. Em Audiência Pública realizada em 2003, o líder operário Geraldo Reis Ribeiro “diz ter ajudado a retirar os corpos de pelo menos 30 pessoas” (Depoimento de Geraldo Reis Ribeiro *apud* TULER, M., 2007. Op. Cit., p.184). O jornalista Marcelo Freitas analisa o pedido de 32 caixões feito pelo setor de almoxarifado da Usiminas na manhã do dia 8 de outubro de 1963. Segundo ele, em nenhuma funerária ou cemitério próximo ao povoado de Ipatinga, consta esse número de sepultamentos naquela

Em 1963, a morte de Eliane teria sido destacada em alguns jornais que noticiaram o conflito <sup>488</sup>, porém as narrativas sobre “a criança aninhada nos braços da mãe no momento em que ambas teriam sido atingidas pela mesma bala” foi ainda mais representativa nos depoimentos e publicações que abordaram os eventos do “Massacre de Ipatinga” a partir dos anos 1980 <sup>489</sup>. Podemos tomar como exemplo as páginas da “história em quadrinhos” produzida pelo Centro de Estudos do Trabalho (1982). A “inocência” de algumas vítimas pode ser destacada pela frase: “*muita gente morreu sem saber porque [sic]*”. (Figura 9 – “Quadrinho 2”)

Figura 9 – Revista “O Massacre de Ipatinga”  
(p.17)



Fonte: Cadernos do Centro de Estudos do Trabalho. Op. Cit.

semana, porém o motorista que teria feito o carregamento dos caixões diz ter certeza de ter conferido a carga antes de embarcá-la (FREITAS, M., 2008. Op. Cit., p.298-300). Por fim, devemos considerar outro fator apontado pelo jornalista Carlindo Pereira de que os disparos teriam sido efetuados em uma região próxima à matas e, por isso, aponta o autor: *Várias outras versões dão conta de que morreram mais de 30 operários. Chega-se a dizer que vários corpos foram encontrados no meio do mato que teriam sido atingidos pelos tiros quando fugiam rastejando nos morros ou no meio do eucalipto* (PEREIRA, C. Op. Cit., p.85).

<sup>488</sup> Além do exemplar do *O Diário*, de 15/10/63, já apresentado nesta pesquisa, a historiadora Marilene Tuler defende que, logo depois dos disparos no portão da Usiminas, alguns jornais contabilizaram duas crianças mortas (TULER, M., 2007. Op. Cit., p.183).

<sup>489</sup> Segundo notícia vinculada em um dos portais de notícias do Vale do Aço, em 2011, o hospital e o pronto socorro municipais de Ipatinga receberam o nome de “Eliane Martins” em homenagem ao bebê atingido nos disparos de 1963. Disponível em: <<http://www.plox.com.br/caderno/aconteceu/eu-recolhi-os-corpos-entrevista-com-testemunha-Massacre-ipatinga>>. Acessado em: 10 abr. 2013.

Interessante destacar nessa imagem que, contrariando as informações publicadas nos laudos oficiais expedidos pela polícia técnica em 1963, o exemplar retrata a “criança” sendo atingida na cabeça (e não na coxa). Mesmo que essa transformação fosse fruto de uma confusão inconsciente dos desenhistas, a imagem apresentava, de maneira ainda mais clara e violenta, Eliane sendo alvejada pelos disparos policiais .

Como podemos observar, principalmente a partir da segunda metade da década de 1980, a opção por ressaltar a “inocência” dos mortos em relação aos disparos efetuados pelos policiais pôde ser considerada um dos enfoques narrativos das lembranças dos conflitos de 1963.

Mesmo que, segundo Freitas, “com o passar dos anos, a Usiminas tenha passado, cada vez mais, a ignorar as recordações dos acontecimentos de 1963”<sup>490</sup>, alguns autores<sup>491</sup> reconhecem que, nos anos 2000 (ou seja, passados aproximadamente 40 anos dos protestos e disparos ocorridos no portão da Usiminas), as lembranças sobre os eventos de 1963, a partir de uma ótica diferente daquela disseminada pelos policiais militares na segunda metade dos anos 1960, favoreceu para que os familiares das “vítimas do Massacre de Ipatinga” fossem indenizadas pelo Governo Federal, já que, entre 2003 e 2004, foram realizadas algumas alterações legais que permitiram a “familiares de pessoas que perderam a vida em manifestações públicas ou conflitos armados envolvendo agentes públicos do Regime Militar” requererem as indenizações como “afetados pelas violências praticadas pela Ditadura Militar”<sup>492</sup>.

Mesmo que as mortes em Ipatinga tenham ocorrido alguns meses antes da deflagração do Golpe Militar e pela ação de um regimento policial que atuava localmente, as famílias de algumas vítimas<sup>493</sup> do “Massacre de Ipatinga” tiveram seus pedidos de indenização contemplados, pois conseguiram “demonstrar as conexões políticas diretas entre os eventos de Ipatinga e a realidade política nacional da época”<sup>494</sup>.

Segundo Freitas<sup>495</sup>, das sete solicitações de indenização, duas foram indeferidas (pois julgavam as autoridades que se tratavam de casos de sequelas, e não de “pessoas que perderam a vida”). Os outros cinco pedidos (Geraldo Gualberto, Alvin Ferreira Felipe, Antônio José dos Reis, José Isabel do Nascimento e Sebastião Tomé) foram aprovados em outubro de 2004<sup>496</sup>.

Os pedidos e o deferimento das indenizações, depois de 40 anos do “Massacre”, além de ressarcir financeiramente alguns familiares dos mortos oficiais de 1963, permitiram que alguns indivíduos quebrassem um silêncio (pessoal) sobre os acontecimentos e que uma nova luz fosse lançada aos estudos das disputas de memória desse evento histórico.

Porém, a passagem dos anos e o novo enfoque dado à recuperação dessas narrativas históricas não impediu que outra parcela dos enlutados pelos eventos de 1963 continuassem a optar pelo silêncio. Como apresenta o jornalista Marcelo Freitas, esta parece ser a posição adotada pela mãe do bebê Eliane Martins. Depois de passar alguns dias internada na Casa de Saúde de Santa Terezinha, Antonieta Martins recebeu alta e não teria sido localizada por mais

---

<sup>490</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit., p.265.

<sup>491</sup> TULER, M., 2007. Op. Cit.; SOUZA, P. Op. Cit.; FREITAS, M., 2008. Op. Cit.; MORAES, J. Op. Cit.; FARIAS, R. Op. Cit.

<sup>492</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit., p.270.

<sup>493</sup> Mesmo sendo pequeno o número de vítimas oficiais dos disparos policiais de 1963, nem todas as famílias optaram por requerer a indenização. “*Familiares de três das vítimas fatais não foram localizadas: Aides Dias de Carvalho, Gilson Miranda e Eliana [Eliane] Martins (...)*” (Ibid., p.273).

<sup>494</sup> Ibid., p. 270.

<sup>495</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit.

<sup>496</sup> O caso do Alfiate Geraldo Gualberto foi o primeiro a ser analisado e deferido no dia 7 de outubro de 2004 (exatos 41 anos depois de sua morte). As outras quatro indenizações foram aprovadas depois de vinte dias. Cada família recebeu R\$100 mil (Ibid., p. 274).

nenhum sindicalista ou pesquisador interessado em ouvir sua perspectiva sobre os eventos de 1963. Segundo Freitas:

(...) a única informação disponível foi dada por uma pessoa que, na reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia em Ipatinga [2003], apresentou-se como sindicalista de nome Edson que hoje seria parente de Eliana[sic]. Segundo ele, Antonieta, passou por momentos desagradáveis demais causados pela perda da filha, tendo, inclusive sido internada em uma clínica especializada no tratamento de pessoas com transtornos mentais. “A família sofreu demais”. Na ocasião, dizendo falar em nome da família, pediu que se fizesse justiça. “Não queremos dinheiro, queremos que haja justiça”. Depois daquela aparição relâmpago, Edson nunca mais foi localizado. Nem a família requereu a indenização pela morte de Eliana [sic] Martins<sup>497</sup>.

---

<sup>497</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit., p.273.

## Considerações finais

Podemos considerar que o termo “Massacre” é comumente associado à ocorrência de mortes cruéis, carnificinas, ao esmagamento de vidas de forma cruel e massiva<sup>498</sup>. Porém, mesmo que seja mais comum sua utilização em acontecimentos onde há um número relativamente grande de vítimas fatais, as condições e simbolismos ligados às mortes podem fazer com que o assassinato de um indivíduo passe a ser representativo o bastante para que um grupo de pessoas associe-o à ocorrência de um “Massacre”.

O historiador, Alessandro Portelli (1989), em sua análise sobre a morte do operário Luigi Trastulli, causada pela ação policial italiana para coibir os protestos operários contra as ações da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), em 1949, destaca que o protesto que resultou na morte de Trastulli tratou-se de “(...) *um acontecimento que não teria durado mais de trinta minutos (...) [porém] foi elaborado, transformado e interpretado na larga duração da memória*”<sup>499</sup>. As narrativas desses acontecimentos teriam, então, assumido nomenclaturas e significados diferenciados a partir do momento de sua ocorrência, entre eles, “*o Massacre da Rua Terni*”.

Para Portelli, mesmo que apenas um trabalhador tenha falecido nessa ação (contesta-se até se ele teria participado dos protestos ou teria sido confundido com um dos ativistas), diversos elementos simbólicos e operações de memória permitiram que a morte desse indivíduo passasse a ser reapropriada por diferentes grupos, como um acontecimento relacionado a algo temporal e espacialmente mais amplo, por exemplo, a violência sofrida por todo um grupo operário no contexto histórico do período Pós-Guerra Mundial.

Como pudemos observar em nosso trabalho, os vários modos de nomear os acontecimentos dos dias 6 e 7 de outubro de 1963, em Ipatinga, também remetem-nos a diversas disputas discursivas e simbólicas em torno de como teriam se desenrolado uma sequência de fatos que se encerraram em poucas horas, mas que sobreviveram nas memórias dos habitantes do Vale Aço durante as décadas seguintes. Distantes de um consenso, ainda hoje, vários indivíduos – de acordo com as suas concepções e lugares sociais – preferem nomear os acontecimentos como: “Atritos”, “Chacina”, “Revolução”, “Greve”<sup>500</sup> ou “Massacre de Ipatinga”<sup>501</sup>.

---

<sup>498</sup> **Dicionário Houaiss online.** Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>. Acessado em: 24 abr.2013.

<sup>499</sup> PORTELLI, A., 1989. Op. Cit., p.5.

<sup>500</sup> Mesmo que existam divergências sobre a paralisação dos trabalhos da Usiminas na manhã do dia 7 de outubro, o termo “Greve” passou a ser utilizado por alguns indivíduos quanto ao quadro observável nos portões da empresa siderúrgica nos momentos anteriores à intervenção policial. Segundo Marilene Tuler, este é um dos termos utilizados pelo operário José Isabel Nascimento no depoimento prestado poucos dias após o conflito. Minas Gerais, 1963-1965. V.1:91-92 *apud* TULER, M., 2007. Op. Cit. O historiador José Augusto de Moraes também se utiliza dessa palavra quando procura descrever “*As causas da greve geral na Usiminas no dia 7 de outubro de 1963*”. MORAES, J. A. Op. Cit. p.826. Independente das motivações que impelem os indivíduos a classificarem como uma “greve” os eventos do dia 7 de outubro de 1963, consideramos que, ao utilizá-lo, eles reforçam a ligação entre o evento histórico e as negociações entre representantes operários e Usiminas.

<sup>501</sup> Mesmo que a partir da década de 1980 o uso desse último termo possa ter se tornado mais frequente entre jornalistas, historiadores e população local, é importante observar que essa palavra e a “dimensão violenta das mortes de 1963” aparece em alguns impressos locais e nacionais logo nos dias posteriores ao conflito. Segundo o *Diário da Tarde*, do dia 8 de outubro de 1963, aquele seria “(...) **o maior crime que se tem notícia em Minas Gerais.** *O Diário de Minas*, 8 de outubro de 1963 *apud* TULER, M. 2007. Op. Cit. p.72. (grifo da autora). Porém, é importante reconhecermos que a utilização e os simbolismos atrelados ao termo “Massacre”, durante a década de 1960, são divergentes daqueles identificados, por exemplo, na década de 1980. Da mesma forma que as lembranças e as narrativas são alvos de constantes revisões individuais e coletivas, devemos considerar que os significados do termo “Massacre de Ipatinga” também não são estanques durante a história e devem ser correlacionados aos contextos históricos de sua inserção.

Segundo o jornalista Marcelo Freitas (2008), a partir da década de 1980, o nome “Massacre de Ipatinga” passou a se fortalecer devido às publicações alternativas que passaram a circular no período <sup>502</sup>. Esse termo procurava principalmente ressaltar o desequilíbrio de forças entre a população que protestava na porta da siderúrgica e os policiais que foram solicitados para atuar naquele local, a força excessiva utilizada por esse último grupo, bem como a “inocência” de algumas pessoas que foram alvejadas na manhã do dia 7 de outubro.

Reconhecemos, então, que, para nomear os eventos de 1963, a utilização de expressões relativamente próximas, como “Chacina” e “Massacre”, envolvem a emulação de interpretações específicas sobre os acontecimentos, interpretações estas que expressam disputas de memórias, que se modificam e se reconstróem com o passar dos anos.

Assim, neste trabalho, analisamos os motivos pelos quais esses determinados eventos históricos passaram por transformações narrativas decorrentes dos processos de “silenciamentos”, reconstruções e lembranças durante as décadas de 1960-1990. Nesse sentido, podemos ponderar que as memórias sobre o conflito modificaram-se de acordo com os contextos históricos (Ditadura Militar e Recuperação Democrática) e com as motivações dos grupos sociais a partir dos quais essas recordações foram recuperadas (policiais, familiares dos mortos, diretores da Usiminas, sindicalistas, pesquisadores etc.).

Assim que tivemos acesso às narrativas sobre esses “fatos dramáticos”, fomos induzidos a acreditar que as memórias desses acontecimentos (lista de vítimas, a morte de algumas delas e as atitudes revoltosas que se espalharam pelo povoado nos momentos que se seguiram aos disparos) teriam transformado os acontecimentos de 1963 em um importante marco histórico na cidade de Ipatinga e na trajetória dos operários do Vale do Aço.

Foi a partir da hipótese de que os “tiroteios em Ipatinga” passaram a ser um evento histórico de destaque na região que iniciamos nossa pesquisa, buscando identificar as contribuições das memórias sobre tais eventos na atuação dos “religiosos progressistas” do Vale do Aço. Entretanto, além da dificuldade no acesso aos documentos que nos permitissem analisar a atuação desses religiosos nas décadas de 1960-1980, deparamo-nos com um marcante “silêncio” sobre as narrativas das mortes ocorridas no portão da Usiminas. Despertaram nossa atenção, a partir desse momento, os processos que condicionaram uma grande parcela dos habitantes de Ipatinga a “optarem pelo silêncio”, bem como, durante a década de 1980, alguns grupos sociais (sindicalistas, religiosos e alguns políticos) a se esforçarem para romper com essa postura e dar novo significado às memórias desse episódio.

Antes de chegarmos diretamente a essa questão, consideramos que foi necessária uma contextualização histórica dos motivos que contribuíram à mobilização dos protestos ocorridos na manhã do dia 7 de outubro. Nesse esforço, percebemos que o acelerado crescimento populacional do povoado de Ipatinga (principalmente nas décadas de 1960-1970) esteve intimamente vinculado à construção e ao funcionamento da empresa Usiminas no Vale do Aço.

Durante a etapa de construção da usina siderúrgica no Vale do Aço (1958-1962), a mão-de-obra envolvida nessas atividades era formada basicamente de “peões” provenientes de diferentes regiões, com pouco ou nenhum conhecimento técnico, que trabalhava “sem carteira assinada”, sem direitos trabalhistas e morando em precários “barracões”. No momento em que a usina começou a operar com grandes máquinas, que exigiam maior treinamento e qualificação (1962), gradualmente foram recrutados (principalmente junto ao SENAI) operários que desempenhariam atividades mais específicas na produção siderúrgica.

---

<sup>502</sup> FREITAS, M., 2008. Op. Cit., p.15. Em concordância com esse posicionamento do autor, observamos, no capítulo 3 deste trabalho, que o momento histórico dos anos 1980 possibilitou, por exemplo, que o termo “Massacre” fosse utilizado para que os trabalhadores da região do Vale do Aço reafirmassem a sua condição de vítimas do episódio e procurassem superar os processos de silenciamento e esquecimento nos anos anteriores.

Os investimentos financeiros direcionados à construção da usina nos anos 1958-1965 acentuaram cada vez mais as diferenciações entre os habitantes do povoado e, junto disso, cresciam as carências estruturais na região. Com o passar dos meses, as tensões sociais passaram a se exacerbar, criando um terreno adequado para as ocorrências dos embates de 1963.

Observamos, então, que as ações da Usiminas desempenharam um papel preponderante na organização social, econômica e até política daquela região; e, por isso, não só a ocorrência dos eventos de 1963 deve ser atrelada às ações da empresa. As disputas pela memória sobre esses eventos, bem como os processos de “silenciamento” e “rememoração” compreendidos nas décadas posteriores (1963-1991) também precisam ser correlacionados à nossa análise, considerando principalmente as estratégias de atuação econômica e trabalhista da siderúrgica dentro e fora do espaço fabril.

A partir de 1964, a polarização ideológica do período da Ditadura Militar (1964-1985) favoreceu para que alguns indivíduos (ligados principalmente aos policiais e agentes militares do Vale do Aço) passassem a confrontar as narrativas sobre os protestos ocorridos na manhã do dia 7 de outubro de 1963 como sendo um episódio em que “a intervenção policial agiu contra agitadores da esquerda que ameaçavam a ordem e a segurança na região de Ipatinga”. O clima de perseguição política dentro e fora do espaço siderúrgico também contribuiu para que muitos habitantes do povoado optassem pelo “silêncio” como estratégia de atenuar as memórias de um episódio traumático ou preservar-se das perseguições políticas dos governos militares. Ainda devemos considerar que, para uma parcela dos trabalhadores de Ipatinga, o progresso econômico dos anos 1970 e as modificações do modelo de relacionamento entre Usiminas e seus operários (conforme discutimos no capítulo 2) possibilitaram uma interpretação de que “os anos difíceis teriam sido superados”<sup>503</sup>.

Porém, esse “silenciamento” foi regredindo nos anos 1980, principalmente com a restauração da Democracia no Brasil e a revisão (mesmo que não através do SINDIPA) da atuação do movimento operário na região de Ipatinga.

A partir dos depoimentos de algumas “testemunhas” da publicação dos exemplares memorialistas sobre os eventos de 1963 (Cadernos do Centro de Estudos do Trabalho, 1982; PEREIRA, 1984 e 1987), e das disputas pela diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga, em 1985, ganharam destaque algumas rememorações nas quais a expressão “Massacre de Ipatinga” ganha relevo, procurando desconstruir a imagem de que os operários da empresa “eram subversivos em 1963” ou “estavam plenamente satisfeitos com a Cultura Usiminas nos anos seguintes”.

Observamos, então, que questões como a revisão do número de mortos no conflito, a vitimização dos operários e as responsabilidades dos policiais e dos diretores da empresa na ocorrência dos disparos foram cada vez mais investigadas por pesquisadores de diversas áreas.

Para alguns desses autores, em 2004, ao conceder as indenizações aos familiares dos mortos, em 1963, o Estado Nacional acabou reconhecendo, a partir da ação violenta do Regimento da Cavalaria, a sua parcela de culpa no episódio violento. Porém, ao invés de encerrar as discussões sobre esse evento traumático, nos últimos anos, o “Massacre de

---

<sup>503</sup> Essa visão se sustenta nas justificativas dadas por alguns habitantes da região para deixar de falar sobre as mortes de 1963. Alguns dizem que assunto envolve uma série de traumas, outros dizem que existem indivíduos que procuram ganhos políticos ao utilizarem-se das memórias do “Massacre de Ipatinga” (*Vira e mexe eles veêm com esta historia do Massacre de Ipatinga, Massacre que esta fazendo são eles (sic). Isto aconteceu foi que dia? Foi esta semana, este mês, este ano? Ah, não foi a quase 50 ANOS!(sic)*) Comentário anônimo, vinculado em 23/07/2012 no portal de notícias regionais Plox. *apud. Audiência pública discute “Massacre de Ipatinga” e violação dos direitos humanos*. 30 de junho de 2012).

Ipatinga” continua a ser lembrado e discutido através de variadas perspectivas nos trabalhos como os de Marilene Tuler<sup>504</sup>, Paulo Souza<sup>505</sup> e Marcelo Freitas<sup>506</sup>, José Augusto Moraes<sup>507</sup> e Rita de Cássia Farias<sup>508</sup>.

Enquanto isso, o silêncio<sup>509</sup> continuou como a posição institucional oficial da Usiminas sobre os acontecimentos eventos de 1963, fortalecendo-se principalmente a partir do seu processo de privatização, concretizado em 1991.

---

<sup>504</sup> TULER, M., 2007. Op. cit.

<sup>505</sup> SOUZA, P. Op. cit.

<sup>506</sup> FREITAS, M. Op. cit.

<sup>507</sup> MORAES, P. Op. cit.

<sup>508</sup> FARIAS, R. Op. cit.

<sup>509</sup> FREITAS, M., 2008. Op. cit., p. 302.

## Referências Bibliográficas

### Revistas e periódicos

*O Arquidiocesano – Órgão Oficial da Arquidiocese de Mariana.* 09 de Fevereiro de 1962. “Comunismo, Religião e Pátria – D. Oscar de Oliveira”. Disponível no Arquivo Eclesiástico de Mariana-MG.

*O Binômio.* 14 de outubro de 1963. “A Chacina de Ipatinga”. Consultado no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro. Arquivo do DOPS-MG pasta nº 4656 FL.32. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1939](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1939)>. Acessado em: 10 abr. 2013.

*Correio da Manhã.* 09 de outubro de 1963. “Inalterada a Greve nos bondes da GB”. Consultado na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pesq=Usiminas&pasta=ano 196](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Usiminas&pasta=ano 196)>. Pasta: ano 1963. Edição: 21631. Acessado em: 24 abr. 2013.

*Correio de Minas.* 09 de outubro de 1963. “Operários de Ipatinga queimaram caminhão”. Consultado no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro. Arquivo do DOPS-MG pasta nº 4656 FL18. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1925](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1925)>. Acessado em: 09 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. 11 de outubro de 1963. “Morre mais um em Ipatinga e polícia caça incendiários”. Consultado no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro. Arquivo do DOPS-MG pasta nº 4656 FL36. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1943](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1943)>. Acessado em: 10 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. 11 de outubro de 1963. “Ipatinga – conflito entre policiais e operários da Usiminas” Consultado no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro. Arquivo do DOPS-MG pasta nº 4656 FL36. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1943](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1943)>. Acessado em: 10 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. 17 de outubro de 1963. “Descoberto na PM movimento de apoio aos chacinadores” Consultado no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro. Arquivo do DOPS-MG pasta nº 4656 FL7. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1914](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1914)>. Acessado em: 09 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. 18 de outubro de 1963. “Coronel diz que operários jogaram pedra em soldados” Consultado no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro. Arquivo do DOPS-MG pasta nº 4656. FL.17 Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1924](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1924)>. Acessado em: 10 abr. 2013.

\_\_\_\_\_.23 de outubro de 1963. “Polícia é a única culpada da chacina, diz Lanari” Consultado no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro. Arquivo do DOPS-MG pasta nº 4656 FL.3 Disponível em:  
<[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1910](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1910)>. Acessado em: 10 abr. 2013.

**O Diário.** 09 de outubro de 1963. “AL vai seguir inquérito de Ipatinga e quer saber o que Executivo já fez” Consultado no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro. Arquivo do DOPS-MG pasta nº 4656 DOPS-MG pasta nº 4656 FL.40. Disponível em:  
<[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1947](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1947)>. Acessado em: 10 abr. 2013.

\_\_\_\_\_.15 de outubro de 1963. “Quase concluídos os inquéritos policial e militar sobre Ipatinga” Consultado no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro. Arquivo do DOPS-MG pasta nº 4656. FL.28. Disponível em:  
<[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1935](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1935)>. Acessado em: 10 abr. 2013.

**Estado de Minas.** 15 de outubro de 1963. “Inquérito de Ipatinga: Militares começam a depor” Consultado no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro. Arquivo do DOPS-MG pasta nº 4656. FL.29. Disponível em:  
<[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1936](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1936)>. Acessado em: 10 abr. 1963.

\_\_\_\_\_.23 de outubro de 1963. “Presidente da Usiminas acusa PM como responsável pelo drama de Ipatinga”. Consultado no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro. Arquivo do DOPS-MG pasta nº 4656 FL.16 Disponível em:  
<[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1923](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1923)>. Acessado em: 10 abr. 2013.

**Isto é.** 28 de Fevereiro de 1988. “Arapongas da Usiminas”. Editora Três. Disponível em:<<http://br.groups.yahoo.com/group/DitaduraCivilnoBrasil/message/7486>>. Acessado em: 14 abr. 2013.

**Jornal do Brasil,** 14 de novembro de 1963. “Usiminas põe a culpa na Polícia”. Consultado na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em:  
<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&pesq=MassacredeIpatinga&pasta=ano196](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=MassacredeIpatinga&pasta=ano196)>. Acessado em: 08 maio 2013.

**Última Hora.** 09 de outubro de 1963. “Autores do Massacre de Ipatinga chegam presos a Belo Horizonte”. Consultado no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro. Arquivo do DOPS-MG pasta nº 4656 FL9. Disponível em:  
<[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1916](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1916)>. Acessado em: 09 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. 09 de outubro de 1963. “Três homens comandaram a chacina de Ipatinga”. Consultado no Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro. Arquivo do DOPS-MG pasta nº 4656 FL9. Disponível em:

<[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1916](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4656&imagem=1916)>. Pasta: ano 1963/edição 00266. Acessado em: 09 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. 19 de outubro de 1963. “Subsidiária da CSN para resolver problema habitacional em Volta Redonda” Consultado na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano196&pesq=Ipatinga>>. Pasta: ano 1963/edição 01316>. Acessado em: 09 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. 03 de maio de 1965. “Castelo anuncia que o govêrno não teme ameaças à ‘Revolução’” Consultado na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=MassacredeIpatinga&pasta=ano196>>. Pasta: ano 1965/edição B01541>. Acessado em 09 abr. 2013.

*A Verdade*. 17 de setembro de 2006. “O Massacre dos operários de Usiminas”. Consultado no site Mídia Independente. Disponível em:

<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/09/360676.shtml>>. Acessado em: 10 abr. 2013

## **Documentários**

*Ipatinga 67*. Produzido pela Companhia Cinematográfica Souza Teixeira, 1967. Duração: 12:54 minutos. (Preto e branco), 1967. Cópia administrada pelo Arquivo Público Mineiro.

Disponível em:

<[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/x\\_movie/x\\_movie\\_view.php?cid=1&lid=11](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/x_movie/x_movie_view.php?cid=1&lid=11)>. Acesso em: 24 abr. 2013

*Silêncio 63*– Produzido por Ateliê 22 Arte e Cultura and Cavideo. Direção: Fábio Nascimento. Duração: 24:01 minutos (Colorido) 2011.

Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=kb9EsIqhbXo>> Acesso em: 24 abr. 2013.

## **Depoimento**

Depoimento de Geraldo Reis Ribeiro ao site Plox – Portal de notícias do Vale do Aço. “**Eu recolhi os corpos**” - **Entrevista com testemunha do Massacre de Ipatinga**. 36:01 minutos. Disponível em: <<http://www.plox.com.br/caderno/aconteceu/eu-recolhi-os-corpos-entrevista-com-testemunha-Massacre-ipatinga>>. Vinculado no dia 07/10/2011. Acessado em: 14 abr. 2013.

*Audiência pública discute “Massacre de Ipatinga” e violação dos direitos humanos*. 30 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.plox.com.br/caderno/aconteceu/audiencia-publica-discute-Massacre-ipatinga-e-violacao-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

## **Bibliografia**

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. **Usos & Abusos da História Oral** – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos** - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CASTRO, Cláudio Márcio Letro de **Trajetórias de deslocamentos: experiências e narrativas de moradores da "Rua do Buraco" no espaço urbano de Ipatinga**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais pelo Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG, 2006.

CENTRO DOS ESTUDOS DO TRABALHO. “*Cadernos do CET nº 17 – O Massacre de Ipatinga*”. Petrópolis: Vozes, 1982.

**Dicionário Houaiss online**. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>. Acessado em: 24 abr. 2013.

D'ARAÚJO Maria Celina (org); SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe** - a Memória Militar Sobre 1964. Ed. Ediouro, 2004.

DUARTE, João Carlos. **A ação política do grupo Ferramenta na década de oitenta em Ipatinga**. Dissertação de Mestrado em História Social pelo Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra. USS, 2007.

FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **Entre a igualdade e a distinção: a trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho**. Tese de doutorado em antropologia social. Campinas – Unicamp, 2010.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FREITAS, Marcelo. **Não foi por acaso: A História dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga**. Belo Horizonte: Comunicação de Fato, 2008.

\_\_\_\_\_. Não foi por acaso: A História dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga. In. **Anais do X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2010.

FUNDAÇÃO, JOÃO PINHEIRO. **Usiminas 25 anos: depoimento: Luiz Verano: a implantação**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1989., v.3.

Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=52585&codUsuario=0>>. Acessado em: 06 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Usiminas 25 anos: depoimento de Amaro Lanari Júnior: a realização.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1989. v.8.

Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=52590&codUsuario=0>>. Acessado em: 06 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Usiminas 25 anos: depoimento de Raimundo Anício: a comunidade.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1989. v.9.

Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=52591&codUsuario=0>>. Acessado em: 06 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Usiminas 25 anos: depoimento de Maurício de Melo: a organização.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1989. v.10.

Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=52592&codUsuario=0>>. Acessado em: 06 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **A Usiminas conta a sua história** – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990.

FURTADO, Raquel Alves, **“A construção e a (tentativa) de desconstrução da “cultura USIMINAS”: narrativas ao longo de 50 anos”**. Tese de doutorado pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG, 2011

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, M. **“João Goulart: entre a memória e a história”**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HALBAWACS, Maurice. **A memória coletiva** – São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

MENDONÇA, Roxane Sidney Resende. **O urbanismo modernista em Minas Gerais: o caso de Ipatinga**. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

MELO, Amir José de. **Padres Subversivos – As representações da Igreja Progressista do Vale do Aço na mira do aparelho repressor (1968-1972)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2006.

MINAS GERAIS, Auditoria da Justiça Militar. **Processo de número 2.035 tendo como acusados o Tenente Jurandir Gomes de Carvalho e outros praças envolvidos no Conflito da Usiminas, em Ipatinga**. Relator: Silvio de Sousa. Belo Horizonte 1963-1965, v.1-6.

MORAES, José Augusto de. **Ipatinga Cidade Jardim**. Ipatinga: ArtPublish, 2009, v.1-9.

MOREL, Regina L. de M. **A Ferro e Fogo: Construção e crise da família siderúrgica, o caso de Volta Redonda (1941-1968)**. Tese de Doutorado em história pela Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917- 1964)**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

PAGNOSSA, Tadeu Pamplona. **De Roma a Mariana: Comunismo e Política no “O Arquidiocesano” (1959-1964)** Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

PEREIRA, Carlindo Marques. **O Massacre de Ipatinga**. 2. ed. São Bernardo do Campo: Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio** – Rio de Janeiro, Revista Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro, **“Historia y memoria: La muerte de Luigi Trastuli” In. Historia y Fuente Oral**, nº 1, Barcelona, 1989. Pp. 5-32.

\_\_\_\_\_, O Massacre de Civitella Val diChiana (Toscana 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In. AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta Moraes, **Usos & Abusos da História Oral** – 8ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. **Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens**. Ipatinga: PMI, 1991.

REVISTA SINDIPA – *40 anos de História, Ipatinga*: Diário do Aço, 2005. Disponível em: <<http://www.sindipa.org.br>>. Acessado em: 14 abr. 2013.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d’Aguiar. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SILVA, Eduardo Ângelo da. **“Arigós” e “peões” na “Cidade do Aço”: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda- RJ, 1970-1980)**. Dissertação de mestrado em História apresentada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica: UFRRJ, 2010.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da; SILVA, Ivanilde de Sousa; CASTILHO, Luis Carlos; SILVEIRA, Priscila; CHRISÓSTIMO, Rossevelt. **“A Greve Continua!”: Algumas Considerações Historiográficas Sobre os Movimentos Grevistas de Volta Redonda**. Cadernos UniFOA. Edição n. 07, agosto 2008.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Arigó o pássaro que veio de longe: In: CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. **Arigó: o pássaro que vem de longe**. Coleção: Trabalhadores em Luta, n.1. Rio de Janeiro: CEDI, 1989.

SOUZA, Paulo Roberto de. **Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60.** Dissertação de mestrado. Uberlândia-MG: Departamento de História da UFU, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa I – A árvore da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum.** São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.

TULER, Marilene, **O Massacre de Ipatinga e a esquerda em nível nacional – Os grupos dos onze.** II Simpósio de Política e Cultura da Universidade Severino Sombra: Vassouras. USS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Massacre de Ipatinga: mitos e verdades.** Belo Horizonte: O lutador, 2007.

\_\_\_\_\_. **Reinventando a utopia – A caminhada dos franciscanos no Vale do Aço.** Ipatinga: A autora, 2010.